

Laiana Lannes de Oliveira

ENTRE A MISCIGENAÇÃO E A MULTIRRACIALIZAÇÃO:
BRASILEIROS NEGROS OU NEGROS BRASILEIROS?

*OS DESAFIOS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO PERÍODO DE
VALORIZAÇÃO NACIONALISTA (1930-1950) – A FRENTE NEGRA
BRASILEIRA E O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO-*

Orientadora: Profa. Dra. Martha Abreu

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor. Área de concentração: História Social.*

Niterói, 2008.

Laiana Lannes de Oliveira

ENTRE A MISCIGENAÇÃO E A MULTIRRACIALIZAÇÃO:
BRASILEIROS NEGROS OU NEGROS BRASILEIROS?

*OS DESAFIOS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO PERÍODO DE
VALORIZAÇÃO NACIONALISTA (1930-1950) – A FRENTE NEGRA
BRASILEIRA E O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO-*

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor. Área de concentração: História Social.*

Banca Examinadora

Profa. Dra. Martha Abreu (Orientadora)

Profa. Dra. Hebbe Mattos (Membro)

Profa. Dra. Ivana Stolze (Membro)

Profa. Dra. Mônica Grin (Membro)

Prof. Dr. Luiz Resnik (Membro)

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Laiana Lannes de.
Entre a Miscigenação e a Multirracialização: Brasileiros Negros ou Negros Brasileiros? Os Desafios do Movimento Negro Brasileiro no Período de Valorização Nacionalista (1930-1950) – A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro / Laiana Lannes de Oliveira. – 2008.

323 f.

Orientador: Martha Abreu Campos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 310-323.

1. República – Brasil – 1930-1950. 2. Negro – Identidade racial – Brasil – 1930-1950. 3. Brasil – Relações raciais – Século XX. I. Campos, Martha Abreu. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDD 981.06

RESUMO

“Entre a Miscigenação e a Multirracialização: Brasileiros Negros ou Negros Brasileiros?” analisa as estratégias, discursos e práticas do movimento negro brasileiro entre 1930 e 1950. Através da análise das duas principais instituições desse período – Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental do Negro – a pesquisa procura compreender as tensões e os desafios enfrentados por uma liderança que buscava conciliar a valorização racial com o projeto de homogeneidade nacionalista, característico do período em questão.

Os periódicos oficiais – A Voz da Raça e Quilombo -, assim como as memórias e a produção acadêmica dos principais atores envolvidos nesse processo, representam os instrumentos que nos auxiliam na compreensão das soluções encontradas por aqueles que, assumiram a luta contra o preconceito e em prol da elevação moral e material do negro, em uma conjuntura de consolidação da ideologia da democracia racial.

ABSTRACT

“Between the Miscegenation and Multiracialization: Brazilian Blacks or Black Brazilians?” examines the strategies, speeches and practices of the Brazilian black movement between 1930 and 1950. Through the analysis of the two main institutions of that period - Black Brazilian Front and Experimental Theater of the Black - this search seeks to understand the tensions and challenges faced by a leadership that sought to reconcile the racial recovery with the project of nationalist homogeneity, typical of the mentioned period.

The official journals - The Voice of the Race and Quilombo - as well as the memoirs and academic production of the main characters involved in this process, are the instruments that help us understand the solutions found by those who took the fight against prejudice for the moral and material promotion of the Black, in an environment of consolidation of the ideology of racial democracy.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem o auxílio, direto e indireto, de muitas pessoas.

Neste momento, sinto necessidade e grande vontade de agradecer e homenagear os meus professores, aqueles que contribuíram diretamente para que a minha longa jornada pela História resultasse na apresentação dessa tese.

No período de 1995 a 1999, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, passei a me interessar verdadeiramente pela história do Brasil. Devo isso a Daniela Calainho, José Roberto Góes, Márcia Gonçalves e Luiz Resnik, que nas aulas apresentaram-me a uma rica historiografia, estimulando em mim reflexões e questionamentos.

Entre 2000 e 2002, no mestrado em História Política, também na UERJ, iniciei a minha trajetória como historiadora. Apesar da monografia de graduação, foi lá que verdadeiramente me interessei e desenvolvi as primeiras habilidades necessárias para a pesquisa histórica. Agradeço a Lúcia Bastos, Lúcia Guimarães, Marilene Nogueira, Fernando Faria e Sílvia Carvalho por discutirem em suas aulas uma bibliografia mais voltada para a teoria e a metodologia, proporcionando-me as ferramentas básicas para o ofício do historiador.

Agradeço a confiança da Banca de Doutorado do IUPERJ e da UFF que, no ano de 2003, acreditaram no meu projeto de pesquisa. Agradeço também a Mônica Grin pela disponibilidade e interesse em orientar o projeto, caso ingressasse no curso do IFCS.

Em 2004, já matriculada no doutorado da UFF, muito aprendi com os textos discutidos sob a orientação do professor João Feres, em disciplina cursada no IUPERJ. A disciplina oferecida pela professora Martha Abreu, na UFF, foi imprescindível para o amadurecimento teórico e o encaminhamento da pesquisa. Martha, como minha orientadora, teve um papel fundamental. Paciente, persistente e, sobretudo, competente, soube conduzir a orientação e minimizar os problemas e as inconsistências. As

fragilidades e os possíveis equívocos desse trabalho, obviamente, não são de sua responsabilidade.

A minha atividade como professora universitária também muito contribuiu para o meu amadurecimento intelectual. Agradeço a Luiz Resnik, Márcia Gonçalves e Helenice Rocha a confiança ao permitirem o meu ingresso, em 2003, como professora substituta da UERJ. Em 2004, em novo processo de seleção, ingressei na PUC, onde estou até os dias de hoje. Agradeço a Ilmar Rohloff de Mattos, Selma Rinaldi e, mais uma vez, Luiz Resnik.

A PUC assumiu um papel fundamental na minha vida durante o doutorado. Além desse caráter mais acadêmico, conduzindo-me para um amadurecimento intelectual crescente, ofereceu-me um ótimo ambiente de apoio e auxílio. Foi lá que, entre uma aula e outra, escrevi grande parte da tese. Agradeço o apoio dos meus colegas professores, assim como de todos os funcionários do departamento, que sempre estiveram a disposição para me auxiliar.

Não poderia deixar de agradecer a Hebe Mattos e Marcos Chor, por suas orientações no Exame de Qualificação. Também a leitura, a disponibilidade e interesse em me auxiliar de Yvonne Maggie. Assim como a leitura, as sugestões e revisão final feita por José Roberto Góes.

Indiretamente, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus alunos pela companhia e paciência ao longo desses anos.

Foi também durante o doutorado que fui aprovada no concurso da Fundação Osório. Lá, muito mais que estabilidade profissional, conquistei grandes amigos, quiçá uma verdadeira família. Nos momentos de maior dificuldade ao longo dos últimos três anos, foram eles que estavam ao meu lado, me apoiando e me amparando de todas as formas possíveis. A minha gratidão é imensa e sincera. E as minhas desculpas também, afinal foram muitos os momentos em que não fui capaz de conter o meu estresse.

A minha família e aos meus amigos, agradeço a compreensão por tanta ausência. Saibam que todas foram necessárias, mas não desejadas.

Por fim, agradeço aos meus pais e avós o esforço em proporcionar-me uma educação de qualidade e por garantirem o atendimento das minhas necessidades básicas até a minha maioridade. Foi graças a isso que pude, tão cedo, caminhar sozinha.

ÍNDICE

Apresentação 1

Parte I

A Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça”

1- A Gênese da FNB: a Imprensa Negra e o Centro Cívico Palmares 9

1.2 - O Suposto Pioneirismo da FNB 21

2- Fundação e Estrutura 26

2.1 – Delegações ... 37

3- Identidade Frentenegrina ...40

4- O debate racial e sua influência no projeto político ideológico da FNB ...48

4.1 – As teorias racistas e seus paradoxos ...48

4.2 – Incorporação ... 59

4.3 – Repulsa ...64

4.4 – Brasil Mestiço ... 73

5- Anti- Racismo ...82

6- Nacionalismo e Autoritarismo ...86

7- Divergências e Dissidências ... 103

8- Atuação político-eleitoral ... 113

9- O Fim... 117

10 - Anexos 122

Parte II

Teatro Experimental do Negro e o Quilombo”

- 1- O recomeço: o Teatro Experimental do Negro e a Convenção Nacional do Negro pg 134**
- 2- O jornal: Quilombo – Vida, Problemas e Aspirações do Negro.....pg 140**
 - 2.1 – O Editorial e a palavra de Abdias Nascimento pg 143
- 3 – A estratégia dramática : Guerreiro Ramos e o Psicodrama pg 148**
 - 3.1 – Negritude pg 156
 - 3.2 – Grupoterapia pg 162
- 4 – Outras estratégias culturais e a valorização da auto-estima pg 168**
- 5 – Política pg 179**
 - 5.1 – Eleições pg 185
 - 5.2 – Lei Afonso Arinos pg 192
 - 5.3 – As mulheres e a regulamentação da profissão de doméstica pg 197
- 6 – Democracia Racial pg 200**
- 7 – O Congresso do Negro Brasileiro pg 224**
- 8 – O Projeto UNESCO e a polemica com Costa Pinto pg 256**
- 9- Considerações Finais 276**
- 10- Ilustrações 294**

Fontes.....310

Bibliografia ... 312

Apêndice : Considerações sobre o Multiculturalismo ... I - XIII

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - ESTATUTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA

ANEXO II - DECRETO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA / 1933

ANEXO III – *HINO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA*

ANEXO IV - CANTO DA CRIANÇA FRENTE NEGRINA

ANEXO V - MARCHA PALMARES

ANEXO VI - HINO DA CAMPANHA DA BOA VONTADE

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO I - JORNAL CLARÍN D'ÁLVORADA

ILUSTRAÇÃO II – JORNAL PROGRESSO

ILUSTRAÇÃO III – JORNAL A VOZ DA RAÇA

ILUSTRAÇÃO IV- JORNAL CHIBATA E A GRÁFICA DE JOSÉ C. LEITE

ILUSTRAÇÃO V – ARLINDO VEIGA DOS SANTOS, GERVÁSIO DE MORAIS, ARGENTINO C. WANDERLEI E LINO GUEDES.

ILUSTRAÇÃO VI – ISALTINO VEIGA DOS SANTOS E JOSÉ C. LEITE

ILUSTRAÇÃO VII – VICENTE FERREIRA

ILUSTRAÇÃO VIII – MILITANTES DA LEGIÃO NEGRA

ILUSTRAÇÃO IX - ROMARIA AO TÚMULO DE LUIZ GAMA /1931

ILUSTRAÇÃO X – ABDIAS NASCIMENTO

ILUSTRAÇÃO XI – GUERREIRO RAMOS

ILUSTRAÇÃO XII – ÉDISON CARNEIRO

ILUSTRAÇÃO XIII – ROMÃO DA SILVA, IRONIDES RODRIGUES, JOÃO CONCEIÇÃO

ILUSTRAÇÃO XIV – JOSÉ POMPÍLIO, JOSÉ BERNADO, JOSÉ ALCIDES.

ILUSTRAÇÃO XV – CANDIDATURA DE ABDIAS NASCIMENTO

ILUSTRAÇÃO XVI - LIDERANÇAS NEGRAS / 1940

*** Ilustrações I, II, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XVI retiradas do livro de José Correia Leite.**

*** Ilustrações X, XI, XII,XIII, XIV e XV retiradas do jornal Quilombo.**

APRESENTAÇÃO

O tema desta pesquisa diz respeito às estratégias, discursos e práticas de duas entidades do denominado “movimento negro brasileiro”, no período entre 1930 e 1950. Partindo do princípio de que associações de pretos e pardos existem desde o período colonial, seja com conteúdo cultural/religioso, representada principalmente pelas Irmandades, seja na forma de ação reivindicatória, exemplificada através dos quilombos, quando nesta pesquisa nos referirmos ao “movimento negro”, estamos focando o nosso objeto nas associações institucionalizadas e organizadas burocraticamente, identificadas desta forma pelas ciências sociais.

O “movimento negro” brasileiro, nesse sentido, está aqui caracterizado como um movimento social. Este, em suas diversas manifestações, partiria de um conjunto de metas e valores a serem atingidos. Segundo Maria da Glória Gohn, a ação de uma liderança na formulação de demandas e no incentivo para a reunião de uma base de apoio; a transformação dessas demandas em reivindicações; a organização e a elaboração de estratégias; o encaminhamento e a execução dos projetos; o diálogo e a negociação com interlocutores e opositores seriam algumas das etapas essenciais na institucionalização de um determinado movimento social.¹

Sendo assim, a trajetória do movimento negro brasileiro pode ser classificada como historicamente recente, estando inserida nos últimos 80 anos da história do Brasil contemporâneo. Após a abolição da escravatura surgiram, principalmente na cidade de São Paulo, inúmeras associações organizadas por negros e mestiços, mas a grande maioria possuía um caráter majoritariamente cultural e beneficente. Foi, portanto, somente na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira, que o movimento negro surgiu como porta-voz e ator organizado na luta em prol dos interesses dos negros.²

¹ Ver Gohn, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

² Por representar uma categoria instrumental de análise, referente a um grupo socialmente construído, reunindo uma grande diversidade cultural, assim como múltiplas tonalidades de cor e diferenciadas características fenotípicas, a utilização dos termos negro(s) e negra(s) irá sempre se referir aos que, desse modo, se autodefinem, e/ou aos que assim são identificados pelos integrantes do movimento negro

A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, seguindo as definições contemporâneas de movimentos sociais, seriam instituições representativas do “movimento negro” brasileiro. Organizando-se burocraticamente, arregimentando adeptos e criando estratégias específicas na tentativa de alcançar objetivos previamente definidos, apresentavam-se como representantes e defensores dos interesses dos negros.

Apesar da pluralidade encontrada entre as diversas organizações ligadas ao “movimento negro” brasileiro, a utilização da expressão no singular justifica-se, nesse caso, pela unidade em torno da meta central: a luta em defesa da população negra, o combate ao racismo e a total integração do negro na sociedade.

Partindo do objetivo geral de contribuir para o estudo das relações raciais no Brasil, a pesquisa buscou identificar as mudanças e as permanências das estratégias adotadas por duas entidades do movimento negro brasileiro, identificadas como as mais representativas do período. Complementarmente, procurou analisar como essas ações interferiram e interferem na construção do paradigma racial brasileiro, que, por sua vez, representa um elemento central na formação da identidade nacional. Buscar-se-á nas fontes - através dos enfoques dos jornais, dos discursos e dos textos redigidos, dos intelectuais e referências citadas - respostas, apresentadas por cada uma dessas organizações, para duas questões centrais: **qual a origem dos problemas dos negros brasileiros e quais são as soluções para esses problemas?** Na busca pelas respostas destas perguntas, que, necessariamente, guiam as estratégias e práticas de cada uma dessas associações, alguns temas são recorrentes. Racismo, discriminação racial, miscigenação, identidade nacional e racial, nacionalismo, integração e segregação, inexoravelmente, aparecerão como conceitos-chave nos diversos discursos.

brasileiro. Conceitualizar o grupo de forma absoluta, identificando de forma precisa as suas características torna-se, portanto, uma tarefa efetivamente arriscada, principalmente no caso específico da realidade brasileira, com tamanho grau de miscigenação, tanto étnica como cultural. A fronteira entre “brancos” e “negros” no Brasil é bastante fluida, dependendo muitas vezes da região e do nível sócio-econômico. Geralmente, os identificados como negros são aqueles que possuem uma afrodescendência explícita em sua aparência física, ao contrário, por exemplo, do padrão norte-americano, mais firmemente focado na ascendência. Nos dois casos, portanto, muitos mestiços são classificados como negros. (Ver, por exemplo, a classificação adotada pelo atual governo (SEPIR), que reconhece como negros a soma de pretos e pardos computada pelo IBGE, e utiliza como justificativa para tal metodologia, a semelhança identificada entre pretos e pardos a partir da comparação dos índices sócio-econômicos de ambos os grupos). Posteriormente, o tema será discutido mais amplamente.

A hipótese inicial que estimulou o desenvolvimento da pesquisa, parte do princípio de que estaria surgindo na sociedade brasileira uma nova sensibilidade no que diz respeito às relações raciais, mais racializada do que é o costume, e isso implicaria em novos cenários do cotidiano. Desde o seu surgimento, na década de 1930, até os dias de hoje, o movimento negro brasileiro, como não poderia deixar de ser, vem passando por transformações. As mudanças nas suas estratégias e práticas de luta representam uma mudança teórica, que por sua vez, reflete a mudança, em cada fase específica, das respostas àquelas perguntas citadas no parágrafo anterior. O início desta mudança, que já pode ser verificado na década de 1950, vai se consolidar de fato no final da década de 1970. O paradigma universalista francês que, no caso brasileiro, ganhou consistência e se materializou com o ideal varguista e freyreano do mestiço, está sendo questionado. É possível que estejamos vivenciando a transformação de uma sociedade que se definia como mestiça, para uma sociedade que se define multirracial, e, por isso, incentiva a definição e escolhas de identidades raciais, até então, profundamente diluídas no Brasil.³

No entanto, no período entre 1930 e 1950, com a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, a aliança nacionalista ainda se apresentava hegemônica. O grande desafio das lideranças e dos intelectuais envolvidos, portanto, era acomodar a denúncia e a luta contra o preconceito e a recriação das precárias condições sócio-econômicas dos negros com o pacto nacionalista fundamentado no ideal da democracia racial. A pesquisa visa identificar **quais foram as saídas encontradas pelas lideranças e intelectuais desse período na tentativa de incentivar a valorização racial, as denúncias e as reivindicações, sem abandonar ou negar a valorização nacionalista, alimentada em grande parte pelo reconhecimento do caráter harmônico das relações raciais brasileiras.**

As soluções colocadas em prática por essas lideranças e por esses intelectuais - expressas nos jornais que editaram e nos textos que produziam - revelam uma determinada cultura histórica das relações raciais no Brasil e demonstram os usos do passado empreendidos por esses atores sociais. A cultura histórica, nesse sentido, não

³ Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 1976, a categoria “cor” era registrada a partir da auto-atribuição do pesquisado. Os brasileiros responderam com um total de 136 definições diferentes, a maioria relacionada à cor propriamente dita, e não à ascendência, origem ou raça. Ver: Schwarcz, Lília Moritz e Reis, Letícia Vidor Souza.(org) Negras Imagens: Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

deve ser compreendida como um conceito fechado, representando muito mais um conjunto de fenômenos histórico-culturais que refletem o modo como um determinado grupo lida com o seu passado e promove usos dele. A memória, portanto, embora distinta da história - na medida em que a primeira representa as recordações e as reconstruções, enquanto a segunda é uma ação intelectual esforçada, muitas vezes, em desmistificar a própria memória - torna-se, ela mesma, um importante objeto e tema de estudo da história. Embora distintas, memória e história são indissociáveis e possuem uma relação de retro-alimentação. Em certa medida, a memória alimenta a história, assim como a história alimenta a memória.

Os historiadores, portanto, passam a ser intérpretes das “culturas históricas” existentes em determinadas sociedades. Essa pesquisa visa não apenas contar a história dessas duas associações (FNB e TEN), mas também identificar de que forma as suas lideranças e intelectuais articulados incorporaram o passado na construção do presente. O que valorizaram? O que submetiam ao esquecimento? O que condenavam? **Enfim, quais eram os usos do passado colocados em prática por essas lideranças, na tentativa de forjar uma identidade para o grupo sem colocar em risco o reconhecimento deste como parte integrante do todo nacional.**

Segundo Jacques Le Goff, a cultura histórica seria a “*relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado*”.⁴ No entanto, o autor reconhece que essa “*mentalidade coletiva*” é plural, ou seja, existe uma diversidade de culturas históricas paralelas e concorrentes. Essa conclusão, todavia, não implica o não reconhecimento e identificação de uma atitude dominante nesses grupos. Atitude esta que, para conquistar e manter uma relativa hegemonia permanece em constante disputa com outras. Enfim, a cultura histórica de um determinado grupo, o modo como este entende e expressa aquilo que imagina ser e imagina representar é resultado de um processo contínuo de embates entre diversos projetos e possibilidades.

As culturas políticas, responsáveis em grande parte pela legitimação de regimes e pela criação de identidades, buscam sempre a seleção e valorização de elementos específicos do passado. Essa memória seletiva, essa leitura peculiar do passado, aproxima uma dada cultura política a uma determinada cultura histórica. O modo como uma

⁴ Le Goff, Jacques. História e Memória. São Paulo: UNICAMP, 1990. p. 47-48.

sociedade e/ou alguns grupos específicos lidam com o passado, ou a maneira pela qual fazem uso desse passado e escrevem sobre ele, valorizando alguns pontos e submetendo ao esquecimento outros, nos ajudam a entender a produção e disseminação de uma determinada cultura histórica. Portanto, a questão não é apenas se essas escolhas representam fielmente o que ocorreu no passado. O objetivo desta tese é descrever uma realidade histórica, mas é também tentar conferir sentido ao presente através do uso de elementos do passado.

De acordo Com Ângela de Castro Gomes, a cultura política nos permite entender o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos.⁵ Os sistemas de práticas, valores e representações, que constituem as culturas políticas, utilizam-se de culturas históricas, de leituras do passado determinadas e selecionadas não aleatoriamente. A emergência de uma cultura política e histórica hegemônica, como já nos indicou Le Goff, não significa a ausência de outras tantas coexistindo simultaneamente.

Nas estratégias, discursos e práticas adotadas pelas lideranças da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro – expressas nos jornais e na produção dos intelectuais - podemos identificar não apenas as culturas históricas e políticas dominantes naquele período, mas também as disputas ocorridas entre os diversos projetos em um momento muito específico, caracterizado por um grande investimento realizado pelo próprio Estado em consolidar uma determinada cultura política e histórica nacionalista.⁶ Essa pesquisa busca analisar como essas lideranças negras participavam desse processo. Como incorporavam ou não, ou como dialogavam com a cultura histórica nacional em seu projeto de valorização racial.

Na parte I, primeiramente, busco contextualizar, política e culturalmente, o surgimento do movimento negro brasileiro, identificando os principais elementos que funcionaram como incentivo para a sua organização. O aspecto sócio-cultural, representado pela substituição das teorias racistas de branqueamento pela valorização da mestiçagem; o aspecto econômico - especificamente na cidade de São Paulo - representado pelo grande fluxo migratório e pela crise econômica no final dos anos 1920;

⁵ Ver: Gomes, Ângela de Casto. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007.

⁶ Ver Gomes, Ângela de Casto. História e Historiadores. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

e o aspecto político, no qual a “revolução de 1930” reflete um momento de recomposição das elites políticas e de esperança de mudanças.

Em seguida, analiso a denominada primeira fase do movimento negro. A pesquisa irá se concentrar no período entre 1930-1937, época de atuação da Frente Negra. Autoritarismo, nacionalismo e a defesa da unidade e homogeneidade nacional, características do período, estão presentes nessa instituição. A organização, atuação e conflitos internos da Frente Negra representavam, num micro-cosmos, a realidade da política nacional. As fontes utilizadas são os periódicos “*Progresso*”, “*A Voz da Raça*” (informativo oficial da FNB), “*Clarim d’ Alvorada*” e “*Chibata*” (os últimos, editados por José Correia Leite, importante liderança do movimento negro durante quase todo o século XX, fundador e, logo em seguida, opositor da Frente Negra Brasileira).⁷ Sendo um dos principais jornais da imprensa negra da época, a utilização do jornal “*Progresso*” tem por objetivo identificar e apresentar a aglutinação e movimentação que existia imediatamente antes da organização da Frente Negra e do início da publicação do seu periódico oficial. Compreendendo o período entre junho de 1928 e novembro de 1931, o *Progresso* nos ajuda a esclarecer sobre o que estava sendo pensado e discutido momentos antes da fundação da Frente. O “*Clarim d’Álvorada*” possui a mesma função até o final de 1931. Após esse período, junto com o “*Chibata*”, tem o propósito de apresentar o grupo de oposição à Frente Negra.

Na parte II, a pesquisa irá se concentrar no segundo momento da trajetória do movimento negro. Após a repressão ocasionada pelo Estado Novo, as lideranças negras dos anos 1930 reúnem-se novamente, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte. No período compreendido entre o fim do Estado Novo e o início do governo militar, o ideal nacionalista dos anos 1930 ainda está muito presente. Todavia, as pesquisas realizadas pelos sociólogos do Projeto UNESCO, associadas ao movimento de valorização da “negritude”, começam a colocar em xeque o “mito da democracia racial”. As fontes utilizadas estão diretamente ligadas à figura de Abdias Nascimento e ao Teatro Experimental do Negro. São elas: os jornais “*O Quilombo*”, editados pelo TEN, os Anais do Congresso do Negro Brasileiro e a produção acadêmica de Guerreiro Ramos (uma das

⁷ A autobiografia de José Correia Leite, como memória, também foi fonte importante deste trabalho.

principais lideranças do TEN), Costa Pinto (ativo participante do I Congresso do Negro Brasileiro) e Roger Bastide (também colaborador do Quilombo e do Congresso).

Espero, com esse trabalho, aprofundar as reflexões sobre as relações raciais no Brasil, contribuindo, de alguma forma, para o debate em torno de uma das questões mais urgentes atualmente em nossa sociedade: a adoção de ações afirmativas segundo critérios raciais. O tema racial, tão presente no cotidiano brasileiro desde o início da formação do país, deve ser exaustivamente estudado, de modo a humanizar e socializar cada vez mais as oportunidades no Brasil. Melhor compreendendo as origens, mais fácil será buscar as soluções.

PARTE I

PARTE I

“A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E A VOZ DA RAÇA”

1- A Gênese da FNB: A imprensa negra e o Centro Cívico Palmares

A Frente Negra Brasileira é reconhecida, tanto por pesquisadores como por militantes, como o primeiro momento do movimento negro brasileiro. No entanto, evidentemente, a união de lideranças negras na cidade de São Paulo não ocorreu de forma repentina. Um longo caminho já estava sendo percorrido, já estava sendo traçado, e é a partir desse caminho inicial que começaremos a entender a sua história.

A historiografia classifica as diversas associações fundadas em São Paulo, antes da década de 1930, como possuidoras de um caráter majoritariamente recreativo e beneficente, buscando atender as demandas mais urgentes da população negra. De acordo com essas pesquisas, esses grupos agiam incentivando laços de solidariedade e união, auxiliando no enfrentamento e na minimização das dificuldades sócio-econômicas, assim como elaborando meios alternativos de convivência.⁸

Na tentativa de compreender a trajetória e a natureza dessas associações, assim como da própria Frente Negra Brasileira, parte significativa dessa produção historiográfica identifica, no contexto sócio-econômico da cidade de São Paulo, elementos que, segundos seus autores, nos esclareceriam sobre os motivos que fizeram desta cidade palco principal das primeiras organizações negras da época. Afinal, ao contrário do que as teorias racistas afirmavam, a dificuldade dos negros de ascenderem socialmente não era decorrência de nenhuma herança genética e hereditária, nenhum “vício da raça”. Ao contrário, refletiam o estado de abandono, descaso e desamparo vivido por eles no período pós-abolicionista. Seria esta condição, supostamente mais grave em São Paulo, que teria estimulado a organização dessas associações. José Correia

⁸ As principais pesquisas que tratam do tema, assim como as suas teses centrais, serão apresentadas logo adiante.

Leite, importante liderança do século XX, atuando desde os anos 1920 até o final da década de 1980, através de suas memórias, compartilha desta interpretação. De acordo com suas palavras:

*“Sempre é bom reprisar o óbvio sobre a questão do negro ter saído da noite escura de três séculos de escravidão e caído na marginalidade. Depois daqueles horrores todos, houve o desamparo, nenhum apoio. Nós estávamos próximos de 88, nos anos 20. Eram trinta e poucos anos. Dava a impressão que a gente estava ainda com a sombra da senzala na frente. O negro - como até hoje continua sendo – era um elemento desamparado, não tinha retaguarda. Era vítima de tudo quanto era injustiça”.*⁹

Toda essa situação de desamparo, abandono e pauperização, expressada por Correia Leite, atingiu libertos, independente da região. Todavia, teria sido mais aguçada na cidade de São Paulo, exatamente o local de organização da Frente Negra. A FNB, portanto, não surgiu em São Paulo por mero acaso. Segundo esta bibliografia, o peculiar desenvolvimento econômico paulista influenciou diretamente a organização não só da Frente, mas de várias outras associações e clubes ligados aos negros.

De acordo com Florestan Fernandes, por exemplo, o cativo e a falta de assistência e interesse, por parte da elite brasileira, sobre as condições sociais dos negros, seriam os principais responsáveis pela péssima situação dos ex-escravos e seus descendentes. Para o autor, após a abolição, os negros não tinham onde morar. A dificuldade de conseguir trabalho estável e bem remunerado os levou para a rua ou para os cortiços. Em seu livro conclui que a esmagadora maioria vivia em péssimas condições. Pequenos espaços eram compartilhados por várias pessoas que se alimentavam, na maioria das vezes, de restos trazidos da rua ou do trabalho. As crianças ficavam sozinhas enquanto as mães estavam trabalhando, normalmente em serviços domésticos. Devido ao subemprego dos pais ingressavam no mercado de trabalho precocemente, também de forma instável, mal remunerada e muito pouco valorizada, criando, enfim, um novo ciclo

⁹ Leite, José Correia Leite. *... E disse o velho militante José Correia Leite*. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P. 81. (O livro é autobiográfico, um livro de memórias elaborado com os depoimentos de Correia Leite a Luiz Silva).

vicioso: “*Ir à escola exigia uma vida organizada e disponibilidade de recursos. Raramente as duas condições se apresentavam em conexão*”.¹⁰

A nova ordem social, somada à grande entrada de imigrantes, teria, portanto, dificultado muito a integração do negro na sociedade paulista. Seguindo esta interpretação, como resposta a essa situação de desamparo, desde o final do século XIX várias associações de negros vinham sendo fundadas. Apesar de não estarem em aberto litígio com a ordem econômica, social e política estabelecida e, algumas vezes, alheias à luta política organizada, possuíam um caráter cultural, recreativo e beneficente. Somente até 1937, ano no qual se encerram as atividades da Frente Negra, em decorrência do Estado Novo, Regina Pahim Pinto computa cerca de 123 associações negras apenas na cidade de São Paulo, sem incluir nesta amostra as associações exclusivamente carnavalescas e/ou esportivas.¹¹ Petrônio Domingues, por sua vez, aponta 85 associações negras em atividade na cidade de São Paulo entre 1897 e 1930.¹² Dessas 85 associações, 25 seriam de caráter dançante, 9 de caráter beneficente, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários e 12 cordões carnavalescos. A maioria possuía estatuto, direção administrativa, identificação dos sócios e cobrança de mensalidades.

Estas instituições possuíam atividades voltadas para a assistência social, a educação e a cultura. Organizavam eventos em datas comemorativas como o 13 de maio e o dia 28 de setembro (data de promulgação da Lei do Ventre Livre); homenageavam personagens ilustres como Henrique Dias, José do Patrocínio e Luiz Gama; realizavam romarias aos túmulos dos líderes abolicionistas; organizavam atividades esportivas e culturais (recitais de poesia, concursos literários...); enfim, criavam um ambiente de sociabilidade congregando a “população de cor”.¹³ Embora as atividades apresentassem um caráter majoritariamente recreativo, relacionavam-se diretamente com a questão

¹⁰ Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978. Volume I. P. 219. (José Correia Leite foi um caso exemplar, impossibilitado de frequentar o grupo escolar devido à ausência dos pais.)

¹¹ Pinto, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. São Paulo, 1993. Tese (Dout.) FFLCH/USP. P. 84

¹² Domingues, Petrônio José. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

¹³ O termo “homem de cor” era muito comum no período da Primeira República, conforme podemos notar através da leitura de documentos da época.

racial, na medida que buscavam recuperar elementos históricos de significância na trajetória do negro brasileiro. Além disso, a prática associativa criava laços de solidariedade, estimulava padrões comportamentais e desenvolvia elementos coletivos de identificação.

Segundo Domingues, o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos foi uma entidade de destaque nos primeiros anos da República.¹⁴ Fundado em 1908, por dissidentes da Sociedade 18 de Agosto, foi a primeira instituição a propor a unificação das diversas associações negras. Além disso, as páginas de seu periódico eram voltadas para a discussão da situação do negro, seus problemas e respectivas soluções.

Todavia, o mesmo autor, assim como outros pesquisadores, identificam no Centro Cívico Palmares, fundado em 1926, a mais importante associação antes da Frente Negra Brasileira. Pelo grau de organização, pela prática política mais distanciada das atividades recreativas, pela coincidência das lideranças e pelo fato da própria FNB reconhecer no CCP a parte inicial da sua história, Palmares é uma espécie de embrião da Frente.

A luta do CCP não era diferente das travadas na época. No entanto, a instituição conseguiu reunir uma liderança mais articulada politicamente, que inclusive continuou na militância nas décadas posteriores, com a própria Frente Negra e com o Teatro Experimental do Negro e o jornal Quilombo. Entre os integrantes do CCP que, posteriormente, assumiriam uma posição de destaque na FNB temos: Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, Vicente Ferreira e Raul Joviano Amaral.

O Centro Cívico Palmares foi idealizado e fundado por Antônio Carlos, um sargento da Força Pública de Campinas, que foi para São Paulo por ocasião da rebelião tenentista de 1924.¹⁵ Participou do levante em São Paulo e acompanhou Miguel Costa, líder da Coluna Paulista, em sua caminhada ao encontro de Luís Carlos Prestes. Incorporou-se na Coluna Prestes percorrendo o interior do Brasil até 1926, quando retornou a São Paulo e fundou o Centro Cívico Palmares. Segundo matéria publicada no jornal Progresso em maio de 1929:

¹⁴ Ver Domingues, José Petrônio. A Insurgência do Ébano: A História da Frente Negra Brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 2005.

¹⁵ As informações sobre o Centro Cívico Palmares foram adquiridas nos jornais Progresso, Clarim d'Álvorada e A Voz da Raça, assim como no livro de memórias de José Correia Leite. (Sobre os periódicos, voltaremos a tratar mais detalhadamente adiante).

*“Antônio Carlos fora investido da incumbência de ir ao encalço, nos sertões do norte, daqueles que se batiam pelo seu ideal. Nas poucas horas de folga da penosa via crucis pelo assolarado extremo do país, o sargento Antônio Carlos, que sempre se bateu pela emancipação moral de sua raça, não deixava de auscultar os meios onde viviam os pretos. Regressando a São Paulo, requereu sua baixa da Força Pública, dedicando-se então, de corpo e alma à Raça Negra”.*¹⁶

Em outubro de 1926 foi fundado O Centro Cívico Palmares, associação que, segundo expressões da época, reunia a “nata” do elemento negro paulistano. O próprio jornal *Progresso* exalta o CCP, reconhecendo a sua importância para a integração do negro na sociedade.

*“Palmares seguiu passo a passo o progresso do Brasil. Criou bibliotecas. Fundou escolas. Deu seu curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto, e existem alunos nas escolas superiores do país. Foi ao chefe da nação ... sustando ordem da não entrada de pretos na Guarda Civil. Tomando providências para a inscrição de crianças pretas nos concursos. Levou o líder do governo nos seus salões.”*¹⁷

¹⁶ Jornal *Progresso*. Nº 10. 24/03/1929. O jornal “*Progresso*” foi criado por ocasião da comemoração do aniversário de nove anos do Grupo Carnavalesco Campos Elysios e, segundo Miriam Ferrara, também em comemoração ao centenário de nascimento de Luís Gama, momento em que se inaugura uma herma no Largo do Arouche. Representou uma importante publicação do “meio” negro, reconhecida e elogiada por vários jornais da época, como por exemplo: Jornal do Comércio, A Gazeta, Correio Popular, Diário Nacional, Clarim d’Alvorada e Folha da Noite. O seu proprietário era Argentino C. Wanderley, o fundador do G. C. Campos Elysios e integrante de várias associações negras, entre elas o Centro Cívico Palmares. Foram publicados quarenta e dois exemplares no período compreendido entre 23 de junho de 1928 e 15 de novembro de 1931. O seu editor era Lino Guedes, importante intelectual negro da época. A partir de 28/07/1929 João Baptista Ferreira passa a ser proprietário juntamente com Argentino C. Wanderley. Após a sua fundação (setembro de 1931) e, até o início da publicação do A Voz da Raça (periódico oficial da entidade), em 1933, o jornal *Progresso* foi o principal veículo de informação e divulgação da Frente Negra Brasileira.

¹⁷ Jornal *Progresso*. Nº 10. 24/03/1929.

Não apenas o “meio negro” reconhecia sua importância, outros segmentos da sociedade paulistana também reconheceram a seriedade e competência da associação em representar os interesses dos negros. Numa passagem bastante reveladora, Vicente Ferreira, um dos principais articuladores da época, abordou o assunto nas páginas do jornal Progresso, em 1928:

*“Frei Vicente, esse luminar do púlpito brasileiro, não nos surpreendeu quando na Igreja de Santa Cecília exclamou: ‘Negros feitos da **essência da brancura**, a nata do elemento negro são encontrados em Palmares’ ...”*

“Toda a obra sã tem o apoio de todas as classes sociais. E a agremiação que Mr. Gittens capitaneia o tem”.¹⁸

Apesar de demonstrar a respeitabilidade do CCP, que chegou a fazer parte de sermões da Igreja Católica, essa transcrição revela algo mais. Vicente Ferreira, embora envolvido e empenhado em ajudar e resolver os problemas e limitações vividas pelo seu grupo, não se incomodava em saber que, para o padre, a “nata” do elemento negro era formada pela essência da brancura. Ferreira reproduziu o sermão sem fazer qualquer ressalva negativa. Ao contrário, identificou nas palavras do padre apenas elogios, sem demonstrar preocupação com a valorização da “essência da brancura” realizada pelo representante da Igreja.

Embora, como indicado na transcrição anterior, o CCP tenha lutado contra a proibição do ingresso de negros na Guarda Civil e contra o impedimento da participação de crianças negras no concurso que elegia o bebê mais robusto e eugenicamente desejável, a forma de atuação sempre foi pautada pela passividade, legalidade e cordialidade. A postura não era marcada pelo enfrentamento e/ou animosidade.

Embora sendo o seu idealizador e fundador, Antônio Carlos não permaneceu à frente do CCP. Por motivos não conhecidos, mudou-se para Uberaba.¹⁹ Assumiu a

¹⁸ Jornal Progresso. Nº 1. 23/06/1928. Texto de Vicente Ferreira. (Grifos meus)

¹⁹ No livro de José Correia Leite, o autor afirma que Antônio Carlos foi para a Força Pública de Minas Gerais, onde fez carreira, chegando a coronel reformado. Morou em Belo Horizonte e fundou em sua própria casa uma biblioteca bem catalogada sobre assuntos negros.

direção J. Foyes Gittens, inglês, que realizou uma reestruturação na instituição.²⁰ Gittens passou a ser o presidente absoluto do CCP e, devido ao centralismo e autoritarismo de sua direção, acabou por afastar vários membros, acumulando críticas e inimizades. Além disso, o fato de não ser brasileiro também desagradava a maioria dos integrantes, como por exemplo, Isaltino Veiga dos Santos, futuro Secretário Geral da Frente Negra Brasileira, que se retirou do CCP por discordar da presença de um estrangeiro na presidência.²¹ Em fevereiro de 1929, o jornal *Progresso* protestou:

“Pela vitória da causa do negro brasileiro, e em particular do paulistano, Mr. Gittens deve submeter-se à vontade dos palmarinos, que clamam por um presidente representativo”.

*“Infelizmente, o Centro Cívico Palmares está sendo dirigido por uma verdadeira ditadura, que afastou os elementos antigos e de prestígio da família palmarina”.*²²

Após uma acusação de desvio de verbas, a crise agravou-se ainda mais. No mês seguinte, março de 1929, Palmares fechou suas portas. O encerramento das atividades do CCP não foi aceito sem reações. Muitas lideranças depositavam ali suas esperanças de reverter a difícil situação do negro. Por esse motivo, um grupo liderado por Ignácio Amorim reabriu o Centro, que passou a ser dirigido por uma junta governativa. Criaram-se novas expectativas, sendo até mesmo realizada uma vultuosa obra, onde edificou-se uma respeitosa e imponente sede. Em novembro de 1929, o jornal *Progresso* informava:

“O novo Palmares, que o espírito de abnegação de Ignácio Amorim, esquecido de si e dos seus, vai dotar São Paulo, será um florilégio onde experimentaremos emoções várias através das reuniões - capítulos do livro

²⁰ J. Foyes Gittens, também chamado de Mister Gids era um negro inglês que, segundo José Correia Leite, conseguiu o apoio de algumas pessoas negras porque era um sujeito “bem posto”. Era gerente de uma grande papelaria chamada Casa Vanorte.

²¹ O nacionalismo exacerbado de Isaltino Veiga dos Santos, assim como de toda a direção da Frente Negra Brasileira, será discutido mais adiante.

²² Jornal *Progresso*. Nº 9. 24/02/1929. Texto de Vicente Ferreira.

*da vida de um povo, que traz na história origens épicas, feitos gloriosos e paixões profundamente humanas e sentidas...*²³

De acordo com as memórias de José Correia Leite, apesar das mobilizações para reerguer o CCP, há visivelmente um enfraquecimento da luta. Palmares passou a realizar apenas atividades recreativas, aproximando-se das outras associações negras existentes, o que levou o jornal Clarim d'Álvorada a lamentar:

*“... nós temos que lastimar com franqueza o modo insincero e censurável com que os negros palmarinos deixam falecer a idéia do abnegado lutador que fora Antônio Carlos”.*²⁴

Podemos afirmar, portanto, que as principais lideranças da FNB, nos anos imediatamente anteriores à fundação da associação, reuniam-se, principalmente, no Centro Cívico Palmares e no jornal Progresso. Contudo, a atividade da denominada imprensa negra ia muito além do Progresso. Parte considerável das associações publicava, periodicamente, um jornal. Aproximadamente 30 jornais eram publicados por lideranças negras no período entre 1907-1937, o que nos leva a identificar nessas associações culturais e beneficentes, assim como em seus respectivos periódicos, o embrião da organização e da luta dos negros no início do século.

A imprensa negra do início do século XX, de acordo com a bibliografia sobre o tema, era consideravelmente influenciada pela imprensa operária e, ambas, possuíam o mesmo objetivo principal: denunciar os problemas vividos pelo seu grupo.²⁵ Enquanto os operários, muitos deles imigrantes, lutavam por melhores condições de trabalho, a luta travada pelas lideranças negras no início do século, conforme pretendo demonstrar com

²³ Jornal Progresso. Nº 18. 24/11/1929.

²⁴ Jornal Clarim d'Álvorada. Nº 18. 14/07/1929. (O jornal iniciou sua publicação sob o nome de Clarim em 06/01/1924 e permaneceu com esse nome até 06/04/1924. As edições posteriores passaram a ter o nome de Clarim d'Álvorada porque um mulato foi à redação afirmando ter um jornal registrado com o mesmo nome e ameaçando de mover uma ação judicial. A inclusão do “alvorada” no nome do jornal ocorreu, portanto, pela já existência de outro jornal com o mesmo nome. A direção do jornal era de Jayme de Aguiar e José Correia Leite).

²⁵ Ver, por exemplo, Miriam Ferrara (1981), Roger Bastide (1951) e Ubirajara Motta (1986).

as citações a seguir, tinha como ponto central a integração do negro na sociedade e a união do grupo, focando como principal via de acesso a esses objetivos a mudança no comportamento social e moral dos próprios negros.

Segundo José Correia Leite, a luta principal naquele momento era a conscientização. Era preciso que eles compreendessem que o regime escravocrata havia acabado e lutassem pela igualdade de direitos, agora ratificada pelas leis do novo Estado. Todavia, o próprio Correia Leite reconhecia as enormes dificuldades em congregar, pois dificilmente conseguia-se união caso não houvesse algum tipo de motivação de lazer e recreação. Em suas próprias palavras:

*“Só havia participação maciça em coisa que fosse para divertir, dançar senão... Era a luta que se travava na época. O negro propriamente não era culpado disso. Sabia que um igual a ele não podia ter força para dirigir. Então havia aquela desconfiança”.*²⁶

Com isso, as diversas sociedades beneficentes logo se tornavam exclusivamente recreativas, mas o efeito dos jornais nesse período não deve ser subestimado. Roger Bastide, em seu texto sobre a imprensa negra do estado de São Paulo, resume as principais características desses periódicos, facilmente comprovadas quando entramos em contato direto com esses documentos.²⁷

A intensa atividade dessa imprensa negra, de acordo com Bastide, pode ser interpretada como um reflexo do reconhecimento, pelos próprios negros, de um tratamento desigual quando comparado aos brancos. Apesar de sua pouca tiragem e efemeridade, decorrência, sobretudo, da falta de recursos da classe à qual são dirigidos, os jornais da imprensa negra refletem a mentalidade da parte intelectualizada do grupo.

Esses periódicos não representam, portanto, uma imprensa informativa de assuntos gerais. Tratam de questões relativas aos negros, buscando valorização e eliminação do complexo de inferioridade. Enfim, é um órgão de educação e protesto, embora não se identifiquem informações sensacionalistas relacionadas com criminalidade. No intuito de

²⁶Leite, José Correia. Op. Cit. P. 57.

²⁷Bastide, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1951.

ascender socialmente e alcançar a mobilidade social, o foco principal é educativo, tendo como estratégia principal a valorização de exemplos positivos e do padrão comportamental da classe média.

Segundo Bastide, a ação da imprensa negra varia conforme as grandes correntes políticas de cada período. O autor elabora uma periodização para os jornais. Um primeiro momento, pós 1914, influenciado pelas idéias de liberdade e igualdade refletidas através da Primeira Guerra e decorrência da política educacional de universalização do ensino primário gratuito. O segundo, abarcando o período de 1930-1937, significando a passagem da reivindicação estritamente jornalística para a reivindicação política. E, o terceiro momento, pós 1945 (após o vazio de 1937-1945), caracterizado pela apologia da liberdade.

As mudanças, para Bastide, não seriam imitações de um padrão dominante, mas, ao contrário, estratégias políticas. Se, nos anos 1930, Palmares é exaltado como um exemplo de sociedade organizada, autônoma, hierarquizada e conduzida por um líder notável, em 1950 será exaltado o caráter liberal, cooperativo e fraternal. Sobre o reconhecimento dos anos 1930 como o início da reivindicação política e as diferentes formas de ação como fruto de estratégias e não de mera imitação, discutiremos mais adiante. Interessa-nos, nesse momento, focar na imprensa negra outro periódico, o jornal Clarim d'Alvorada. O grupo que contribuía para a organização do jornal também participou do CCP e da FNB.

Fundado em 1924 e dirigido por Jayme de Aguiar e José Correia Leite, sempre manteve na imprensa negra um local de destaque. Arlindo Veiga dos Santos, irmão de Isaltino Veiga dos Santos e também militante do Centro Cívico Palmares, foi um dos colaboradores do jornal e, posteriormente, seria o Presidente Geral da Frente Negra Brasileira.

Como já foi dito anteriormente, várias eram as associações de negros no início do século. O Centro Cívico Palmares, entretanto, diferenciava-se por reunir pessoas dispostas a discutir a situação do negro no Brasil. No que se refere ao Clarim d'Alvorada, temos a mesma situação. Evidentemente, existiam vários periódicos organizados pelas lideranças negras. A chamada “imprensa negra” era dinâmica e possuía muitos jornais.²⁸ Todavia, o que diferenciava o “Clarim d'Alvorada” era o fato de ir muito além dos

²⁸ Ver, por exemplo, Miriam Ferrara (1981), Roger Bastide (1951) e Ubirajara Motta (1986).

informativos sociais, como batizados, casamentos, bailes. Na opinião de José Correia Leite, foi a partir do Clarim d'Álvorada que a imprensa negra partiu, verdadeiramente, para uma militância ideológica.

Jayme de Aguiar e José Correia Leite, fundadores do Clarim d'Álvorada, encontraram-se num baile para negros, evento comum na época. Jayme de Aguiar propôs a José Correia Leite a fundação do jornal. O primeiro número foi impresso em janeiro de 1924, ainda sem conotação política, bem pequeno e com um caráter mais literário, intitulado apenas “O Clarim”.

Pouco a pouco o jornal foi crescendo e ganhando impulso e respeito. Em março de 1929 houve a tentativa de organização de um Congresso da Mocidade Negra, ocorrendo uma reunião com integrantes de dezesseis associações negras de São Paulo. Todavia, o evento não foi concretizado.

Certo dia, em meados de 1929, Jayme de Aguiar anunciou que ia se casar e pretendia abandonar a direção do jornal. Inicialmente, Aguiar pretendia acabar com o periódico, pois duvidava que José Correia Leite, sozinho, tivesse capacidade para editar o jornal. Veja um depoimento de Leite, contanto o episódio:

“- Não. O jornal não vai acabar. Você vai casar, mas o Clarim vai continuar. Eu dou um jeito.

- Mas José, você não tem preparo para isso... – e veio com aquela conversa, ao que eu logo respondi:

- O jornal pode sair com vírgula errada, com erro de concordância, mas vai sair. Porque agora eu tenho umas idéias. Eu acho que estamos fazendo um jornal errado.

Então ele saiu, certo de que eu ia fazer besteira”.²⁹

A partir da edição de 28-09-1929, o “Clarim d'Álvorada” passou a circular sob a responsabilidade de José Correia Leite. Sob sua direção, o periódico tornou-se cada vez mais denunciador e reivindicatório. O jornal circulava nas concentrações de rua e principalmente nos bailes, que representava o mais forte centro para a distribuição de periódicos.

²⁹ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 40.

José Correia Leite não participava ativamente do Centro Cívico Palmares devido aos seus compromissos e tarefas referentes ao Clarim d'Álvorada. Tornou-se cada vez mais ativo e participante no meio político. Denunciava a desigualdade entre ricos e pobres, mas acreditava que a situação do negro era pior. Em sua opinião, mesmo entre o proletariado, o negro era inferior ao branco. Procurava sempre não misturar suas idéias políticas com as questões dos negros. Acreditava que podia manter atitudes distintas.

Inicialmente, participou das discussões para a formação da Frente Negra Brasileira. Entretanto, logo no início, entrou em conflito com os irmãos Veiga dos Santos, Arlindo e Isaltino, que, ao contrário de José Correia Leite, simpático às idéias do socialismo, defendiam o Patrianovismo, teoria autoritária com vários pontos em comum com o movimento Integralista e o fascismo.³⁰

Nos anos 1920, as principais lideranças paulistas estavam aglutinadas no Centro Cívico Palmares, nos jornais Progresso e Clarim d'Álvorada. Foram essas lideranças que pensaram e iniciaram as discussões sobre a fundação de um órgão que, segundo eles, lutasse pela efetiva inserção do negro na sociedade brasileira.

Desde 1929, com o fim do Centro Cívico Palmares, um grupo da liderança negra já estava com a intenção de fundar uma organização que se relacionasse com as questões políticas e sociais, recuperando e aprofundando o ideal do CCP e indo além do caráter meramente beneficente e recreativo. Em setembro de 1931, um grupo de remanescentes do Centro Cívico Palmares e o grupo do jornal "Clarim d'Alvorada" fundam a Frente Negra Brasileira. Segundo Regina Pahim Pinto, é possível reconhecer na iniciativa a influência do sucesso das sociedades dos imigrantes e da experiência anterior com o Centro Cívico Palmares.³¹

³⁰ As divergências políticas entre as lideranças negras e suas matrizes teóricas serão discutidas mais adiante.

³¹ Pinto, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. São Paulo, 1993. Tese (Dout.) FFLCH/USP.

1.2- O Suposto Pioneirismo da FNB

Visto isso, a questão que se coloca é: se já existia uma série de associações e jornais negros com uma estrutura organizada e uma estratégia caracterizada por ações recreativas e beneficentes, mas, também, por orientações, denúncia e protesto, por que se identifica a Frente Negra Brasileira como o início do movimento negro brasileiro?

A identificação da Frente Negra Brasileira como o primeiro momento do movimento negro brasileiro não foi por mim elaborada e parte de uma certa definição acerca do movimento negro, ou de uma classificação específica do que representa o movimento negro. Pesquisadores e/ou militantes, embora reconheçam um processo associativo antes de 1931, não identificam nos clubes e entidades existentes antes da Frente Negra um propósito claro e sistemático de ascensão social dos negros e combate à discriminação racial, condição básica para classificá-los como parte do movimento negro. George Andrews, por exemplo, historiador que realizou ampla pesquisa sobre os negros em São Paulo (1888-1988) concluiu:

*“Com exceção das irmandades religiosas, todas as organizações que examinamos até agora (antes de 1930) concentravam suas atividades no lazer e na recreação. Embora elas tenham surgido como reação à discriminação e à segregação racial, não foram criadas com o propósito de combater ativamente essa discriminação. Várias delas deixaram evidências – em seus registros e em seus jornais – da infelicidade e da inquietação entre seus membros com respeito à desigualdade social e às barreiras de cor em São Paulo; mas nenhuma delas parece ter realizado qualquer esforço coletivo para protestar, reduzir ou eliminar esses males”.*³²

Identificar na Frente Negra o primeiro momento do movimento negro brasileiro não passa, portanto, por ignorar e/ou desqualificar o que já vinha acontecendo anteriormente. Eram apenas, segundo esses que assim pensam, associações de naturezas

³² Andrews, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). EDUSC, 1998. p.222.

distintas. Embora muitas, como bem indicou Andrews, tenham surgido como reação à discriminação e com consciência dos problemas vivenciados pelo grupo, não possuíam o objetivo consciente e sistemático de lutar contra essa situação. Mesmo que ao longo do tempo suas estratégias, mais voltadas para o lazer e a recreação, tenham efetivamente contribuído para reverter e/ou melhorar a situação, essa não era uma intenção explícita, o objetivo principal.

Seguindo esta mesma linha interpretativa, Costa Pinto afirmava: “*as associações negras de novo tipo começaram a nascer no Brasil depois da revolução de 1930...*”³³ Para o autor, as associações de “*novo tipo*” diferenciavam-se das tradicionais por serem lideradas por uma elite negra que buscava, primordialmente, mecanismos de consciência grupal e solidariedade, com o propósito específico de **entender e resolver** os problemas inerentes ao grupo. Eis, a meu ver, as palavras-chave que, de acordo com essa definição, classificam uma entidade como pertencente ao movimento negro: entender e resolver.

As associações anteriores à Frente Negra Brasileira não seriam consideradas pelos pesquisadores e militantes como pertencentes ao movimento negro brasileiro porque não possuíam o objetivo consciente e sistemático de entender e resolver os problemas vivenciados pelos negros naquele momento. Não foram organizadas com o objetivo de “esclarecer” a população negra, congregando e incentivando a luta em prol da promoção social e econômica e contra a discriminação racial. Não tinham sido criadas com este propósito, embora, como já dito, muitas tivessem tido um papel fundamental nesse processo. Entender passava e passa por um processo de conscientização e, resolver, por um processo de mudança comportamental. Seguindo esta linha interpretativa, seriam esses os fios condutores do movimento negro. Através da conscientização proporcionar uma transformação.

Regina Pahim Pinto também compartilha dessa interpretação, afirmando ser o movimento negro a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas. O que diferenciava a FNB das associações anteriores seria a formação de um grupo étnico no sentido político, no qual seus membros apresentam-se à sociedade e agem como representantes desse grupo. Seria, enfim, o processo de formação de uma identidade negra, de um grupo que se reconhece como negro, que valoriza e incentiva essa

³³ Pinto, L. A Costa. O Negro no Rio de Janeiro. 2ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

identificação e que, sobretudo, age em prol de benefícios e conquistas para esse mesmo grupo.³⁴

Petrônio Domingues, por sua vez, afirma ser o movimento negro “*produto da conjugação de esforços deliberados dos ativistas, da iniciativa de uma vanguarda*” que, não apenas busca respostas para as contradições inerentes ao grupo, mas, sobretudo, é movido por projetos político-ideológicos.³⁵

Roger Bastide, como já mencionado, identifica uma mudança no caráter da imprensa negra no pós-1930. A reivindicação deixa de ter um caráter meramente jornalístico e assume um caráter político. Em seu trabalho de pesquisa, em co-autoria com Florestan Fernandes, Bastide afirma que a FNB está inserida no contexto de nascimento de uma “*ideologia de defesa do preto*” e, pode-se até mesmo afirmar que foi ela “*a principal responsável pelo despertar de uma consciência racial do negro*”.³⁶ O autor identifica na FNB o desejo de superar o associacionismo fragmentário, proporcionando uma verdadeira solidariedade global.

Florestan Fernandes, no mesmo livro, em artigo de sua autoria, afirma que a FNB lutou em defesa dos direitos da “gente negra” e contra o “preconceito de cor”. Em outra importante obra, o autor conclui que, embora não lutando pela alteração da ordem social em vigor, mas por integração, a FNB agiu em três frentes, desenvolvendo no negro o inconformismo racial. Ao combater o preconceito de cor, ao desenvolver mecanismos de reeducação comportamental do negro e, principalmente, ao propiciar espaços de mobilização e solidariedade, a associação representou um marco divisório na luta dos negros, desafiando o tradicional padrão de dominação racial brasileiro.³⁷

José Carlos Gomes da Silva, em sua dissertação de mestrado, também corrobora as idéias anteriormente apresentadas. Reconhece que a FNB também assumia um caráter assistencialista, mas, paralelamente, tinha estratégias de intervenção nas estruturas formais de poder e desenvolvia um projeto político-ideológico.³⁸ Andreas Hofbauer, em sua tese de doutorado, mais uma vez vai identificar na FNB a primeira organização que

³⁴ Pinto, Regina Pahim. Op. Cit

³⁵ Domingues, José Petronio. A Insurgência do Ébano: A história da Frente Negra Brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 2005.

³⁶ Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. Branco e Negros em São Paulo. São Paulo: Nacional, 1959.

³⁷ Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ática, 1978.

³⁸ Silva, José Carlos Gomes. Os sub-urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo (1900-1930): cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação de Mestrado. São Paulo, UNICAMP, 1990.

obteve sucesso em congregar os negros e desenvolver uma instituição aos moldes dos modelos ocidentais de organização política.³⁹ Marcelino Félix, ao focar sua pesquisa na prática político-pedagógica da Frente, reconhece a sua eficácia na construção de uma identidade negra, mesmo que inserida em um projeto mais amplo de nacionalidade.⁴⁰

A primeira pesquisa que investiga a trajetória da FNB, desenvolvida por Virgínia Bicudo e orientada por Donald Pierson, conclui que a FNB constitui-se em uma entidade política com o objetivo primordial de lutar contra os obstáculos à ascensão social. Estimulando a consciência grupal, desenvolvendo a solidariedade e incentivando a auto-estima, a Frente teria obtido um papel fundamental na conscientização, por parte dos negros, das barreiras de cor existentes no Brasil. Seria o despertar dessa consciência e a primeira prévia de um movimento coletivo maior.⁴¹

Realizada esta breve avaliação historiográfica, permanece a questão. Se o Kosmos, por exemplo, já realizava bailes, possuía biblioteca, corpo cênico, publicava jornal, desenvolvia um rígido código moral e disciplinar e, além disso, já buscava unificar as diversas associações negras, por que ele não é identificado como o precursor? Se o Centro Cívico Palmares mantinha cursos de alfabetização, biblioteca, departamento feminino, grupo teatral, realizava palestras temáticas sobre a questão racial e comemorações específicas da história do negro, além de intervir junto aos órgãos públicos contra atos de preconceito racial, por que ele não é o pioneiro?

Ao analisarmos os principais argumentos levantados pelos pesquisadores citados, podemos retirar algumas expressões e palavras-chave utilizadas como justificativas da excepcionalidade da FNB. São elas: o combate à discriminação; o esforço coletivo de protesto; a finalidade de entender e resolver os problemas do grupo; o intuito de esclarecer, conscientizar e instruir; a adoção de uma posição de representantes dos interesses do grupo; a realização de um esforço deliberado, consciente e sistemático; o desenvolvimento de um projeto político-ideológico em defesa do grupo; o estímulo ao desenvolvimento da consciência e da identidade racial; o questionamento e o desafio ao

³⁹ Hofbauer, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. Tese de Doutorado. São Paulo, FFCLH, USP, 1999.

⁴⁰ Félix, Marcelino. As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2001.

⁴¹ Bicudo, Virgínia Leone. Estudos e Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. Tese de Mestrado. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1945.

padrão dominante; a organização com base nos modelos ocidentais de grupos políticos; e, a intervenção direta nas estruturas formais do poder.

Ao deter-me em cada uma dessas expressões, avalio que, em maior ou menor grau, essas características já estavam presentes em associações anteriores. O que faz, portanto, que a FNB seja identificada, por tantos, como o primeiro momento do movimento negro brasileiro é a sua dimensão. Ou seja, apesar de muitos desses elementos estarem presentes em momentos anteriores, nenhum deles assumiu uma dimensão tão grande como a assumida com a Frente Negra. A propagação geográfica da FNB, que alcançou vários estados e municípios; o número de associados; a durabilidade da associação; a periodicidade e a rotina da publicação do jornal (são 70 exemplares publicados no período de quatro anos); o entrosamento e a comunicação com as delegações; a frequência das atividades realizadas; o número de departamentos ativos; o maior contato com as instituições oficiais e seus representantes; o maior esforço em disseminar seu projeto político-ideológico... Enfim, foi menos a novidade e mais a proporção assumida que garantiu a Frente Negra Brasileira o status de pioneira, além, evidentemente, do processo de construção dessa memória histórica, forjada tanto por pesquisadores como por militantes. Como veremos mais adiante, os anos 1930 é, por muitos, identificado como um divisor de águas, um verdadeiro redescobrimento do Brasil.

Para os pesquisadores e militantes, a FNB teria se transformado em um ator social coletivo, com poder e penetração na sociedade civil. Para a liderança da própria entidade, a Frente seria a força capaz de efetivar o processo de libertação iniciado em 13 de maio de 1888. Por um lado, lutando contra o preconceito e em prol da objetiva integração do negro na sociedade e, por outro, orientando e reeducando os próprios negros em seu processo de soerguimento moral, intelectual e econômico. O discurso dos líderes da época superestimava os resultados proporcionados pela ação dos fretenegrinos. A própria FNB, portanto, construía essa imagem baseada na excepcionalidade, no pioneirismo e na singularidade, tanto dos seus objetivos, como dos seus métodos e resultados. Essa ação simbólica, na qual nos deteremos mais adiante, parece ter sido fundamental na consolidação do lugar que a instituição ocupa na história do movimento negro brasileiro.

2- Fundação e Estrutura

A Frente Negra Brasileira foi fundada pela “elite negra” de São Paulo. Quando afirmamos existir uma elite negra em São Paulo, na década de 1920, evidentemente não estamos usando como parâmetros critérios econômicos. De acordo com Florestan Fernandes, à luz desse critério, essa elite negra nem mesmo seria classificada como pertencente às classes médias. Apesar disso, havia um grupo de negros que se diferenciava da grande maioria, basicamente por três fatores: eram majoritariamente alfabetizados, estavam passando por um processo de conscientização dos problemas vivenciados pelos negros após a abolição e, finalmente, estavam interessados em discutir esses problemas e transmiti-los ao maior número possível de pessoas, buscando respostas e soluções.

Segundo Petrônio Domingues, a ação dessa elite teria sido essencial na própria configuração da Frente Negra. Segundo o autor, não há organizações sem intelectuais, sem dirigentes. Recuperando uma interpretação gramsciana, Domingues identifica essa elite negra como intelectuais orgânicos, na medida em que exerceriam uma liderança nas funções organizativas, seja no campo cultural-ideológico, seja no campo político-administrativo.

A Frente foi fundada por essa elite que, durante toda a década de 1920, já vinha se organizando nos jornais e nas outras associações. Oficialmente, o fundador foi Francisco Costa Santos, contudo, havia um grupo que possuía importância semelhante no momento de organização e fundação da instituição.⁴²

Dois anos após a criação da Frente, o ato de fundação ainda era recordado nas páginas do jornal A Voz da Raça, periódico oficial da instituição:

⁴² Os principais organizadores foram: David Soares, Horácio Arruda, João Francisco de Araújo, Roque Antônio dos Santos, Alberto Orlando, Gervásio de Moraes, Alfredo Eugênio da Silva, Oscar de Barros Leite, Cantídio Alexandre, Arlindo Veiga dos Santos, José Benedito Ferraz, Leopoldo de Oliveira, Jorge Rafael, Constantino Nóbrega, Lindolfo Claudino, Ari Cananéia da Silva, Messias Marques Nascimento, Isaltino Veiga dos Santos, Raul Joviano do Amaral e Justiniano Costa. (Informações obtidas nas fontes primárias – periódicos - e no trabalho de Regina Pahim Pinto)

“A Frente Negra Brasileira foi fundada nesta cidade de São Paulo em reunião efetuada no salão das classes laboriosas, à rua do Carmo nº 25, perante regular assistência no dia 16/09/1931.

*No dia 12 de outubro, no mesmo local, perante mil e tantos negros, foi lido e aprovado por unanimidade o presente estatuto. Publicados no Diário Oficial e registrado em 4 de novembro de 1931”.*⁴³

Notamos que os quadros da direção da entidade eram ocupados por indivíduos letrados, já inseridos nos estratos intermediários e em processo de ascensão social. Isto pode ser verificado quando analisamos a atividade profissional e a idade dessas principais lideranças em 1931. Arlindo Veiga dos Santos – o presidente- tinha 29 anos, era secretário de escritório e, desde muito jovem, contribuía na elaboração de diversos jornais. Posteriormente, vai graduar-se na Faculdade de Letras e Filosofia. Torna-se professor de importantes escolas da capital e publica uma série de livros. Raul Joviano Amaral (17 anos) era militar e vai chefiar a Milícia Fretenegrina; Pedro Paulo Barbosa (18 anos) era contador, mas vai ser nomeado, em 1935, para o cargo de censor da imprensa do Estado de São Paulo; Agripino Sá era contador; Francisco Lucrécio (21 anos) se formaria como dentista, atendendo em consultório próprio; Antônio Martins Santos (20 anos) se profissionalizaria como engenheiro; Deocleciano Nascimento era jornalista; João de Souza um microempresário; João Miguel e José Assis Pinheiro eram professores; Aurelino Araújo, farmacêutico; Justiniano Costa e Christovam Brasil, funcionários públicos.⁴⁴

Todavia, se, por um lado, podemos identificar uma classe média na direção, por outro, percebemos uma reivindicação constante nos discursos dessa mesma liderança, revelando a ausência desse estrato social no conjunto da instituição. Arlindo Veiga dos Santos reclamava da omissão dos “negros cultos” e dos “moços e moças formadas”. A Frente Negra Brasileira, portanto, com exceção dos quadros dirigentes, parece não ter atraído a reduzida classe média negra, sendo formada, majoritariamente, por estratos populares.

⁴³ A Voz da Raça. Nº 5. 15/04/1933.

⁴⁴ Informações obtidas nos periódicos, em Andrews (op. Cit), Pinto (op. Cit.) e Domingues (op. Cit.)

Há algumas hipóteses sobre a escolha do nome da associação. José Correia Leite, em seu livro de memórias, recorda que em 1931 foi organizada a Frente Única Paulista, união dos Partidos Republicano Paulista e Democrático contra o governo Vargas. A não participação de negros nessa nova organização pode, segundo Leite, ter influenciado na escolha do nome Frente Negra. Todavia, reconhece que o termo “Frente” foi inspirado nos movimentos sociais que agitavam o período pós-1930. Em 1937, um artigo do *A Voz da Raça* também endossa essa hipótese. O termo “Frente” teria o significado de coalizão, união, sentimento característico do período pós-revolucionário.

Francisco Costa Santos faleceu antes de 1933, quando o jornal *A Voz da Raça* começou a circular. Durante toda a existência da Frente, de 1931 a 1937, a instituição teve apenas dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que exerceu o mandato até junho de 1934, e Justiniano Costa, que permaneceu até a dissolução. Inicialmente, a Frente Negra ocupava duas salas no Palacete Santa Helena, mas por necessidade de mais espaço, transferiu-se, em março de 1932, para um amplo prédio na rua da Liberdade, número 196 (atual Casa de Portugal), que permaneceu alugado até a sua dissolução.

A necessidade de um novo espaço revela o rápido crescimento da entidade e do grande número de adesões. Determinar o número exato não é tarefa fácil, afinal os dados são muito divergentes. Três meses após a fundação, Isaltino dos Santos – secretário geral – anunciava cerca de 22.000 sócios (capital e interior). Segundo informa Domingues, em um ofício encaminhado ao Interventor Federal de São Paulo, em maio de 1932, a FNB informava possuir, apenas na capital, 15.000 associados. Em novembro do mesmo ano, Arlindo Veiga dos Santos – o presidente - anunciava em um órgão da imprensa a existência de 50.000 sócios. No ano de 1935, *A Voz da Raça* divulga que a FNB contava com mais de 100.000 associados em todo o território nacional. Florestan Fernandes, em seu livro, chega a trabalhar com a estimativa de 200.000 sócios.⁴⁵ Domingues duvida desses números, acredita que são exagerados. Inclusive, em seu texto, chama a atenção para o fato de que, em comunicado publicado no *A Voz da Raça* em 1936, convocando os novos sócios para buscarem as suas cadernetas, o último número era 1.237. Mas, como não podemos afirmar que a numeração das cadernetas tenha seguido uma ordem ininterrupta e constante, a dúvida permanece.

⁴⁵ Fernandes, Florestan. Op. Cit.

Sobre a sua estrutura administrativa, é inquestionável o elevado grau de organização. O Grande Conselho reunia-se semanalmente e era composto por todos os associados responsáveis pela administração, estando subdividido em vários setores:

- Presidente: máxima autoridade dentro do Conselho e da própria Frente Negra, referendando ou não, todas as decisões;
- Conselheiros: tinham função fiscalizadora, salvaguardando as diretrizes do Grande Conselho;
- Secretário Geral: substituto do presidente em sua ausência. Era o responsável pelo bom andamento das atividades da sede. Possuía também a importante função de controlar e muitas vezes censurar as comunicações e publicidades da Frente.⁴⁶
- 1º Secretário: responsável pela correspondência das delegações, atas e portarias.
- 2º Secretário: atendimento direto aos associados, buscando acolher suas solicitações.
- Cabos: agentes externos da Frente Negra.
- Tesoureiro Geral: responsável pela parte financeira da instituição.
- Fiscais: responsáveis pela ordem material e moral da sede, cuidando da limpeza e do policiamento.

De todos esses cargos, os cabos possuíam grande destaque e importância para a expansão da Frente Negra. Além de serem os responsáveis pela “doutrinação”, disseminando as orientações e atuações da instituição, exerciam a função de cobradores, recolhendo as mensalidades dos associados. Todo o funcionamento da Frente Negra somente era possível graças ao pagamento das mensalidades. Inicialmente os sócios pagavam a quantia de mil réis por mês. Em 1932 passou para dois mil réis e os novos sócios tinham que arcar com cinco mil réis a título de jóia. As delegações tinham que transferir 10% de sua renda líquida, mas, na maioria das vezes, mal conseguiam pagar suas próprias despesas, inviabilizando essa transferência. A venda do jornal mal cobria as

⁴⁶ Esse cargo foi ocupado por Isaltino Veiga dos Santos, irmão do presidente, Arlindo Veiga dos Santos. O cargo foi extinto em 1933, quando Isaltino pediu demissão. O cargo de tesoureiro era ocupado por Justiniano Costa, que, posteriormente, assumiria o cargo de presidente após a saída de Arlindo Veiga dos Santos.

despesas específicas, ocasionando até mesmo a redução da periodicidade da publicação de semanal para quinzenal e, posteriormente, para mensal.⁴⁷

A atividade dos cabos era rigidamente acompanhada pelo Grande Conselho. Em várias edições do jornal há anúncios solicitando a presença de cabos que se afastaram sem realizar a prestação de contas das mensalidades. Muitas vezes, eles eram ameaçados de expulsão da Frente e até mesmo de serem denunciados à polícia, caso não aparecessem com o valor das mensalidades. Por outro lado, os cabos que mais arrecadavam eram premiados com medalhas, com o intuito de incentivá-los e motivá-los, na medida que o trabalho não era remunerado. No número 39 do jornal A Voz da Raça, eles eram convocados:

*“Convidam-se todos os fretenegrinos e particularmente aos Srs. Cabos, a comparecerem no próximo dia 21, na hora esportiva, isto é, às 16:00 horas, afim de assistirem a entrega de 2 medalhas, uma de prata e outra de bronze, aos 2 cabos que mais se distinguiram nas arrecadações destes últimos três meses.”*⁴⁸

Os cargos administrativos citados anteriormente eram preenchidos por aclamação. O Conselho indicava os candidatos, que eram submetidos à aprovação de uma assembléia composta pelos associados. Nenhum cargo era remunerado, todos os serviços eram prestados gratuitamente, sendo todo o dinheiro arrecadado utilizado na própria instituição.

A Frente Negra Brasileira, de acordo com o seu próprio estatuto, tinha como principal objetivo a “elevação moral” do negro brasileiro. Na sua tentativa de consolidar a auto-estima de seus associados, precisava, antes de tudo, exaltar a si mesma. Uma das principais estratégias era supervalorizar a instituição, enquanto cobrava comportamentos e atitudes adequadas de seus membros, sejam eles simples sócios ou parte da diretoria. Servindo sempre como exemplo, como modelo a ser seguido, exaltava as suas realizações

⁴⁷ Do número 1 ao 18 a publicação foi semanal. Do número 18 ao 45 foi quinzenal e do 46 ao 70 foi mensal.

⁴⁸ Jornal A Voz da Raça.nº 39. 23/06/1934

e conquistas, na tentativa de ganhar credibilidade e confiança. Apresentava-se como uma instituição que reunia a “nata” do elemento negro. Os fretenegrinos seriam, segundo seu próprio discurso, os melhores entre os negros.

A seriedade e confiança na Frente transcendiam o meio negro. A imprensa corroborava essa imagem e, segundo os próprios militantes, até mesmo a atuação da polícia era diferenciada quando se tratava de fretenegrinos. Muitas famílias tradicionais de São Paulo, quando precisavam de empregados domésticos, dirigiam-se à sede da Frente, na certeza de que um associado jamais cometeria uma falta, seria sempre uma pessoa séria e idônea. Por outro lado, alguns poderiam evitá-los, na medida que seriam mais bem instruídos e cientes dos seus direitos.

Cada visita ilustre recebida na sede (como por exemplo, a visita do Chefe de Polícia do Estado, Bento Borges da Fonseca e de sua esposa, em março de 1933 e a do deputado Café Filho, em 1937), cada artigo publicado por um associado, cada vez que um jornal publicava um artigo referindo-se à Frente, enfim, tudo que pudesse demonstrar a importância e o reconhecimento público da entidade, transcendendo o meio negro, era registrado e divulgado amplamente. Para obter participação era preciso mostrar eficiência, resultados concretos, caso contrário ninguém iria se envolver e se engajar verdadeiramente, essa era a lógica da Frente.

Além de representantes das instituições governamentais, o jornal *A Voz da Raça* informa as visitas de Arthur Ramos (1936); Oswald de Andrade (1937); Luiz da Câmara Cascudo (1935); do professor norte-americano Paulo Vanhorden Shaw (1937) e da cantora norte-americana Mary Anderson (1936). Estes últimos, posteriormente, também seriam recebidos no Teatro Experimental do Negro.

A busca de legitimidade e reconhecimento, no entanto, não se resumia a uma ação simbólica e discursiva. Não passava apenas pela auto-valorização da entidade, realizada pelas lideranças, ou pela propaganda e reprodução de um reconhecimento externo. A eficácia e credibilidade seriam efetivadas na medida em que o seu objetivo central – a “elevação moral do negro” – fosse alcançado. De acordo com a estratégia adotada, essa “evolução” seria fruto, primordialmente, de um amplo processo de reeducação, elaborado e oferecido através dos diversos departamentos organizados pela FNB.

A educação, portanto, era fator crucial na estratégia da Frente Negra Brasileira em sua luta pela inserção efetiva do negro na vida nacional. Todavia, além de cobrar do governo e de assumir a condução desse processo, reconhecia e cobrava dos pais a responsabilidade pela educação dos filhos. Era preciso ação, força de vontade e comprometimento de todos para reverter quatro séculos de total desamparo educacional. Na tentativa de não depender apenas do governo, trazendo para si a responsabilidade de educar, a FNB possuía vários cursos voltados para a educação de jovens e adultos. O inimigo principal a ser combatido era a ignorância. Segundo artigo publicado no A Voz da Raça, em 1936:

“Não sabemos de mal maior que copia entre nós do que a ignorância. Não sabemos se também é uma das contas de fatalidades, que muito pesa no rosário pesadíssimo da infortuna lendário, que a raça descendente de Cam carrega através dos tempos.

Ela, a ignorância, como um estigma ferrenho e cruento, aniquila o espírito de compreensão e tolerância, que deverá ser o das massas negras no Brasil.

*Ela é responsável pela anarquia social do meio e opera como geradora de ódio inconcebíveis e mesquinhas inimagináveis ...”*⁴⁹

A Frente Negra reconhecia o mal causado pela escravidão. Assim como Florestan Fenandes afirma em seu livro, para a liderança da FNB os negros estavam despreparados para esse novo mundo. A escravidão teria impedido o desenvolvimento intelectual e cultural e teria mantido o negro distante dos valores e princípios da cidadania. Somente a educação seria capaz de reverter esse quadro. Uma educação em sentido amplo, incluindo conhecimentos técnicos e formais, mas também trabalhando com o aspecto moral e cívico.

Nesse sentido, o Departamento de Instrução e Cultura possuía um papel fundamental. Foi conduzido por José Assis Pinheiro até 1933, depois a direção foi passada para Aristides Negreiros e, por fim, para Francisco Lucrécio. Em 1932 foi criado

⁴⁹ A Voz da Raça. Nº 55. Julho de 1936. Texto de Rajovia.

o curso de alfabetização de adultos e, em 1933, anuncia-se a criação do Liceu Palmares. Segundo matéria do jornal A Voz da Raça, o Liceu Palmares aceitaria alunos mesmo que não fossem sócios da Frente, assim como brancos, brasileiros ou não, propondo-se a ministrar ensino primário, secundário, comercial e ginásial. Domingues afirma que o amplo projeto do Liceu não se concretizou, contudo, a partir de junho de 1933, iniciaram-se as aulas do curso ginásial e comercial e, em 1934, a Frente oferece também o curso primário (com turmas mistas, prática incomum na época). Em edição de agosto de 1935, A Voz da Raça comunica a existência do curso secundário.

Em março de 1937, o jornal da associação transcreve parte do discurso proferido por Oswald de Andrade por ocasião da comemoração do 90º aniversário de nascimento do poeta Castro Alves, realizada no Teatro Municipal. As suas palavras corroboram a não existência de critérios raciais para o ingresso nos cursos oferecidos.

*“Hoje, mais do que nunca, um sentido ecumênico se funde nas manifestações públicas. Se aqui vedes pretos e brancos irmanados e solidários, ide à sede de uma das organizações que nos dão esse espetáculo – a Frente Negra Brasileira – e vereis como sinal dos tempos, cursando as suas aulas – nacionais brancos, europeus e até japoneses”.*⁵⁰

Em decorrência da carência dos alunos, a Frente oferecia material e uniforme. Vários eventos foram organizados a fim de arrecadar fundos para suprir as necessidades do Departamento de Instrução e Cultura. Contudo, o auxílio veio também do próprio governo. Petrônio Domingues, ao pesquisar o Diário Oficial do Estado de São Paulo, identifica que o governo cedeu duas professoras para atuar na escola da FNB, uma em 1934 e a outra em 1937.⁵¹ A partir de então, a escola passou a ser frequentemente inspecionada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

As notícias divulgadas, tanto no A Voz da Raça, como na grande imprensa, indicam que os cursos oferecidos pela FNB eram um inquestionável sucesso.⁵² Até

⁵⁰ A Voz da Raça. No 63. Março de 1937.

⁵¹ Domingues. Op. Cit. P. 106.

⁵² Domingues cita comunicados publicados no Diários Popular, no Estado de São Paulo, Folha da Noite etc.

mesmo cursos de inglês e francês eram oferecidos. Estima-se cerca de 200 alunos matriculados nas diversas modalidades oferecidas nos três turnos.

Não apenas o Departamento de Instrução e Cultura realizava intensa atividade. Para atender melhor as necessidades de seus associados e, com o intuito de facilitar a administração das inúmeras atividades, a Frente Negra criou vários departamentos. Alguns, inclusive, diretamente relacionados ao Departamento de Instrução e Cultura.

O Departamento Musical, por exemplo, ensinava os associados a tocarem instrumentos musicais. Sob a regência de José Eugênio da Costa e, posteriormente, de Maurício Queiroz, organizou a Banda Musical Frentenegrina, reunindo mais de sessenta integrantes. O Departamento Musical também possuía um grupo performático denominado Regional Frentenegrino, dirigido por Aristide Teixeira. Composto por músicos, cantores, humoristas e declamadores chegou até mesmo a se apresentar nas rádios Cultura, Excelsior, Record e Tupi.

O Departamento Esportivo organizava competições esportivas, possuindo times organizados, como o Frentenegrino Futebol Clube. Oferecia aulas de ginástica nos domingos e administrava o salão de jogos da sede. Era dirigido por Benedito dos Santos e, depois, por Clemente Teixeira de Barros.

O Departamento de Artes e Ofício oferecia aulas de arte e pintura, além de ensinar algumas profissões como marcenaria, pedreiro, costura, ornamentação, cabeleireiro, etc;

O Departamento Dramático seguia uma prática já comum em algumas associações negras, oferecendo cursos de teatro a adultos e crianças. A organização do Corpo Cênico Frentenegrino ficou a cargo de Benedito Glicério de Andrade, que ensaiava e montava as diversas peças que foram apresentadas. Os textos, escritos por frentenegrinos, versavam sobre a temática negra e nacional. Um dos principais autores era Isaltino Veiga dos Santos que, posteriormente, vai participar do Teatro Experimental do Negro. As principais peças encenadas foram: Marieta: a heroína, Música Brasileira, O Prêmio do Orgulho, Os Apaches Negros, Cabocla Bonita, O Escravo, Contra Veneno, Gosto de Você Mas Não É Muito, Flauta, Cavaquinho e Violão, entre outras.⁵³

⁵³ Informações obtidas em Domingues. Op. Cit.

Havia também, como atividade desenvolvida pelo Departamento Dramático, um curso de declamação, sob a coordenação de Dolores Silva e, posteriormente, de Raul Joviano de Amaral.

No Departamento Médico, o Dr. Antônio Ferreira Dias realizava mais de 2000 consultas por ano. Toda pessoa, para ser atendida, precisava obter uma autorização na secretaria da instituição. As consultas eram realizadas no consultório particular do médico, mediante apresentação do encaminhamento fornecido pela FNB. O Instituto Rudge Ramos, especializado em oftalmologia e otorrinolaringologia, também prestava atendimento com o encaminhamento da associação. A Frente Negra, portanto, organizou convênios médicos, beneficiando os associados que estivessem com o pagamento das mensalidades em dia.

Ainda no que se refere à saúde, havia também um gabinete dentário montado na própria sede da Frente, que alugou uma das suas salas para o cirurgião-dentista José de Souza Camargo. Os associados pagariam mil e quinhentos réis mensais para terem direito ao atendimento odontológico. A partir de 1936, Francisco Lucrécio também atendia os fretenegrinos em seu consultório particular com “preços especiais”, além de oferecer tratamento gratuito para os alunos da escola da FNB.

O esforço da Frente em organizar um sistema de atendimento médico e odontológico está diretamente relacionado à sua ideologia de valorização do negro. Um dos principais focos do discurso da liderança da entidade era a aparência. A valorização não passa apenas por um aspecto sócio-cultural, mas é também estética. Considerando que tanto a FNB, como o próprio governo Vargas, foram influenciados por certos elementos da ideologia fascista, torna-se ainda mais compreensível essa preocupação com o aprimoramento físico, desenvolvido através do cuidado com a saúde, da prática de esportes e do investimento em uma recomendável aparência estética.

O Departamento de Imprensa, por sua vez, era responsável pela publicação do jornal A Voz da Raça. No momento do início de sua publicação, em 1933, o redator era Diocleciano Nascimento, o secretário era Pedro Paulo Barbosa e o gerente, A. de Campos. A tiragem variava de 1000 a 5000 exemplares, com uma média de quatro páginas por exemplar, dependendo das condições financeiras do momento. Era vendido nos eventos realizados pela FNB e por outras associações negras, mas também poderia

ser encontrado, segundo informações do próprio jornal, nos principais pontos de vendas de jornais de São Paulo.

A estrutura de diagramação do jornal era precária e amadora. Não havia colunas fixas e parte significativa do espaço do jornal era destinada a comunicados. Falecimentos, aniversários, casamentos, batizados, formaturas, nascimentos... eram notícias constantes. Decisões da direção e informações sobre os respectivos departamentos e sobre as delegações também. As propagandas ocupavam pouco ou nenhum espaço nas edições e, quando estavam presentes, ofertavam os serviços prestados por integrantes da própria associação (cabeleireiro, contador, costureira, enfermeira etc).

O jornal A Voz da Raça, no entanto, apesar das suas limitações, foi um importante órgão divulgador do projeto político-ideológico da FNB. Como poderemos notar ao longo desse texto, vários são os artigos em que a estratégia de conscientização e orientação está claramente presente. Sobre os principais temas debatidos no periódico, trataremos mais adiante.

Finalmente, havia o Departamento Jurídico-Social, dirigido inicialmente pelo advogado Guaraná de Santana. Após a sua saída, em 1932, vai ser administrado por Paulo Lauro, Ademar de Barros e Arlindo Veiga dos Santos. O referido departamento tratava de queixas e denúncias envolvendo, sobretudo, questões trabalhistas, violação dos direitos civis e discriminação racial. Os advogados acolhiam as denúncias e tomavam as providências necessárias, defendendo o direito dos seus associados e dos negros em geral.

Além desses departamentos, a Frente ainda possuía uma biblioteca, uma comissão responsável pela realização de eventos (Comissão de Moços), um grupo de sócios responsável pela manutenção física da sede (Departamento da Boa Vontade) e um bar em suas próprias dependências. Durante as eleições de 1934 e 1937, a Frente Negra instalou, em sua sede, um posto de alistamento eleitoral, com a finalidade de fornecer título de eleitor aos que ainda não o possuíam. Além disso, existia um setor voltado especificamente para conceder cartas de apresentação e recomendação para os associados em busca de emprego. Este mesmo setor, em negociação com o Departamento Estadual de Trabalho, oferecia “passes” (isenção do pagamento de passagens nos transportes) para alguns trabalhadores, sobretudo os destinados à área agrícola.

Podemos perceber claramente a preocupação da instituição em amparar os negros em todos os aspectos. Oferecendo educação - aqui entendida em seu sentido amplo, incluindo pintura, música e teatro -, atendimento médico e odontológico, cursos profissionalizantes, atendimento jurídico, além de uma caixa-beneficiente para socorrer os associados em casos emergenciais. A Frente Negra Brasileira, portanto, buscava auxiliar os negros a superarem os problemas decorrentes de quatro séculos de regime escravocrata.

Essa significativa oferta de serviços e lazer proporcionava um convívio constante entre os integrantes da FNB e, inclusive, ajuda a explicar o crescimento no número de adesões e o sucesso geral da associação. Os benefícios e vantagens, frutos dessa organizada estrutura de prestação de serviços, proporcionou aos negros um amparo e uma assistência até então inéditos.

2.1- As delegações

O crescimento e expansão foram excepcionais. Representantes da capital deslocavam-se para as cidades do interior reunindo-se com a comunidade local. As delegações, quando organizadas, estavam subordinadas à sede paulista. Embora cada localidade tivesse o seu próprio Conselho, existia um representante da sede, denominado Delegado Especial, responsável pela comunicação e pela manutenção dos princípios e regras ditadas pelo Grande Conselho Central. De acordo com informações do A Voz da Raça, podemos identificar cerca de sessenta delegações distribuídas em seis estados.⁵⁴

Em São Paulo: Jundaí, Itapira, Campinas, Sorocaba, Brotas, Corumbataí, Tietê, São José do Rio Preto, Vargem Grande, Rio Claro, Campos Novos, Penápolis, Araçatuba, Ipaussu, Amparo, Coroados, Birigui, São José do Rio Pardo, Mococa, Itapetininga, Porto Feliz e Ribeirão Preto. Em Minas Gerais: Guaxupé (a sede central de MG), Muzambinho, Guaranésia, Monte Santo, São Sebastião do Paraíso, Januária, Varginha, Juiz de Fora, São João Del Rei, Três Corações, Passos, Belo Horizonte, Dianópolis,

⁵⁴ Ver também Domingues, op. Cit.

Perdões, São Domingos da Prata, Itaúna, Itajubá, Três Pontas, Bonsucesso, Vila Carnevalli, Monte Santo, Lavras, Oliveira, Cássia, Sant'Ana, Rio Pardo, Manhumirim, Manuassu, Carangola, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro. No Espírito Santo: Vitória, Guacuí, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. No Rio de Janeiro, no Distrito Federal (dois núcleos, um em Madureira e outro no Catete). No Rio Grande do Sul, Pelotas e na Bahia, Salvador.

Além das delegações em outros municípios, a FNB também fundou um núcleo (espécie de sub-sede) na cidade de São Paulo, na região da Barra Funda.

As atividades desenvolvidas nas delegações do interior variavam conforme as condições de cada uma delas. Contudo, as ações envolvendo cursos (profissionalizantes e de alfabetização), atividades esportivas (times de futebol) e eventos recreativos (bailes, festivais literários) parecem ter sido uma constante. Algumas filiais, assim como a sede paulistana, recebiam algum tipo de auxílio do governo local, como, por exemplo, a doação de um terreno, doação de livros e cadernos etc. As visitas de políticos locais, prestigiando as associações, também eram freqüentes.

Pelas notícias divulgadas no jornal *A Voz da Raça*, tudo indica que a delegação de Campinas era a maior e mais bem estruturada filial, oferecendo e realizando praticamente os mesmos serviços e atividades da sede central.

A delegação do Rio de Janeiro não é noticiada no jornal *A Voz da Raça*, mas a sua organização é divulgada na edição de dezembro de 1931 do *Clarim d'Álvorada*. Domingues também identifica notícias sobre a Frente Negra do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1932, nos jornais *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *A Pátria*. Segundo informações apresentadas pelo autor compareceram à reunião, no dia 15 de fevereiro de 1932, o capitão Francisco José Gomes Guimarães, os representantes da Cruzada Nacionalista Mário Brandão e Luiz Corrêa de Mello, e o jornalista Rimus Prazeres, entre outros. Duas semanas depois, em 25 de fevereiro, a delegação estava oficialmente fundada, tendo como dirigente Antônio Francisco Napoleão. De acordo com dados divulgados pelo jornal *A Pátria*, a delegação carioca, no mês seguinte de sua fundação, já tinha reunido cerca de 12 mil associados.

Embora as delegações devessem obediência à sede central, seguindo suas orientações políticas, as especificidades locais acabaram por conduzir a alguns desvios.

Grande parte dos militantes de Santos, por exemplo, eram ligados ao movimento sindical de orientação socialista. Nas eleições de 1934, a delegação assume um programa democrático e inspirado no socialismo, rompendo com a linha política-ideológica da sede central. Já em Ipaussu, ao contrário, os integrantes da Frente estavam ligados a uma orientação mais liberal e ao Partido Constitucionalista. Na cidade também existia um conflito entre os fretenegrinos e os integralistas, o que, como veremos, não ocorreu na cidade de São Paulo.

De acordo com Petrônio Domingues, as delegações de Salvador e de Pelotas não eram de fato sucursais da FNB. Eram apenas organizações homônimas, mas não tinham sido fundadas através do mesmo processo que as outras, ou seja, com a condução direta da sede paulistana. Não estavam ligadas a São Paulo e, portanto, não tinham as obrigações das delegações. Assim como na sucursal de Santos, na Frente Negra de Pelotas podem ser identificados membros com orientações socialistas e classistas, ligadas ao meio sindical. Miguel Barros, seu dirigente, participou - em 1934 - do I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Gilberto Freyre, na cidade de Recife, em Pernambuco.⁵⁵

A Frente Negra de Salvador foi fundada em 1932, por Marcos Rodrigues dos Santos, um ex-militante do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra de Santos, sendo expulso de ambas por suspeita de desonestidade. Apesar de ter penetração entre as camadas mais populares, sobretudo por manter uma espécie de agência de empregos, em 1933 já estava enfraquecida. Sua existência foi efêmera.

Domingues também revela a existência de uma Frente Negra em Pernambuco. Fundada no Recife, em 1934, teve como principais lideranças José Vicente Lima, Solano Trindade, Gerson Moreira de Lima, José Melo de Albuquerque e Miguel Barros (dirigente da FN de Pelotas que tinha ido até Recife participar do Congresso). O principal líder, José Vicente Lima, também participou do Congresso. Em 1936, José Vicente, ao lado de Solano Trindade e Miguel Barros, fundam, após o término das atividades da Frente, o Centro de Cultura Afro-Brasileira.

⁵⁵ Como não houve nenhuma relação direta entre a FNB e o I Congresso Afro-Brasileiro, este, assim como o II Congresso Afro-Brasileiro (realizado em 1937, na cidade de Salvador) serão brevemente analisados na segunda parte, em comparação ao I Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo Teatro Experimental do Negro.

3- A Identidade Fretenegrina

Além do amparo e assistência que disponibilizava, a Frente buscou, durante toda a sua existência, o fortalecimento de laços identitários. Acreditava que dessa forma a união e arregimentação seriam facilitadas. O passado e a história comum deveriam ser valorizados, estimulando a identificação entre os associados e uma postura solidária. Paralelamente, buscava-se, na recuperação desse passado comum, elementos importantes na valorização e fortalecimento da auto-estima. No mesmo sentido, lutava-se pelo reconhecimento e incorporação do negro como parte legítima e valorosa da nação brasileira.

As identidades, sejam elas de quaisquer categorias - nacionalidades, gênero, étnico-raciais, religiosas etc. - são sempre forjadas e transformadas através da interação entre diferentes grupos sociais, via processos de exclusão e inclusão. A distinção entre "nós" e "outros" faz parte da dinâmica da construção das identidades. Os nossos valores e referências são, na maioria das vezes, moldados a partir da comparação com outras realidades, na medida em que é a comunicação, ou seja, o contato com a diferença, que desperta e incentiva a consciência de pertença. Só há negros quando há brancos. Só há pagãos quando há cristãos. Só há homens quando há mulheres. Só há estrangeiros quando há nacionais.

O termo étnico na Grécia antiga (ethnos), por exemplo, significava "diferente de nós" / "outro", ou mais especificamente os povos "bárbaros" que não estavam organizados no modelo de cidade-estado grega. Já em latim (ethnicus), nas sociedades cristãs, referia-se aos pagãos em oposição aos cristãos. Nas Ciências Sociais modernas, principalmente a partir da década de 1940, quando o termo passa a ser usado com mais frequência, é utilizado pelos pesquisadores em referência aos grupos não pertencentes à formação anglo-americana. Enfim, as identidades sustentam-se no princípio da alteridade. Este princípio, principalmente nos casos das identidades nacionais e étnico-raciais, baseiam-se na valorização de uma memória coletiva orientada para o passado, para uma suposta origem e/ou experiências comuns.⁵⁶

⁵⁶ Ver: Poutignat, Philippe e Streiff-Fenart, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1997.

Em busca dessa identidade a Frente criou símbolos como, por exemplo, uma bandeira e alguns hinos. A bandeira possuía quatro cores: o branco, representando o português, o vermelho, representando o índio, o preto homenageando os negros e o verde, representando a epopéia do negro na Serra da Barriga.⁵⁷ A bandeira frentenegrina absorvia o ideal modernista de sociedade híbrida e miscigenada. Ao invés de exaltar cores e símbolos tipicamente africanos, assumia a postura nacionalista adotada por Getúlio Vargas, na qual a “raça” brasileira seria formada pela união harmônica de índios, negros e portugueses. Escolheram como símbolo justamente a não essencialização de sua condição étnica. Os elementos escolhidos não se remetiam à história da África ou à história exclusiva dos negros, mas à história do Brasil, miscigenada.

O hino da FNB revela esse desafio, enfrentado por sua liderança, de acomodar o nacional e o racial. A primeira estrofe, por exemplo, nem mesmo menciona os negros especificamente, mas aqueles que “*surgem nobres e fiéis pelo amor da Pátria Terra*”.⁵⁸ A segunda estrofe demonstra o esforço em valorizar a *Gente Negra* como o principal elemento responsável pela grandeza nacional. Todavia, no mesmo verso, indicam a Gente Negra como os herdeiros do sangue escravo, “*de Tupis e de Africanos*”. Enfim, ao fazerem menção ao aspecto biológico (o sangue), não o associam exclusivamente a raça negra, mas a história, a condição de escravos, incluindo os índios. Seriam todos herdeiros de tupis e africanos, “*confiantes brasileiros, soberbos e ufanos*”. Clamam pelo fim dos preconceitos em uma Pátria Nova.

O Canto da Criança Frentenegrina, escrito também por Arlindo Veiga dos Santos, segue a mesma estratégia.⁵⁹ Há o objetivo explícito de estimular a auto-estima das crianças negras, convencendo-as de suas capacidades e de sua semelhança com as outras. Paralelamente, todas essas qualidades servem, sobretudo, à grandeza nacional.

Todo associado tinha uma carteira contendo todos os seus dados, semelhante a uma carteira de identidade. Esse documento conferia respeitabilidade e, muitas vezes, garantia segurança e proteção, devido ao respeito que a Frente Negra defrutava perante a sociedade.

⁵⁷ A epopéia do negro na Serra da Barriga refere-se ao Quilombo dos Palmares.

⁵⁸ Ver Hino da Frente Negra Brasileira. Anexo III.

⁵⁹ Ver Anexo IV.

Algumas festas eram tradicionais, como a festa de aniversário de fundação da instituição, as festas juninas, as domingueiras e a festa de Natal, onde se distribuía presentes às crianças, e substituíam-se a figura estrangeira do Papai Noel, ícone importado dos EUA e da Europa, pela do Pai João, tentando afirmar uma identidade de origem afro-brasileira. Há sempre uma preocupação de viés racial e nacional. Sobre isto, A Voz da Raça afirmava, no seu número 42:

“Convêm nossos leitores ficarem lembrados, que como no ano passado, e como haverá de verificar todos os anos, quem fará a distribuição de brinquedos a patrizada é Pai João.

A FNB, organização nacionalista como é e será, vai assim, aos poucos, abasileirando os nossos costumes.

Pai João é um preto velho, de cabelos e cavanhaquinho todo alvo, que aparecerá de surpresa à criança, que depois de algumas palavras de entusiasmo dirigidas por algum membro da comissão dos festejos, passará a fazer a distribuição de presente...”⁶⁰

O sentimento nacionalista estava tão presente quanto à luta contra o preconceito racial. Na verdade, a luta da Frente Negra Brasileira não era exclusivamente contra o preconceito racial. O seu interesse maior era a união dos negros com o objetivo de superar as dificuldades decorrentes do passado escravista. A sua orientação e atuação não estavam centradas no passado, nas injustiças e desumanidades cometidas pelos “brancos”. Não pretendiam denunciar a existência de grupos antagônicos: exploradores e explorados. Sua preocupação era com o presente e o futuro, com a integração. Almejavam apagar definitivamente as “marcas da escravidão”.

O fato da Frente Negra não discutir intensamente o modelo escravocrata brasileiro e as suas conseqüências para os negros não significa que a instituição não reconhecia na escravidão a origem dos problemas do grupo. Não só reconhecia o papel fundamental do passado escravista, como admitia a existência do preconceito racial. Mas exortava os seus

⁶⁰ A Voz da Raça. Nº 42. 15/12/1934.

membros a deixar de lado as “queixas inúteis” quanto ao passado. No dia 13 de maio de 1936, A Voz da Raça conclamava os seus leitores:

“Estamos novamente no dia do povo negro.

13 de maio de 1936 ... instantemente 48 anos de distância dos nossos antepassados tão desafortunados. Na verdade, nós de hoje, também não somos menos, porque eles tiveram a liberdade material, e nós a despeito de sermos libertos, continuamos presos a escravidão pelo lado moral...

Continuaremos pois na luta pela liberdade, que nos há de immortalizar também nos corações dos novos, como sendo uma raça valorosa, um outro povo empreendedor...

Retrocesso? Para que retroceder. Que cada um cumpra o seu dever de negro e brasileiro, e prossigamos a caminhada, sempre para frente, sem um gesto de súplica, de lamento. De queixas inúteis ...”⁶¹

Pelo reconhecimento do mal proporcionado pela escravidão, o dia da abolição era, juntamente com o aniversário de fundação da entidade, a data de maior relevância comemorativa. Ambos tinham, na verdade, o mesmo significado: a libertação do negro brasileiro. Se em 13 de maio de 1888 os escravos conquistaram a liberdade formal e jurídica, em 16 de setembro de 1931 os ex-escravos e descendentes diretos conquistaram uma associação capaz de auxiliá-los e conduzi-los à verdadeira libertação moral e material. O dia era tomado por atividades, entre elas missa, desfile até a herma de Luiz Gama, no Largo do Arouche, ao seu túmulo, no cemitério da Consolação, discursos e sessão solene na sede da FNB.

Assim como podemos perceber nos outros elementos e práticas utilizadas para o fortalecimento de uma unidade identitária, a comemoração do 13 de maio era realizada como um evento não apenas de caráter racial, mas nacional. Não só para o povo negro, mas para todo o Brasil, a abolição foi uma ação significativa e benéfica. A data não seria só negra, mas brasileira. A abolição, ao eliminar a segregação do negro, contribuiu significativamente para a consolidação da unidade nacional e para o fortalecimento e

⁶¹ A Voz da Raça. Nº 53. Maio de 1936. Texto de Isniam.

valorização do principal elemento responsável pela construção da nação. Valorizar o elemento nacional seria passo essencial para a valorização da nação.

Embora, como veremos mais detalhadamente em momento posterior, a FNB apoiasse as ações de Getúlio Vargas, houve um momento de divergência quando o governo extinguiu o feriado nacional de 13 de maio. A Frente criticou abertamente o ato e ficou inconformada. Mas uma vez, focou o seu argumento na importância da data para a nação.

*“Datas menos importantes no sentido nacionalista foram conservadas ou restabelecidas. Por que, então, preterir o 13 de Maio que todo o Brasil celebra ou quer celebrar? E, não é oportuna a restauração quando há aí tanta gente interessada anti-patrioticamente, em obscurecer a história do Negro e endeusar exageradamente a dos imigrantes de há 50 anos, que acharam todos os caminhos do progresso abertos e facilidades graças a operosidade dos africanos e descendência durante 200 anos... e, ainda assim, nem só benefícios tem feito ao Brasil?”*⁶²

O deputado Café Filho, em decorrência da demanda apresentada pela FNB, apresenta, em 1935, projeto à Câmara Federal solicitando a restauração do feriado. Mas, como sabemos, não obteve êxito.

Em 16 de setembro, data de fundação, a programação também era intensa, reunindo, inclusive, número significativo de representantes das delegações do interior e de outros estados. Visitavam os túmulos dos fretenegrinos mortos, realizavam um almoço comemorativo, organizavam reuniões entre os delegados e o Conselho Geral e, à noite, havia uma sessão solene, com apresentações dos grupos artísticos da FNB e a presença de “autoridades” e “personalidades” públicas.

Os “heróis” reverenciados pela FNB, além de negros, eram brasileiros dignos, verdadeiros heróis nacionais que, assim como a entidade, colocava a luta racial ao lado da luta nacional. O fundador Francisco Costa, Luiz Gama, Henrique Dias, Zumbi e a Princesa Isabel foram os que tiveram a sua trajetória associada a essa prática. Personalidades fortes, grandes líderes que souberam conduzir uma luta em benefício dos

⁶² A Voz da Raça. Maio de 1935.

brasileiros e da nação. A obediência e lealdade de Henrique Dias ao Rei, assim como a sua coragem na luta contra a invasão estrangeira, por exemplo, eram valorizadas. A liderança guerreira e centralizadora de Zumbi, sua capacidade de comando, também.

O papel do negro na história do Brasil era exaltado, com destaque para o trabalho nas lavouras (responsável pelo crescimento e desenvolvimento nacional), pela coragem na Guerra do Paraguai (exemplo de fidelidade e sentimento patriótico) e pela atuação dos líderes abolicionistas (que impulsionaram a verdadeira unidade nacional defendendo a completa integração e incorporação da gente negra no corpo nacional).

Sendo um movimento alicerçado em bases raciais, não se eximia de estimular a valorização racial. Todavia, para a FNB, a identificação racial não passava por critérios biológicos e inatos, mas históricos. A “gente negra nacional” era definida menos pela aparência física, mas, sobretudo, pelo passado de trabalho e luta no processo de construção da nação. O negro, assim como o índio e o português, compõe a raça brasileira. A busca por integração e aceitação tinha como principal estratégia a valorização do papel do negro na construção do Brasil. Embora os negros brasileiros sejam os não visualmente brancos, a identificação “racial” não era focada no sangue, mas na ascendência, no bravo passado de trabalho e luta. Sendo os negros parte da “raça” nacional, discriminá-los seria “cortar a própria carne”. Incorporando e fazendo uso do espírito nacionalista, característico da época, a liderança fretenegrina concentrou seus argumentos em um discurso marcado por essa característica, onde a luta pela valorização da gente negra nacional seria plenamente justificada pela contribuição desse grupo na formação do Brasil. A postura arianizante, defendida pelos teóricos eugenistas, seria anti-nacionalista, na medida que defendia a destruição da verdadeira raça nacional.

A luta da FNB seria uma representação da luta da nação brasileira, segundo a qual a defesa da harmonia nacional se daria a partir da adoção de uma postura orgânica. A gente negra nacional pertence ao corpo nacional, é parte do todo. Neste sentido, o preconceito e a postura arianizante representariam uma traição à pátria. Desvalorizar a parte significaria desvalorizar o todo. Desarmonizar o funcionamento da nação.

*“Contra as tramas dos inimigos da Pátria, os verdadeiros Brasileiros são SÓ BRASILEIROS, não há negros, não há brancos, não há fretenegrinos, não há chapa-única, não há patrianovistas, não fascista, HÁ SÓ BRASILEIROS”.*⁶³

A luta contra a desigualdade e o preconceito passava pelo sonho de uma sociedade homogênea, da unificação da raça brasileira e da aceitação, valorização e incorporação de seu principal elemento, o negro.

Os movimentos sociais, assim como as nações em um microcosmo, necessitam forjar uma identidade unificadora. Entendidos enquanto sujeitos coletivos elaboram uma identidade e, a partir dela, conduzem suas estratégias, práticas e representações que visam, sobretudo, defender seus interesses e expressar sua vontade. A questão, todavia, não pode ser simplificada. Assim como as nações, os diversos movimentos sociais possuem um caráter identitário multifacetado, na medida em que aglutinam uma vasta diversidade de sujeitos, cada qual com seu conjunto de valores específicos e marcados por suas experiências individuais. Ser homem ou mulher, ser rico ou pobre, ser instruído ou analfabeto, ter vivido algum tipo de trauma pessoal, apenas para citar as dualidades mais óbvias, já é suficiente para quebrar a desejada unidade identitária.

Paralelamente, é preciso ressaltar que as identidades não existem a priori, ao contrário, são elaboradas e moldadas através de um processo que está longe do imediatismo. Quanto mais recente for a formação de um determinado grupo social, mais frágil e mais cheia de paradoxos será sua unidade identitária. No caso do movimento negro brasileiro, assim como em outros movimentos sociais, no momento de sua organização e consolidação, não há uma identidade essencial, e sim um conjunto de valores, objetivos e percepções que vai, paulatinamente, construindo essa identidade. No mesmo sentido, a construção e afirmação de um grupo dependem, necessariamente, da consolidação dessa unidade. O movimento social pressupõe um caráter político. O que consubstancia um movimento social não são apenas as diferenças entre o grupo e os outros, mas, sobretudo, uma consciência dessas supostas diferenças e peculiaridades,

⁶³ A Voz da Raça, no 27, dezembro de 1933.

assim como das demandas inerentes aos membros do grupo. Esse estágio de consciência faz parte de um processo, logo, no momento inicial, as inconsistências são inevitáveis.

A FNB, além de representar esse momento inicial na organização do movimento negro, organizou-se em um período muito peculiar da história do Brasil, sobretudo no que se refere às relações raciais. O final do século XIX e início do século XX foi marcado por intenso debate em torno da questão racial e pela consolidação de um novo projeto de nação, tornando ainda mais complexo esse processo de construção de uma identidade marcada por critérios étnico-raciais.

O que pretendo demonstrar é que a organização das principais entidades do movimento negro, assim como suas características, estratégias e elementos de pertença grupal foram desenvolvidos paralelamente a uma produção político-intelectual sobre o tema racial e nacional. Ao invés de se contraporem, as principais organizações negras da primeira metade do século XX dialogaram e recuperavam um discurso já produzido pela intelectualidade política e acadêmica e vice-versa.

A Frente Negra Brasileira reflete esse intenso debate que ocorre no Brasil neste período. As ambigüidades também estão presentes. Não há sequer uma uniformidade nos termos utilizados. Negros, pretos, homens de cor, classes de cor, grupos de cor, gente negra, raça negra ... diversas são as formas de auto-identificação dos fretenegrinos. Os elementos de similitude concentram-se muito mais na história do que em qualquer outra categoria, como por exemplo, a aparência. Compreender os elementos identitários valorizados pela FNB, assim como suas contradições e paradoxos, exige a recuperação desse debate. Não apenas o seu caráter especificamente racial, mas também os seus reflexos no projeto político varguista.

4- O Debate Racial e a sua Influência no Projeto Político-Ideológico da FNB

Compreender o projeto político-ideológico da Frente Negra Brasileira, assim como os seus principais elementos identitários, nos remete, inevitavelmente, a uma análise mais cuidadosa do período em questão. Como pudemos identificar, as lideranças que organizaram e conduziram a FNB, em sua maioria, já faziam parte de outras associações e/ou jornais negros na década de 1920 e, embora impulsionada e influenciada pelas mudanças decorrentes da “revolução de 1930”, a sua organização representa uma continuidade, um reflexo e, sobretudo, uma resposta aos discursos e debates em voga nas décadas anteriores. Portanto, entendê-la passa por uma análise do movimentado contexto político e sócio-cultural que representou a passagem dos anos 1920 para a década de 1930. E, em se tratando de uma associação definida por um critério racial, nos interessa, amiúde, a discussão em torno desse tema específico.

4.1 As Teorias Racistas e seus paradoxos

O debate eugenista e evolucionista que, em décadas imediatamente anteriores, foi hegemônico nos principais centros de pesquisa europeus, penetram no Brasil deparando-se com um contexto muito distinto das sociedades européias. A segunda metade do século XIX, mais especificamente a década de 1870, representou um momento crucial no que diz respeito ao problema das relações raciais no Brasil. Durante esse período, além da desestruturação do regime escravocrata brasileiro, instaurado no Brasil desde o início do século XVI, acentuam-se as discussões sobre a adoção de um novo regime político. Paralelamente, temos o fortalecimento de centros de estudos nacionais que buscam, diante de todas essas transformações, pensar e analisar projetos para uma nova nação que estava por começar. A guerra do Paraguai, o fim da escravidão e o republicanismo fizeram da segunda metade do século XIX um momento de inovação. A elite intelectual

tentava criar um esboço de uma nova nação que, ao mesmo tempo em que buscava se libertar de certas amarras do Império, não possuía ainda um novo projeto político claro. A mudança era inevitável e, algumas vezes, até mesmo desejada. Assim como nos revela Lilia Schwarcz:

*“Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania. É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais”.*⁶⁴

Segundo a autora, os discursos evolucionistas e deterministas penetram no Brasil como argumento para explicar, justificar e solucionar as diferenças internas. No contexto de abolição do trabalho escravo e, buscando a conservação da hierarquia social consolidada por esse regime, os intelectuais brasileiros, os “*Homens da Ciencia*”, passam a importar as teorias científicas da Europa Ocidental, se auto-representando como essenciais e fundamentais nos debates acerca das soluções para os problemas nacionais e para o destino do país.⁶⁵ O Brasil precisava modernizar-se, romper com as amarras do passado colonial considerado, a partir de então, arcaico e retrógrado. Pensar sobre os problemas e soluções para o Brasil passava, inexoravelmente, por refletir sobre a questão racial, sobretudo nesse contexto do desenvolvimento de teorias eugenistas e evolucionistas. Em um momento de transformação das estruturas políticas e de

⁶⁴ Schwarcz, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil –1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P.18

⁶⁵ Alguns autores não identificam a conjuntura brasileira do período, suas questões e demandas, como a principal responsável pela incorporação das teorias biológico-deterministas nos debates acerca da organização e do futuro da sociedade. Para esses autores, essa incorporação realizada pelos intelectuais brasileiros, mesmo que tardia, foi um mero reflexo do debate europeu, introduzido sem nenhum espírito crítico. Sobre essa interpretação ver: Sodré, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. São Paulo: Difel, 1982; Leite, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1983 e Skidmore, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

consolidação de uma "nova" nação - abolicionista e republicana - o debate sobre a formação do povo brasileiro torna-se imperativo.

A desqualificação dos critérios biológicos para a compreensão das diferenças entre os diversos grupos humanos é historicamente recente. Em momentos de formação, consolidação e/ou transformação dos Estados-Nacionais, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX, os parâmetros naturais e biológicos representavam a base explicativa para a diferença entre nações e grupos humanos. Paradoxalmente, a ideologia iluminista possuiu um efeito duplo nas discussões sobre relações raciais. Se, por um lado, existia a busca pela concretização das promessas de igualdade aliada à luta pela efetivação dos direitos naturais e universais de todos, por outro, foi justamente a necessidade de classificar as sociedades que rejeitavam os princípios iluministas que propiciou o surgimento de teorias racialistas.⁶⁶ Assim, como disse Ricardo Benzaquen, na tentativa de melhor compreender o contexto iluminista e suas intersecções com as questões raciais, *“acabaremos por chegar a uma conclusão irônica e quase surpreendente: é como se a própria concepção de uma unidade efetiva e absoluta do gênero humano tivesse que se diluir e pulverizar no momento exato de sua concretização, dividindo-se entre uma infinidade de sub-raças, semitas, negróides e escravas, por exemplo, todas comprometidas por sinais de nascença que limitava física e, portanto, drasticamente o seu acesso às conquistas do espírito, e uma solitária estirpe de super-homens, os já mencionados arianos, cujo favorecimento biológico os transformava nos singulares herdeiros do destino da humanidade”*.⁶⁷

⁶⁶ Alguns autores utilizam o termo *racialista* para definir o campo ideológico e/ou teórico em que o conceito de “raça” é reconhecido e tem vigência. Não há, todavia, um consenso em torno de uma única definição conceitual do *racismo*. Kwame Anthony Appiah, por exemplo, define *racismo* como uma doutrina segundo a qual *“há características hereditárias, partilhadas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-la num pequeno número de raças, de tal modo que todos os membros de uma raça partilhem entre si certos traços e tendências que não são partilhados com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, na perspectiva racialista, uma espécie de essência racial; (essa essência) ultrapassa as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições faciais – com base nas quais fazemos nossas classificações formais”*. Para Antônio S. A. Guimarães, no entanto, na definição proposta por Appiah, dois aspectos merecem atenção. Primeiramente, segundo o autor, é preciso ficar claro que essa “essência racial” não possui características absolutas, ao contrário, representa valores morais, intelectuais e culturais. Paralelamente, é preciso reconhecer também que a forma de transmissão dessa “essência” é muito variada, muito mais dependente do contexto histórico e social do que do sangue propriamente dito. Cf. Guimarães, A. S. A. . Racismo e Anti Racismo no Brasil. São Paulo: Ed 34, 1999. Pg.27-8.

⁶⁷ Araújo, Ricardo Benzaquen. Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. pg. 36

As correntes racialistas dividiam-se entre poligenistas e monogenistas para explicar o surgimento da espécie humana.⁶⁸ Para os primeiros, as diferenças radicais entre alguns tipos de sociedade e grupos humanos podiam ser explicadas pelo fato de pertencerem a matrizes raciais distintas. A criação e formação da “raça humana” não teriam como centro dispersor uma única origem, mas múltiplos centros de criação. Não seríamos todos descendentes de Adão. Os monogenistas, por sua vez, mantinham o dogma cristão de um único ancestral comum para todos os homens. Ao afirmarem que as diferenças refletiam nada mais que um ritmo diferente de desenvolvimento, concluíram que todas as sociedades, inevitavelmente, avançariam para a mesma direção, rumo à civilização que, por sua vez, tinha as medidas da sociedade européia ocidental. No contexto destas interpretações, conceitos relativamente próximos, como diferença e desigualdade, ganham definições antagônicas. A noção de diferença está diretamente relacionada à linha teórica poligenista e pressupõe a existência de espécies humanas inexoravelmente distintas. Por outro lado, a noção de desigualdade está relacionada a diversidades transitórias e remediáveis, característica do monogenismo.

No período marcado pela desestruturação do trabalho escravo e crise do Império, ambas as interpretações estavam presentes nos debates realizados sobre o futuro do Brasil. Os representantes do poligenismo eram, em sua maioria, estrangeiros e viam o país como uma nação condenada ao fracasso, na medida em que “raças” de origens totalmente distintas se relacionavam gerando um novo tipo, inferior e estéril.⁶⁹ Os intelectuais brasileiros, estrategicamente, estavam mais próximos do monogenismo, posição que permitia a solução do branqueamento e projetava um futuro melhor para o país. Se somos todos descendentes de um ancestral comum, a miscigenação com os povos brancos europeus conduzirá a evolução do povo brasileiro aos moldes da civilização européia, mesmo porque, conforme interpretação de Oliveira Viana, as características das “raças” inferiores são absorvidas pelas “raças” superiores, além do fato

⁶⁸ Ídem.

⁶⁹ Destacam-se entre os teóricos deterministas: E. Renan, Gustave le Bon, H. Taine e Gobineau. Este último, por exemplo, afirmava que o cruzamento entre “raças” diversas levaria sempre à degeneração dos “tipos” mais nobres, na medida que o mestiço herdaria sempre as características ruins de cada “raça”. Ver Scharwcz, Lilia M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993. (A propósito: Darwin era declaradamente monogenista e, ao contrário de Goubineau, não identificava na hibridação uma condenação ao fracasso e à degeneração das espécies).

da miscigenação transcender o sangue e alcançar as idéias, como afirmava Silvio Romero.⁷⁰

Assim como já foi mencionado, o Brasil do final do século XIX e início do século XX era uma nação em construção, um país novo que desejava se apresentar internacionalmente como uma sociedade moderna e civilizada. Todavia, para muitos cientistas europeus, o Brasil era o exemplo de uma nação degenerada de raças mistas condenadas ao fracasso. Por isso mesmo, a escolha e interpretação das teorias, feita pelos intelectuais brasileiros adeptos do evolucionismo eugênico, foram *sui generis*. Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, cada um a seu modo, são exemplos de intelectuais da época que absorveram as teorias do “racismo científico”.⁷¹ Com previsões pessimistas para o futuro de uma sociedade com tamanho grau de miscigenação, propuseram, através da imigração européia, um embranquecimento gradual, única medida capaz de salvar o país.

Muitos foram os intelectuais brasileiros que pensaram a questão racial no Brasil inspirados no cientificismo europeu. Silvio Romero, por exemplo, baseou-se em pesquisadores de linha evolucionista, que buscavam explicar a história humana através de critérios físicos e biológicos, como o meio e a raça. Segundo Romero, a história do Brasil não deve ser entendida como a história dos portugueses, ou dos índios, ou dos negros. A história do Brasil passa pela história de um novo tipo, o mestiço, que não somente resulta da interseção entre os portugueses, índios e negros, como também tem influência, nesse novo tipo, o meio físico e a imitação estrangeira.

A ideologia do cientificismo, suas investigações e conclusões desencadearam uma ideologia pessimista no que diz respeito ao futuro do Brasil. Romero foi um dos representantes desse rompimento com a anterior interpretação otimista nacionalista. Para o autor, os fatores determinantes do atraso brasileiro seriam primários ou naturais, secundários ou étnicos e terciários ou morais. No que diz respeito aos primários ou naturais, os principais problemas se concentrariam no calor excessivo e nas secas, em

⁷⁰ Ver: Vianna, Oliveira. Populações Meridionais no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympo, 1952 (1ª ed, 1918); Romero, Silvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympo, 1949 (1ª ed, 1888) e Rodrigues, Nina. Africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 1988 (1ª ed, 1933).

⁷¹ Ver Vianna, Oliveira. Op. Cit. ; Romero, Silvio. Op. Cit.; e Rodrigues, Nina. Op. Cit.

determinadas regiões, e nas chuvas excessivas e ausência de vias fluviais, em outras. Os secundários referem-se, principalmente, à incapacidade das “três raças” que formaram o Brasil. Já os terciários dizem respeito aos fatores históricos como política, legislação e costumes, que inicialmente eram efeitos, mas que já se transformaram em causas.

Por acreditar na incapacidade das “três raças” que formaram o Brasil, Silvio Romero insiste no branqueamento da população através da imigração constante, até porque acredita que a miscigenação transcende o sangue, e atinge também as idéias.⁷²

Outro importante autor foi Nina Rodrigues, que, assim como muitos dos intelectuais da época, possuía, indiscutivelmente, uma concepção racista em relação ao negro e ao índio. Sua originalidade e importância residem no seu interesse real em pesquisar as populações negras trazidas para o Brasil, assim como os vestígios e a recriação de certas heranças culturais, como a língua e a religião. Dante Moreira Leite chega a afirmar que embora Nina Rodrigues “...sustentasse uma teoria cientificamente inaceitável, parece ter andado perto de uma concepção cultural do negro”.⁷³

Uma outra peculiaridade de Nina Rodrigues reside num certo paternalismo em relação às “raças inferiores”. Defendeu a tese de que, tendo as raças inferiores uma mentalidade infantil, não deveriam ser tão responsáveis quanto as raças “superiores”, ou seja, não poderiam ter o mesmo tratamento no Código Penal. Contudo, apesar desse racismo paternalista, afirmou que a presença da raça negra no Brasil sempre iria constituir um dos fatores de nossa inferioridade como povo. Qualquer qualidade atribuída a um negro, ou mestiço, derivava de alguma ascendência branca. O autor aceitava integralmente o evolucionismo do século XIX, e, na comparação com os EUA, afirmava que o desenvolvimento daquele país somente foi possível devido à enorme presença de brancos e à rígida separação entre brancos e negros. No Brasil, ao contrário, o atraso e as más qualidades do povo deviam-se à menor presença de brancos puros, à miscigenação e ao clima tropical, que favoreciam os negros e os mestiços.

Ao contrário de Nina Rodrigues, as obras de Oliveira Viana foram muito criticadas no que diz respeito às qualidades ou virtudes científicas, mesmo para os padrões da

⁷² Ver Romero, Silvio. “A poesia popular no Brasil”. Revista Brasileira; 2 fase, v. 7, p. 30, 1881. In: Skidmore, Thomas E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 52.

⁷³ Leite, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1983. P. 236

época. Nelson Werneck Sodré, por exemplo, afirma que sua obra revela “a falsidade irremediável dos seus métodos, a falta de um mínimo de informação, bem como suas tolices e sua fidelidade ideológica à aristocracia brasileira”.⁷⁴ E Dante Moreira Leite acrescentou: “O que nele parece teoria é imaginação gratuita, grosseira deformação de fatos e teorias alheias”.⁷⁵

Na opinião de Leite, no que diz respeito ao seu compromisso com a aristocracia e a sua teoria sobre o arianismo, Oliveira Viana buscava identificar-se com o grupo dominante. Viana afirmava que o Brasil entrou numa fase de desorganização profunda e geral após a abolição, visto que todas as diretrizes de nossa evolução coletiva foram completamente quebradas e desviadas. Para ele, quando os negros se mantinham na disciplina rígida da senzala, conservavam costumes de moralidade e sociabilidade da raça superior, e quando foram entregues à sua própria direção, degeneraram-se. Por outro lado, faz uma distinção entre mulatos superiores e mulatos inferiores. Os superiores estariam mais próximos dos arianos, pelo caráter e pela inteligência, suscetíveis mesmo de arianização e capazes de auxiliar os brancos no processo de organização e civilização do país, deslocando-se para a aristocracia. Os mestiços inferiores, por outro lado, conservavam as qualidades da raça inferior. Na opinião de Dante Moreira Leite, poucos brasileiros escreveram palavras tão cruéis e injustas a respeito dos negros, demonstrando a crueldade do domínio de um grupo por outro e a hierarquização da sociedade de acordo com as raças.

Segundo Viana, o móvel de ação do comportamento é sempre psicológico e as características psicológicas resultam das raças. Acreditava numa arianização progressiva, na medida em que a imigração ariana fazia com que as raças inferiores fossem absorvidas, além da maior mortalidade de negros e mestiços. Chegava mesmo a afirmar que a abolição retardou a eliminação do africano, visto que, mantido em cativeiro, teria desaparecido mais rapidamente, devido à espantosa mortalidade e à baixa natalidade.

Arthur Ramos, pesquisador de uma geração mais recente (anos 1930), por sua vez, reconhecia as qualidades da obra de Nina Rodrigues, mas não a repetia simplesmente, renovava os seus métodos e as suas teorias, sendo o grande divulgador do novo conceito

⁷⁴ Apud. Leite, Dante Moreira. Op. Cit. P. 242.

⁷⁵ Idem. P.242

de cultura.⁷⁶ Não absorveu a doutrina de superioridade racial e denunciou os sofrimentos vividos pelos negros brasileiros.

Todavia, apesar do negro não ser visto como uma raça inferior era possuidor de uma cultura inferior, da qual deveria se libertar. A concepção evolucionista permanecia. Sua teoria baseava-se em dois modelos de pensamento: o lógico, do civilizado; e o pré-lógico, do primitivo. Se Nina Rodrigues falava de raça, Arthur Ramos falava de cultura, mas ambos concluíam que o negro brasileiro ainda não podia acompanhar a civilização e dificultava o branco brasileiro a sair do primitivismo. A questão é que a influência negra seja ela racial ou cultural, era um dos fatores do atraso da cultura brasileira.⁷⁷

O caso francês pode nos auxiliar na compreensão dos rumos tomados pela discussão racial.⁷⁸ Também lá, na França, o debate ocorre em um momento de transformação do Antigo Regime francês, com a perda gradativa dos privilégios da tradicional aristocracia feudal francesa e o enobrecimento de um novo grupo social. Esse processo vai gerar, assim como no Brasil - conforme interpretação de Schwarcz - uma reação das elites tradicionais com argumentos baseados em justificativas raciais, que visavam, como já indicado, a manutenção da secular hierarquia. Boulainvilliers, por exemplo, afirmava nas primeiras décadas do século XVIII que a tradicional aristocracia francesa era descendente dos francos, que, por sua vez, descendiam dos germanos/arianos. Germanos e francos eram, segundo o autor, povos livres e conquistadores, não escravizaram e não se tornaram escravos, sendo vitoriosos na disputa com os romanos. A plebe, por sua vez, descendia dos gauleses (descendentes dos romanos). Portanto, a aristocracia possuía o direito histórico de dominar, pois era superior e mais forte.

Como vimos, de acordo com certas interpretações, as teorias racistas teriam sido apropriadas tardiamente no Brasil, mas o consumo dessas teses foi feito de forma

⁷⁶ Ver: Ramos, Arthur. O Negro Brasileiro. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934 e Ramos, Arthur Ramos. As culturas negras no novo mundo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979 (1 edição, 1935).

⁷⁷ Nos anos 1940, Arthur Ramos vai abandonar, paulatinamente, em suas análises, a utilização desses critérios hierárquicos. O autor, assim como as suas interpretações e atuações relacionadas com a questão racial, serão retomadas na segunda parte desta pesquisa.

⁷⁸ Ver: Gahyva, Helga da Cunha. O Inimigo do Século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). Tese de Doutorado, IUPERJ, 2006.

proposital, estratégica mesmo, buscando responder questões nacionais.⁷⁹ No que, para um modernista, confirmaria a nossa tradição antropofágica, a supervalorização das ciências naturais, tendo na biologia o principal modelo analítico, não foi realizada de forma aleatória, através da incorporação grosseira ou meramente imitativa das teses européias. Ao contrário, utilizaram-nas de forma original, sabendo extrair o que melhor lhes convinha, na tentativa de recriar a hierarquia social e de responder às questões que se colocavam no contexto da abolição da escravatura.

A elite intelectual que estava sendo formada nas faculdades de Direito e Medicina, em sua maioria, não estava disposta a aceitar uma teoria na qual o progresso e o desenvolvimento eram privilégios dos brancos das zonas temperadas. Por mais que aceitassem como verdades científicas grande parte dos estudos realizados na Europa, precisavam adapta-los à realidade nacional (já largamente miscigenada), para que não ficassem condenados ao fracasso e à degeneração. Por esse motivo, parte significativa da minoria letrada brasileira, embora acreditasse na inferioridade do negro, não defendia a segregação. Ao contrário, seria através da mistura, da miscigenação, que o país eliminaria as influências negativas e superaria o atraso.

As ambigüidades eram constantes e refletiam claramente a intenção de adaptar as teorias européias à realidade nacional, buscando uma saída positiva. Se o português prejudicou a formação do povo brasileiro, por ser o elemento inferior europeu, latino e não anglo-saxão, também beneficiou. Afinal, foi graças à ausência de rigidez e a uma maior capacidade de mistura, típica dos latinos, que o sangue negro pôde ser diluído, podendo levar, futuramente, ao seu completo desaparecimento na composição étnica do brasileiro. A miscigenação e a mistura com raças inferiores eram condenadas, mas, ao mesmo tempo, louvadas. Se por um lado o mestiço era inferior ao branco europeu, por outro lado, a mistura do europeu com o negro criava o tipo ideal para os trópicos, graças ao vigor físico dos africanos. Do mesmo modo, somente a miscigenação seria capaz de eliminar as raças inferiores. A solução segregacionista norte-americana, para a grande

⁷⁹ O documentário “*Homo Sapiens, 1900*”, de Peter Cohen, demonstra que, ao contrário do que afirma Schawarcz, as teorias racistas estavam em pleno processo de ascensão nos EUA e em alguns países europeus no século XX.

maioria, passava a ser considerada uma péssima estratégia, pois permitia o fortalecimento e o crescimento dos negros.⁸⁰

Apesar da influência das teorias racistas, principalmente nas políticas públicas de incentivo à imigração européia, é preciso salientar, mais uma vez, que o “racismo pseudocientífico” era propriedade da elite, da minoria alfabetizada ciente das correntes de pensamento européias, e presente no interior dos grupos mais abastados da sociedade brasileira. A maioria da população, muito provavelmente, não participou desse debate. As práticas preconceituosas e discriminatórias que ocorriam no cotidiano estavam associadas à anterior condição de escravo, às práticas culturais/religiosas e à aparência física, e não a um posicionamento que identificava no “negro” e no mestiço uma inferioridade genética, biologicamente irreversível. Todavia, não é implausível supor que, através de ações sofridas cotidianamente, muitos negros, sobretudo os mais em contato com a população abastada, interiorizassem os valores expostos por essas teorias, disseminadas pela elite dominante. Como afirma Dante Moreira Leite:

*“...o grupo dominado acaba por se ver com os olhos do grupo dominante, a desprezar e a odiar, em si mesmo, os sinais do que os outros consideram sua inferioridade”.*⁸¹

O próprio José Correia Leite, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira e um dos mais importantes líderes do movimento negro do século XX, confessava:

“No começo eu fui influenciado pelo fato de muita gente ter admiração pelo índio. Também entrei nessa de ser descendente de índio. Não conheço muito bem a minha origem, mas como o índio é uma das três raças da formação da nacionalidade brasileira, então eu fiquei nessa de dizer que a minha

⁸⁰ Ver, por exemplo, os discursos de João Batista Lacerda, Oliveira Lima e Theodore Roosevelt in: Skidmore, Thomas E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁸¹ Leite, Dante Moreira. Op. Cit. Pg. 253

*descendência era de índio. Eu queria fugir do mulatismo para entrar nessa linhagem do branco com o índio, tirando o africano do meio”.*⁸²

Apesar dos aspectos negativos apresentados, torna-se necessário reconhecer o efeito duplo e paradoxal operado pela ideologia do branqueamento na organização do movimento negro no Brasil. Por um lado, como nos revelou Correia Leite, dificultou a organização e união de um grupo que se identificasse como afro-descendente, na medida em que essa identificação era desqualificada e, portanto, rejeitada. Por outro lado, ao legitimar a existência de um grupo “racial” discriminado, tendia a contribuir para a criação de laços de solidariedade e para a construção de uma identificação coletiva, base necessária para a organização de um movimento social.

Paralelamente, notamos que, embora com objetivos e justificativas racistas – eliminar a influência física e cultural dos africanos – grande parte da minoria letrada do Brasil defendia um processo de integração e miscigenação. Desde o início de sua formação, a sociedade brasileira passou por um intenso processo de miscigenação, principalmente por conta da desproporção numérica entre homens e mulheres. Era uma realidade incontestável, que não tinha como ser camuflada. A solução vislumbrada pela elite intelectual, com significativa parte mestiça, foi transformar este fato em uma estratégia original, capaz de criar um povo forte e capaz. A miscigenação, que era simplesmente um fato no período colonial, passa a ser teorizada como estratégia por parte dos intelectuais nacionais, e, posteriormente, vai ser consolidada como a principal característica e maior qualidade do povo brasileiro.

Segundo Ivana Stolze Lima, na passagem do século XIX para o século XX ocorre a denominada *“objetivação do mestiço”*.⁸³ Embora a realidade mestiça da população brasileira já fosse reconhecida desde o período colonial, é nesse momento que o mestiço e a mestiçagem tornam-se objeto de discurso da elite intelectual e política. No período de consolidação da ordem republicana, a busca por *“conhecer, regularizar e curar”* a

⁸² Leite, José Correia Leite. *... E disse o velho militante José Correia Leite*. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Pg. 53.

⁸³ Lima, Ivana Stolze. *O Brasil mestiço: discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX*. Dissertação (Mestrado) – PUC- Rio, 1994

sociedade brasileira era imperativa. A suposta homogeneidade do povo brasileiro, vista como necessária para a consolidação da nova nação em vias de construção, identificava no mestiço a saída possível, a harmonia necessária.

Visto isso e, considerando, como já detectado, que a liderança da Frente Negra era composta por uma elite letrada, podemos concluir que as teorias racistas estavam presentes entre os variados discursos que influenciaram a formação ideológica e a respectiva estratégia de ação da FNB. Por um lado, através da incorporação de alguns elementos, por outro, pelo repúdio e tentativa de desconstrução desses axiomas.

4.2 Incorporação

A liderança fretenegrina buscava rechaçar os argumentos de inferioridade biológica, mas, ao mesmo tempo, acabava por absorver as teses de superioridade da cultura ocidental de padrão europeu. A África não era preterida apenas por conta do nacionalismo, mas também pelo reconhecimento de ser o local de uma cultura atrasada, de um povo majoritariamente marcado por uma prática sócio-cultural primitiva. A valorização não é do candomblé, samba ou capoeira, mas do cristianismo católico, da poesia de origem clássica e do comportamento inspirado no modelo europeu. Um dos principais elementos responsáveis pela degradação da população negra seria, segundo a liderança da FNB, seus hábitos e seu comportamento incivilizado.

Os principais líderes, inclusive, pertenciam a congregações e irmandades católicas. Arlindo Veiga dos Santos, por exemplo, era dirigente da Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Efigênia e Justiniano Costa, o segundo presidente da FNB, assim como Raul Joviano Amaral, dirigiam a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.⁸⁴

Por um lado, a Frente Negra Brasileira denunciava as atitudes racistas, por outro, a instituição não eximia de culpa os próprios negros, que, segundo a direção, muitas

⁸⁴ Ver Domingues, Petrônio. Op. Cit.

vezes acabavam por estimular essas atitudes discriminatórias. Os denominados “vícios da raça”, ou seja, atitudes comportamentais de grande contingente de negros, eram veementes combatidas. A desunião dos negros, a prostituição feminina, o excesso de bailes e festas e, principalmente, o alcoolismo representavam, para a Frente, inimigos internos a serem eliminados. As campanhas visando “livrar” os negros desses “vícios” eram constantes no jornal. No nº 8, por exemplo, encontramos um artigo lançando uma campanha contra o alcoolismo:

*“Dentro do ilimitado programa da FNB, que tem por mira a elevação moral da raça negra brasileira, torna-se preciso um grito de guerra contra o alcoolismo, essa praga devastadora de tantas felicidades...”*⁸⁵

Maria Angélica Maués, ao analisar a trajetória do discurso racial, conclui que embora as lideranças da década de 30 tenham representado um grande impulso na luta contra o preconceito racial e a situação miserável da população negra, revelavam em seu discurso nítida assimilação da ideologia do branqueamento.⁸⁶ Acusavam os brancos pelos séculos de escravidão e pelo abandono pós-abolição, mas culpavam-se pelos denominados “vícios da raça”. O trecho seguinte reflete a questão citada:

*“E havemos de vencer. Vencer antes a nós mesmos; vencer as paixões ruins que nos dominam; as qualidades más, o álcool, o samba desenfreado, o descrédito imerecido; vencer a incompreensão, a cobiça, o orgulho, o despeito que vem confirmar a lúgubre frase de Patrocínio - **inimigo do negro é o próprio negro** (...)”*⁸⁷

⁸⁵ A Voz da Raça. Nº 8.06/05/1933.

⁸⁶ Maués, Maria Angélica Motta. Da “branca senhora”ou “negro herói”: a trajetória de um discurso racial. In: Cadernos Cândido Mendes. Nº 21. Centro de estudos Afro-Asiáticos, dezembro de 1991.

⁸⁷ A Voz da Raça, ano III, nº 62, fevereiro de 1937. In: Maués, Maria Angélica Motta, op.cit. (Grifos meus).

Neste momento, não podemos deixar de observar um fato curioso. Enquanto em São Paulo havia todo um movimento, por parte da própria militância, de criminalização do samba, no Rio de Janeiro ocorreu justamente o oposto. Foi justamente a partir do fortalecimento e disseminação do samba que muitos descendentes de escravos conquistaram uma posição de respeito e admiração na sociedade. Se, em São Paulo, em 1937, o samba era indicado como caminho para a degradação pelas lideranças do movimento negro, no Rio de Janeiro era uma espécie de trampolim. Contudo, é preciso reconhecer que as críticas ao “*samba desenfreado*” e às associações exclusivamente recreativas, realizadas pelas lideranças negras paulistas, não foram capazes de impedir o desenvolvimento desses valores. O samba, em São Paulo, não parece ter sofrido qualquer abalo em decorrência dessas atitudes.

Como vimos, essa postura adotada pela Frente Negra Brasileira revelava a sua preocupação com a conduta dos negros. Absorvendo os modelos de organização e comportamento socialmente valorizados, buscava redefinir a posição do negro na sociedade. Este seria um meio para se atingir o fim desejado. O negro modificava a sua concepção de status e de valores, na tentativa de absorver os modelos compartilhados pela sociedade ocidental. Muito tempo depois, um importante ativista do movimento negro brasileiro, Abdias Nascimento, concluiria:

*“... a ênfase que os fretenegrinos colocavam em aspectos da natureza moral, por exemplo, pode parecer não apenas retrógrada ou reacionária, mas uma capitulação diante dos valores ocidentais, procurando criar um “novo negro” que fosse o reflexo invertido da imagem que deles faziam os brancos”.*⁸⁸

Roger Bastide, ao identificar dois modelos de relações raciais na América, também vai refletir sobre o tema.⁸⁹ Segundo o autor, há dois padrões: o caracterizado pela brutalidade, típico da realidade norte-americana, e o paternalista, reconhecido na América

⁸⁸ Nascimento, Abdias. Discurso proferido no Senado Federal em 16/10/1997. In: Revista Thoth, Nº 3. Setembro/Outubro de 1997. P. 55.

⁸⁹ Bastide, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1951.

Latina. Este último modelo se caracteriza pela herança da escravidão e conservação da antiga mentalidade do Senhor, possibilitando a permanência da condição de servidão. O reconhecimento da posição de inferioridade garante como retribuição, atitudes gentis. Essa prática, que reafirma o padrão hierárquico, estimula a negação da raça, o repúdio a antigas tradições e a busca da imitação do padrão aristocrático.

Para o autor, mesmo quando se valoriza o negro, é o negro assimilado aos valores aristocráticos. Na medida em que, segundo Bastide, o preconceito de cor está muito associado ao preconceito de classe, aburguesar-se, ou seja, aproximar-se dos padrões aristocráticos, poderia, de acordo com os adeptos dessa estratégia, contribuir pra a diminuição do preconceito. Mais do que moralidade é o puritanismo que regula as normas de conduta defendida pela elite negra. A moralidade seria algo subjetivo, uma atitude interior, valores internos que regulam ações externas. O puritanismo, em contrapartida, atentaria muito mais para o que se vê, para o comportamento externo e os reflexos desse comportamento. A condenação ao alcoolismo, à promiscuidade e à vagabundagem segue essa lógica. São hábitos das classes inferiores, devem ser abandonados, sobretudo, por representarem atitudes condenáveis. Os batuques, sambas, danças populares, enfim, tudo que remeta ao passado escravocrata e africano deveria ser esquecido. Parafraseando Bastide, o emburguesamento triunfa sobre o orgulho racial.

Particularmente, seguindo as definições propostas por Roger Bastide, identifico tanto uma postura puritana como uma postura moral. Afinal, havia sim uma preocupação que transcendia o comportamento e as aparências. As diversas atividades desenvolvidas pelos variados departamentos da FNB, como vimos, demonstram que havia um esforço sistemático pela “elevação moral”, que, por sua vez, seria fruto de um amplo projeto educacional. A mudança comportamental seria reflexa dessa transformação interna e subjetiva.

Bastide salienta que essa prática puritana, em defesa da mudança comportamental, tem um papel paradoxal. Por um lado é motivada com o intuito de anular o preconceito sobre os negros. Paralelamente, ao incorporar os padrões aristocráticos, reafirma e alimenta os argumentos e as práticas preconceituosas dirigidas ao negro, na medida em que reconhece os males e a necessidade de mudança.

Assume-se, portanto, uma postura eugênica, de evolução da raça. Os negros não seriam inferiores biologicamente, não há raças inferiores, mas há raças atrasadas no seu desenvolvimento, reflexo de um processo histórico.⁹⁰

Eliminar os antigos hábitos pelos quais eram discriminados e criticados passava por um processo educacional de integração na sociedade. Evidentemente, os vícios não eram decorrência da “raça”, mas consequência da situação vivida até então. Eliminá-los dependia basicamente de uma mudança no modo de vida desse grupo, desde que encontrassem trabalho, educação e possibilidades de criarem uma estrutura familiar. Todavia, as dificuldades eram incomensuráveis. Desde a primeira metade da década de 1920, o jornal Clarim d’Álvorada já cobrava dos pais a responsabilidade de educar os seus filhos, mas, para isso, antes era preciso que eles próprios fossem educados, eliminando primeiramente os “vícios da raça”:

“Quais os motivos que os obrigam andar maltrapilhos, cobertos de chagas, dormindo em bancos públicos e sendo muitas vezes pensionistas da polícia?”.

É porque se deixaram dominar pelos vícios. Pela embriaguez, constantemente, vemos chefes de família abandonar seus lares...

Aquele que se deixa dominar pelos vícios, de como poderá ministrar no lar uma educação...”⁹¹

“Os nossos pais são os primeiros que devem preocupar neste sagrado dever, para mais tarde, quando homens, sabermos de como educar os nossos.

A educação é a cultura do coração; tem por fim corrigir nossos vícios, reformar os hábitos e costumes e polir os males. É necessário esforçarmos! Contra os ignorantes é que devemos labutar, a fim de chegarmos à perfeição”.⁹²

⁹⁰ Oliveira Viana, embora baseando os seus argumentos na inferioridade biológica do negro, também afirmava que os mestiços ascendiam quando deixavam de ser psicologicamente mestiços. Estes seriam os mulatos superiores.

⁹¹ Jornal Clarim d’Álvorada. Nº 3.02/03/1924. Texto de Moysés Cintra.

⁹² Jornal Clarim d’Álvorada. Nº 2. 03/02/1924.

Em 1928, o jornal Progresso também anunciava:

“Vemos, todos os dias, pelas ruas de nossa capital, grande número de meninos pretos em abandono. A quem cabe a culpa por esse triste estado de coisas ?!...

A nos certamente.

Já vamos para quatro décadas que somos livres, filhos da terra de Santa Cruz, e ainda não temos um rancho, ao menos, onde se ministre as primeiras letras a nossos irmãos de cor. (...)

É urgente uma reação. Temos força de vontade, brio em demasia, mas falece-nos coragem. (...)

*Outro intuito essas linhas não tem, senão de apelar para os pais de hoje que coloquem nas pequeninas mãos de seus rebentos a Cartilha”.*⁹³

A principal célula responsável pela mudança comportamental do negro seria a família. A unidade familiar educando e orientando no micro-cosmo e a própria Frente Negra representando uma grande família, congregando, auxiliando e direcionando. Estes seriam espaços privilegiados, fundamentais e determinantes do aprendizado e da prática de um comportamento idealizado.

4.3- Repulsa

O projeto de incentivo à imigração européia, realizada pelos governos da Primeira República, representava um dos principais reflexos das teorias racistas em voga no período. O repúdio à imigração estrangeira significava, portanto, uma crítica direta aos

⁹³ Jornal Progresso. Nº 1.23/06/1928. Texto de Horácio Cunha

argumentos defendidos pelos teóricos racistas que, ao lado de argumentos de caráter econômico, serviam de justificativas para essa ação governamental.

Os negros, sobretudo os paulistas, foram diretamente afetados pelo projeto de imigração desenvolvido pelo Estado. Se, por um lado, a entrada de europeus relacionava-se à teoria do branqueamento, por outro, e estando diretamente relacionado, desalojava os trabalhadores nacionais das oportunidades no mercado de trabalho.

Entre o período de 1888 e 1928, São Paulo recebe 2,1 milhões de imigrantes europeus, correspondendo a 57% do total de toda a imigração européia para o Brasil. Metade destes, segundo Andrews, com as passagens subsidiadas pelo estado. Somente em 1888, ano da abolição, enquanto 107 mil escravos estavam sendo libertados, outros 92 mil imigrantes europeus estavam ingressando no estado.⁹⁴

Os fazendeiros de café, principalmente do Oeste paulista, estavam preocupados com a substituição do trabalho escravo, e, especificamente, em como aumentar a oferta de trabalhadores, diminuindo-lhes o poder de barganha e barateando o custo da mão de obra. Torna-se necessário substituir a coerção da escravidão pelo excesso de oferta. A ação do estado foi decisiva para salvar a economia cafeeira, subsidiando a vinda de famílias inteiras e aumentando ainda mais a oferta com o trabalho feminino e infantil.⁹⁵

As pesquisas de Andrews revelam que o excesso de imigrantes europeus dificultou a inserção dos negros no mercado de trabalho, direcionando-os para as ocupações mais instáveis e mal remuneradas. No campo, por exemplo, nas regiões decadentes do Vale do Paraíba, apenas 4% dos trabalhadores eram imigrantes. Por outro lado, nas prósperas fazendas do Oeste paulista, cerca de 2/3 dos trabalhadores eram imigrantes com contratos definidos, na situação de colonos. Os brasileiros, ao contrário, em sua maioria, não possuíam contratos definidos, recebiam por empreitadas ou pelos dias trabalhados, numa situação muito mais instável. Na cidade de São Paulo, em 1893, por exemplo, 79% das vagas nas indústrias eram ocupadas por imigrantes, assim como 72% no comércio e 81% nos transportes. No Rio de Janeiro, distante dos índices de

⁹⁴ Ver Andrews, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). São Paulo: EDUSC, 1998.

⁹⁵ Segundo Andrews, o salário de um homem adulto não era suficiente para comprar metade dos alimentos necessários para uma família de quatro pessoas. As mulheres e as crianças passam a ser essenciais no sustento das famílias.

imigração verificados na cidade de São Paulo, a maioria dos trabalhadores das indústrias era brasileira e, entre 30% a 40%, negros.

Todavia, mesmo para imigrantes, a situação no mercado de trabalho não era adequada, principalmente no que se refere aos baixos salários, o que irá desencadear a organização do movimento operário e as greves. As constantes mobilizações vão acabar proporcionando a maior inserção de trabalhadores brasileiros nos empregos urbanos. Usados, inicialmente, como “fura-greves”, acabam conquistando cada vez mais espaço no mercado de trabalho formal. Em 1920, o percentual de imigrantes nas indústrias caíria para 51%, no comércio para 62% e no transporte para 59%.⁹⁶

Ao inundar o mercado de trabalho com imigrantes europeus, o governo de São Paulo dificultou muito a inserção do negro no mercado de trabalho, assim como a sua conseqüente ascensão econômica e social, na medida em que praticamente eliminou o poder de negociação e barganha com os empregadores. Todavia, essa situação começa a se reverter na década de 1920, com o aumento gradativo da participação do negro no mercado de trabalho formal. Se, por um lado, as dificuldades econômicas e o estado de pobreza e desamparo serviram de impulso para a organização do movimento negro brasileiro, estruturando laços de solidariedade, por outro, a própria estruturação deste mesmo movimento, com a publicação de vários periódicos e organização de inúmeras entidades, comprova que parte desta população já possuía algum nível intelectual e tinha também resolvido as necessidades mais urgentes, sendo capaz de se preocupar com assuntos que iam além de sua sobrevivência imediata. Como bem nos alertou Charles Taylor, certo estado de bem-estar social, ou seja, o atendimento das necessidades materiais básicas, abre espaço para outros tipos de lutas e reivindicações. As lutas por reconhecimento e por afirmação de identidades, por exemplo, que, inclusive, estão

⁹⁶ Andrews chama a atenção para o fato de que esse aumento de percentual pode ser reflexo da segunda geração dos imigrantes. Na medida que 51% dos trabalhadores brasileiros das indústrias tinham menos de 21 anos, o aumento de trabalhadores brasileiros pode ser fruto da entrada dos filhos dos italianos no mercado de trabalho formal. De acordo com os dados do Departamento Estadual do Trabalho, após a inspeção em uma indústria têxtil em 1912, entre os seus funcionários havia 20 adultos, 151 menores estrangeiros e 112 menores brasileiros. Destes últimos, 106 eram filhos de italianos. Ver Andrews, op. cit., 1998.

contidas na pauta do movimento negro, apenas se tornam possíveis quando as necessidades mais diretamente relacionadas com a sobrevivência já estão resolvidas.⁹⁷

A enorme dificuldade econômica sofrida pela população negra durante o período pós-abolicionista, especificamente em São Paulo, foi consideravelmente agravada pela crise de 1929, que gerou mais desemprego, fome e miséria. A dificuldade de sobrevivência motivou os mais preparados intelectualmente a organizarem, de forma mais efetiva, uma entidade que lutasse na tentativa de reverter, ou pelo menos minimizar o estado de pobreza e miséria vivido por eles.

A singularidade de São Paulo nas relações de trabalho pós-abolicionistas é evidente, sendo a única cidade brasileira que deu um verdadeiro “salto” na consolidação de uma ordem social competitiva. Com a crise do escravismo, no final do século XIX, e com o rápido crescimento econômico proporcionado pela grande indústria cafeeira, passou a predominar, na cidade, relações capitalistas de produção. O surto urbano coincidiu com a imigração e ambos eram produtos da expansão econômica interna desencadeada pelo café. São Paulo importava mão-de-obra em proporções incomparáveis com qualquer outra região do país, desalojando os negros recém-libertos das oportunidades de trabalho urbano. Para Florestan Fernandes, por exemplo:

*“... a presença do imigrante operou como um fator indireto de desalojamento do negro ou do mulato do sistema de produção, portanto, de perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável pelos índices negativos de crescimento vegetativo da população negra”.*⁹⁸

Havia, portanto, uma luta objetiva contra uma ação concreta do Estado, reflexo das teorias racistas e, conseqüentemente, prejudicial à população negra. Paralelamente, havia uma ação mais subjetiva contra os efeitos dessas teorias no imaginário desse grupo.

Primordialmente, havia uma exaustiva preocupação e investimento em elevar a auto-estima do negro, desqualificando as teses defendidas pelos teóricos racistas. Esse seria um elemento essencial para a verdadeira emancipação do negro brasileiro. Afinal,

⁹⁷ Taylor, Charles. The Politics of Recognition. In: Gutman, a. – Multiculturalism. Princeton University Press, 1994.

⁹⁸ Fernandes, Florestan. Op. Cit. P. 132.

crer nas teses de inferioridade biológica representaria condenar o negro a uma condição subalterna perpétua. Se acreditassem de fato que eram pessoas inferiores, com menor capacidade que os brancos, possuidoras de vícios e insuficiências congênicas e hereditárias, jamais teriam força para lutar e reverter a situação marginalizada em que viviam. O trecho a seguir é exemplar do empenho da Frente em relação à auto-estima da população negra:

“De fato, todo negro cômico das aptidões, dos predicados e das capacidades físicas e intelectuais da grande raça a que pertence, só encontra motivos de ufânias, porque atentando bem, conclui ele pertencer a uma raça superior e maravilhosa.

*... e a prova disso temo-as de negros não só do Brasil, mas do mundo todo, que depois de lutar com todas as dificuldades, venceram-nas, atingiram graus de desenvolvimento por poucos alcançados, e mostraram aos preconceitistas não serem eles de raça inferior como assoalharam, mas sim superior entre as superiores.”*⁹⁹

Na verdade, no que se refere ao empenho em elevar a auto-estima, a Frente não foi pioneira. As primeiras associações e seus respectivos periódicos já possuíam essa estratégia, como pode ser comprovado através do artigo transcrito abaixo, e nem sempre assumiam uma postura racista como a citação anterior:

*“A teoria mais corrente é que os homens descendem todos de um tronco comum. Se cada raça tivesse uma origem diferente, o cruzamento de brancos com pretos ou amarelos não produziria mestiços, mas híbridos. E os híbridos, é sabido, são estéreis. Ora isso não acontece com os mamelucos e os mulatos, de que há milhões no Brasil. Assim se prova que os caucásicos, os mongólicos, os pretos, os vermelhos e os azeitonados da Europa, da Ásia, da África, da América e da Oceania, todos tem um único avô, fosse Adão, fosse o macaco de Darwin, fosse qual fosse.”*¹⁰⁰

⁹⁹ A Voz da Raça. Nº6. 22/04/1933. Texto de Pedro Rodrigues.

¹⁰⁰ Jornal Progresso. Nº17. 31/10/1929.

Podemos notar com essa última transcrição que essa liderança, como suposto, estava ciente das correntes de pensamento racista que penetravam no Brasil e, paralelamente, estava apta a contradizê-la. Como demonstrado por Domingues, as lideranças da FNB faziam referências, embora breves e superficiais, a algumas produções literárias relacionadas aos negros. No que diz respeito aos teóricos racialistas citados no item anterior, podemos detectar, nas páginas do *A Voz da Raça*, a citação de Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Silvio Romero. Viana é apresentado por Arlindo Veiga dos Santos como um conspirador que defende a arianização do Brasil. Já Nina Rodrigues e Silvio Romero são classificados, respectivamente por Francisco Lucrécio e Horácio Cunha, como “ilustre mestre baiano” e “ilustre mestre patricio”.¹⁰¹ Interessante salientar que a FNB criticava os “sabidos” que defendiam a inferioridade do negro e o conseqüente branqueamento do povo brasileiro, no entanto, Nina Rodrigues, assim como nos anos 1940 e 1950, é qualificado pelas lideranças do movimento negro como um cientista e pesquisador merecedor de todos os elogios e reverências.

Embora há os que acreditem que o racismo científico tenha sido eliminado com o movimento modernista e a chegada de Vargas ao poder, a luta contra os projetos eugênicos ainda perdurou no final dos anos 1920 e na própria Constituinte de 1934. Nesta ocasião, por exemplo, os deputados Miguel Couto e Xavier de Oliveira reiteraram argumentos de décadas anteriores, defendendo um projeto de imigração branca, vetando a entrada de negros e amarelos.¹⁰²

A luta contra as teses propagadas pelo racismo “científico” era, na verdade, uma luta contra o complexo de inferioridade, reflexo do passado escravista, mas também dessas teorias. A FNB exortava seus membros a não se intimidarem, não incorporarem esse sentimento de inferioridade. Para isso buscavam, a todo o momento, exaltar e valorizar a história do negro brasileiro. Nesse ponto, há, paradoxalmente, um discurso que se assenta também em argumentos raciais.

¹⁰¹ Ver Domingues, op. Cit. Pg.96.

¹⁰² A Constituição de 1934 confirmou o caráter nacionalista do período em questão. De acordo com o art. 121, a corrente imigratória de cada país não poderia ultrapassar anualmente a percentual de 2% sobre o número dos respectivos nacionais fixados no Brasil nos últimos 50 anos.

Na tentativa de intensificar seus argumentos, a FNB freqüentemente analisava a importância do negro na construção do Brasil, salientando o fato de que, durante quase 400 anos, foi o trabalho do negro escravo que construiu as riquezas do país. Exemplos são as duas transcrições a seguir:

“ ... erguei-se a Raça que com o maior contingente contribuiu para que se originasse, para que se construísse esse grande Brasil-Nação, esta Pátria imortal que enche de orgulho as veias nacionais.”¹⁰³

“A Raça Negra, cuja atuação foi tão intensa na formação do Brasil, produzindo toda a expressão de força nos engenhos no norte e nos cafezais do sul ...”¹⁰⁴

Essa estratégia de valorizar o trabalho do negro na construção do Brasil foi constante. A FNB era nacionalista e a forma de aproximar a sua luta específica com a luta nacional era, exatamente, afirmando a importância do negro para o desenvolvimento da nação. O negro deveria ser aceito e valorizado porque partiu dele o maior esforço na construção do Brasil. Desvalorizá-lo, portanto, seria desvalorizar o próprio Brasil porque o negro é parte integrante da nação.

Essa valorização do negro colocada em prática pela entidade também fazia parte desse contexto de luta contra as teorias do denominado “racismo científico”. Se, para os racistas, o negro foi o principal elemento responsável pelo atraso e degenerescência do povo e do Brasil, para a FNB foi exatamente o oposto. Mais que o luso e o índio, o negro foi o responsável pelo crescimento e enriquecimento do Brasil.

Exatamente por esse motivo, não havia uma postura de solidariedade racial aos moldes do pan-africanismo ou dos povos africanos da diáspora. Ao contrário. A única referência que a FNB faz é à África portuguesa, a um povo que identifica como parte de uma mesma linhagem e/ou formação histórica de origem lusa.

Todavia, evidentemente, buscando valorizar a auto-estima e eliminar os estereótipos negativos relacionados ao negro, a associação vai criticar o comportamento

¹⁰³ A Voz da Raça.nº 5. 15/04/1933.Texto de Henrique Diaz.

¹⁰⁴ A Voz da Raça. Nº6. 22/04/1933.Texto de Vicente Ferreira.

de negação da condição e da ascendência negra. A crítica é dirigida, sobretudo, àqueles mestiços que se fazem passar por brancos ou até mesmo por índios. A Frente desejava uma valorização. Não queriam que tivessem vergonha de se afirmarem negros.

A pesquisa realizada por Helga da Cunha Gahyva pode nos auxiliar na compreensão do conceito de “raça” utilizado pela Frente Negra.¹⁰⁵ Em seu estudo sobre Gobineau, a autora busca clarificar a distinção entre dois conceitos de raça, a saber: raça-espécie e raça-linhagem. Embora a distinção seja muitas vezes tênue, um olhar mais atento pode nos auxiliar a compreender alguns posicionamentos frente à questão racial. No caso da raça-linhagem, por exemplo, o foco não seria as características biológicas, mas a origem familiar. O grupo racial formado a partir desse critério seria identificado e definido através da sucessão de gerações, da linhagem. A identificação ocorreria menos por critérios biológicos, na medida em que se trata de um grupo historicamente construído, estreitamente relacionado a atributos oriundos da classe social e fortemente marcado por caracteres sociais, morais e culturais.

No caso da raça-espécie, ao contrário, o foco central estaria nos caracteres biológicos, físicos e hereditários. Diferente da raça-linhagem, a gênese do grupo não está na história, mas no plano natural. Ahistórica, atemporal e com relativa autonomia em relação à classe social, possui os caracteres transmitidos hereditariamente, independente do contexto sócio-cultural. É claro que a interseção de vários conceitos ocorre, gerando uma aproximação que muitas vezes impede a diferenciação entre eles. Por exemplo, a raça-espécie baseia-se em caracteres físicos e hereditários que, por sua vez, são transmitidos na sucessão de gerações (base da raça-linhagem). As características biológicas da raça-espécie apenas podem ser transmitidas através da linhagem e da família. A diferença e especificidade concentram-se, enfim, na oposição entre histórico e biológico. Enquanto na raça-linhagem é a história, ou seja, a trajetória específica de cada grupo que define as diferentes raças, na raça-espécie, ao contrário, tudo se resume ao aspecto estritamente biológico, independente da historicidade. Na raça-linhagem os grupos são construídos, enquanto na raça-espécie eles são dados.

¹⁰⁵ Gahyva, Helga da Cunha. O Inimigo do Século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). Tese de Doutorado, IUPERJ, 2006.

Sendo fruto desse momento de superação das teorias biológico-deterministas, os fretenegrinos contestam veementemente as teorias de inferioridade racial baseada em critérios biológicos, o que os afastaria da noção de raça-espécie. O valor dos negros era ressaltado, mas não com argumentos biologizantes. Quando falavam em raça forte, citavam a história de trabalho, luta, resistência e superação, que tanto contribuiu para construção do Brasil. Para os integrantes da FNB, os negros brasileiros mais do que pessoas com características físicas semelhantes eram pessoas com uma história comum. O passado escravocrata passa a ser o principal elemento aglutinador que sinaliza a alteridade necessária para a consolidação de uma identidade. Paradoxalmente, não há identificação com um passado mais remoto, localizado no continente africano. Isto provavelmente ocorre porque neste contexto há toda uma preocupação nacionalista, de refletir sobre a peculiaridade do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma identidade passa, necessariamente, pelo esquecimento de elementos mais distantes e possíveis de gerar diferenciação. O que realmente aproximava os negros brasileiros não era a origem africana, muito distante para a maioria e diversa também. Era o passado escravista, a condição do cativo e a ausência de oportunidades que os unificava, pelo menos naquele momento.

Como demonstrado, portanto, o discurso presente no jornal *A Voz da Raça* não abandona a base racista. Todavia, o negro não seria uma raça inferior, “mas sim superior entre as superiores”. Ou seja, ao invés de abandonar esse discurso racista, incorpora-o, mas valorizando o elemento negro e, sobretudo, a sua importância na composição da raça nacional. Essa opção adotada pela Frente nos informa que, além das teorias racistas, a liderança da instituição incorporou uma outra corrente que, paralelamente aos teóricos racistas, também fazia parte desse intenso debate.

4.4 A Valorização do Brasil Mestiço

Vale ressaltar que nem todos os intelectuais da segunda metade do século XIX e início do século XX defendiam o projeto de branqueamento da população. Pesquisas recentes revelam que, ainda no século XIX, mesmo na elite intelectual e econômica, muitos não incorporaram as teorias racistas, e valorizavam a integração e miscigenação não como solução para eliminar a influência negra, e sim por reconhecerem e valorizarem as diferenças étnicas e culturais formadoras do Brasil.¹⁰⁶

Manoel Bonfim, por exemplo, foi um médico sergipano nascido em 1868. Radicado no Rio de Janeiro, trabalhou como professor do Instituto de Educação e foi diretor geral do *Pedagogium* - órgão federal criado logo após a Proclamação da República, com o objetivo de preparar e aperfeiçoar professores das redes pública e particular - além de ter sido o organizador do primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil. No período entre 1905 e 1931 publicou, além de livros didáticos, uma série de livros investigando os problemas nacionais e suas possíveis soluções. Anunciando muito do que, posteriormente seria desenvolvido por Gilberto Freyre e tornado ponto de vista oficial do Estado brasileiro por Getúlio Vargas, Bonfim exalta o caráter mestiço do povo brasileiro. Partindo do mesmo princípio lusófono de Freyre, aponta o tipo de colonização realizada pelos portugueses (baseada na produção agrícola), assim como a disponibilidade de “*assimilação franca baseada na larga mistura e alheia a qualquer preconceito*”, como as principais vantagens da nossa formação.

Embora exaltasse mais o elemento indígena, combateu veementemente os teóricos racistas que identificavam uma inferioridade biológica no negro. Para ele, os problemas identificados no elemento negro eram fruto do regime escravocrata, e a incorporação dessas teorias racistas na realidade brasileira não passava de um imperialismo das potências européias.

¹⁰⁶ Em seu livro, Donald Pierson informa que a publicação póstuma da obra de Nina Rodrigues, em 1932, gerou uma “*tempestade de protestos; e para amainá-la, discípulos dedicados de Nina Rodrigues, dotados de espíritos científico, como Arthur Ramos, julgaram necessário lembrar aos leitores que o mestre tinha sido influenciado pelos falsos ângulos de visão da ciência da época em que trabalhava e que seus discípulos estão bem cientes de que a ciência de nossos dias informa a exatidão de tais conclusões*”. Ver: Pierson, Donal. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional... p. 255.

Manoel Bonfim não repudiava apenas as teorias de superioridade dos brancos, mas, principalmente, defendia a tese na qual as diferenças entre as raças devem ser entendidas como diferenças momentâneas, histórica e culturalmente criadas e jamais devem ser explicadas a partir de critérios naturais. O ponto central do argumento de Bonfim, mais uma vez, concentra-se na mestiçagem. Como médico, utiliza teorias biológicas para defender não a superioridade ou inferioridade de um grupo, mas as vantagens das fusões de elementos dessemelhantes, capazes de criar um tipo novo, mais apto e adaptável a determinadas realidades. A mestiçagem, mais uma vez, é identificada como inexorável e criadora do tipo nacional.

De acordo com Manoel Bonfim, o Brasil não deve ser entendido como parte da América Latina. Em outras palavras, para o autor, a propagada unidade latino-americana é fictícia. A sociedade brasileira deve ser compreendida como algo novo, fruto do hibridismo entre portugueses, índios e negros e, embora esses mesmos elementos (europeus, ameríndios e africanos) estivessem presentes na América espanhola, não foram suficientes para produzir a suposta unidade latina, graças a especificidade do português frente o espanhol.

A resistência ao domínio romano, o aprendizado no contato com os árabes, a precocidade no que se refere à unificação política, assim como o pioneirismo no período da expansão marítima, são elementos que indicariam a modernidade portuguesa. Do mesmo modo, a realidade encontrada pelos espanhóis na América, marcada pela abundância de metais preciosos e por um sistema de exploração do trabalho já estabelecido, favoreceu um domínio colonial baseado, primordialmente, na pilhagem e na violência. Na América portuguesa, ao contrário, a base colonial assentava-se na agricultura que, somada a características intrínsecas do povo português, contribuiu para uma maior assimilação com índios e negros. Assim como Gilberto Freyre, Bonfim exalta a suposta maior capacidade do povo português em incorporar o elemento externo. Em suas próprias palavras:

"- Tanto vale dizer: o português é definitivo nos fins, adaptável nos meios, sistematicamente subordinado às circunstâncias, avesso à rígida

intransigência e à sobranceira do castelhano."¹⁰⁷

A postura historicista também representa outro ponto de convergência entre Freyre e Bonfim. Os elementos naturais – como a raça - supostamente deterministas, para o autor, perdem valor frente as diferenciações históricas formadoras da tradição. Segundo ele:

*"Na formação das tradições, para o definir das nacionalidades, tudo se resolve em diferenciações históricas. Raça, clima, religião, língua... ficam sem valor, se não há, nos motivos d'alma do grupo, estímulos sociais e morais que exijam afirmações próprias, e determinem, com isto, um destino nacional distinto, que será a história de um povo."*¹⁰⁸

Para Bonfim, portanto, são esses estímulos sociais e morais próprios que caracterizam a especificidade do Brasil. A simples justaposição dos grupos étnico-raciais não basta, na medida em que representaria o laço político mais tênue. Os elementos e caracteres etnográficos não importam por si só. O que possibilita a compreensão sobre o caráter nacional é o estudo do modo segundo o qual se encontraram e se combinaram esses respectivos elementos, gerando uma síntese original. Aproximando-se de Ernest Renan, citando Oliveira Martins, Bonfim afirma que as nações existem exclusivamente pela história e a raça seria um elemento de formação anti-histórico.

No que se refere especificamente à questão racial, Bonfim critica de forma peremptória as teorias racistas, sobretudo aquelas que condenam a mistura de diferentes grupos. Todas as supostas diferenças seriam culturais e momentâneas, jamais naturais e essenciais. A todo o momento busca desqualificar as teorias racistas, denunciando que ou refletem puro preconceito, ou pretextos de povos poderosos e injustos contra as populações mais fracas. Utiliza-se de argumentos de base biológica e histórica para

¹⁰⁷ Bomfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.(2º edição).pg.39. 1º edição, 1929.

¹⁰⁸ Bomfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.(2º edição).pg.39. 1º edição, 1929.

comprovar suas idéias. Cita a própria herança mista da raça humana, assim como a tendência à extinção dos grupos que não se misturaram. *"Fixidez não é progresso"*, afirma Bonfim.

A adaptação, via contato e assimilação, representariam a verdadeira evolução, formando tipos mais definidos e estáveis para cada realidade. Paralelamente, desafia os defensores da superioridade ariana a explicarem a suposta superioridade evolutiva desses povos. Se Boulainvilliers e Goubineau defendiam a superioridade dos germanos a partir da não submissão e vitória frente aos romanos, Bonfim questiona essa superioridade contrastando a organização desses grupos com outros, então classificados como inferiores. Por que seriam os arianos, descendentes dos germanos, um grupo superior se, no momento em que ainda viviam como "hordas bárbaras", os gregos, romanos e chineses, por exemplo, já possuíam um nível de organização muito superior, seja política, econômica e /ou cultural? Agassiz, Pearson, Lapouge e outros teóricos racistas seriam mais para lastimar do que para corrigir, segundo palavras do próprio Bonfim. E se é para citar pesquisadores de renome internacional, utiliza como exemplos Southey, Martius e Koster para demonstrar que nem todos eram adeptos das teorias de superioridade das raças puras e arianas.¹⁰⁹

Para Bonfim e Freyre, a sociedade brasileira e, sobretudo, o povo brasileiro, é fruto da mistura. Reconhecendo que uma nação apenas se consolida quando há uma perfeita "combinação" humana, com seus diversos elementos formadores gerando uma síntese nova, ambos crêem que o caso brasileiro, marcado pela miscigenação e hibridismo, estava no caminho certo para a unificação do tipo nacional. A objetivação do mestiço, analisada por Ivanna Stolze, pode ser claramente identificada na obra desses autores, não como saída para o branqueamento, mas como solução para a consolidação do brasileiro e, conseqüentemente, do Brasil. Em suas próprias palavras:

"Brasileiros, temos de aceitar o Brasil qual ele é, na realidade de sua formação; e temos o dever de elevá-lo assim mesmo, começando por conhecer bem a todos os seus elementos formadores, a fim de obter deles o ótimo de apuro. A nação brasileira é um produto da mistura, num grau tal,

¹⁰⁹ Ver Bonfim, op. Cit.

por tantos séculos, tão obrigado a novas e repetidas misturas, que da nossa visão de progresso e grandeza social deve ser afastado todo o anelo e toda a preocupação de pureza, negativa e dissolvente."¹¹⁰

(...)

*"Pretender conduzi-la a um tipo puro, em nobilitante arianização, é pretender desfazer, e, não, completar e conduzir o que é propriamente o Brasil."*¹¹¹

Se na obra de Freyre, sobretudo em *Casa-Grande e Senzala*, a influência dos negros é supervalorizada, nos textos de Bonfim, ao contrário, esta influência é diminuída em comparação com a indígena. Embora reconheça que a presença e influência negra tenha sido maior no Brasil do que em qualquer outra colônia, afirma que ela foi menor do que se costuma atribuir. Informa que, em meados do século XVIII, 1/3 dos escravos eram índios. Além disso, o maior fluxo de escravos africanos ocorre a partir de 1750, período no qual, para o autor, o Brasil já existia. O pontapé inicial no processo de assimilação e formação do tipo nacional teria sido, portanto, o contato com os índios. Bonfim chega mesmo a romantizar o encontro entre portugueses e índios. Até mesmo quando se refere aos bandeirantes, afirma que a miscigenação foi intensa, não ocorrendo extermínio. Ressalta a colaboração dos próprios índios no movimento das bandeiras, assim como a assimilação de valiosos princípios característicos das comunidades nativas – como, por exemplo: senso de justiça, moralidade, coragem, técnicas agrícolas, valores guerreiros... – pelos portugueses. Para Bonfim, assim como para Freyre, não há aculturação. Ao contrário, há sempre um influxo recíproco e a quebra da coesão primitiva, mesmo que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora. Ambos valorizam mais o contato, a troca e a fusão, em detrimento da dominação e da violência. Está será a interpretação vitoriosa, sobretudo a partir dos anos 1930, com Vargas e o modernismo, e que, inevitavelmente, irá dialogar com a Frente Negra Brasileira.

A principal divergência entre os autores reside exatamente na participação da população afro-descendente na formação do Brasil. Como já mencionado, Bonfim subestima essa influência. Segundo grande parte dos cientistas sociais, a principal

¹¹⁰ Bomfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.(2ª edição).pg.183.

¹¹¹ Idem. pg, 206.

contribuição da obra de Freyre está exatamente no reconhecimento e demonstração da influência negra na formação do povo brasileiro. Sendo inclusive acusado de amenizar a crueldade da escravidão brasileira, Freyre busca analisar a participação do escravo não apenas como um cativo, submisso e subordinado, mas, sobretudo, como parte significativa e constitutiva da sociedade. Bonfim, ao contrário, argumenta que os negros já saem como cativos. Longe da pátria, sem formar povoações e comunidades próprias e, sem contato com a população livre, são completamente domesticados e marcados pelo cativo. Dominados, submissos e carentes, “*repetem sem dar de si*”.

A publicação do livro de Gilberto Freyre marcou uma mudança significativa.¹¹² Ele insistiu em que a miscigenação racial, característica do Brasil, era um fato positivo, talvez a mais importante e melhor herança herdada da colonização portuguesa. Gilberto Freyre remonta à própria formação do povo português – fruto do cruzamento de variados grupos étnicos, mas, sobretudo, marcado pela presença do contato com os mouros – para explicar a mestiçagem do Brasil. Plástico, adaptável, africanizado mesmo, o colonizador criaria aqui na América uma civilização única no que diz respeito à integração de três “raças” (índios, portugueses e africanos) num povo moreno e mestiço. Segundo Freyre, o português não tinha orgulho de raça, era ele mesmo já um miscigenado, e isso facilitou a miscigenação.

A presença negra não comprometeu a colonização portuguesa e inclusive foi, também, civilizadora do Brasil. A miscigenação, portanto, não foi degenerativa, pelo contrário, criou o tipo de homem ideal para os trópicos. A inferioridade física se deve à desnutrição e à sífilis, e não à “raça”. “São razões históricas e corrigíveis, e não biológicas e incorrigíveis”.¹¹³

Não se pode dizer que o chamado “mito da democracia racial brasileira” tenha nascido com Casa Grande & Senzala, pois ao menos desde o século XIX os letrados, sobretudo os reunidos no IHGB, assim como viajantes europeus e norte-americanos, sustentavam existir no Brasil uma maior receptividade à influência dos negros.¹¹⁴ Mas o

¹¹² Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1999. (1ª edição, 1933).

¹¹³ Para José Carlos Reis, Gilberto Freyre é - além de genial - conservador, continuísta e neovarnhageniano, na medida que propõe um relogio da colonização portuguesa. Ver, Reis, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P.53.

¹¹⁴ Ver, por exemplo, o ensaio de Von Martius, Como deve escrever a história do Brasil, premiado pelo IHGB ainda na primeira metade do século XIX.

livro de Freyre se converteu, de fato, no mais bem acabado argumento da tal “democracia racial”.¹¹⁵

O que vale ressaltar é que no momento de organização do movimento negro no Brasil, já estava em curso no país um processo de valorização das “coisas nacionais”, que repudiava veementemente as teorias racistas e biológico-deterministas do século XIX. Não apenas os mais pobres e os descendentes de escravos apreciavam e participavam das manifestações culturais de origem africana e/ou escrava. A elite política e intelectual, seja para buscar redefinir a identidade nacional, através da valorização de práticas populares e consolidação de símbolos nacionais unificadores, seja por simplesmente admirar e reconhecer beleza e talento, já participava e incentivava tais práticas.¹¹⁶

A liderança da FNB, ciente desse debate, fez referência a alguns desses intelectuais. Manoel Quirino, por exemplo, importante líder abolicionista baiano e pesquisador da vida do negro na Bahia, tem o valor de sua obra reconhecida nas páginas do *A Voz da Raça* por Silvério de Lima. Vicente Ferreira, por sua vez, exalta a obra de Alberto Torres que, assim como Manoel Bonfim e Gilberto Freyre, defendia o valoroso caráter mestiço da sociedade brasileira e repudiava as teorias racistas deterministas, sobretudo aquelas que condenavam a miscigenação. Para Torres, seriam estratégias dos países imperialistas para consolidar o seu domínio.¹¹⁷ *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, também é citado em duas ocasiões, nas edições de maio e junho de 1937. As referências possuem sempre dois objetivos. Primeiro, demonstrar que a liderança da FNB é culta e está inserida nos debates intelectuais que versam sobre o negro e o seu papel na história do Brasil. Segundo, faz uso de uma produção consagrada no intuito de buscar legitimidade ao seu discurso contra a inferioridade do negro.

¹¹⁵ A expressão “democracia racial” foi usada pela primeira vez por Roger Bastide em um artigo publicado no diário de São Paulo em 31/03/1944, após um encontro de Bastide com Gilberto Freyre. O autor de *Casa Grande e Senzala* utilizou a expressão “democracia étnica” em 1943, no contexto de sua militância contra o Integralismo. Freyre somente utiliza a expressão “democracia racial” em 1962, nos debates sobre o colonialismo português na África, ou seja, muito depois de lideranças do próprio movimento negro a utilizarem, como foi o caso de Abdias Nascimento ainda na década de 1950. Ver Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raça e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

¹¹⁶ Ver por exemplo, as trajetórias de Catulo da Paixão Cearense, João da Bahiana e os Oito Batutas, entre tantos outros.

¹¹⁷ Alberto Torres foi eleito, após ocupar cargos no legislativo, presidente do Estado do Rio de Janeiro em 1897, permanecendo até 1900. Em 1901 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Embora interpretações dissonantes já existissem desde o século XIX, como já demonstrado, as interpretações eugenistas começam a ser seriamente questionadas com o ideário de brasilidade defendido pelos modernistas.

O movimento modernista brasileiro não deve ser pensado como um movimento iniciado com a Semana de Arte Moderna, realizada apenas por intelectuais e artistas paulistas. O modernismo foi um processo bem mais amplo e complexo, com suas origens ainda no século XIX. A geração abolicionista e republicana que ganhou impulso na década de 1870, já buscava a ruptura com o passado, a busca de integração do Brasil na cultural ocidental e a redefinição dos padrões de brasilidade, que, por sua vez, representam os fios condutores do movimento modernista.¹¹⁸

O modernismo ocorria na dinâmica do cotidiano, representado por personagens dos mais variados grupos sociais. Na união do erudito com o popular, do oficialismo da vida cultural voltada para o cenário europeu, com as expressivas tradições nacionais (principalmente as marcadas pela influência da cultura afro-descendente), ganha cada vez mais força uma imagem do brasileiro marcada por expressões da cultura popular. E o popular, no caso brasileiro, é representado também por negros e mestiços.

Com o *Manifesto Antropófago*, de 1928, os modernistas concebiam a idéia de um país singularizado, construído a partir das releituras e reinterpretações de tudo que aqui chegava. A mistura não era mera degeneração, não desqualificava a formação cultural brasileira, ao contrário, a peculiar forma de incorporar e transformar o que vem de fora é o que caracteriza e individualiza o Brasil, sendo esta a maior contribuição que o país poderia oferecer às outras “civilizações”.

Um exemplo clássico das novas leituras propostas pelos modernistas, no que diz respeito às relações raciais, pode ser identificado em Macunaíma – Um herói sem nenhum caráter - publicado em 1928 por Mário de Andrade. Ao transformar em herói um homem nascido preto, filho de índia que se transforma em branco quando vai para a cidade, Mário de Andrade refletiu sobre a ausência de rígidas fronteiras “raciais”,

¹¹⁸ Sobre o modernismo ver: Velloso, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: O Brasil Republicano. Vol I. Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (org). Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003. ; Gomes, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. e Lorenzo, Helena Carvalho e Costa, Wilma Peres (org). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: UNESP, 1997.

reconhecendo que um mesmo homem podia ser preto, branco e índio e, por isso mesmo, ser brasileiro. Em um prefácio nunca publicado, o autor revelou que ao escrever Macunaíma descobriu ser o povo brasileiro um povo sem caráter, entendido aqui não como mera realidade moral, mas principalmente como uma “(...) *entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior, no sentimento, na língua, na História, na andadura, tanto no bem como no mal. O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional*”.¹¹⁹

Como bem nos mostrou Hermano Vianna e Carlos Sandroni,¹²⁰ ao analisarem a construção do samba como símbolo nacional, um processo de contatos e intensas trocas culturais estava ocorrendo entre os ex-escravos e seus descendentes e uma elite intelectual, formada em grande parte por “brancos” interessados em desvendar as raízes da cultura popular nacional. Esse movimento não mais identificava na herança africana, seja genética, seja cultural, algo degenerativo e desqualificante. O movimento folclorista e os modernistas, mesmo antes da década de 1920, já realizavam um processo de valorização do popular e do nacional, e, neste momento, não só o índio era representativo, mas, sobretudo, as práticas mestiças e híbridas, principalmente as construídas pelo contato entre “brancos” e “negros”.

Acredito que, assim como as teorias racistas do século XIX, o movimento modernista também operou um efeito paradoxal na organização do movimento negro brasileiro. Se, por um lado, as teorias racistas dificultaram a organização por desestimularem uma identificação negra, por outro lado criaram laços de solidariedade por conta, justamente, das práticas racistas e discriminatórias. Processo semelhante ocorre quando analisamos os efeitos do modernismo. A valorização de uma identidade mestiça para representar o povo brasileiro, com a valorização de um tipo nacional híbrido, também teve efeito duplo. Por um lado, valorizava a herança sócio-cultural de ascendência africana na formação do povo, reconhecendo de forma inexorável a presença dessas características como formadoras do brasileiro. Todavia, por outro lado, ao propor uma homogeneidade, valorizando o nacional em detrimento das diversidades, diluiu a

¹¹⁹ Ver Maggie, Yvonne. O eu e os outros: o ideário modernista em questão. 2004. In: [HTTP://observa.ifcs.ufrj.br](http://observa.ifcs.ufrj.br) (acessado em março de 2005).P3.

¹²⁰ Ver Vianna, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. e Sandroni, Carlos. Feitiço Decente. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

afirmação de valores de grupos específicos, transmutando-os em características nacionais.

Inseridos nesse contexto, os militantes negros do início do século não desejavam a demarcação de identidades “raciais”, ao contrário, buscavam integração. Antes de serem “negros”, “brancos” ou mulatos, eram, acima de tudo, todos brasileiros, evitando qualquer tipo de comparação com outros grupos “negros” e com realidades exógenas. Identificavam a enorme contribuição dada pelos “negros” no desenvolvimento do país e lutavam por oportunidades iguais. Denunciavam casos de racismo, mas não identificavam a sociedade brasileira como essencialmente racista. O sentimento nacionalista estava tão presente quanto a luta contra o preconceito racial.

5- Anti-Racismo

Apesar de todo o esforço, não era tarefa fácil fazer com que acreditassem em seus valores. A todo o momento eram vítimas de preconceitos e, no mercado de trabalho, muitas vezes eram preteridos em relação aos trabalhadores estrangeiros. Em um de seus exemplares, o jornal Progresso descreve um fato ocorrido quando um operário negro, desempregado, buscou emprego na firma Teodoro Wille e Cia: *“O capataz, apontando o lugar destinado aos trabalhadores disse a Amâncio Silva: -Entre e veja se ali há negros como você...”*¹²¹ A firma não aceitava brasileiros e com isso Amâncio foi procurar emprego num Armazém que fazia o embarque de café por conta do governo. Todavia, lá também foi rejeitado, também preferiam os estrangeiros. Amâncio falou com o capataz e lembrou-lhe da lei dos 2/3, que, teoricamente, lhe garantia o serviço. Imediatamente o capataz lhe respondeu: *“Qual lei, nem meia lei, (respondeu colérico, o empreiteiro). A lei aqui sou eu.”*¹²²

Apesar do teor claramente racista utilizado pelo capataz da firma Teodoro Wille, é preciso salientar que a discriminação não era explicitamente direcionada aos negros,

¹²¹ Jornal Progresso. Nº 42. 15/11/1931.

¹²² Jornal progresso. Nº 42. 15/11/1931.

mas aos brasileiros de uma maneira geral. A questão não era exclusivamente racial e a preferência era por trabalhadores estrangeiros, imigrantes, e não simplesmente por brancos.

Neste caso podemos perceber que a ausência de leis segregacionistas e, mais ainda, a existência de leis protecionistas, nem sempre garantiam a inserção no mercado de trabalho formal. Do mesmo modo, embora, evidentemente, muitas mulheres negras despertassem o interesse masculino, a aceitação de uma união formal nem sempre era aceita com naturalidade. Muitas vezes havia uma rejeição explícita, como nos revela um outro caso narrado pelo mesmo jornal, no qual um pai rejeita e humilha o filho porque ele se casara com uma negra. O truculento pai estendeu uma faixa na entrada da sua casa, afirmando que o filho tinha morrido porque se casara com uma negra.

Mesmo quando estudavam e conseguiam ascender socialmente, possuindo uma profissão respeitada, ainda assim eram discriminados, talvez até mais, na medida em que desafiavam, invadindo um espaço que teoricamente não lhes pertenciam. Exemplo disso foi o incidente ocorrido na delegação de médicos brasileiros do Congresso de Medicina em Paris. Os médicos paulistas se insurgiram contra a presença de um médico baiano negro - Enoch Carteador - na delegação. Contudo, a grande maioria não aceitava a atitude descarada dos paulistas. O incidente pode estar a nos revelar que o racismo em São Paulo era mais explícito, sendo mais um motivo para a organização dos negros na cidade, não ocorrendo com semelhante intensidade em outros estados, como o Rio de Janeiro e a Bahia.¹²³ Conforme noticiou o jornal, *“Em primeiro lugar é preciso firmar a consideração de que a maioria dos médicos da caravana repugna a lamentável iniciativa dos médicos paulistas...”*¹²⁴

Vale ressaltar que os fretenegrinos, apesar de denunciarem os casos de racismo, afirmavam que esses eram casos isolados, que de fato precisavam ser eliminados, mas que não representavam uma regra geral da sociedade, como nos EUA. Ainda no jornal Progresso, o otimismo era explícito:

¹²³ Essa tese será anunciada pelos próprios militantes no I Congresso do Negro, realizado pelo TEN, em 1950.

¹²⁴ Jornal Progresso. Nº7. 16/12/1928.

“Se o governo não olhasse para o negro só nas ocasiões que dele precisasse, estamos certos, que mais depressa do que suponhamos não teríamos outro caso de preconceito a registrar.”

“No Brasil, teoricamente, preconceitos de cor, há muito tempo não existem, uma vez que a República de 89 desconhece qualquer privilégio de nascimento, para amparar os portadores de dotes morais e intelectuais.

Entretanto, observa-se um desprezo infundado por parte de alguns que julgam ter praticado um ato de bravura ao nascerem brancos, pelo que cometem a ignominiosa ação de terem a pele escura.

Esse desprezo, já por ser odioso torna-se cada vez mais digno de repulsão, se tivermos em conta que a maior causa da obscuridade em que vivem os originários do continente negro, é, sem a menor dúvida, a condição servil a que foram tiranicamente reduzidos pelos brancos.”¹²⁵

Outro caso de racismo ocorreu com integrantes do próprio corpo cênico da FNB, homens e mulheres que, ao saírem da sede após o ensaio, foram abordados por policiais. O inspetor deu ordem de prisão e eles só não foram presos devido aos protestos dos presentes. Todos se portavam dignamente e caminhavam em direção das suas respectivas residências. Não havia motivo para tal comportamento dos policiais. A FNB criticou a atitude e pediu em seu jornal que abusos como este não fossem mais cometidos.

A Frente Negra também protestava contra o costume, existente em algumas cidades do interior, de destinar alguns espaços públicos apenas para o convívio de brancos. Embora não houvesse mecanismos formais de discriminação, na prática algumas praças destinavam seu espaço interno apenas aos brancos. Os integrantes da FNB desafiavam esse “costume” e ocupavam esse espaço. Também há denúncias de que, na capital, os comerciantes da Rua Direita, no centro da cidade, constrangiam os negros, não permitindo que parassem nas portas e vitrines. Após protestos da Frente, Cordeiro de Farias, chefe de polícia de São Paulo, publicou nota alertando *“que os pretos tinham os mesmos direitos e não se admitiria racismo”*.¹²⁶

De acordo com informações obtidas na Folha da Noite e no Diário de São Paulo, Domingues nos revela uma importante batalha travada pela FNB. Os riques de patinação eram muito comuns na época na cidade de São Paulo, mas, o ingresso dos

¹²⁵ Jornal Progresso. Nº 20. 31/01/1930.

¹²⁶ Ver Pinto, op. cit. p. 145

negros não era permitido. Em alguns momentos esses espaços, destinados ao lazer, foram alvo de protestos, com a invasão de “pretos” que “revidavam o insulto”.¹²⁷ A FNB promoveu uma grande campanha para eliminar essa prática discriminatória, buscando a adesão da grande imprensa. Cordeiro de Faria, mais uma vez, após denúncia formal de Isaltino Veiga dos Santos, em 1931, garante que os rinqes que permanecessem com essa atitude seriam fechados. O resultado da contenda foi realmente satisfatório. Em dezembro de 1931 o Diário de São Paulo e a Folha da Noite confirmavam que, após a realização de uma reunião entre Augusto Gonzaga (delegado de Vigilâncias e Capturas), os proprietários dos rinqes de patinação e representantes da FNB, ficou determinado o livre ingresso dos “homens de cor” nas casas de patinação.

A proibição do ingresso de negros na Guarda Civil também representou uma importante vitória. Embora, mais uma vez, não houvesse nenhuma regra formal que impedisse o ingresso, na prática não acontecia. Em 1932, mais uma vez, Isaltino Veiga dos Santos dirige-se ao então interventor federal do estado – Cel. Manoel Rabelo – denunciando a questão e, inclusive, alertando para o elevado número de estrangeiros que faziam parte da corporação. A inépcia de Rabelo fez com que Isaltino Santos realizasse a denúncia diretamente ao presidente, através de audiência concedida à FNB no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Após a audiência, o General Góes Monteiro e Cordeiro de Faria, por orientação do próprio Vargas, ordenaram a contratação imediata de 200 recrutas negros. Novamente a grande imprensa acompanhou a questão, dando destaque à atuação e a vitória da FNB.

¹²⁷ Ver Domingues, op. Cit. P. 169

6- Nacionalismo e autoritarismo

A “Revolução de 30” representou um dos fatores determinantes na consolidação e no amadurecimento do movimento negro no Brasil. Como já foi demonstrado, desde o início do século havia associações de negros, mas as mudanças decorrentes da “Revolução de 30” propiciaram às lideranças negras mais ambição e esperança de verdadeira participação política.

O termo “revolução” é utilizado aqui de forma pragmática. Não cabe, no contexto desta pesquisa, uma análise mais prolongada acerca de sua adequação aos eventos de que trata. A questão principal é que, como veremos mais adiante, para os integrantes da Frente Negra Brasileira, o movimento de 1930 significou de fato uma revolução. Como afirmou Lincoln de Abreu Penna:

*“Empregando-se com rigor o conceito de revolução, é evidente que o que aconteceu em 1930 não se enquadra nessa concepção. À primeira vista, estaria mais próximo de um golpe de Estado, pelo menos seus cruciais acontecimentos conduzem a esta avaliação. Mas, visto no decorrer do tempo, seus desdobramentos induzem a uma reavaliação se a intenção é privilegiar o processo histórico”.*¹²⁸

Segundo Penna, a forte presença de grupos oligárquicos no interior da Aliança Liberal, impediu que os fundamentos estruturais da sociedade fossem afetados. Todavia, o movimento de 30 promoveu uma verdadeira revolução se formos considerar as futuras relações entre o Estado e a Sociedade, na medida em que *“elevou, por exemplo, o nível das aspirações políticas de parcelas expressivas da população, até então excluídas do processo político do País”*.¹²⁹ Essa citação é exemplar, introduz e reflete claramente a

¹²⁸ Penna, Lincoln Abreu. Uma História da República. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. P. 162.

¹²⁹ Ídem. P. 183.

importância de 1930 para a organização da população negra, que será explicitada a seguir.

Luís Werneck Vianna, ao analisar os efeitos do movimento de 1930, classifica-o como uma “revolução pelo alto”. Seguindo o paradigma interpretativo de Barrington Moore Jr., a “revolução pelo alto” ou “via prussiana” se caracterizaria pela condução das tradicionais lideranças agrárias no processo de modernização econômica, preservando suas consolidadas formas de controle social.¹³⁰ Embora a ausência de hegemonia da classe burguesa na condução do processo de modernização tenha proporcionado a permanência de elementos da velha ordem, do antigo regime, o novo Estado organizado pós-1930 altera elementos da estrutura anterior, atendendo demandas que faziam parte das lutas dos trabalhadores das décadas passadas.

A nova recomposição das elites políticas, desencadeada pelo fim da hegemonia do setor agro-exportador cafeeiro, assim como a nova redefinição do papel do Estado funcionaram como estímulo e esperança para as lideranças negras. Todavia, não podemos ignorar como determinante nesse processo de transformações a maior conscientização e participação política das classes trabalhadoras. Como afirmou Werneck Vianna, no início do século XX há uma forte ação reivindicatória dos operários em busca de direitos sociais e melhoria da qualidade de vida. De acordo com Ângela de Castro Gomes, no período de 1891-1934, a “palavra” estava com as lideranças trabalhadoras, e eram elas que colocavam suas demandas publicamente.¹³¹ Anarquistas, comunistas e cooperativistas procuravam criar uma identidade para os trabalhadores e, embora com propostas distintas, possuíam algumas concepções semelhantes no que diz respeito à valorização do trabalhador. Segundo a autora, a Constituição de 1934 constitui um marco no tipo de competição que vinha sendo travada entre diferentes propostas de participação política, sendo o período de 1931-1933 um momento de franca disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizado pela existência paralela de um sindicalismo oficial e um sindicalismo independente. É possível que o maior debate e conscientização dos trabalhadores tenham influenciado as lideranças negras a se unirem, na tentativa de reverter o estado de pauperização vivido pelos negros.

¹³⁰ Ver Moore, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983 e Vianna, Luís Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹³¹ Gomes, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

De todo modo, percebemos que o início da estruturação política-institucional do movimento negro ocorreu num contexto histórico bem específico, onde vários fatores participaram na sua organização. A abolição, os debates em torno da construção do Brasil moderno e do brasileiro, o fim da primeira Guerra, a imigração, os movimentos sociais da década de 20, as dificuldades econômicas agravadas com a crise de 29, as mudanças políticas desencadeadas com a revolução de 30, representam fatores essenciais nesse processo.

A denominada “Segunda Abolição”, ou seja, a luta pela verdadeira libertação e integração social do negro, enquadra-se no contexto de inquietações e esperanças políticas que culminaram com a Revolução de 30. A revolução possui um papel fundamental na organização da FNB, visto que as perspectivas de mudanças sociais contribuíram para o processo de tomada de consciência e incentivaram as lideranças negras a se juntarem à agitação contra a Primeira República.

Segundo Andrews, os negros se encontravam profundamente excluídos da sociedade.¹³² A “República-Velha”, além de representar os interesses das oligarquias latifundiárias, limitando a participação política e ignorando os interesses e as necessidades dos recém-libertos, havia incorporado as doutrinas do racismo científico e da “teoria de branqueamento”.

A “Revolução de 30” representava, portanto, não apenas o fim da República Velha, mas, sobretudo, a possibilidade de participação política; e a própria expansão inicial da FNB pode ser explicada pelo “... *sentimento generalizado entre os negros sobre as novas oportunidades de participação política criadas pela mudança do regime*”.¹³³

Ainda em 1931, as palavras de um militante da época são reveladoras desse processo:

“(...)o negro queria participar, pois se sentia como o maior beneficiado daquela revolução. Apeados do poder foram os escravocratas, os homens que sempre espezinhavam os negros. Então era a hora de o negro participar.”¹³⁴

¹³² Andrews, George Reid. O protesto político negro em São Paulo – 1888-1988. In: Cadernos Cândido Mendes nº21. Centro de estudos Afro-Asiáticos, dezembro de 1991

¹³³ Idem. P. 32

¹³⁴ Movimento de arregimentação da raça negra no Brasil. Diário de São Paulo, 17 de setembro de 1931, p.5; Depoimentos. Cadernos Brasileiros, nº 47 (1968), p. 21. In: Andrews, George Reid, op.cit. p. 33

O incentivo e motivação para uma maior organização na luta contra a discriminação e em prol de uma efetiva integração social veio, portanto, com o fim da Primeira República, claramente identificado como uma grande oportunidade de transformação social.

O início da década de 1930 também representou um momento de mudanças consideráveis na política mundial. Na verdade, a década de 30 foi o clímax e a consolidação de mudanças que vinham acontecendo desde o fim da Primeira Grande Guerra. O sentimento antiliberal e nacionalista crescia avassaladoramente e os governos de países com importante papel no cenário internacional passaram a ser dirigidos por líderes fortes que defendiam esses ideais. Na Europa, por exemplo, a Itália era governada por Mussolini, Portugal por Salazar, Alemanha por Hitler e Espanha por Franco.

O contexto de crise econômica, a vitória do socialismo na URSS e o nacionalismo revanchista de guerra fizeram com que líderes autoritários recebessem majoritário apoio popular. Na América, os EUA, que após o fim da Guerra tornou-se o maior credor do mundo, também sofreram transformações. O caso dos EUA é exemplar. Desde a sua origem, o país defendeu ardorosamente os princípios liberais inspirados na teoria da “mão invisível” de Adam Smith, ou seja, da não intervenção do Estado na economia (mesmo que nem sempre os tenha colocado em prática). No entanto, durante a década de 1930, após três governos do Partido Republicano, fiel defensor do liberalismo econômico, assumiu o poder, em 1932, o democrata Franklin Delano Roosevelt, intervindo fortemente na economia, inspirado nas teorias de John Keynes.

Neste contexto, nacionalismo, autoritarismo, militarismo e comunismo estavam quase sempre presentes e, no caso brasileiro, com Getúlio Vargas, não foi diferente. A Frente Negra Brasileira, como veremos, não foi simplesmente oficialista. Além de não realizar oposição ao governo Vargas, defendeu e apoiou as suas propostas, absorvendo e divulgando esses mesmos ideais nacionalistas e autoritários.

Embora não caiba aqui uma análise densa sobre a doutrina do Estado Novo, interessa-nos analisar os três alicerces fundamentais que, segundo Lúcia Lippi Oliveira, sustentavam o regime, na medida em que também estavam estruturalmente presentes na

Frente Negra Brasileira.¹³⁵ De acordo com a autora, três grandes eixos marcaram o pensamento dos anos 30, e, conseqüentemente, do Estado Novo: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo.

No que diz respeito ao elitismo, segundo a autora, havia uma nova geração, formada principalmente por intelectuais e militares, que se autodenominavam “boa-elite”, como se fossem uma minoria estratégica possuidora de um papel central no processo político. Essa elite “iluminada” condenava o uso da maioria para a organização do governo. A Frente Negra Brasileira incorporou esse elitismo ao criticar a democracia liberal e condenar a atuação do povo nas decisões políticas. A associação exaltava seu caráter autoritário e hierárquico e valorizava a ação de uma liderança dotada de qualidades extraordinárias, duvidando da eficácia e desqualificando os resultados conquistados através de um processo marcado por ampla participação de caráter democrático.

O conservadorismo, que, neste caso, não seria a defesa intransigente do *status quo*, e sim uma concepção de mundo onde a ordem, a hierarquia e a tradição possuiriam um papel preponderante, também era personificado pela Frente Negra. A estrutura e organização interna da instituição exaltavam sempre o respeito à hierarquia, cobravam comportamentos inseridos no padrão dominante da sociedade e buscavam também seguir tradições e costumes sugeridos pelo governo (inclusive no que se refere à religião católica).

Sobre o nacionalismo, a relação era evidente. Assim como já foi demonstrado, a ideologia nacionalista do governo de Getúlio Vargas foi aceita integralmente pela entidade. A centralização política do governo federal, controlando todo o território brasileiro, era admirada pelos integrantes da Frente, assim como a exaltação dos símbolos nacionais, a valorização das “raças” formadoras do país e a preocupação em desenvolver a economia nacional.

Esse tripé - elitismo, conservadorismo e nacionalismo - que, segundo Lúcia Lippi, era a base da doutrina ideológica do Estado Novo, esteve presente na Frente Negra

¹³⁵ Ver Gomes, A . M. de C.; Oliveira, L. L. e Velloso, M. P. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Brasileira, evidenciando claramente a incorporação desse ideário político-ideológico característico dos anos 1930.

Antes de tratar especificamente da materialização desse ideário nos discursos e nas ações da Frente, cabe um breve comentário sobre o Patrianovismo e a trajetória de Arlindo Veiga dos Santos, principal idealizador da linha político-ideológica da FNB.

Arlindo Veiga dos Santos nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Itu, em fevereiro de 1902. Na infância estudou em escolas católicas e, posteriormente, mudou-se para a cidade de São Paulo, onde cursou a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, formando-se em 1926. Com reconhecido talento literário e jornalístico, desde a juventude já colaborava com diversas revistas e publicações acadêmicas e religiosas. A mudança para São Paulo não o afastou de uma prática católica constante e sistemática. Ao contrário. Na capital filia-se à Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Ifigênia, alcançando, em 1904, o cargo de presidente da instituição.

Em 1928, participou da fundação do Pátria-Nova (Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova), embrião da AIPB (Ação Imperial Patrianovista Brasileira), fundada em 1932. O patrianovismo foi um movimento político que possuía entre os seus associados brancos e negros. O grupo publicou, em 1929, a revista *Pátria-Nova*. Em 1933, já como AIPB, publicam o *Boletim Pátria-Nova*, sob direção do então chefe do movimento, Arlindo Veiga dos Santos. Simultaneamente, circula o *Comando Patrianovista*, uma espécie de boletim pessoal do líder. O patrianovismo era um movimento católico, nacionalista, antiesquerdista, antiliberal, autoritário e visceralmente anti-republicano, na medida em que defendia o retorno da monarquia no Brasil.

Ao se autodenominarem “extrema direita radical”, defendiam uma sociedade controlada por um poder monárquico, alicerçada em princípios católicos e com uma organização corporativa, marcada pela disciplina, pela ordem e pela hierarquia.

Embora não assumissem um discurso racista em defesa dos negros e mestiços, defendiam o aprimoramento e valorização da “raça nacional”, que, de acordo com as diretrizes do movimento, seria produto da miscigenação, da fusão dos três grupos formadores iniciais: lusos, índios e negros.

Embora ele sempre tenha negado, podemos perceber nítida influência de grande maioria dos ideais patrianovistas na administração de Veiga dos Santos na Frente Negra. Na verdade, todos os integrantes da Frente tinham como princípio básico a não interferência de ideais estritamente políticos e/ou partidários na instituição, embora, evidentemente, na maioria das vezes isso não fosse possível. A questão que se coloca é: Arlindo Veiga dos Santos manipula e conduz os frentenegrinos em direção aos ideais patrianovistas ou a sua posição como líder foi consolidada porque ele representava e personificava valores que já faziam parte do ideário daquele grupo? Veiga dos Santos deve ser responsabilizado pelo caráter autoritário e conservador da FNB?

Primeiramente, devemos considerar o contexto político. Em momento anterior já foi discutido a descrença na democracia liberal e a valorização de regimes mais “fortes” como uma das principais características do período em questão. Internamente, não podemos subestimar a influência exercida por Vargas na edificação de um Estado centralizado e intervencionista. A lógica simbólica desenvolvida pelo Estado varguista, além de nacionalista, incorporava elementos típicos do fascismo, entre eles a imagem de um líder “clarividente”, com qualidades extraordinárias voltadas para a condução da nação. Os frentenegrinos, portanto, viveram sob um regime político que valorizava essas características. Enfim, por mais que Arlindo Veiga dos Santos já fosse adepto de ideais autoritários e conservadores desde a década de 1920, não podemos ignorar que, no período de existência da FNB, o discurso varguista, direcionado primordialmente para as classes populares, caracterizava-se por elementos similares e contaminou não apenas os brasileiros negros, mas as classes populares de forma ampla.

Dito isso, podemos identificar que outros integrantes, membros da liderança da entidade, também valorizavam esses mesmos ideais. Ao analisar o jornal *A Voz da Raça*, deparamo-nos com artigos que criticam a democracia e, não necessariamente, foram escritos por Veiga dos Santos. Francisco Lucrécio e, sobretudo, Pedro Paulo Barbosa manifestam-se em várias oportunidades criticando o discurso revolucionário dos comunistas e a democracia liberal, defendendo a disciplina, a ordem e a ação do líder condutor. A própria valorização do quilombo dos Palmares, realizada nas páginas do jornal, não foca a liberdade e a atitude subversiva em relação ao regime escravista, mas a possibilidade de desenvolvimento e evolução da população negra quando bem conduzida

e direcionada por uma forte liderança, no caso, Zumbi. 1937 tem raízes profundas, como se vê.

Como consequência da valorização desse ideário conservador e autoritário, podemos identificar uma clara aproximação da Frente Negra com o movimento Integralista. Essa relação, inclusive, remete ao patrianovismo, na medida em que os integrantes do movimento patrianovista participaram da fundação da AIB (Ação Integralista Brasileira), em outubro de 1932.¹³⁶ O que podemos perceber é que patrianovismo e integralismo tinham alguns pontos em comum. Ambos eram movimentos de reação das classes médias, alicerçados nos ideais católicos e ardorosamente contra o capitalismo liberal e o comunismo. Nacionalistas, defendiam uma disciplina rígida e uma administração autoritária. Todavia, divergiam na escolha da forma de governo, visto que os integralistas não eram monarquistas como os patrianovistas.

Petrônio Domingues, ao analisar a relação entre integralismo e FNB, afirma que ambas assumiam um caráter fascista ao desenvolverem um discurso e uma prática política autoritária, antiliberal, antidemocrática e anticomunista. O autor, inclusive, para demonstrar essa proximidade, compara não apenas a doutrina política, mas a própria organização interna e os símbolos construídos por ambas as associações para ratificar a sua hipótese.¹³⁷

A estreita ligação entre Arlindo Veiga dos Santos e o integralismo pode ser evidenciada por um artigo publicado no A Voz da Raça, escrito por Plínio Salgado:

“O Brasil está devendo até a raiz dos cabelos. O Brasil está em 20 naçõesinhas petulantes que não respeitam a Grande Nação.

O Brasil está repleto de companhias, sindicatos, bancos estrangeiros que lhe desceram as entranhas. O Brasil tem na barriga uma flora de partidos imorais. O Brasil sofre s sarna de uma imprensa escandalosa, quase toda vendida a grupos de panelinhas. O Brasil está atacado de gangrenas comunistas. O Brasil está deformado, feio, triste, gafaento. Sempre deitado, até o Hino Nacional.

¹³⁶ Arlindo Veiga dos Santos participou da primeira “grande reunião pública” da AIB, realizada em sete de novembro de 1932, discursando como um representante dos patrianovistas e dos frentenegrinos. Também, segundo depoimento de um antigo militante negro, teria comparecido ao Primeiro Congresso da AIB, realizado em Vitória, em fevereiro de 1934. Ver Domingues, op. Cit. P. 276 – 278.

¹³⁷ Domingues, Petrônio. Op. Cit.

*Um gigante “deitado eternamente em berço esplêndido”. Ridículo.
Alerta! Alerta! Alerta! Mocidade da Pátria.
De pé, Moços!
Entremos violentamente na história!
Salvemos o Brasil.”¹³⁸*

O anticomunismo era uma das maiores lutas, não apenas pelo que representava o regime político em si, mas também porque grande parte dos que defendiam os ideais comunistas eram estrangeiros e/ou internacionalistas, responsáveis, portanto, pelo enfraquecimento dos ideais nacionalistas. Essa luta anticomunista é um exemplo claro da influência patrianovista de Arlindo Veiga dos Santos na Frente Negra. Também o chefe da milícia frentenegrina, Pedro Paulo Barbosa, criticava com veemência o comunismo, afirmando que o regime assassinava mulheres e crianças, não respeitando a família e abstraindo o Homem:

*“Na Rússia, o comunismo implantou o mais despótico regime de que se há notícia... Portanto, se não quiseses cair nas garras aduncas desse mostrengo, fuja dele e o evitamos e, ainda mais, cerremos fileiras em torno das autoridades legitimamente constituídas”.*¹³⁹

Embora, como se saiba, a história tenha mostrado não haver incompatibilidade alguma entre comunismo e autoritarismo, além do projeto nacionalista, o anticomunismo integralista e frentenegrino estava diretamente relacionado à defesa do modelo centralizador e autoritário de Estado. As idéias de igualdade social e a perspectiva futura de ausência de hierarquia amedrontavam os integrantes desses movimentos.

A democracia liberal era extremamente questionada e o autoritarismo estava presente de forma clara nas formulações da FNB. Inúmeros são os artigos que condenam os métodos democráticos de participação popular e exaltam a obediência e a hierarquia. Por exemplo, este, publicado no número 40 do jornal A Voz da Raça:

¹³⁸ A Voz da Raça. Nº 38. 26/05/1934.

¹³⁹ A Voz da Raça. Nº 19. 19/08/1933.

“Nunca um povo que manda pode andar direito. Nunca povo algum em que assembléias decidiram realmente valeu coisa alguma no mundo. Onde mandam muitas mil cabeças, aí tudo vai a guerra.

Atentando à isso, deve o povo fretenegrino seguir o bom caminho a respeito do governo no meio social.

Nada de apelar para assembléias gerais, que são contra os nossos Estatutos! Nada de quererem todos mandar!

Por isso CONFIANÇA NOS CHEFES.

Os povos que ilusoriamente pretendem mandar vão todos ficando roubados, encrocados, arruinados. Vede os Estados Unidos com todo o seu orgulho!

Mandaram tanto e se estragaram tanto, por isso que agora apelam para a disciplina de um governo forte, autoritário, como é Roosevelt.

Quais as nações mais poderosas e marcantes atualmente no mundo? As que obedecem: Japão, Itália, Portugal, Alemanha, Turquia, Rússia (apesar da lama comunista), Inglaterra...

*Quais as mais estragadas? Todos os países liberais-democráticos, como os infelizes povos que mandam da nossa querida AMÉRICA IBÉRICA.”*¹⁴⁰

A Frente Negra Brasileira orgulhava-se de ter implantado internamente uma disciplina rígida e unidade de comando, onde ninguém discutia ou questionava o poder do chefe. O encantamento com os regimes autoritários era tanto que as lideranças da Frente Negra exaltavam, sem o menor pudor, as atitudes racistas de Hitler. Para os fretenegrinos, Hitler era um exemplo de governante forte, que estava recuperando um país em processo de decadência. No número 29 do jornal A Voz da Raça, o próprio Arlindo Veiga dos Santos escreveu:

“Nações que se prezam, que têm uma doutrina nova e séria como a Itália e a Alemanha atuais, não podem permitir que uns pândegos da democracia liberal, os ladrões que até hoje vivem gritando os “imortais princípios” da revolução francesa, os socialistas anarquizadores e os comunistas criminosos pregam libertariamente a sua estupidez...

Hitler, na Alemanha, anda fazendo uma porção de coisas profundas. Entre elas a defesa da raça alemã, defesa que chega até o exagero.

¹⁴⁰ A Voz da Raça. Nº40. 07/07/1934.

E um aspecto vivo desta atuação está no incêndio de muitos livros de escritores alemães traidores da época de fraqueza do Estado Alemão, livros que pregavam coisas inconvenientes à afirmação e renovação da Germânia. E especialmente na questão da Raça. Hitler quer a afirmação da Raça alemã. Por isso, age logicamente. Fogo nos livros inimigos da pureza social germânica! Fogo em tudo que possa diminuir o orgulho alemão!”¹⁴¹

Parece contraditório uma instituição que defende os interesses dos negros exaltar um governo que ultrapassava todos os obstáculos em busca da construção de uma sociedade composta apenas por “arianos puros”. Parece, mas não é. A liderança da Frente possuía uma argumentação defensiva para essa acusação. Não se colocava em questão qual era a “raça” superior, qual era melhor e qual era pior em relação às outras. A questão principal era defender sempre a “raça” formadora do país, valorizando o tipo nacional:

“Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Nova Alemanha se orgulha de sua raça. Não queremos saber de arianos. Queremos o Brasil negro e mestiço, que nunca traiu nem trairá a Nação.

Nós somos contra a importação do sangue estrangeiro que vem atrapalhar a vida do Brasil, a unidade da Nossa Pátria, da nossa Raça, da nossa língua.

*Hitler afirma a raça alemã. Nós queremos a raça brasileira, sobretudo o seu elemento mais forte: o Negro Brasileiro”.*¹⁴²

*“Nós também temos uma raça! Se não há, como não pode haver, um só tipo nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos negros, cafusos, caboclos, negróides, brancóides, e até os bugres que ainda moram no mato”.*¹⁴³

¹⁴¹ A Voz da Raça. Nº 29. 06/01/1934. Texto de Arlindo Veiga dos Santos.

¹⁴² A Voz da Raça. Nº 27. 09/12/1933.

¹⁴³ A Voz da Raça. Nº 12. 12/06/1933.

Evidentemente, a Frente Negra não defendia a valorização de uma “raça” pura, formada por uma única origem étnica. Todavia, reconhecia a existência de uma “raça” brasileira, que deveria ser defendida e priorizada sempre:

“Vem encarecendo nossa vida, essa mania que inúmeros imbecis têm de querer fazer da Nação Brasileira um povo Ariano, destruindo assim a Raça Mestiça que o brasileiro é!

(...)

Porquê, então, não afirmamos sempre a nossa Raça negro-índio-lusa que era e continua a ser qualquer coisa de novo e soberbo no mundo?!” ¹⁴⁴

Podemos concluir com a leitura dessas transcrições que a Frente Negra Brasileira participava da luta nacionalista efetivada pelo governo Vargas. Apesar de ser uma instituição para defender os direitos dos negros, colocava a luta nacionalista paralelo à luta racial, atribuindo o mesmo peso e a mesma medida, incentivando a consolidação da identidade nacional a partir da valorização de elementos característicos da nossa realidade social. Paralelamente, podemos perceber um aparente paradoxo. Se, por um lado, tentam eliminar as influências das teorias racistas do século XIX e a tese de inferioridade do negro, por outro, como vimos, não abandonam uma postura racista, evocando, inclusive, a suposta superioridade da “nossa Raça negro-índio-lusa”.

A postura oficialista era reflexo, sobretudo, do alinhamento ideológico. Todavia, não podemos subestimar o perfil político e algumas medidas realizadas durante o governo Vargas que, direta ou indiretamente, beneficiavam e/ou valorizavam os negros.

As reflexões sobre o governo Vargas, ainda hoje, são consideravelmente influenciadas pelas pesquisas que o identificam, estritamente, como um governo do tipo populista. (De acordo com esta interpretação, não fosse pela permanência das elites latifundiárias, o governo Vargas representaria uma ruptura total com o passado). A utilização do conceito “populismo” para compreender o período Vargas não é utilizada apenas por historiadores brasileiros. Eric Hobsbawm o caracteriza como populista-

¹⁴⁴ Idem. Texto de Arlindo Veiga dos Santos.

nacionalista¹⁴⁵. Grosso modo, esta definição descreve um Estado centralizador e intervencionista, representado por um líder carismático, que se apresenta como “salvador”; um governo nacionalista, empenhado no desenvolvimento nacional e na industrialização, supostamente em luta contra as elites oligárquicas, em benefício dos trabalhadores, recorrendo com frequência à propaganda doutrinária e à repressão política. Esse conceito, no entanto, não é suficiente para explicar a influência e a permanência de Vargas no poder.

Parece inquestionável, contudo, a idéia que identifica a política trabalhista como o maior sustentáculo do governo Vargas. No entanto, o longo alcance desta política não deve ser entendido apenas por uma lógica material, representada pela implantação do salário mínimo e da legislação do trabalho de uma forma geral. Para compreender o que de fato representou Vargas para a história do Brasil, é necessário introduzir a lógica simbólica intrínseca ao projeto, representada pela criação da imagem de Vargas como “pai dos pobres” e doador da legislação trabalhista¹⁴⁶. O Estado varguista buscou, nos próprios discursos dos trabalhadores da década de 20, elementos essenciais na construção de sua auto-imagem, intencionando representar a própria identidade coletiva da classe trabalhadora. A lógica simbólica valoriza a imagem de Vargas como um líder clarividente e benfeitor, imprescindível para elevação moral e material do povo brasileiro. Ao lado do investimento na construção dessa imagem, podemos identificar medidas concretas que alteram a vida dos trabalhadores e, em alguns casos, especificamente, a vida dos trabalhadores negros.

Sem fazer menção à Legislação trabalhista como um todo, logo em dezembro de 1930 o novo governo, através da criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, aprova uma lei estabelecendo a obrigatoriedade de, no mínimo, 2/3 de empregados nacionais nas empresas brasileiras. Limita a entrada de imigrantes de terceira classe, reduzindo sensivelmente as correntes imigratórias. Em 1934, a nova constituição ratifica o controle na entrada de imigrantes no país. Essas medidas, mesmo que algumas empresas burlassem à exigência, alterou positivamente as oportunidades e a possibilidade

¹⁴⁵ Hobsbawm, Eric. Era do Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.7.

¹⁴⁶ Ver Gomes, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 2º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

de maior inclusão no mercado de trabalho formal. Além disso, proibiu o funcionamento de diversas escolas e associações estrangeiras no país.

No entanto, além de ações que contribuíram para reduzir um desequilíbrio de viés econômico, o projeto cultural assumido pelo estado varguista também foi significativo para o reconhecimento do presidente como um aliado, um verdadeiro “benfeitor da raça”. Getúlio Vargas, ao oficializar o desfile das escolas de samba e liberar a prática de capoeira, transformou essas manifestações culturais, que em diversas ocasiões passadas foram desqualificadas, em símbolos da brasilidade. Foi também em seu governo que houve o reconhecimento de Nossa Senhora da Aparecida (uma santa negra) como a padroeira do Brasil. A participação de jogadores de futebol negros nas seleções que disputavam torneios internacionais também ocorre em seu governo, apesar da resistência da Confederação Brasileira de Desporto. Recebeu, pessoalmente, em audiência concedida em março de 1933, o Secretário Geral da FNB – Isaltino Veiga dos Santos- atendendo algumas das reivindicações levadas até ele por intermédio de um dos líderes da associação.

Contudo, ao menos em dois momentos as reivindicações da Frente não foram atendidas: na revogação da lei que suspendia o feriado de 13 de maio e no indeferimento dos pedidos enviados em um memorando em 1936. Neste documento a FNB reivindica, entre outras coisas, a distribuição de terras férteis aos negros; criação de escolas mistas; a criação de cooperativas para assistir os negros no cultivo dessas terras; a preferência de negros diplomados no ingresso dos Arsenais de Guerra e Marinha, na construção das estradas de ferro e demais serviços federais; criação de creches e hospitais que atendam as crianças das mulheres negras proletárias; amparo ao negro invalidado por serviço ou velhice; auxílio de transporte para as caravanas de propaganda da FNB; e, por fim, ser a Frente Negra considerada pelo Congresso de utilidade nacional.¹⁴⁷

A Secretaria da Presidência da República, ao receber o documento, encaminhou-o para a Diretoria Nacional de Educação. A justificativa do indeferimento veio do Diretor de Gabinete – Carlos Drumond de Andrade. Segundo ele:

¹⁴⁷ Ver Domingues, Petrônio. Op. Cit. O documento encontra-se no fundo do Gabinete Civil da Presidência da República no Arquivo Nacional.

“O presente memorial, que trata de uma política geral em relação aos negros, no Brasil, em vários de seus itens se refere a assuntos educacionais, únicos que podem ser objetos de estudos dessa Diretoria.

*Esses, porém, como todo o memorial, envolvem a aceitação de princípios sociais inteiramente contrários à ordem constitucional e civil brasileira, isto é, uma política social de raças. Penso, assim, que esta simples e clara preliminar invalida todas as sugestões no que concerne aos assuntos educacionais ali ventilados, sendo, portanto, de parecer que se archive o processo quanto aos assuntos de alçada desta Diretoria”.*¹⁴⁸

O episódio é muito ilustrativo da relação ambígua que os membros da Frente mantinham com o conceito de raça. Eles haviam desconstruído o sentido biológico tradicional e valorizavam a raça brasileira – a mistura de africanos, portugueses e índios – e a raça negra, concebida como uma comunidade de pessoas com uma história comum, originada na escravidão e com um presente caracterizado por dificuldades e atavismos difíceis de superar. Reivindicavam a completa integração à nação como indivíduos com direitos iguais aos demais (e deveres: se eduque, cuide do seu filho e ampare sua família) e, ao mesmo tempo, pediam privilégios na contratação pela Marinha e pelo serviço público em geral. Queriam o que hoje se chama “ações afirmativas”. Mas chamo atenção: reivindicações como essas coexistiam, como me esforcei por demonstrar, com soluções universalistas e a celebração da mestiçagem.

Os anos 1930 e 1940, corte temporal dessa pesquisa e período de atividade da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, foram marcados pela ação política de Getúlio Vargas. A emergência de um novo projeto de nação e de nacionalismo, característico das modernas sociedades de massas, estava inexoravelmente focado na ação do Estado Vargasista. A busca de elementos integradores, no âmbito interno, e diferenciadores, no externo, foram facilitados, segundo Ângela de Castro

¹⁴⁸ In: Domingues, Petrônio. Op. Cit. Pg. 191.

Gomes, pela “modernização” dos aparelhos do Estado, pela “eleitorização” da política e pelo auxílio da propagação dos meios de comunicação de massa.¹⁴⁹ O objetivo principal do governo – “*garantir em escala ampliada a identificação do povo com a nação, representada pelo Estado*” – estava, dessa forma, garantido. De acordo com a autora, o projeto varguista elaborava uma “*engenharia social ideológica*” afim de construir uma cultura histórica, um passado comum, capaz de servir de referência e união para o novo Estado em construção. A dimensão homogeneizadora da consciência nacional passava, entre outros pontos, pela exaltação da “raça mestiça” como o tipo nacional.

Ângela de Castro Gomes, assim como tantos outros autores, reconhecem que o enfrentamento da questão racial e a sua suposta “solução” foram imperativos na consolidação da identidade brasileira ao longo do século XX. A autora, especificamente, identifica no Estado Novo um momento decisivo na construção do mito da democracia racial, segundo o qual a ideologia do branqueamento e a defesa da hierarquia entre as raças são abandonadas, dando lugar ao reconhecimento de que o Brasil jamais seria uma sociedade “branca” e que o caráter mestiço do povo brasileiro deve ser encarado como uma característica positiva e garantidora da unidade e homogeneidade nacional.

Geralmente, sobretudo no momento de formação do Estado-Nação, as identidades nacionais estão relacionadas com as identidades étnico-raciais. O processo de consolidação de uma nação exige, necessariamente, a valorização de características comuns e relativamente homogeneizadoras, capazes de construir certa unidade política e cultural. Esses elementos comuns, na maioria das vezes, estão localizados e/ou estão baseados no âmbito étnico-racial. Assim como nos informa Benedict Anderson, as nações são “comunidades imaginadas”, não existem a priori e são forjadas a partir de uma vontade política.¹⁵⁰ Os mitos fundadores, neste caso, apresentar-se-iam como essenciais neste processo. Segundo Anderson, toda nação possui um mito fundador, segundo o qual a origem comum, as características étnico-raciais, culturais e a historicidade específica de cada nação são exaltadas em prol da unidade necessária.

Os mitos, neste caso, não devem ser entendidos como farsa, mentira ou logro. Embora elaborados, muitas vezes, com a manipulação da história, ou seja, com a seleção

¹⁴⁹ Ver Gomes, Ângela de Casto. História e Historiadores. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁵⁰ Ver Anderson, Benedict. Op. Cit.

do que interessa e o descarte dos elementos que prejudicariam a formação de uma identidade nacional homogeneizadora, não devem ser entendidos apenas como uma manipulação grosseira e maquiavélica, na medida em que sempre estão baseados em uma história concreta.¹⁵¹ Os mitos fundadores são consolidados quando possuem, em certa medida, uma base real, quando, de fato, possibilitam um processo de identificação entre os membros do grupo, refletindo menos as características concretas, mas, sobretudo, a forma como aquele grupo se vê e/ou pretende se apresentar diante dos outros.

Seguindo esta linha de análise, podemos realizar um paralelo entre as "comunidades imaginadas" de Benedict Anderson e a idéia de nação proposta por E. Renan. De acordo com a interpretação de Renan, a nação também representaria uma entidade política, consolidada através do "plebiscito de todos os dias", no qual a busca voluntária de adesão se faria via construção de um passado histórico elaborado, muitas vezes, menos pela lembrança do que pelo esquecimento. Guardadas as devidas diferenças, Renan e Anderson nos chamam a atenção para o fato de que as identidades nacionais (principalmente as baseadas no padrão étnico-racial), embora desenvolvidas a partir de uma consciência de pertença a um grupo e estimuladas por contatos com o "outro", ou seja, pela comunicação das diferenças, revelam em sua dinâmica de construção uma ação de esquecimento e/ou ignorância das diferenças intrínsecas ao grupo. Os grupos nacionais e étnico-raciais ignoram as diferenças internas por interesses políticos, em prol de uma unidade que busca contrapor-se a outras unidades já consolidadas ou em construção. Porque não podiam mais ser francos ou gauleses, passaram a ser franceses. Porque não podiam mais ser portugueses ou africanos, passaram a ser brasileiros. Porque não podiam mais ser cabindas, bantos, benguelas, gêges, nagôs, berberes, passaram a ser pretos e escravos. Enfim, as identidades nacionais e étnico-raciais possuem uma base concreta, mas apenas se tornam possíveis com a acomodação das diferenças e com a construção e o estímulo permanente de elementos comuns.

Nos anos 30, portanto, a compreensão que se possuía das relações raciais no Brasil mudou significativamente. O ideário modernista, a política de valorização do

¹⁵¹ Ver também: Fry, Peter. Política, Nacionalidade e o Significado de "Raça" no Brasil. In: Leslie Bethel (org) Brasil: Fardo do Passado, Promessa do Futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

mestiço e das “três raças” fundadoras do Brasil, incentivada por Vargas, e a publicação da obra mais conhecida do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala¹⁵², são os principais sinais dessa mudança.

Os modernistas não apenas valorizavam a idéia do Brasil como um país misturado e mestiço, como acreditavam na possibilidade do país se constituir e se organizar positivamente dessa forma. Coroando esse processo e disseminando para todo o país a valorização da cultura brasileira como uma cultura híbrida e mestiça, temos a chegada de Getúlio Vargas ao poder, com seu projeto unificador, e o crescimento das transmissões de programas de rádios, em sua maioria, produzidos no Rio de Janeiro. Apenas 42 anos após a abolição, Vargas propõe a “*construção de uma ‘nova’ cultura política nacionalista para o país*”.¹⁵³ A busca de uma nova identidade brasileira pelo Estado varguista, de uma unidade homogênea, leva à valorização de uma “raça mestiça” e pacífica, que se compõe a partir das contribuições de várias “raças”.¹⁵⁴

7- Divergências e Dissidências

Desde o início da sua formação, como vimos, a Frente Negra Brasileira sempre defendeu o governo de Getúlio Vargas. Sua posição política ante o cenário nacional sempre divergiu da posição adotada pelo grupo do jornal Clarim d’Álvorada. Essa divergência refletia um conflito ideológico que transcendia as disputas específicas do movimento negro. Enquanto a Frente Negra era liderada por Arlindo Veiga dos Santos, patrianovista convicto, o jornal Clarim d’Álvorada era liderado por José Correia Leite, adepto dos ideais socialistas. Durante a eleição presidencial de 1930, o Clarim apoiou a candidatura de Júlio Prestes, contra Getúlio Vargas, mesmo sendo Prestes um candidato

¹⁵² Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympo, 25º ed, 1987.(1º ed. 1933)

¹⁵³ Gomes, Ângela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. P 207.

¹⁵⁴ Sobre a análise do projeto varguista de fundação de um novo Estado, “*verdadeiramente nacional e humano*”, representando um “*novo começo para a história do país e um autêntico redescobrimento do Brasil*” ver: Gomes, Ângela de Castro. A invenção do Trabalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

do PRP, representante da aristocracia paulista, identificada pelos negros como a responsável pelos males decorrentes da escravidão.

A Frente Negra, ao contrário, sempre apoiou Getúlio Vargas. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, recebeu até mesmo ameaças por não ter ficado ao lado dos paulistas, sendo acusada de traidora.¹⁵⁵ Enquanto o grupo do jornal Clarim d'Álvorada criticava Getúlio Vargas, a Frente Negra Brasileira estava sempre exaltando a sua capacidade administrativa, a sua liderança. Toda essa exaltação passava principalmente pela postura nacionalista, pelo caráter centralizador e intervencionista de seu governo e pela ausência da democracia liberal, tão criticada por Arlindo Veiga dos Santos. Entre ser regional ou nacional, entre ser negro ou brasileiro, a FNB privilegiava sempre o macro. Antes de ser paulista, era brasileira.

Foi neste contexto que um grupo de negros, descontente com a posição assumida pela instituição, afastou-se e, liderado por Guaraná de Santana, fundou a Legião Negra. José Correia Leite rememorou, depois, o papel desta Legião nos sucessos de 1932:

“Por fim, para resguardar a situação do negro diante dos acontecimentos, o Guaraná de Santana entrou em contato com um coronel do exército, chamado Goulart, e então foi fundada a Legião Negra, instalada num velho casarão da Chácara do Carvalho, na Barra Funda. (...)

Comemoram a Revolução de 32, mas ninguém cita, e muita gente nova não sabe que existiu a Legião Negra e o que ela fez. Muitas vezes saíram caminhões para a Chácara do Carvalho para dar reforço. Eles não desfilavam aí pela cidade para ganhar flores, iam direto para as trincheiras. (...)

*... eram preparados às pressas. Não levavam mais do que dois ou três dias para aprender a lidar com o fuzil e essas coisas, e já estavam aptos para ir para a guerra. E eram só negros. Era mesmo uma entidade só de negros”.*¹⁵⁶

O advogado Guaraná de Santana, que no período inicial dirigiu o Departamento Jurídico da FNB, já tinha sido expulso da associação no início de 1932, antes mesmo do conflito entre as elites políticas paulistas e o governo Vargas. Através de documento

¹⁵⁵ Em artigo publicado em abril de 1933 no A Voz da Raça, Olavo Xavier faz referência às ameaças e pressões sofridas pela FNB por parte do M.M.D.C.

¹⁵⁶ Leite, José Correia. Op.Cit. P. 104.

encontrado no DEOPS/SP, Petrônio Domingues nos revela que o motivo da expulsão, segundo carta enviada pela direção da FNB ao Chefe de Polícia Sílvio Campos - em 1937 - teria sido a tentativa de Guaraná de Santana de realizar um golpe, visando destituir o presidente da associação e assumir total controle político-administrativo da Frente Negra.¹⁵⁷

A Legião Negra, fundada em julho de 1932, também obteve a participação de Gastão Goulart, Arlindo Ribeiro (tenente) e Vicente Ferreira, este último também ex-integrante expulso da FNB. Com sede no bairro da Barra Funda, parece ter reunido cerca de dois mil combatentes, lutando durante três meses ao lado dos paulistas. Após o fim do conflito, abandona seu caráter militar e transforma-se em Legião Negra do Brasil que, em 1935, publica o jornal Tribuna Negra.

O conflito ocorrido no segundo semestre de 1932 parece ter aflorado as divergências ideológicas no interior da FNB. Em 1933, parte dos participantes da Legião Negra, incluindo o próprio Guaraná de Santana, somados a outros dissidentes da FNB, organiza a publicação do jornal Brasil Novo e anunciam a fundação de uma nova associação, a Ala Negra da Bandeira 18.

A Bandeira 18 (alusão ao movimento “18 do Forte”) seria uma organização ligada ao antigo movimento tenentista que, por sua vez, possuía um projeto político-ideológico similar ao projeto varguista, adotado pela FNB. Ao que parece, portanto, os ataques mútuos entre a Ala Negra Bandeira 18 e a FNB eram, fundamentalmente, uma disputa pessoal pela liderança e condução do movimento negro paulista, realizada entre Guaraná de Santana e Arlindo Veiga dos Santos. Santana, assim como José Correia Leite, acusava Arlindo Veiga dos Santos de tentar disseminar o patrianovismo entre os negros, prática rechaçada por ambos. Segundo informações de Domingues, a associação e o jornal Brasil Novo foram efêmeros, sendo extintos ainda em 1933.

Nesse mesmo contexto, surge uma nova dissidência: a Frente Negra Socialista, fundada no início de 1933, por Manoel Passos e Sebastião Schiffini.¹⁵⁸ Assumindo um viés socialista, organizou uma estrutura administrativa semelhante à FNB. Com os mesmo objetivos de “alevantamento” moral, físico, intelectual e profissional do “povo

¹⁵⁷ Ver Domingues, Petrônio. Op. Cit.

¹⁵⁸ O Estatuto da Frente Negra Socialista foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em junho de 1933.

negro”, era dirigida por uma diretoria formada por sete membros e possuía alguns departamentos e prestações de serviços nos moldes da FNB. Foi vigiada pelo DEOPS e teve vida curta. Em 1936, seu líder, Manoel Santos, funda uma nova organização, a União Nacional dos Homens de Cor.

Apesar dessas dissidências, a mais significativa divergência política entre os negros paulistas ocorre entre a FNB e o grupo do jornal Clarim d’Alvorada. Apesar de apoiar e participar da fundação da Frente, José Correia Leite e o grupo do jornal se afastaram logo no início de 1932, realizando forte oposição.

Desde o início da fundação do jornal Clarim d’Alvorada, em 1924, os membros do jornal, principalmente José Correia Leite, já afirmavam a necessidade de união dos negros em apenas uma instituição. A intenção era congregar as diversas associações. Em 1925 o jornal iniciou uma campanha para fundar um partido político, o **Congresso da Mocidade dos Homens de Cor**. As dificuldades de unir os negros eram imensas: desconfianças, disputas de poder, além de críticas por parte de alguns, que afirmavam que o grupo estava criando o ódio e a segregação racial, até então inexistentes no Brasil.

Em 1926, o jornal substituiu a idéia do partido político pela criação de uma **Associação Cristã de Moços de Cor**. As dificuldades foram as mesmas. Ainda no mesmo ano, o grupo do Clarim d’Alvorada tentou organizar o **Primeiro Congresso de Pretos do Brasil**, intencionando até mesmo obter financiamento internacional para a realização do evento. Um ano após, o jornal ainda publicava artigos discutindo as dificuldades e as barreiras encontradas para realizar com êxito o encontro. Por isso, em 1929, minimizava a idéia inicial, tentando organizar o **Congresso da Mocidade Negra de São Paulo**. José Correia Leite, nas suas memórias, comentou os eventos da época:

“Nós soltamos a idéia da realização de um congresso com o nome de Congresso da Mocidade Negra. Agora, você pode imaginar o espanto desse evento, numa época em que se procurava negar a existência de qualquer questão ou problema racial no Brasil. No entender de muitos era mais uma

questão de atrevimento, de querermos criar um quisto racial. Isso em 1928.”¹⁵⁹

A tentativa de realizar o congresso mobilizou todos os líderes negros, membros de jornais da imprensa negra, diretores das associações recreativas e também os intelectuais negros, futuros fundadores da Frente Negra Brasileira. Eventos eram realizados com o objetivo de angariar fundos e o próprio Arlindo Veiga dos Santos publicou um longo artigo no Clarim d’Alvorada, defendendo a organização do congresso e explicitando as vantagens da união dos negros.

Apesar de toda a luta, o congresso não teve condições de ser realizado. Faltavam recursos materiais e apoio. Em 1930, o jornal reconheceu a incapacidade de realizar, naquele momento, qualquer tipo de organização mais ampla entre os negros. Arlindo Veiga dos Santos também reconhecia a derrota e afirmava que a incapacidade de realizar o congresso evidenciava claramente a incompetência moral e intelectual em que se encontravam os negros brasileiros.

Parece bem razoável reconhecer que a decepção pela não realização do congresso tenha motivado Arlindo Veiga dos Santos a organizar a Frente Negra. Inicialmente, como foi descrito, o grupo do jornal Clarim d’Alvorada e as lideranças que fundaram a Frente se entendiam muito bem e possuíam as mesmas aspirações. Tanto o Clarim como o jornal Progresso publicavam constantemente notícias, artigos e informações sobre a nova entidade negra paulistana, mesmo porque o periódico oficial da Frente, o jornal A Voz da Raça, somente iniciou sua publicação em 1933.

Em 1931, ano de fundação da Frente Negra Brasileira, o Clarim d’Alvorada publicou um editorial da Frente Negra em que José Correia Leite aparecia como diretor de redação da entidade. Todavia, a união e o apoio não durariam muito. O caráter autoritário e antidemocrático adotado pela instituição, inspirados na ideologia patrianovista de Arlindo Veiga dos Santos, desagradaria o grupo do jornal Clarim d’Alvorada. O clímax do desentendimento ocorreu no dia da aprovação do estatuto. Segundo José Coréia Leite, o grupo do jornal foi impedido de entrar no Palacete Santa Helena, na medida em que iria votar contra aquele estatuto que considerava fascista.

¹⁵⁹ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 83.

*“Quando nós chegamos ao Palacete Santa Helena, fomos barrados. Não deixaram a gente entrar e os estatutos foram aprovados. Eu era membro do conselho e mesmo assim não me deixaram entrar, porque sabiam que eu ia denunciar aquela coisa do Arlindo Veiga dos Santos estar usando a Frente Negra pra veicular as idéias monarquistas do patrianovismo dele. Eu fui consignado para participar do Conselho da Frente Negra antes da aprovação dos estatutos. De modo que quando houve a assembléia para a aprovação, aí que iam formar legalmente o conselho, que já tinha sido escolhido antes. Quando aprovaram os estatutos, com apenas dez artigos, comecei a pensar na minha demissão.”*¹⁶⁰

Pensou e fez. Correia Leite escreveu uma carta à direção da Frente Negra e pediu demissão do cargo.¹⁶¹ O pedido foi imediatamente aceito. O motivo principal da divergência, segundo Correia Leite, foi o autoritarismo da instituição e as idéias políticas defendidas por seu presidente:

*“Nós do grupo d’O Clarim d’Alvorada, no dia que foram aprovados os estatutos finais, íamos combater porque não concordávamos com as idéias de Veiga dos Santos (Arlindo). Era um estatuto copiado do fascismo italiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era absoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente do conselho era Arlindo Veiga dos Santos, o absoluto”.*¹⁶²

A saída do grupo liderado por José Correia Leite inaugura uma série de conflitos, ataques e acusações de ambos os lados. E, embora a ideologia autoritária tenha sido anunciada como a responsável pelas divergências, foi um caso passional, envolvendo

¹⁶⁰ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 94.

¹⁶¹ A carta de José Correia Leite foi enviada em dezembro de 1931 para o Grande Conselho. O documento, segundo André Cortes de Oliveria, pode ser consultado no arquivo do DEOPS. Segundo Oliveira, Arlindo Veiga dos Santos entregou-a ao DEOPS com o intuito de prejudicar José Correia Leite, acusando-o de comunista e antinacionalista. Ver, Oliveira, André Cortes. Quem é a Gente Negra Nacional? Frente Negra Brasileira e a Voz da Raça (1933-1937) Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 68

¹⁶² Leite, José Correia. Op. Cit. P. 94.

uma conduta considerada imoral, que acirrou os ânimos e deflagrou um confronto direto. A condenação do grupo do Clarim de um caso extraconjugal de Isaltino Veiga dos Santos, irmão do presidente e líder da FNB, nos revela que estes também assumiam um comportamento moralista e puritano. A moral, para todas as lideranças negras da época, era muito valorizada. Sobretudo os líderes negros deveriam servir de exemplo para os outros negros e comportamentos inadequados não eram tolerados. Quem segue contando é ainda José Correia Leite:

*“Houve um convite da cidade de São Sebastião do Paraíso para a abertura de uma sucursal da Frente Negra Brasileira. Foi o Isaltino, o Vicente Ferreira e outro cidadão que eu não me lembro o nome. Mas não passou muito tempo, veio um ofício de lá contando que Isaltino tinha se engraçado com uma moça de uma das mais importantes famílias da cidade, começando um namoro, e prometido mundos e fundos. Mas acabaram descobrindo que o Isaltino era um sujeito casado que não podia fazer nada daquilo. E a moça estava certa de que tinha arranjado um noivo. Aí o pessoal da cidade queria que o Isaltino fosse punido. Então naquele ofício, que eles enviaram para nós, diziam que tinham escrito várias vezes para a Frente Negra sem obter resposta, e por isso estavam apelando para o Clarim d’Alvorada.”*¹⁶³

O grupo do jornal, que já estava insatisfeito com as atitudes da Frente e com o autoritarismo dos irmãos Veiga dos Santos, assumiu a responsabilidade de obter satisfações de Isaltino. Dirigiu-se à sede da instituição com a carta em mãos e, segundo Correia Leite, foram tratados com descaso e a atitude imoral de iludir com mentiras uma jovem do interior de Minas Gerais foi justificada apenas como uma “leviandade de jovem”. Esse caso acirrou ainda mais as divergências entre os dois grupos e, periodicamente, eram publicados artigos com críticas agressivas de ambos os lados.

Com a intenção de preservar a seriedade e o trabalho até então realizado pelo Clarim d’Alvorada havia quase dez anos, José Correia Leite decidiu fundar um outro jornal, tipo pasquim, intitulado Chibata, para poder criticar amplamente a Frente Negra Brasileira.

¹⁶³ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 99.

*“Quando eles começaram com certas provocações, nós deixamos claro que não íamos manchar o nome do jornal numa luta de bate-boca. Suspendemos as edições d’O Clarim d’Alvorada e fundamos um jornal com o nome de “Chibata”. E aí começamos a atacar frontalmente todos eles. Saiu o primeiro número da Chibata, saiu o segundo, quando ia sair o terceiro eles mandaram uns fanáticos empastelar o jornal. Mas o negócio não era bem empastelar, a intenção era dar uma surra na gente, porque eles vieram armados de paus. Mas acho que eles chegaram lá e não tiveram coragem.”*¹⁶⁴

O caso citado acima, no depoimento de Correia Leite, de fato ocorreu em 19 de março de 1932. Outros jornais da imprensa negra publicaram artigos de solidariedade ao grupo do Clarim d’Alvorada. Não houve ataque às pessoas, mas a redação do jornal, que funcionava nos fundos da casa de Correia Leite, foi parcialmente destruída.

Correia Leite foi à delegacia denunciar o ocorrido e acusar Arlindo Veiga dos Santos como o mandante do crime. A polícia aceitou a queixa e intimou o presidente da Frente Negra a depor sobre o ocorrido. Veiga dos Santos foi até a delegacia acompanhado de Guaraná de Santana, membro da Frente Negra e advogado. Ao chegar à delegacia, também acusou Correia Leite de ser um subversivo e comunista, levando como prova da denúncia a carta de demissão escrita por Correia Leite à direção da Frente Negra. Segundo Correia Leite, o delegado o defendeu, alegando conhecer o jornal Clarim d’Alvorada e afirmando que se alguém era contra a ordem estabelecida, esse alguém era o próprio Arlindo, que defendia o retorno da monarquia no Brasil.

Apesar de ter havido um inquérito policial, este foi arquivado por falta de provas. O lançamento do jornal Chibata, que nos modestos dois exemplares, teve o seu conteúdo dedicado integralmente a criticar a Frente Negra, assim como o ataque à sede do jornal Clarim d’Alvorada, refletiram claramente o grau da divergência que afastava os dois lados, que meses antes estavam do mesmo lado da luta. Após esse fato, o Clarim d’Alvorada ainda teve mais um número publicado e depois realizou uma paralisação temporária, somente voltando a ser editado na década de 1940, devido a dificuldades

¹⁶⁴ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 100.

financeiras sofridas por Correia Leite, que tinha perdido seu emprego e não podia mais pagar o aluguel da casa onde morava e funcionava a redação do jornal.¹⁶⁵ Enquanto isso, a Frente Negra Brasileira continuava criticando o grupo, acusando-o de ser formado por “judas da raça”, por traidores invejosos que não aceitavam o sucesso do trabalho realizado pela Frente Negra Brasileira.

Nas suas memórias, José Correia Leite informa que, após a paralisação da publicação do Clarim, José de Assis Barbosa, vulgo Borba, lhe ofereceu uma casa para que morasse e também fizesse dela a sede de uma nova entidade. Em julho de 1932, o grupo do jornal Clarim d’Alvorada fundou o Clube Negro de Cultura Social:

*“... aqueles ideais de pregação d’O Clarim d’Alvorada, o esforço para ser criada uma ideologia a fim de que o negro pudesse se orientar, não por uma pessoa, mas por idéias, tudo aquilo dentro de um clube não era possível. Não sei por que cargas d’água as pessoas que eram conhecidas como militantes não deram tanta atenção para o Clube Negro de Cultura Social, que acabou sendo um chamariz para a mocidade. Eu não sei como a sociedade se tornou um clube tipicamente de moços. Então eu virei um esportista. O clube, depois de terminada a revolução, começou a se estruturar na base do esporte”.*¹⁶⁶

Como é de se esperar, não havia unidade ideológica entre os integrantes da Frente Negra Brasileira. A pluralidade política, reflexo de um cenário internacional efervescente, de um contexto interno em pleno processo de ebulição e, evidentemente, da própria multiplicidade inerente a qualquer conjunto de indivíduos, parecer ter explodido em 1932. Em março deste ano o conflito com o grupo do jornal Clarim d’Alvorada chega ao seu clímax, com o ataque à residência de José Correia Leite e a seguida denúncia à polícia. Neste mesmo período, no primeiro trimestre de 1932, alguns integrantes são expulsos, entre eles, Guaraná de Santana, que em julho fundaria a Legião Negra. No

¹⁶⁵ O jornal Clarim d’Alvorada teve três fases: a primeira corresponde ao período entre 06/01/1924 e 15/10/1927. Durante esse primeiro período, até a edição de 06/04/1924, o nome do jornal era apenas O Clarim. O título Clarim d’Alvorada surge na edição de 13/05/1924, devido à motivos já explicitados. A segunda fase inicia em 05/02/1928 e termina em 13/05/1932. A terceira somente vai iniciar em 28/09/1949.

¹⁶⁶ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 110, 111.

início do ano seguinte, duas novas organizações – a Bandeira 18 e a Frente Negra Socialista – são fundadas, desestabilizando a liderança da FNB e a validade de seu discurso e projeto político-ideológico. A suposta hegemonia estava ameaçada.

A reação, portanto, não tardará. Apesar dessas divergências e embates enfrentados, quando terminou a Revolução de 32, a Frente se sentia pessoalmente vitoriosa, na medida em que apoiara Getúlio Vargas. Os frentenegrinos chegaram a organizar uma passeata para parabenizar o interventor paulista, mas não foram recebidos. O que, enfim, podemos identificar, é uma ação ainda mais sistemática visando uma maior centralização política e a consolidação de seu projeto político-ideológico. Um Decreto que subordinou o Grande Conselho à Presidência da Frente, em fevereiro de 1933, e o início da publicação do *A Voz da Raça*, em março, caracterizam esse contexto, representando uma resposta às críticas e dissidências.

A estratégia de reação da liderança da FNB não vai rebater as principais críticas feitas à estrutura organizacional na entidade. O autoritarismo foi reforçado. Os críticos passam a ser classificados como verdadeiros traidores, “Judas da raça”, que somente a reiteração dos métodos e estratégias autoritárias poderiam dar conta. O grupo do Clarim e a Frente Negra Socialista, ao se aproximarem do discurso socialista, seriam identificados como internacionalistas e inimigos não apenas dos brasileiros negros, mas de toda a nação. Eram, segundo o discurso apresentado no jornal *A voz da Raça*, verdadeiras marionetes de estrangeiros. Inimigos que deveriam ser combatidos por todos.

Em seu trabalho, André Côrtes Oliveira, reforça a argumentação que identifica no Decreto de 1933 uma reação às dissidências.¹⁶⁷ Se no Estatuto de 1931 o presidente é escolhido e está subordinado ao Grande Conselho, com o Decreto de 1933, o presidente passa a ter plena autoridade, não submetendo mais as suas decisões à aprovação do Grande Conselho. Este é que passa a obedecer às ordens do presidente. A participação dos associados nas reuniões do GC também é vetada. Assim como nos regimes totalitários, toda essa centralização e autoritarismo eram justificados como medidas imprescindíveis para derrotar o inimigo. Seguindo esta mesma lógica, o chefe, mais do que um administrador eficiente é um verdadeiro líder clarividente, dotado de qualidades

¹⁶⁷ Ver. Oliveira, André Cortes. Op. Cit. Isaltino deixa a FNB em agosto de 1933. No ano seguinte, seu irmão deixa a presidência da instituição.

extraordinárias e únicas. Aquele capaz de conduzir e direcionar o grupo para o caminho certo. Suas atitudes, embora muitas vezes controversas, visam o bem do todo e representam sacrifício e doação pessoal.

Finalmente, podemos identificar como continuidade dessa postura autoritária e controladora as punições impostas àqueles que desobedecessem as ordens do presidente. Havia um clima de vigilância e fiscalização permanente, desencadeando as respectivas punições em caso de faltas. Primeiramente, admoestação simples, seguida de repreensão, suspensão e expulsão. Enfim, a busca da unidade e hegemonia seria conduzida à força.

8- Atuação político-eleitoral

Durante o período de sua atuação, a Frente Negra Brasileira, aparentemente, parece ter evitado assumir explicitamente um posicionamento e/ou alinhamento político com os partidos da época. A instituição fazia questão de afirmar a liberdade de seus integrantes no que diz respeito às escolhas políticas. Teoricamente, se os associados não fizessem uso da instituição para propagar seus interesses pessoais e/ou fazer propaganda política e cooptação de aliados e eleitores, teriam liberdade. Enfim, seu posicionamento não poderia transparecer dentro da entidade, sobretudo se apresentasse elementos contrários ao projeto político-ideológico defendido pela liderança fretenegrina.

Desde 1931, ano de sua fundação, até junho de 1934, a presidência esteve sob o comando de Arlindo Veiga dos Santos. O então presidente que, como foi mencionado anteriormente, já tinha participado da fundação de um órgão com caráter político, o patrianovismo, tinha por costume evitar ao máximo discussões estritamente político-partidárias. A meu ver, há algumas hipóteses que podem explicar essa atitude. O primeiro passo para o êxito de qualquer organização era estimular a união e o sentimento de solidariedade entre seus membros. Quando se parte de questões políticas, a probabilidade de surgirem divergências é muito maior. Por isso, tentando congrega os negros, a Frente tinha como estratégia evitar polêmicas e debates sobre vertentes políticas. O início deveria ser baseado em questões do senso comum, em lutas e anseios que fossem

compartilhados por todos, como, por exemplo, saúde, educação, moradia etc. Por outro lado, o fato de Arlindo Veiga dos Santos ser presidente da Frente e fazer parte do patrianovismo, uma doutrina polêmica que defendia o retorno da monarquia, poderia fazer com que muitas pessoas reconhecessem no patrianovismo e na Frente Negra a mesma coisa, dificultando e prejudicando a aceitação da Frente.

Além disso, cabe ressaltar também que as discussões mais idealistas e politizadas eram evitadas na tentativa de impedir a acusação de que a Frente Negra estava criando o ódio racial e a segregação, até então inexistente (para muitos) no Brasil. Enfim, a neutralidade e cordialidade eram perseguidas a todo custo, pois a Frente necessitava do apoio de todos os segmentos da sociedade.

Se, por um lado, a liderança da FNB assumia a postura acima apresentada, por outro, reconhecia a necessidade de maior organização e intervenção através das instituições formais de poder. Em busca de uma ação mais direta e eficaz na conquista de seus objetivos, e, reconhecendo que as organizações políticas tradicionais não disponibilizavam ao negro o espaço esperado e desejado, a Frente mobiliza-se para a fundação de seu próprio partido político.

Em 1933 a instituição requer seu registro como partido político ao Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo. O pedido, no entanto, não é deferido. De acordo com a justificativa apresentada, por tratar-se de uma organização de âmbito nacional, a ação seria competência do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

Apesar de tudo isso, nas eleições para a Constituinte de 3 de maio de 1933, Arlindo Veiga dos Santos candidatou-se. As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte revelaram grande impulso na participação popular e partidária, embora o resultado tenha demonstrado a força das elites regionais. Não existia um grande partido de proporções nacionais. A constituinte eleita promulgou a nova constituição em 14 de julho de 1934, inspirada no modelo de Weimar e, no dia seguinte, elegeu Getúlio Vargas pelo voto indireto para a presidência da república. Questões importantes transformaram-se em leis: a nacionalização das minas, jazidas e quedas d'água de interesse nacional; ensino primário gratuito e frequência obrigatória, com exceção da disciplina religiosa; serviço militar obrigatório; eleições diretas para presidente da república, marcada para maio de

1938 (que acabaram não acontecendo); e importantes leis trabalhistas, como a proibição de diferença salarial pela prestação de mesmo serviço, salário mínimo, descanso semanal remunerado, férias remuneradas e indenização por dispensa sem justa causa. Além disso, adotava-se um sistema de representação classista, obtido através de associações profissionais e patronais, que reuniam tanto empregados como empregadores, inspirada no regime fascista.

A candidatura de Arlindo Veiga dos Santos não estava vinculada à Ação Imperial Patrianovista Brasileira, visto que a mesma não se organizara como partido político por orientação da Igreja católica. Segundo as fontes, não houve tempo hábil para a candidatura sair oficialmente vinculada à Frente, por isso Arlindo disputa como candidato avulso, embora, na prática, a Frente Negra tivesse assumido todas as responsabilidades.

O programa “Orgânico-Sindicalista” apresentado pelo candidato no jornal A Voz da Raça, em abril de 1933, reflete, em grande parte, a ideologia patrianovista:

“O meu programa poderia resumir-se nesta fórmula simples:

A TERRA, O SANGUE, O TRABALHO E O ESPÍRITO.

O Estado que defenderei para o Brasil, como necessidade absoluta da valorização da Terra, do Sangue, do Trabalho e do Espírito, é o ESTADO ORGÂNICO-SINDICALISTA, em que se representarão realmente as forças produtoras da nação, destruindo automaticamente todos os agentes da exploração nacional que se criam e sustentam no desmoralizado Estado liberal-democrático. (...)

A nacionalização do comércio e a proteção à lavoura, às indústrias nativas, abandonadas a si mesmas ...

Esse plano de renovação, agora difícilimo de executar, sê-lo-á gradualmente com mais facilidade para o futuro, com a educação do povo coordenado nas corporações de ofícios cuja técnica e funcionamento, esboçado na Colônia, foram vedados pela Era democrática, para mal do povo brasileiro e gozo de alguns demagogos e politiquinhos. Fundados, pois, os sindicatos verticais, dentro do espírito cooperativo cristão, harmonizar-se-ia a questão do capital e do trabalho...

Nas corporações está toda a felicidade do operário: aprendizagem profissional, seguros, assistência de toda espécie, salário familiar garantido ...

Afinal, no problema da terra, estabelecemos a fórmula incisiva: TODA A TERRA DO BRASIL A TODOS OS BRASILEIROS. EXTINÇÃO DAS CONCESSÕES ESTRANGEIRAS. (...)

No problema do sangue, isto é, da raça, será a primeira medida: A SUSPENSÃO DA IMIGRAÇÃO POR VINTE ANOS.

Valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças...

Enforcemos o tal espírito de arianos, que faz tanto mal aos negróides do Brasil...

Se o Brasil não tem um tipo racial, tem todavia uma raça. Essa precisa ser defendida, valorizada, educada, melhorada por si mesma e não por transfusão de outros sangues, apenas teoricamente melhores.

O Estado Orgânico-Sindicalista é o Estado dos Produtores, dos que de qualquer maneira trabalham. Parasitas não tem lugar...

*Quanto à defesa do Espírito, isto é das tradições nacionais, dos costumes nacionais, que não podem ser perdidos por causa de uma minoria de alucinados por doutrinas materialistas...”*¹⁶⁸

Em seu programa podemos perceber claramente várias características da década de 1930: crítica ao Estado liberal-democrático, exaltação de uma sociedade harmônica composta por grupos sociais que se complementam, nacionalismo xenófobo, crítica ao comunismo e valorização de um projeto de nação que valoriza povo e cultura próprias. Além disso, critica as teorias racistas e a valorização do branqueamento, assim como defende, não apenas os negros, como também um tipo nacional híbrido e miscigenado, que deve ser valorizado.

Arlindo Veiga dos Santos não se elegeu, mas a Frente Negra considerou a sua candidatura como uma vitória moral, na medida em que existia um candidato representando os negros brasileiros.

Pouco a pouco a instituição vai assumindo mais seu lado político. A reviravolta ganhou mais impulso quando Arlindo Veiga dos Santos saiu da presidência, em junho de 1934, e assumiu Justiniano Costa, acompanhado de Conselheiros mais jovens. A Frente Negra percebe que os negros sempre eram utilizados como cabos eleitorais, mais nunca obtinham oportunidades concretas. A nova estratégia era apresentar e eleger candidatos, para que tivessem verdadeiramente seus representantes nas esferas do poder público.

¹⁶⁸ A Voz da Raça. Nº 7. 29/04/1933.

Em agosto de 1936, após solicitação de registro no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, a Frente Negra Brasileira, finalmente, transforma-se oficialmente em partido político, e por ter delegações em vários estados, tornou-se um partido de proporções nacionais, o que não era comum na época. A vida do partido, contudo, foi efêmera, pois todos os partidos políticos foram dissolvidos em 1937 pela lei do Estado Novo.

9- O Fim

A partir de 1934, quando Arlindo Veiga dos Santos se afastou da presidência da Frente Negra, a instituição começou a assumir mais explicitamente a sua intenção de participação na política institucionalizada. Mas nos últimos dois anos de existência, o enfraquecimento da Frente foi gradativo e constante. A saída dos irmãos Veiga dos Santos é exemplar.

Os irmãos Veiga dos Santos, após a saída da FNB, seguiram trajetórias distintas. Isaltino deixa o cargo de Secretário Geral em agosto de 1933. Posteriormente, vai para o Rio de Janeiro e participa das atividades do Teatro Experimental do Negro e do Quilombo. Ainda na capital federal, em 1954, ao lado de José Bernardo da Silva, Antônio Torres, Sebastião Bernardes e Manoel de Souza tentam reativar a Frente Negra Brasileira, mas não obtém sucesso.

Cabe aqui um parêntese sobre Isaltino Veiga dos Santos. Segundo José Correia Leite, os seus ideais e suas perspectivas não tinham muita aproximação com as idéias de seu irmão Arlindo. Correia Leite descreve um fato ocorrido após a saída de Isaltino da Frente Negra, que pode melhor explicitar o assunto:

“Mas o Isaltino, depois de um tempo fora da Frente Negra, entrou num movimento político de esquerda muito sério. Foi quando começou a Aliança Libertadora. E, como o Isaltino na Frente Negra teve uma atuação meio

*revolucionária (ele publicava circulares agressivas contra o regime capitalista), pensaram mesmo que ele fosse de esquerda.”*¹⁶⁹

Isaltino chegou até mesmo a ser preso pela publicação de um manifesto e, após a prisão, desistiu de militar na esquerda, negando sempre ser um comunista. Em sua militância política após a abertura, em 1945, também não há qualquer aproximação com o comunismo. Nas eleições de outubro de 1950, candidata-se ao cargo de vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão.

Arlindo Veiga dos Santos, embora tenha abandonado o cargo de presidente da FNB em junho de 1934, não se afasta completamente. Permanece próximo, participando e contribuindo com as atividades desenvolvidas pela entidade. Com a redemocratização, reorganiza o movimento Patrianovista. No contexto do pós-guerra, após a divulgação dos horrores cometidos pelo nazi-fascismo, passou a ser vigiado pelo DEOPS e acusado de integralista. Em 1955 consegue reativar a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) e permanece envolvido com atividades ligadas à Igreja Católica. Com o golpe em 1964 e a instauração de um governo autoritário, o movimento arrefeceu.¹⁷⁰

Culto e dominando várias línguas, foi professor em diversas áreas (inglês, português, latim, história, sociologia e filosofia) em escolas particulares e na Faculdade São Bento, que deu origem a futura PUC de São Paulo. Escreveu vários livros e recebeu diplomas honoríficos de instituições estrangeiras (American International Academy de Nova York, Légion des Volntaires du Sang de Paris e Associazione Internazionale Insigniti Ordini Cavallereschi de Palermo). Morreu em 1978, solteiro e defendendo os seus ideais monarquistas.¹⁷¹

Podemos nos perguntar se não foi essa nova atuação mais politicamente institucionalizada que acabou por afastar muitos associados, ou se esse enfraquecimento foi reflexo de outros elementos. É preciso nos reportar, mais uma vez, para o momento político vivido pelo país. A tensão aumentava dia após dia. A partir de 1935, após a

¹⁶⁹ Idem. P. 116.

¹⁷⁰ Ver Domingues, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). In: Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, No 36: p. 517-536, jul/dez 2006.

¹⁷¹ Idem.

“Intentona” Comunista, o controle e a repressão aumentam consideravelmente com a atuação do Tribunal de Segurança Nacional e com prisões de várias pessoas acusadas de subversão da ordem social. A lei do Estado Novo foi o golpe final. Por ter se transformado em partido político, a Frente Negra Brasileira estava oficialmente proibida de continuar suas atividades. Apesar de ter tido “*a honra de hipotecar inteira solidariedade patriótica ao governo*”¹⁷² instaurado em 1937 e, mesmo antes, sempre ter se preocupado em comunicar ao DEOPS suas atividades, inclusive solicitando autorizações para a realização das mesmas, o fechamento da FNB foi inevitável.

Responsabilizar apenas a legislação do Estado Novo pelo fim da FNB não é suficiente. Todos os autores que pesquisam o tema buscam justificativas para entender a desmobilização das lideranças negras após 1937. Florestan Fernandes, conforme já foi demonstrado, identifica na anomia o principal problema. A incapacidade de organização e a desunião, a depreciação e a falta de preparo para o mundo do trabalho livre, a permanência dos valores do antigo regime e a debilidade do novo regime de classes representam reflexos concretos dessa anomia, determinante, por sua vez, pela interrupção dos trabalhos realizados pela FNB.

Andrews, ao refletir sobre as causas dessa desmobilização, chama atenção para o conflituoso contexto político da época. A dificuldade em unir essa parcela da população seria decorrência, sobretudo, das polaridades políticas características do período. Regina Pahim Pinto reúne ambas as interpretações e reconhece que tanto as disputas internas como o despreparo da população negra foram responsáveis pela desarticulação.

O mais curioso, contudo, é notar que, sobretudo em Fernandes e em Andrews, há certa responsabilização da suposta elite negra nesse processo. Esta, buscando prestígio e lutando contra as barreiras de ascensão social, dificultaria uma identificação mais profunda com o grupo, necessária para o fortalecimento de padrões de solidariedade. Por um lado, como afirma Andrews, essa elite negra se demonstrava incapaz de realizar melhoras concretas, o que enfraqueceria a credibilidade e a confiança nessa liderança. Por outro, ao concentrarem seus esforços na luta pela eliminação dos obstáculos para a ascensão social, e não contra a estrutura racial propriamente dita, demonstravam-se

¹⁷² A Voz da Raça, novembro de 1937.

incapazes de mobilizar a massa negra. Paralelamente, o discurso conservador e moralizador afastavam-os da maioria, aproximando essa elite negra dos interesses da classe média branca.

A solidariedade grupal, imprescindível para o fortalecimento da identidade racial e, conseqüentemente, para a união desejada, seria, de acordo com os argumentos desenvolvidos pelos autores, fragilizada. Todavia, vale ressaltar que, para Regina Pahim, apesar dos elementos acima expostos, a ação dessa elite negra foi determinante na construção da identidade étnica. Kim Butler, inclusive, aproxima-se dessa interpretação ao afirmar que a elite negra permanecia próxima do grupo e que o discurso moralista seria, na verdade, uma opção estratégica na busca por autodeterminação. A ação da liderança fretenegrina teria sido, portanto, fundamental no processo de conscientização da luta pela igualdade. Segundo a autora, a estratégia de solidariedade, baseada na luta e na resistência, teria sido o elemento central na construção dessa identidade. Tanto para Butler como para Regina Pahim, a identificação étnica possibilita a formação de identidade homogeneizadora necessária para a ação política.

Segundo Butler, a elite, não podendo mais fazer usos dos mecanismos formais da escravidão, cria novas formas de controle e manutenção dessa hegemonia. Não se trata, portanto, de mera sobrevivência de uma estrutura arcaica, como defende Florestan Fernandes. O projeto moralista e conservador desenvolvido pela FNB seria, segundo a autora, uma estratégia na luta contra esses novos mecanismos discriminatórios adotados pelos grupos dominantes. A Frente Negra, em sua atuação, não se limita apenas a uma estratégia integracionista, fazendo uso unicamente de vias permitidas de acesso. Por outro lado, não assumia um caráter separatista, defendendo o desenvolvimento de novas instituições. O caminho escolhido pela FNB seria uma espécie de integracionismo alternativo, que permite uma ação mais criativa na formação de mecanismos alternativos frente às barreiras encontradas.

Os elementos inspirados no fascismo, presente no ideário fretenegrino, são freqüentemente relacionados ao seu enfraquecimento e dissolução. Segundo Andrews, a defesa de padrões comportamentais moralistas e autoritários significava a elitização da liderança da entidade. Buscando distinguir essa liderança da “massa negra”, seus representantes assumiam uma posição de superioridade, apresentando-se como exemplos

a serem seguidos. Todavia, esse distanciamento teria sido fatal para a permanência da unidade necessária para a sobrevivência da instituição.

Regina Pahim Pinto, embora reconhecendo a importância da ação dessa liderança fretenegrina no desenvolvimento de uma identidade étnica, primordial para o fortalecimento do grupo, não deixa de apontar a incorporação dessa ideologia fascista como problemática. No entanto, não responsabiliza a liderança da FNB, como faz Andrews. Para ela, significou um reflexo do contexto da época, um verdadeiro “equivoco histórico”. Para Butler, mais do que um reflexo do momento histórico, foi a influência de um determinado membro da liderança, responsabilizando Arlindo Veiga dos Santos pela incorporação dessa ideologia fascista no interior do movimento negro brasileiro dos anos 1930. Petrônio Domingues também foca o argumento no momento histórico e justifica a ação dessa elite negra como uma resposta às transformações e crises do período. Todavia, a não continuidade da FNB, segundo ele, deve ser explicada, essencialmente, pela capacidade do governo Vargas em eliminar, através de métodos despóticos, os movimentos sociais.

Após o decreto, alguns ex-integrantes, liderados pelo próprio Raul Joviano Amaral, mantêm algumas atividades, rebatizando a organização de União Negra Brasileira. Segundo Domingues, a nova entidade sobreviveu até 1941. Alguns jornais e associações recreativas também continuaram atuando. Todavia, movimento negro, com caráter reivindicatório, só vai retornar de fato em meados da década de 1940, com o Teatro Experimental do Negro e o jornal Quilombo.

Em 1945, ex-integrantes da FNB (Raul Joviano Amaral, Francisco Lucrécio, Roque dos Santos e José Correia Leite) reuniram-se e fundaram a Associação dos Negros Brasileiros. Longe de arregimentar o número de associados da antiga associação, foi extinta logo em 1948. Em 1980, Francisco Lucrécio, também incentiva uma mobilização em prol da reorganização da FNB. A organização foi registrada em cartório em 1983, tendo Oswaldo de Camargo como presidente. Todavia, não há notícias de que tenha voltado a funcionar efetivamente.

10 – ANEXOS

ANEXO I

ESTATUTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA / 1931

“Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar para todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado, e para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Art. 2º - Podem pertencer à Frente Negra Brasileira todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional.

Art. 3º - A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

Par. Único – Para a execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.

Art. 4º - Como força política organizada, a Frente Negra Brasileira, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro.

Art. 5º - Todos os meios legais de organização necessários à consecução dos fins da Frente Negra Brasileira serão distribuídos em tantos departamentos de ação quanto forem precisos, constando de regulamento especial.

Art. 6º - A Frente Negra Brasileira é dirigida por um Grande Conselho, soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dele o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos a critério do Presidente. Este

Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital.

Art 7º - O Presidente da Frente Negra Brasileira é a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira, e sua ação se limita pelos princípios que a orientam.

Art. 8º - A Frente Negra Brasileira representa-se ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo Grande Conselho, na pessoa do Presidente, e, na falta deste, por um dos outros diretores. Os membros, não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 9º - Tem força de lei os regulamentos, ordens, avisos e comunicações emanados pelo Grande Conselho, e os casos omissos nestes Estatutos serão regidos pelas leis e praxes em vigor no país.

Art. 10º - A Frente Negra Brasileira somente se extinguirá pela vontade unânime do Grande Conselho e da maioria do Conselho Auxiliar e de todos os sócios reunidos na Assembléia Geral Especial, convocada pelo Presidente Geral em harmonia com o Grande Conselho. Se, por acaso, for extinta, seus bens passarão para uma sociedade beneficente de gente negra, que se mostrar digna da doação.

Estes Estatutos são irreformáveis nos artigos 1º, 2º, 6º e 7º, a não ser por vontade unânime dos Conselheiros.” ¹⁷³

¹⁷³ Leite, José Correia. Op. Cit. P. 95. (Os Estatutos foram publicados no Diário Oficial e registrados em 04 de novembro de 1931)

ANEXO II

DECRETO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA / 1933

Da Autoridade na Frente Negra Brasileira

I. A suprema autoridade da F.N.B. é o Grande Conselho reunido, e neste a suprema autoridade é o Presidente Geral que tem a última palavra em todas as questões.

II. O Grande Conselho reúne-se semanalmente sob a presidência do Presidente Geral e, em sua falta, do secretário ou tesoureiro gerais, 1^o e 2^o secretários, comissário, ou outros diretores. Reúne-se extraordinariamente, se mister.

§ I. Disposição provisória. Temporariamente, a Diretoria reunida faz às vezes de Grande Conselho.

§ II. Toda falta às reuniões do G.C. ou da Diretoria importa em 5\$000 de multa, imposta pelo P.G. e cobrada no dia imediato à reunião pelo Fiscal. A falta de pagamento da multa acarreta suspensão de freqüência à sede por quinze dias, elevando-se a multa então a 10\$000, medida essa que será fixada na portaria da sede, para conhecimento do porteiro e do plantão do dia. Três faltas acarretam a eliminação do conselheiro.

III. Os Conselheiros são autoridades fiscalizadoras dentro da sede e fora dela, ressalvada a autoridade especial dos fiscais, podendo disciplinarmente chamar à ordem todos os cabos e outros sócios que ajam contra o espírito e diretivas do G.C. Não podem ser desautorados por cabo nem sócio algum. Caso o sejam, devem, apelar para a autoridade do P.G. ou do G.C. reunido, que aplicará o corretivo ao violador da lei.

IV. A autoridade dos diretores ou chefes de departamentos ou comissões deriva, fundamentalmente do G.C. Portanto, não tem valor a autoridade especial dos departamentos cuja nomeação ou eleição não for referendada pelo G.C.

V. Somente o G.C. pode resolver sobre alianças e entendimentos com as associações políticas, político-sociais ou outras, atendendo-se a que com ninguém de modo que venha a perder a sua autonomia não pode a F.N.B. ligar-se doutrinária, política ou econômica.

VI. Pessoa nenhuma poderá assistir à leitura das Atas ou às reuniões do G.C., nem estar presente a não ser no momento necessário para cuidar de um negócio que a essa pessoa diga respeito.

VII. Nenhum Conselheiro ou diretor pode ser chamado à ordem fora do G.C., ou perante cabos ou sócios, a não ser pelo Presidente e Secretários gerais.

VIII. Todos os casos omissos serão resolvidos pelo G.C., ou pessoalmente pelo Presidente Geral, passando depois a fazer parte da legislação frentenegrina, uma vez consagrada pelo uso.

IX. No caso de não estarem presentes na sede nem o Presidente, nem o Secretário geral, o diretor presente resolverá o caso de acordo com os Conselheiros presentes, se for causa de urgência.

X. Somente o P.G. pode conferir, em última instância, poderes para delegações, comissões ou representações. Todos esses poderes, quando transmitidos por outra autoridade na ausência do P.G., devem ser referendados pelo mesmo.

XI. O Secretário Geral é encarregado de todo o serviço da secretaria da F.N.B, de todos os atos de ligação ou comunicação, controlando tudo o que sai da F.N.B. para as autoridades, associações, periódicos, personalidades, correios, telégrafos, rádio-emissoras. Todas as publicações das delegações que interessam a F.N.B. em geral devem passar previamente pela censura da Secretaria Geral, dependendo, pois, dela o “Departamento de Publicidade da F.N.B.”

§ I. Quando uma publicação não é urgente ou quando interesse à F.N.B. profundamente, o S.G. deve submetê-la previamente ao G.C. ou, na impossibilidade material de o fazer, ao P.G. ou aos Conselheiros presentes.

XII. Compete também ao S.G. suprema autoridade quanto ao movimento da sede, principalmente na falta do P.G., - zelar pela sua boa ordem moral e social por meio dos fiscais, zeladores ou plantões. Conquanto o S.G. não trate materialmente da ordem da sede, todavia deve zelar pela boa harmonia entre os encarregados dela, prestigiando-lhes a autoridade quando necessário e punindo até Conselheiros se assim for mister.

XIII. Sempre presente às reuniões do G.C., o S.G. deve velar pelo bom lançamento das Atas e publicações das portarias, que compete ao 1^o secretário.

XIV. A Secretaria geral, cercando-se dos auxiliares necessários que, logo que possível, devem perceber ordenados condignos, cuidará do movimento social em geral, como reclamações, queixas, petições, etc., recorrendo ao G.C. quando julgar necessário, e encaminhando os casos à secção jurídica, se a houver, quando mister.

XV. Outros pontos omissos são governados segundo os costumes que se vão formando lentamente na F.N.B.

XVI. O Tesoureiro Geral é encarregado do movimento financeiro da F.N.B em geral, e fiscal natural do movimento financeiro dos departamentos, se o houver. Atende também à parte econômica das delegações, tendo por auxiliares ou colaboradores naturais o Comissário e a Comissão de Contas. Deve cercar-se dos auxiliares necessários em harmonia com o Comissário e as colaboradoras femininas, para desenvolvimento do serviço geral da Tesouraria.

§ único. O T.G. apresentará, mensalmente, de acordo com a Comissão de Contas, de Finanças e de Compras, um balancete dos movimentos do mês vencido.

XVII. O 1º Secretário, auxiliar nato do S.G., é encarregado da correspondência das delegações, das Atas e das portarias, que realizará de entendimento com o Secretário Geral e ajudado pelo 2º Secretário.

XVIII. O 2º Secretário é encarregado de atender às solicitações dos sócios que buscam a Secretaria, tomando notas das mesmas e encaminhando-as ou não ao Secretário Geral, conforme se lhe apresentam viáveis ou inviáveis os assuntos. Tendo em vista que a Secretaria Geral não pode perder tempo com inutilidades, atenderá ou não ao peticionário. Ajudará também o 1º secretário na elaboração das portarias ou outros trabalhos.

XIX. Os fiscais são encarregados da ordem material e moral da sede que devem visitar em todos os seus recantos a bem da higiene, sanidades, limpeza e asseio, diligenciando pela colocação dos auxiliares que tratem de cuidar desses serviços. Devem policiar a sede, para que não se dêem atos inconvenientes, indignos, imorais ou escandalosos que desmoralizem a associação e produzam maus costumes.

§ I. Devem estabelecer a lista de plantões de cada mês, e comunicar aos escalados.

§ II. No caso de apanhar algum frentenegrino em falta, o fiscal admoestá-lo-á primeiro em particular, notificando-lhe que, caso reincida, será suspenso por menos ou mais tempo e, finalmente, expulso da F.N.B. isso dever-se-á dar parte ao G.C. na 1^a reunião.

§ III. Os conselheiros fiscais devem tratar os associados com toda urbanidade e gentileza, sem por isso deixarem de ser incisivos e enérgicos. Primeiro, admoestação simples; depois, repreensão; doutra vez, suspensão; finalmente expulsão.

XX. O Comissário dos Cabos é o encarregado do movimento geral de arregimentação e procuradoria, com autoridade para lançar penas até o grau de suspensão.

XXI. Atendendo a que são os Cabos os agentes exteriores do G.C., deve mostrar-lhes que eles têm autoridade sobre os sócios quando em comissão especial da F.N.B.; que devem aos Conselheiros em particular e ao G.C. respeito e consideração, apelando em caso de desentendimento para a autoridade do Conselho reunido. Isto, não no caráter de ultimátum (que seria excesso e indisciplina), mas no caráter de petição e representação, submetendo-se ao veredicto da suprema autoridade da Obra. Tanto mais que, normalmente, é dos Cabos que saem novos Conselheiros para as vagas que se forem abrindo.

XXII. O Comissário deve estar em relação freqüente com o Tesoureiro Geral pela parte financeira e com a Secretaria e Fiscalização que depende muito da disciplina dos Cabos, sobre a qual deve ser rigoroso. Deve dar pelo menos mensalmente um relatório do serviço de sua secção que é a das mais importantes para a realização do nosso ideal de fé, união e progresso material e moral.

XXIII. Quanto às mais obrigações, deve o Comissário atender as outras leis e decretos que dizem respeito ao Conselho Administrativo e Organização da Cobrança.

XXIV. As comissões devem reunir-se tantas vezes quantas o exigir o serviço perfeito, obedecendo aos seus regulamentos especiais.

XXV. A todos os diretores que faltarem às suas obrigações estabelecidas por este meu decreto serão aplicadas as seguintes punições:

- a) Admoestação. Multa
- b) Suspensão de Entrada na sede por tempo determinado ou indeterminado.
- c) Suspensão do cargo.
- d) Expulsão do Conselho.

e) Expulsão da F.N.B., batalhador da causa sagrada.

Para que ninguém alegue ignorância vai esse decreto afixado nos lugares de costume e publicado.

Arlindo Veiga dos Santos

Presidente Geral

S. Paulo, 15 de Fevereiro de 1933

ANEXO III

HINO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Canto da Gente Negra

Salve! Salve! Hora gloriosa em que aponta no país,
Esta aurora luminosa que fará a pátria feliz.
Os herdeiros dos Lauréis, do trabalho, a ciência, a guerra,
Surgem nobres e fiéis pelo amor da Pátria Terra.

Gente Negra, Gente Forte, ergue a fronte varonil.
És a impávida coorte - Honra e glória do Brasil.
São do sangue escravo herdeiros, de Tupis e de Africanos,
Que confiantes brasileiros bradam soberbos e ufanos.

Cesse a voz dos preconceitos! Caia a bastilha feroz,
Que o valor dos nossos feitos ruge altivo dentro em nós.
Nossa cor é o estandarte que entusiasma Norte e Sul;
Une a todos para o marte sob o cruzeiro azul.

Ouve – os clarins dos PALMARES vêm falar da pátria nova!
Ressoa o clangor nos ares chamando os bravos à prova!
Seja o toque da alvorada que diga a todos – “Reunir”,
E a Nação alvoroçada, corra à voz de ressurgir.¹⁷⁴

¹⁷⁴ A Voz da Raça. Nº 7. 29/04/1933. (Letra de Arlindo Veiga dos Santos e música de Alfredo Pires)

ANEXO IV

CANTO DA CRIANÇA FRENTENEGRINA

Criança fretenegrina,
Quero meus pais imitar.
É ordem que recebi:
Aprender e trabalhar.
Quem recua, trai a Raça:
Quem duvida é Judas vil.
Eu aceito a Disciplina,
Pela glória do Brasil.
Trabalho por minha Pátria,
Progrido por minha Gente.
Criança fretenegrina
Sempre avança para a frente.
Posso o que podem os outros,
O que sabem também sei;
Numa coisa eu venço a todos
No Trabalho o negro é rei!
Menino Negro! Esta Pátria,
Desde o Prata até o Pare
Chama por ti esperançosa:
Que esperar, Negro? Vem já!
Ouve, Negrinho valente!
O Brasil grita por ti
E o grito da Pátria ansiosa
Vem do peito de Zumbi! ¹⁷⁵

¹⁷⁵ A Voz da Raça, Nº . 46. 29/06/1935 (Letra de Arlindo Veiga dos Santos)

ANEXO V

MARCHA PALMARES

Salve agremiação querida,
Que de risos enche a vida,
De festas o coração!
A graça nela irradia,
Nas almas põem alegria
Belezas na criação.

Salve o nome aurifulgente.
Do esforçado presidente!
Salve o nome de valor,
Dos nossos bons diretores!
Que não poupam seus labores
Para o seu maior fulgor.

Como quer a mocidade
Desta esplêndida cidade
Deste formoso País
Vinde ò almas fervorosas,
Saudar as cores mimosas,
Que a nossa “Frente” bendiz!¹⁷⁶

¹⁷⁶ A Voz da Raça, maio de 1933. (Composição de Isaltino Veiga dos Santos com versos de Lino Guedes).

ANEXO VI

HINO DA CAMPANHA DA BOA VONTADE

Somos fortes trabalhistas
Desconhecemos dificuldades
Somos nós a incansável
Campanha da boa vontade.
Somos jovens somos fortes
Devemos aproveitar.
Trabalhar para a Frente Negra
É o nosso ideal.

Ò mocidade Negra!
Vinde aumentar nossa fileira
Para maior Glória
Da Frente Negra Brasileira
O nosso lema
É só ter boa vontade
De cooperar
Com sua capacidade

Ó! Como é sublime
Ter boa vontade
Ë viver cantando
Viva a nossa fraternidade.¹⁷⁷

¹⁷⁷ A Voz da Raça, maio de 1937. (autoria de Maurício P. de Queiroz).

PARTE II

PARTE II

O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E O QUILOMBO

1- O recomeço: o TEN e a Convenção Nacional do Negro.

Um segundo momento na trajetória do movimento negro brasileiro diz respeito ao período compreendido entre o fim do Estado Novo e o início do governo militar. Por ocasião da organização da Convenção Nacional do Negro, que tinha como objetivo principal o debate em torno da elaboração da nova Constituição, a reorganização de lideranças negras - paulistas e cariocas - já ocorria desde 1944. Por se tratar de uma fase relativamente longa (1944-1968), o Teatro Experimental do Negro, o jornal O Quilombo (organizado pelo TEN) e o I Congresso do Negro Brasileiro (também organizado por lideranças do TEN) foram selecionados como expressões significativas desse período, sobretudo por reunirem os principais intelectuais e militantes do período.

Se, por um lado, a crença na singularidade das relações raciais brasileiras ainda está presente, inclusive através do próprio Gilberto Freyre (convidado a escrever um artigo na coluna “**democracia racial**” do primeiro exemplar do Quilombo), por outro a exaltação da negritude, a participação de lideranças negras norte americanas e a luta por ações afirmativas, embora tratadas de forma diferente do que atualmente, também estavam presentes.

Em 1954, Guerreiro Ramos (uma das principais lideranças da época, colaborador do Quilombo e da organização do I Congresso do Negro Brasileiro) chamava atenção para a mudança nos rumos do movimento negro brasileiro. Em seu livro, *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo*, que seria reeditado em 1957 - com o título de *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*-, Ramos caracterizou essas mudanças no item denominado *Passado e Presente da Nova Fase*. O autor, ao criticar a carência de elaboração teórica da fase anterior (representada pelas associações negras das primeiras

três décadas do século XX), apresenta o Teatro Experimental do Negro como o paradigma desta nova fase que, segundo ele, proporcionou uma reviravolta de 180 graus nas estratégias anteriormente adotadas.

As principais características do TEN, exaltados por Guerreiro Ramos, além da maior base teórica citada anteriormente, dizem respeito, principalmente, à recusa do estudo do negro como algo exótico e estático e a associação com antropólogos e sociólogos “sinceros”. Segundo suas próprias palavras, o TEN possuía três objetivos fundamentais:

“1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil;

2) reeducar os “brancos” brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento;

*3) “descomplexificar” os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagens das franquias democráticas, em funcionamento no país”.*¹⁷⁸

A questão central, para ele, é aprofundar a reflexão sobre o negro na sociedade brasileira. Ir além das pesquisas e monografias sobre a cultura negra ou sobre as diferentes origens dos africanos vindos para o Brasil. Enfim, abandonar, segundo ele, o tratamento pitoresco dado ao negro até então. Ramos identificava no I Congresso do Negro Brasileiro, nosso segundo objeto de análise, a marca definitiva desta nova fase dos estudos sobre o negro, na qual o negro-tema é substituído pelo negro-vida.

Assim como as lideranças da FNB, que buscavam demarcar o ineditismo da instituição, as lideranças do TEN também se esforçavam em apresentar as ações desenvolvidas pelo grupo como mais um passo a frente na história do brasileiro negro. Seria um novo momento de inflexão, no qual as estratégias e ações estariam diretamente relacionadas aos estudos científicos desenvolvidos sobre o problema racial brasileiro.

¹⁷⁸ Ramos, Alberto Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. pg.206

O principal responsável pela reorganização do movimento negro e pela condução dessa nova fase foi Abdias Nascimento, diretor do TEN e do Quilombo. Nascido em Franca, interior de São Paulo, em 1914, formou-se em Contabilidade em 1929 e mudou-se para a capital do estado. Na cidade de São Paulo, afirma ter participado da Frente Negra Brasileira (embora não tenha sido localizado nenhum vestígio documental, além de seu próprio depoimento, dessa participação). Como militar, Abdias, em sua luta contra o racismo, afirma ter sido várias vezes preso, até ser finalmente expulso do Exército.¹⁷⁹ Mudou-se para o Rio de Janeiro e concluiu, em 1938, o curso de Ciências Econômicas pela Universidade do Rio de Janeiro.

Nos anos 1930, Nascimento parece ter sido um ativo militante do Integralismo. Em julho de 1935, foi detido no centro de São Paulo “*quando envergando a camisa verde do integralismo regressava da sede do Sigma*”.¹⁸⁰ Em 1936, há o registro de doação feita por Abdias para a “campanha de ouro” dos integralistas. Em 1937, já no Rio de Janeiro, foi diretor do jornal Doutrina (Órgão da Diretoria dos Estudantes da Província da Guanabara da Ação Integralista Brasileira). Em 1938, foi preso quando participava de uma panfletagem com os integralistas. Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, saiu da prisão em abril de 1938 e, após o denominado *putch* Integralista, chefiou o posto do “Socorro Verde” no Rio de Janeiro.¹⁸¹

Paralelamente à sua militância integralista,¹⁸² reinicia sua luta anti-racista, sendo um dos principais organizadores do Congresso Afro-Campineiro (1938). Em 1944, funda

¹⁷⁹ Ver, Nascimento, Abdias e Larkin, Elisa. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil – 1938-1997. In : Guimarães, Antônio Sérgio e Huntley, Lynn (orgs) Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Interessante notar a total ausência do passado integralista na recuperação biográfica realizada por Abdias Nascimento neste capítulo).

¹⁸⁰ Informações obtidas por José Petrônio Domingues através de pesquisas no DEOPS/SP e APERJ (Fundo Polícia Política). Ver Domingues, op. Cit. Pg. 280-282.

¹⁸¹ O “Socorro Verde” foi um esquema de arrecadação de fundos para sustentar o chefe integralista Plínio Salgado, foragido e, posteriormente, exilado, após o fracasso do *putch*. Ver Domingues, Op. Cit. P. 281.

¹⁸² O integralismo e o movimento negro andaram bem próximos. Além da aproximação ideológica entre a FNB e a AIB, demonstrada no capítulo anterior, identificamos que as principais lideranças negras dessa nova fase também foram diretamente influenciadas pelo integralismo. Além de Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Sebastião Rodrigues Alves, ambos colaboradores do TEN, também foram integralistas. No Rio Grande do Sul, o Chefe Provincial do movimento integralista era negro e João Candido, líder da Revolta da Chibata, também.

o Teatro Experimental do Negro e organiza o Comitê Democrático Afro-Brasileiro e a Convenção Nacional do Negro.¹⁸³

O Comitê Democrático Afro-Brasileiro funcionava em uma sede emprestada da UNE, na Praia do Flamengo. Fundado em 1945 por Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves e o próprio Abdias Nascimento, teve como principal bandeira de luta a libertação dos presos políticos e contou com a participação de negros e brancos, sobretudo com o apoio dos setores mais esquerdistas da UNE. Com a decretação da anistia o Comitê logo se desintegrou, em decorrência, principalmente, das divergências entre os negros – incentivadores de uma agenda específica para a população afro-brasileira – e os brancos – a maioria irritada com a ênfase na questão racial. Segundo o próprio Abdias Nascimento, as lideranças ligadas ao Partido Comunista discordavam da organização da luta política marcada por um critério racial.¹⁸⁴

Logo após a sua fundação, em 1944, e com a breve experiência do Comitê, o TEN inicia a preparação da Convenção Nacional do Negro. Realizando encontros em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre 1945 e 1946, foi presidida por Abdias Nascimento e tinha o objetivo de apresentar aos constituintes as demandas dos brasileiros, especificamente dos “negros”. Nas palavras do próprio Nascimento:

*“Foi um acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas: um fórum da gente negra para tratar de suas necessidades e situações socioeconômicas emergentes; em São Paulo, participaram entre 400 e 500 pessoas, e no Rio estiveram presentes 200 pessoas”.*¹⁸⁵

¹⁸³ Abdias Nascimento fez Pós-Graduação no ISEB e permaneceu à frente do TEN até 1968. Com o fechamento do Regime Militar exila-se nos EUA e trabalha como professor na Universidade de Yale, no Wesleyan Center of the Humanities e na Universidade de Nova York. Foi professor visitante na Universidade de Ifé (Nigéria) e na Universidade Temple (Filadélfia). Ao retornar ao Brasil, participa da fundação do Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970, e da organização do PDT. Foi Deputado Federal pelo partido de 1983 a 1986 e, em 1990, assume o cargo de Secretário Extraordinário para a Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1991 e 1997, como suplente do Senador Darcy Ribeiro, ocupou várias vezes a cadeira, até a morte do titular, em 1997. Até 1999, fim do mandato, ocupa a cadeira deixada vaga e, depois, é nomeado Secretário Estadual de Direitos Humanos e da Cidadania, permanecendo no cargo até 2000.

¹⁸⁴ Nascimento, Abdias e Nascimento, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil. In: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo e Huntley, Lynn (orgs) Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pg. 211

¹⁸⁵ Nascimento, Abdias e Nascimento, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil. In: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo e Huntley, Lynn (orgs) Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pg. 211

Deste certame foi produzido um “*Manifesto à Nação Brasileira*”, o qual foi apresentado aos partidos políticos, líderes e candidatos às eleições presidenciais em novembro de 1945. Segundo o Manifesto, após o exame da “*sua situação atual, não somente em face de sua existência no passado, como, sobretudo, das injunções do presente*” e, aproveitando o momento histórico em que viviam, tornava-se imperativo a união e coordenação de esforços para que os direitos outorgados por ocasião da abolição e da proclamação da república fossem de fato concretizados. O texto reconhece que os direitos, embora legalmente garantidos, não se concretizaram “*em consequência das condições particulares em que se verificou e dos prejuízos decorrentes não só nos domínios de ordem econômica, como nos de ordem moral e espiritual*”.¹⁸⁶

Mesmo que de forma sutil, sem acusações diretas ou em tom agressivo, o Manifesto denuncia o não cumprimento de direitos, assim como identifica não apenas a ordem econômica e o passado como os elementos responsáveis pela situação presente. A busca pela união, por um protagonismo do próprio negro e pelo reconhecimento de sua condição e dos seus problemas, como podemos perceber na transcrição abaixo, também foram focados no texto:

*“Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos e segundo a nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos, sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja.”*¹⁸⁷

¹⁸⁶ O Manifesto foi publicado em: Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1968.

¹⁸⁷ Ibidem.

O *Manifesto à Nação Brasileira* apresenta seis reivindicações.¹⁸⁸ Duas são de caráter econômico e direcionada a todos os brasileiros, como a isenção de impostos e taxas para a abertura de pequenos negócios e a adoção de “medidas governamentais” que visem à elevação no nível econômico, cultural e social dos brasileiros. As outras quatro são especificamente voltadas para os negros ou para a questão racial. A primeira reivindica que a Constituição do país faça referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído, segundo o Manifesto, por três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca. Duas fazem referência direta ao racismo. Uma solicitando que o preconceito de cor e de raça seja considerado crime de lesa-pátria, e a outra requerendo que este crime se torne matéria de lei penal. A última reivindicava que enquanto não houvesse ensino gratuito em todos os níveis, os estudantes negros fossem admitidos como pensionistas do Estado nos estabelecimentos particulares.

Após ser apresentado aos partidos políticos, a Convenção Nacional do Negro, responsável pela organização do documento, recebeu cartas de apoio da UDN (União Democrática Nacional), do PSD (Partido Social Democrático) e do dirigente do PC (Partido Comunista), Luis Carlos Prestes. O projeto reivindicando que o crime de discriminação racial se tornasse matéria de lei penal foi apresentado pelo Senador Hamilton Nogueira na Assembléia Constituinte, mas foi reprovado.

A primeira lei anti-racista no Brasil será tratada mais adiante. Mas vale ressaltar que esse é o primeiro momento no qual essa reivindicação é oficializada pelo movimento negro brasileiro. Embora não tenha sido aprovado, um grupo de parlamentares oficializou seu apoio ao projeto em uma *declaração de voto*.¹⁸⁹ O único representante negro da Assembléia, o Deputado Federal pelo Partido Comunista Claudino José da Silva, fez um

¹⁸⁸ Assinaram o Manifesto: Abdias Nascimento, Francisco Lucrécio, Ten. Francisco das Chagas Printes, Geraldo Campos de Oliveira, Salatiel de Campos, José Bento Ângelo Abatayguara, Emílio Silva Araújo, Aguinaldo Oliveira Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Ernani Martins da Silva, Benedito Juvenal de Souza, Ruth Pinto de Souza, Luiz Lobato, Nestor Borges, Manoel Vieira de Andrade, Sebastião Batista Ramos, Benedito Custódio de Almeida, Paulo Moraes, José Pompílio da Hora, Renê Noni, Sofia Campos Teixeira, Cília Ambrósio, José Herbel, Walter José Cardoso.

¹⁸⁹ Os parlamentares que já apoiavam a proposta em 1946 e votaram a favor foram os deputados José Borba, Aureliano Leite, Plínio Barreto, Antenor Bogéa, Ataliba Nogueira, Gilberto Freyre, Otávio Mangabeira, Jaci Figueiredo, José Alckmim, Amando Fontes, Domingos Velasco, Nestor Duarte, Dolor Andrade, Paulo Sarasate e Hermes Lima. No Quilombo, a matéria sobre o projeto de Afonso Arinos, informa que foi o deputado Benício Fontenelle o que apresentou o projeto na Constituinte de 1946.

discurso opondo-se à proposta. Posteriormente afirmaria que seguia ordens do PC e que, pessoalmente, era a favor do projeto.¹⁹⁰

Esse ponto voltará a ser discutido nas páginas do Quilombo, por ocasião do projeto de Afonso Arinos e das eleições de 1950.

2 - O Jornal: “Quilombo – Vida, Problemas e Aspirações do Negro”

No ano de 2003 o jornal Quilombo foi publicado em edição fac-similar, dirigida pelo próprio Abdias Nascimento, que também foi o diretor do jornal na época de sua publicação original.¹⁹¹ São dez edições, publicadas entre dezembro de 1948 e julho de 1950, que possuem em média doze páginas cada uma (primeira edição publicada em dezembro de 1948; edições dois, três e quatro publicadas em 1949 e, as demais, em 1950). Seu programa, impresso em todas as edições, dizia o seguinte:

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico.

*Para atingir esses objetivos **Quilombo** propõe:*

** Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;*

** Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir*

¹⁹⁰ Ver Nascimento, Abdias e Larkin, Elisa. Op. Cit. Pg.212.

¹⁹¹ O expediente do jornal: Composto e impresso nas Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.

Redação e administração: Rua Mayrink Veiga, 13, 2 andar

Departamento de publicidade: Rua São Jose 110, 1 andar

Diretor responsável: Abdias Nascimento

Diretor Gerente: Maria de Lourdes Vale Nascimento

motivos para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;

** Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;*

** Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;*

** Pleitear para que seja previsto e definido o crime de discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940.*

O objetivo do jornal fica bem claro, trabalhar pela valorização do negro. Para atingir esse objetivo propõe cinco medidas. A primeira é colaborar na formação da consciência de que não existe hierarquia entre as raças. Apesar de não apresentar argumento contrário à idéia de raça, defende a não hierarquização, o que, supostamente, seria a base da discriminação e do preconceito.

A segunda medida diz respeito diretamente à acusação de racismo às avessas, e tem como objetivo principal evitar essa acusação. Por um lado, incentiva a encarar o regime escravocrata como algo superado, desestimulando ódios e ressentimentos; por outro, exorta o próprio negro a libertar-se do estigma da escravidão, do ser escravo.

O terceiro ponto está direcionado à educação e defende bolsas de estudos para negros em estabelecimentos privados, na medida em que não existiam estabelecimentos gratuitos em todos os níveis e em todas as regiões. O que aparece como questão nesse item é a condição econômica e não o preconceito racial. Os estudantes seriam pensionistas porque o ensino não era gratuito.

Nos dois últimos itens a questão do preconceito e discriminação aparece, incentivando a luta contra as práticas racistas e pleiteando a inclusão do racismo como crime. Ao mesmo tempo identificamos uma referência a um contexto externo.

O jornal era composto por artigos autorais e por matérias não assinadas, escritas especialmente para o Quilombo, em caráter extraordinário, ou reproduzidas de outro periódico. Havia colunas fixas, algumas com autores permanentes - como o *Editorial*, a cargo de Abdias Nascimento, e a coluna *Fala Mulher*, sob a responsabilidade de Maria Nascimento -, outras não. A coluna *Arquivo*, por exemplo, não tinha autor fixo e os artigos tratavam, em sua maioria, de transcrições de artigos publicados em outros jornais sobre a temática das relações raciais. Foram seis as edições com a presença dessa seção.¹⁹² Havia também muitas seções que tratavam especificamente sobre arte, como teatro, dança, literatura e cinema. Além disso, há alguns artigos sobre política, sobretudo na coluna *Tópicos*, e outros discutindo a situação norte-americana, que neste momento já se apresentava como a principal referência no que tange às relações raciais. Afinal, além de estarem passando por um intenso processo de luta contra a segregação racial, as relações comerciais e culturais entre Brasil e EUA intensificaram-se sobremaneira no período em questão.

Com exceção do editorial e da coluna democracia racial, nenhuma outra esteve presente de forma constante em todas as edições, embora quatro delas (*Fala Mulher*, *Arquivo*, *Tópicos* e *Livros*) estivessem presentes em ao menos seis das nove edições.

¹⁹² Os autores foram: Raquel de Queiroz, com um texto sobre racismo e mestiçagem no Brasil, na primeira edição do jornal; Daniel-Rops, com um texto sobre o racismo, transcrito do periódico *O Jornal* de 18/02/1949; Orígenes Lessa, com artigo transcrito do *Globo* de 28/05/1948, no qual questiona a democracia racial brasileira a partir de um caso ocorrido em Criciúma; Guerreiro Ramos, esclarecendo sua técnica de grupoterapia; George Schuyler, comparando as relações raciais no Brasil e nos EUA, transcrito do *The Pittsburgh Courier* de 24/09/1949; e, Di Cavalcanti, com um artigo sobre Lima Barreto.

2.1 – O Editorial e a palavra de Abdias Nascimento

O editorial do jornal sempre esteve sob a responsabilidade de Abdias Nascimento. Assim como fazia a Frente Negra Brasileira em seu jornal *A Voz da Raça*, o Quilombo também tinha como preocupação central o diálogo com os próprios negros e não a denúncia de racismo ou discriminação. Embora esses casos, sempre que necessários, estivessem presentes em ambos os jornais, o essencial, o objetivo central era “*fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura*”.¹⁹³

A primeira página da edição inaugural do Quilombo traz em seu editorial uma citação de Gilberto Freyre, chamando a atenção para a necessidade de valorização da cultura com acentos africanos, representante do grupo brasileiro mais pigmentado, que “*(...) paulatinamente vai sendo relegada ao abandono, ridicularizada pelos líderes do branqueamento, esquecendo-se esses aristocratas de que o pluralismo étnico, cultural, religioso e político dá vitalidade aos organismos nacionais, sendo o próprio sangue da democracia*”.¹⁹⁴

A intenção era construir um movimento que não tivesse como estratégia uma postura de enfrentamento, que não recebesse a acusação de racismo às avessas. A palavra, assim como nos anos 1930, estava mais voltada para os próprios negros do que para o governo ou outros segmentos da sociedade. Todavia, com o TEN, ia ficando mais explícita a identificação de uma desigualdade que insistia em se recriar no tempo, mesmo passados mais de 50 anos da abolição. Nas palavras do próprio Abdias:

“O nosso trabalho, o esforço do Quilombo é para que o negro rompa o dique das resistências atuais com o seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegure a todos os brasileiros igualdade de oportunidades e obrigações. Os atentados à essa paridade jurídica, e de fato praticados freqüentemente em nosso meio, são anti-democráticos, separatistas e lesivos à integração nacional da qual o negro é um dos principais protagonistas. Nós recusamos o gueto, a linha de cor que

¹⁹³ Quilombo. Número 1. pg. 1

¹⁹⁴ Ídem

*dia a dia vem se acentuando em nossas relações sociais tentando exilar-nos em nossa terra e em nosso espírito”.*¹⁹⁵

Ao reconhecer os “*atentados a essa paridade jurídica*” o líder do TEN, assim como Arlindo Veiga dos Santos, alerta para o caráter separatista e lesivo à integração nacional, na medida em que “*o negro é um dos principais protagonistas*”. Podemos notar uma postura orgânica e nacionalista semelhante nos dois momentos.

No entanto, se com a FNB a responsabilidade estava quase que integralmente sobre os próprios negros, com o TEN essa responsabilidade já é compartilhada com outros segmentos sociais. Embora - como veremos nas colunas *democracia racial* e no discurso de abertura do I Congresso do Negro Brasileiro - não reconhecendo a sociedade brasileira como estruturalmente racista, a militância negra dos anos 1950 dividia a responsabilidade de superação dos problemas com outros setores. Além de cobrar ações específicas do Estado em prol de uma maior integração, e não apenas contra o preconceito, defende um processo de “reeducação” dos brancos.

Outro elemento que claramente representa uma mudança em relação à prática anteriormente adotada diz respeito a uma postura diaspórica, criando um processo de identificação que reconhece semelhanças entre grupos negros de diversas partes do mundo. Enquanto a FNB não gostava de comparações com outras realidades, Abdias Nascimento, no número inaugural do Quilombo, apresentava as dificuldades de negros em diversas partes do mundo, especificamente na África do Sul e nos EUA, os casos mais explícitos naquela ocasião.

Na segunda edição, publicada em maio de 1949, o editorial traz uma breve análise sobre os argumentos abolicionistas debatidos no Brasil. Ao identificar três argumentos centrais no processo abolicionista brasileiro - o jurídico, o sentimental e o social-econômico -, Nascimento reconhecia na Princesa Isabel o nome mais decisivo da corrente sentimental. Todavia, enfatizava:

¹⁹⁵ Idem.

“Acima do valor dessas correntes sobressaia-se a bravura indomável dos próprios negros escravos. Foram os inimigos encarniçados do regime escravocrata que eles liquidaram de fato antes de ser derogado por lei”.¹⁹⁶

Podemos perceber neste momento, embora não questionando ou desqualificando o papel da Princesa Isabel, uma postura mais crítica em relação ao processo abolicionista, na medida em que identifica o comportamento dos próprios escravos como o principal responsável na vitória abolicionista. Enquanto a FNB exaltava a importância do trabalho do negro escravo para o desenvolvimento nacional, o TEN focava seu discurso sobre o período escravista na resistência dos negros ao trabalho forçado, o que pode ser também percebido a partir da escolha do título do próprio jornal. O Quilombo se refere claramente a uma postura de luta, de reação contra uma situação imposta por outros. Nas palavras de Abdias:

“Pela permanência desse sentimento de liberdade e dignidade nos nossos negros encaminhamos nossa luta e nos colocamos contra aqueles que ainda hoje conservam o escravagismo psicológico e procuram impedi-los de ocupar o lugar que moral e humanamente lhes corresponde no seio da sociedade brasileira”.¹⁹⁷

Na terceira edição, o editorial versou sobre as eleições e, novamente, rupturas e permanências podem ser identificadas. Ao comentar a postura dos negros diante do processo eleitoral, aproxima-se do mesmo diagnóstico da FNB, ao identificar na pobreza, na ignorância e na herança da escravidão os elementos responsáveis pela ausência de atitudes conscientes e condizentes com a de um cidadão pleno. Ao se referir aos representantes negros na política, a argumentação cobra atitudes e ideologias específicas em prol da valorização do grupo étnico em questão. Exorta os negros esclarecidos, ou seja, uma suposta elite negra, à responsabilidade de defender os interesses do grupo, inclusive enfrentando *“a repugnante discriminação nas oportunidades ao bem estar e a*

¹⁹⁶ Quilombo. Número 2. pg. 1

¹⁹⁷ Idem.

*humilhante discriminação que (nos) é imposta em muitos setores da vida administrativa do país”.*¹⁹⁸

De toda forma, embora reconhecendo a discriminação, o direcionamento da responsabilidade para o próprio negro está presente. Mais do que o racismo, parece ser a realidade histórica a responsável pela situação do negro. Nas palavras do próprio Abdias:

*“Não formamos quistos. Não pleiteamos direitos de minorias. Não pretendemos criar um problema no país. Argumentamos pacífica e sinceramente para aqueles que nos queiram compreender que o pouco tempo de emancipação do escravo criou problemas de assimilação e de conhecimento próprio de seus direitos, cuja solução compete diretamente a nós, a atual geração negra, que tem assim o privilégio de dar o passo mais decisivo, depois da abolição, para que o povo de cor ganhe o sagrado bem da personalidade livre, numa comunidade livre, e dentro de um Brasil próspero e forte.”*¹⁹⁹

Com essa transcrição podemos notar a preocupação em assumir uma postura oficialista e cordial, identificando no passado escravista, mais do que em atitudes contemporâneas, as origens dos problemas dos negros. Ao mesmo tempo, como já indicado, há uma supervalorização daquela geração, apresentada como a responsável *“por dar o passo mais decisivo depois da abolição.”*

Na quarta edição, Abdias Nascimento utiliza o espaço do editorial para valorizar a atuação de Ralph Bunche (norte-americano, Doutor em Filosofia e neto de escravos), representante da ONU no conflito da Palestina. Após tecer vários elogios, sugere o nome do embaixador ao prêmio Nobel. Esta atitude de valorização de personalidades negras representa uma estratégia presente em todos os momentos do movimento negro brasileiro. Desde a FNB até os dias atuais, a valorização da auto-estima é uma questão central, regularmente realizada a partir do reconhecimento de personalidades negras. Tanto o A Voz da Raça como o Quilombo possuíam espaços fixos e determinados para a exaltação desses personagens.

¹⁹⁸ Quilombo. Número 3, pg.1.

¹⁹⁹ Idem.

Em janeiro de 1950, na publicação do quinto exemplar, Nascimento concentra as suas palavras na apresentação do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado por ocasião da comemoração de 100 anos da proibição do tráfico de escravos. No editorial, retorna a idéia da responsabilidade de uma elite negra em “*organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade*”.²⁰⁰ Essa elite, na opinião de Abdias, já é “*capaz de infundir confiança nas classes dominantes*”.²⁰¹ O Congresso será tratado mais adiante.

Na sexta edição, publicada no mês seguinte, Nascimento convoca os negros e mulatos a se candidatarem nas próximas eleições. Para ele, a filiação e a aceitação de candidatos negros e mulatos pelos partidos políticos seria um verdadeiro teste na aferição de ausência de preconceito de cor. A participação de candidatos negros **comprometidos** com os problemas da população de cor seria necessária até o momento em que se alcançasse a plena paridade democrática no que diz respeito às oportunidades. Alcançada esta paridade, apenas o critério da capacidade individual deveria ser considerado na escolha dos candidatos pelos partidos políticos. Mas até lá a presença de negros comprometidos seria indispensável.

Abdias Nascimento sugere que não apenas o critério da capacidade, do mérito, seja levado em conta na escolha dos candidatos pelos partidos políticos. O critério da cor, segundo sua orientação, deve ser utilizado até que se atinja uma paridade de oportunidades. Somente após esta paridade, os partidos poderiam considerar apenas o critério da capacidade individual. Não apenas a cor/raça, mas principalmente a atuação política, passava a ser utilizada como moeda na garantia de concessão de direitos.

Na sétima edição, o processo eleitoral permanece como tema, com Nascimento anunciando a sua candidatura à Assembléia Legislativa do Distrito Federal. De acordo com a sua argumentação, seria “*uma etapa lógica e natural no desenvolvimento desse programa de busca de meios que acelerem o processo de integração de brancos e negros no Brasil*”.²⁰² Novamente convoca os que se interessam pelos problemas do negro a se candidatarem, na medida em que “*somente num grande e árduo trabalho coletivo, presidido pelo alto espírito de fraternidade racial que orientou a nossa formação*

²⁰⁰ Quilombo. Número 5, pg. 1.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Quilombo. Número 7/8. p. 1.

*histórica, conseguiremos realizar a obra dessa valorização do negro, fundamental para o desenvolvimento e o futuro da nossa estremecida pátria”.*²⁰³

Importante salientar que, no anúncio de sua candidatura, Abdias recupera conceitos típicos dos anos 1930 e da FNB. Primeiro ao declarar o alto espírito de fraternidade racial que orienta a nossa formação histórica e, segundo, ao reconhecer que o negro “*não se adaptou completamente aos novos hábitos, técnicas de trabalho e estilos espirituais das classes superiores da nossa sociedade*”.²⁰⁴

A nona edição não teve editorial e apresentou um perfil de Guerreiro Ramos escrito por Abdias Nascimento. A décima edição publicou o discurso pronunciado por Abdias Nascimento na ocasião da solenidade de inauguração do I Congresso no Negro Brasileiro. O evento, conforme já informado, será analisado mais adiante, inclusive o discurso de abertura.

3 - A estratégia dramática: Guerreiro Ramos e o psicodrama

O TEN inicia as suas atividades como um grupo de teatro e, embora tenha ampliado esse objetivo inicial, permaneceu utilizando a dramatização como uma das principais estratégias em prol da “*descomplexificação*” dos negros brasileiros. De todos os envolvidos nesta atividade, foi Guerreiro Ramos o responsável por fazer da dramatização mais do que uma manifestação artística, mas, primordialmente, um processo terapêutico. Ao lado de Abdias Nascimento, foi o principal mentor intelectual do TEN, assumindo um papel decisivo na elaboração e na condução das principais atividades do grupo. Por sua relevância, cabe uma análise mais pormenorizada de sua trajetória e de suas principais teses.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 1915, em Santo Amaro da Purificação, Bahia.²⁰⁵ Após a morte do pai – modesto comerciante e maestro – e com o agravamento

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Produção intelectual de Guerreiro Ramos: Introdução Crítica a Sociologia Brasileira – 1957: 1- Crítica da Sociologia Brasileira, 2-Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo (o problema do negro na

das dificuldades econômicas, a família muda-se para a capital, Salvador. Sua mãe torna-se lavadeira de famílias ilustres da capital baiana, enquanto ele, ainda com 11 anos, emprega-se em uma farmácia como lavador de frascos. Se, por um lado, a morte do pai trouxe privações, por outro, a mudança para a capital e o contato de sua mãe com elementos da elite propiciou a Guerreiro Ramos ingressar no Ginásio da Bahia, instituição de grande prestígio. O Ginásio Nossa Senhora da Vitória, fundado por Irmãos Maristas de origem francesa, de acordo com depoimentos registrados por Lúcia Lippi, constituía uma instituição democrática, ao menos no que se refere à composição de seu corpo docente. Embora, obviamente, a maioria dos alunos fosse composta por membros da elite baiana, também estavam presentes “*pretos, judeus, protestantes e sertanejos*”.²⁰⁶

A Bahia da Primeira República possuía um ambiente intelectual extremamente rico. Anísio Teixeira, em 1924, assumiu o cargo de inspetor geral do ensino do estado da Bahia e, em 1930, ocupava a cátedra de filosofia e história da educação da Escola Normal de Salvador. De acordo com Lúcia Lippi, a atuação de Anísio Teixeira parece ter sido determinante, propiciando àquela sociedade bons colégios, bons professores e um alto padrão de ensino.

Além de importante referência na área educacional, a Bahia também se destacava com as prestigiadas faculdades de medicina e direito. A faculdade de medicina, a mais antiga do Brasil, teve em seus quadros nomes importantes como Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Já a faculdade de Direito, fundada em 1891, durante a Primeira República, esteve sob a influência de Rui Barbosa e teve como aluno Édison Carneiro, elemento de destaque no estudo das relações raciais e importante colaborador do **TEN**.

Sobretudo no final da década de 1920, com a fundação da revista Arco e Flexa, o debate modernista ganha impulso extra no estado. A abertura ao novo, a crítica à imitação de padrões exógenos e ao atraso brasileiro, a busca por elementos característicos da

sociologia brasileira) e 3-Documentos de uma Sociologia Militante ("patologia social do branco brasileiro"); - Redução Sociológica - 1958 e 1965; - O problema Nacional do Brasil - 1960; - A crise do poder no Brasil - 1961; - Mito e verdade da revolução brasileira - 1963; - Coluna no jornal Última Hora - 1959-1962; - Delegado Brasileiro na II Comissão da XVI Assembléia geral da ONU - 1961; - 14 Artigos publicados no Jornal do Brasil 1978-1981; - Discursos Parlamentares (agosto de 1963 até abril de 1964) - 16/04/64 = cassado pelo Governo Militar e sem direitos políticos; - Exílio nos EUA - School of Public Administration, University of Southern California - 1966-1982.

²⁰⁶ Oliveira, Lúcia Lippi. A Sociologia do Guerreiro. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p.15.

cultura nacional e a valorização do caráter mestiço da sociedade brasileira estavam presentes no discurso de Arco e Flexa que, inclusive, mantinha um diálogo direto com o grupo da revista Festa, editada no Rio de Janeiro.²⁰⁷

Enfim, esse foi o cenário da formação inicial de Guerreiro Ramos. A Bahia, além de importante referência no cenário intelectual brasileiro, especificamente, também reunia um grupo de pesquisadores diretamente interessados na questão do negro no Brasil: Áydano do Couto Ferraz, Jorge Amado, Édison Carneiro, Nina Rodrigues, Thalles de Azevedo, Costa Pinto e, claro, o próprio Guerreiro Ramos.

Exercendo também influência determinante sobre a formação de Guerreiro Ramos, temos também a sua participação na Ação Integralista Brasileira. Não apenas a influência intelectual do pensamento integralista, mas, inclusive, os contatos proporcionados através da sua militância. De acordo com Marcos Chor, “*a participação em movimentos de cunho político e religioso facilitou a circulação de Guerreiro Ramos em ambientes da classe média baiana*”.²⁰⁸ Foi através de Rômulo Almeida (integralista), por exemplo, que Guerreiro Ramos conseguiu uma indicação para atuar no setor cultural do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), uma sucursal do DIP. O DEIP era dirigido por Isaías Alves, proprietário do Colégio Ipiranga (que ao lado do Marista representavam os principais núcleos de formação dos jovens baianos) e irmão de Landulfo Alves, interventor no estado. Ao lado de Isaías Alves, que posteriormente se tornaria secretário de Educação, participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia. Antes de migrar para o Rio de Janeiro, em 1939, iniciou a faculdade de Direito na Bahia, mas a sua formação universitária vai ser o curso de Ciências Sociais, na Faculdade Nacional de Filosofia.

A sua aproximação com o integralismo facilitou o início de sua carreira acadêmica e profissional no período inicial do regime autoritário do Estado Novo. Todavia, de acordo com a opinião do próprio Guerreiro Ramos, essa mesma ligação passou a prejudicá-lo, sobretudo após 1942, importante momento de inflexão na política varguista por conta dos reflexos da Segunda Guerra Mundial no contexto interno. Ramos atribui a

²⁰⁷ Sobre a Revista Festa ver: Gomes, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

²⁰⁸ Maio, Marcos Chor. A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1997. pg.263

essas ligações a perda na disputa por duas cadeiras de professor assistente na FNFI: a de sociologia para Costa Pinto e a de ciência política para Victor Nunes Leal. Considerando a qualidade dos candidatos escolhidos, assim como a proximidade de Costa Pinto com Jacques Lambert, titular da cadeira de sociologia, talvez devamos relativizar o peso da influência integralista.

Em 1943, por indicação de San Tiago Dantas, ex-integralista e diretor da FNFI, Guerreiro Ramos torna-se professor da cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil no Departamento Nacional da Criança. No final do mesmo ano torna-se técnico do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP).

O seu percurso no integralismo, sua atuação na administração pública do Estado Novo e a sua história pessoal são elementos que, evidentemente, não podem ser ignorados na busca da compreensão de seu pensamento político. O nacionalismo, tão característico dos anos 1930 e 1940, sobretudo nos cenários freqüentados por Guerreiro Ramos, vai ser determinante no seu pensamento e atuação, direcionando inclusive a sua participação no Grupo de Itatiaia e, posteriormente, no ISEB, como um aliado das teses cepalinas.

Foi buscando respostas para os problemas nacionais que Guerreiro Ramos se aproxima do movimento negro. Como bem salientou Joel Rufino dos Santos:

*“Guerreiro não era preto retinto, pertencia àquela faixa de mestiços escuros em que a “raça” é escolha do freguês. A sua foi ser negro. A partir de que momento e levado por que circunstâncias, ele próprio nunca revelou, embora admitisse influências do Teatro Experimental do Negro e do Grande Negro, como Nelson Rodrigues batizou Abdias Nascimento.”*²⁰⁹

Guerreiro Ramos assumia uma postura nacionalista peremptória. No que se refere à sociologia *stricto sensu*, questionava e desqualificava a validade dos trabalhos realizados até então, exatamente pelo caráter imitativo e parafraseador. Para Guerreiro Ramos a

²⁰⁹ Santos, Joel Rufino. O Negro como Lugar. In: Ramos, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ, 1995. pg.27

sociologia das relações raciais no Brasil carecia de originalidade metodológica porque o Brasil possuía peculiaridades que não podiam ser captadas com a simetria e a importação.

No que se refere especificamente à questão racial, o nacionalismo não deixa de transparecer e influenciar suas análises e as soluções vislumbradas pelo autor. Guerreiro Ramos questiona a própria identificação do negro como tema específico de estudo e análise. Ao reconhecer a não peculiaridade do negro nos aspectos religioso, social, criminal etc., não aceita a categorização deste como protagonista de um problema à parte do povo brasileiro. Embora o comportamento dos negros, assim como o dos brancos, se diferencie de acordo com a região e a condição sócio-econômica, ambos agem, essencialmente, como brasileiros.

"Observa-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do país, elementos de cor se encontram de alto a baixo, em todas as camadas sociais, e só em algumas instituições nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas.

Nessas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor por excelência."²¹⁰

Por um lado Guerreiro Ramos não compreende o porquê de o negro ser tratado como tema específico de estudo, na medida em que os seus problemas e comportamento confundem-se com os do povo brasileiro de maneira geral. Por outro lado, identifica um desvio existencial, uma alienação estética, uma patologia, na qual há a valorização de padrões estéticos exógenos.

"A partir dessa situação vital (negro e povo no Brasil são sinônimos), o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me: desde que se define o negro como

²¹⁰ Ramos, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ, 1995 (1ª edição, 1957). pg.191 e 192.

*um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar do problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. ...*²¹¹

Ora, se o “povo” (grupos mais desfavorecidos econômica e socialmente) brasileiro é composto majoritariamente por negros, não há um problema do negro. Há um problema do povo brasileiro. Por outro lado, para Guerreiro Ramos, os que continuam insistindo em um problema do negro, na verdade, não consideram o elemento negro como um elemento natural da sociedade brasileira. O negro só é problema no Brasil porque a maioria da população não se assume como negra. Olha os negros de fora. É preciso, para o autor, assumir a condição de negro. Enfim, não há um problema do negro, na medida em que o negro é o povo brasileiro. Paralelamente, é preciso valorizar a negritude, visto que a maioria dos brasileiros está dominada por padrões exógenos e insiste em considerar o negro como um elemento estranho.

*"A mim parece necessário seguir esta pista na análise do nosso "problema do negro", negligenciando mesmo os seus aspectos econômicos. O que nos interessa aqui é focalizar a questão do ângulo psicológico, enquanto socialmente condicionado, é atingir a sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer até agora ..."*²¹²

Segundo Guerreiro Ramos, a sociologia, de uma maneira geral, e o negro, especificamente, são estudados no Brasil a partir de categorias e valores europeus. De acordo com seus próprios termos, a ciência brasileira carece de funcionalidade e autenticidade. Na medida em que os objetos de estudo, assim como a metodologia aplicada, devem ser comandados, segundo ele, por necessidades práticas da sociedade, ao utilizarmos conceitos “pré-fabricados” dificultamos a existência de uma ciência verdadeiramente nacional, articulada direta ou indiretamente com um projeto nacional de

²¹¹ Idem. Pg.200

²¹² Ibidem. Pg.196.

desenvolvimento. Guerreiro era um sociólogo militante. Sua história pessoal e sua experiência na administração pública reforçavam a sua postura em defender o caráter funcional da ciência sociológica. Inclusive, seguindo esse ponto de vista, os estudos sobre o negro no Brasil ainda estavam por serem feitos.

Considerando os trabalhos feitos até então, Ramos identificava três correntes fundamentais. A primeira, iniciada por Sylvio Romero e seguida por Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana, caracterizava-se por um caráter crítico em relação à produção estrangeira, buscando, portanto, apesar das diferentes orientações teóricas, entender a formação e as questões especificamente brasileiras. A segunda, iniciada por Nina Rodrigues e acompanhada por Gilberto Freyre e Arthur Ramos, possuía um trabalho monográfico no qual o negro, embora sendo o tema principal, era visto de forma estática. O que interessava, nesse caso, eram as origens, o passado e as sobrevivências. Enquanto a primeira buscava entender o Brasil através de sua formação social, a segunda contentava-se em descrever as características dos grupos étnicos de forma estanque. A terceira corrente se concretizou mais de forma comportamental do que escrita e caracterizou-se pelo propósito de transformar a condição do negro na sociedade e realiza-se desde a época colonial.

A valorização de autores como Sylvio Romero e Oliveira Viana em detrimento de Gilberto Freyre e Arthur Ramos pode parecer, à primeira vista, algo incompreensível. Todavia, como dito anteriormente, o que estava em jogo era mais o comprometimento com o nacional do que com o negro propriamente. Embora reconhecesse a postura racista de Sylvio Romero ao adotar a ideologia do branqueamento, Guerreiro Ramos afirmava que esses eram “erros da ciência da época”. Uma das principais qualidades de Sylvio Romero seria o seu pioneirismo em identificar a “vergonha” da elite intelectual brasileira em reconhecer as origens raciais da população. A apologia a Euclides da Cunha seguia o mesmo roteiro. Se, na época, o processo biológico não estava dissociado do processo social, a importância dada às condições mesológicas no trabalho de Euclides da Cunha era perfeitamente aceitável. E, embora também adepto das teorias racistas e da evolução étnica, condenando, inclusive a miscigenação, buscou compreender a realidade e o desenvolvimento nacional, não apenas reproduzindo os axiomas estrangeiros, mas, sobretudo, refletindo sobre a realidade nacional.

Alberto Torres, assim como Guerreiro Ramos, realizava uma crítica direta ao mimetismo e até mesmo questionava a defesa da superioridade da raça indo-européia feita pelos pesquisadores estrangeiros. Já duvidava da própria utilidade e pertinência da utilização do conceito de raça, o que para Guerreiro “colocou o estudo das relações de raça em um nível que não foi ulteriormente ultrapassado”.²¹³

No caso de Oliveira Viana, a postura de Guerreiro é bem ambígua. Reconhece que o autor, ao lado de Nina Rodrigues, foi o que mais se equivocou no que se refere aos estudos sobre relações de raça. Contudo, em sua opinião, ao invés de tratar o negro como algo petrificado e exótico, tratou-o como brasileiro. Buscava entender a realidade nacional como um processo singular. Nina Rodrigues, ao contrário, foi identificado como um autor de obra sem importância científica, embora com alguns “úteis registros históricos”. As informações recolhidas e registradas não passam de mera informação. Ciência, para Guerreiro, deve ter uma finalidade prática e não deve se reportar apenas aos cânones internacionais para justificar suas teses. Deve partir de uma reflexão autêntica e voltada para a realidade interna. De todas as referências citadas por Guerreiro, nenhum recebe críticas tão duras como Nina Rodrigues. Contudo, reconhece que foi com ele que se iniciou no Brasil um corrente de estudos tendo o negro como tema, sendo Arthur Ramos o seu principal discípulo. Este, por esse motivo, também foi alvo de duras críticas.

Guerreiro Ramos identifica como um reflexo dessa segunda corrente, a qual estuda o negro de forma estática, como algo pitoresco e estranho à formação nacional, os dois Congressos Afro-Brasileiros. O primeiro, organizado em Recife, no ano de 1934, por Gilberto Freyre, e o segundo, na Bahia, em 1937, organizado por Aydano Ferraz e Edison Carneiro. Na opinião do autor:

“Ambos estes conclave foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Apesar da participação de elementos de cor, esses dois foram congressos de ‘brancos’ pela atitude que assumiram em face da questão,

²¹³ Ibidem. Pg.177

*como também pelos temas focalizados, temas de interesse remoto do ponto de vista prático”.*²¹⁴

A explicação para essa postura frente à questão do negro, de acordo com o autor, pode ser explicada pela patologia coletiva da sociedade brasileira decorrente do processo de europeização, segundo o qual a sociedade é vista e analisada a partir de um binóculo localizado externamente.

3.1 – A Negritude

Todo esse mimetismo e incorporação das teses desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros revelam, de acordo com a liderança do TEN, uma patologia do brasileiro, que acaba por culminar em uma “ideologia da brancura”. Portanto, antes mesmo de pensar na questão socioeconômica do negro brasileiro, tornar-se-ia imperativo nos livrarmos dessa alienação estética e intelectual, dessa renúncia em encarar a nossa realidade por si mesma. Essa mesma “enfermidade psicológica”, segundo Guerreiro Ramos, pode ser detectada nos trabalhos desenvolvidos no Projeto UNESCO, que mesmo superando a idéia de raça como um fator biológico, manteve o mesmo equívoco dos trabalhos anteriores, ao se basearem em teorias científicas desenvolvidas para outras realidades.

Qual seria então a melhor forma de compreender e resolver os problemas nacionais? O primeiro passo seria o reconhecimento da condição de negro do povo brasileiro. Os pesquisadores, ao reconhecerem o Brasil e, em muitos casos, a si mesmos, como negros, passariam a enxergar uma série de elementos que, pelo fato de a analisarem de fora, como brancos, acabam passando despercebidos. Guerreiro Ramos propõe um esquema lógico que pode ser identificado como a base teórica da valorização da negritude. Primeiro, identificamo-nos como negros. Depois, se enxerga o equívoco ultrajante de quem trata o negro como algo exótico e aculturado. Então, identifica-se o

²¹⁴ Ibidem. Pg.189

etnocentrismo do “branco” brasileiro. Desnuda-se a precariedade histórica da brancura como valor. Converte-se, por fim, essa identificação do “branco” com o padrão estético europeu em um caso patológico. Reconhece-se que, ao assimilar esse padrão de branqueamento, o preto brasileiro também sofre desse mesmo mal. Logo, assumi-se a necessidade em elaborar uma teoria estética positiva da cor negra.

O reconhecimento do negro como um ingrediente normal permite a desqualificação de um “problema do negro” no Brasil. Não se trata de um processo de simples compreensão. Primeiramente Guerreiro Ramos descortina um “problema do negro” no Brasil. Sendo o negro a própria realidade nacional, há um problema geral das classes desfavorecidas e pobres. Segundo, reconhece que há um problema psicológico entre os brasileiros no qual a valorização de padrões exógenos cria um problema para o negro brasileiro (o povo brasileiro). A solução, nesse caso, seria a valorização da negritude do brasileiro. No primeiro momento a condição “negra” é pulverizada, enquanto, no segundo, é incentivada.

A “pedagogia nacional” proposta por Guerreiro para resolver essa patologia deve ser usada, de acordo com suas idéias, de forma estratégica e temporária. Em suas próprias palavras:

“(...) pretende constituir senão expediente a ser utilizado no processo de desmascaramento de nossos equívocos estéticos, processo, portanto, a ser abandonado tão logo se alcance aquele objetivo. (...)”

*“É minha convicção que desta mudança de orientação resulte, não um conflito insolúvel entre brancos e escuros, mas uma liquidação de equívocos de parte a parte e, conseqüentemente, uma contribuição para que a sociedade brasileira se encaminhe para o rumo de sua verdadeira destinação histórica – a de tornar-se, do ponto de vista étnico, um conjunctio oppositorum”.*²¹⁵

A “*Patologia Social do Branco Brasileiro*” seria um grande paradoxo da sociedade brasileira. Se, nas palavras do próprio Guerreiro, no plano prático, dos fatos concretos, existia uma camada de origem negra distribuída de alto a baixo na sociedade

²¹⁵ Ibidem. Pg. 202

brasileira, no plano ideológico a valorização da estética da brancura persistia. O diagnóstico de comportamento patológico foi baseado na conceitualização proposta por Durkheim, segundo a qual os fenômenos normais são aqueles determinados por uma generalidade presente no passado, enquanto os patológicos seriam aqueles que não apresentam persistências de condições passadas. Por estar ligado à permanência ou mudança de características presentes na história, o diagnóstico de um fato social como normal ou patológico depende, necessariamente, da historicidade de cada sociedade.

Seguindo esta definição, Guerreiro Ramos vai identificar a valorização da estética da brancura praticada pelos “brancos” como um comportamento patológico. À primeira vista parece uma conclusão paradoxal. Se o patológico seria uma ausência de continuidade ou de base histórica estrutural, num primeiro momento tudo indica que o autor não identifica esse mesmo comportamento - a valorização da estética da brancura - em momentos anteriores da história do Brasil. Todavia, o que o autor quer destacar como ausência de continuidade são as condições que propiciaram a valorização da brancura. De acordo com sua argumentação, em períodos anteriores a desvalorização estética da cor negra *“afigurava-se como normal na media em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão em posições inferiores. (...) Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudo justificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. (...) Este mesmo fato passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam se proclamar brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e classe”*.²¹⁶

Enfim, seria um protesto contra si próprio. Uma valorização da brancura realizada por não-brancos, um desequilíbrio na auto-estima dos brasileiros, um comportamento patológico. *“Trata-se de uma minoria que sofre de instabilidade auto-estimativa, visto que tende a disfarçar a sua condição étnica efetiva, utilizando-se de mecanismos psicológicos compensatórios do que julga ser uma inferioridade”*.²¹⁷

²¹⁶ Idem pg. 219 e 220.

²¹⁷ Idem pg. 225.

Por um lado, Guerreiro Ramos reconhece que *“desapareceram, desde há muito, do país, as situações estruturais que confinavam a massa pigmentada nos estratos inferiores da escala econômica” e “que não há mais, entre nós, coincidência de raça e classe”*.²¹⁸ Por outro, embora os negros também sofram por uma espécie de osmose desse mesmo mal, confere responsabilidade aos “brancos” no processo, então ainda em curso, de valorização estética da brancura ou de desqualificação da estética negra. Para ele:

“O ideal da brancura, tal como ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional”.²¹⁹

Percebemos, portanto, que Guerreiro Ramos vai se esforçar por teorizar e sofisticar uma análise e um argumento já utilizados pela liderança da Frente Negra Brasileira. Desde 1931, a FNB já alertava para as conseqüências negativas da desvalorização do negro, para o fortalecimento e integração nacional. Assim como Ramos, a liderança da FNB acreditava que desqualificar o negro seria desvalorizar a própria nação, na medida que este constituía o seu principal elemento formador. Se o Brasil pretendia se fortalecer e se firmar como uma nação forte e autônoma deveria, antes de tudo, valorizar seus elementos formadores.

Já se anunciava com Ramos, portanto, a exaltação da negritude, neste momento entendida como o reconhecimento pela maioria absoluta da população brasileira de sua origem negra. Para o autor era imperativo que os brasileiros assumissem uma posição de “autenticidade étnica”, emancipando-se do “precário fastígio da brancura”. Em suas próprias palavras:

²¹⁸ Ídem pg. 231

²¹⁹ Ídem pg. 231.

*“Purgado o nosso empedernimento pela brancura, estamos aptos a enxergar a beleza negra, beleza que vale por sua imanência e que exige ser aferida por critérios específicos”.*²²⁰

Ramos afirmava que a elevação da auto-estima negra, decorrente de uma verdadeira rebelião estética, representaria o primeiro passo da rebelião total dos povos de cor. A busca de autenticidade significaria *“idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas”*.²²¹

Roger Bastide, em livro publicado na década de 1970, analisa a negritude proposta por Guerreiro Ramos. De acordo com Bastide, conforme o negro abandona o campo e se integra às comunidades urbanas, ou, na medida em que se eleva sócio-economicamente, afasta-se proporcionalmente de suas características próprias, aproximando-se, cada vez mais, dos valores e normas da sociedade global em que está inserido.

Como já dito anteriormente, haveria, para o autor, dois modelos de relações raciais na América: o paternalista e o concorrencial. No paternalista, conforme já indicado, o negro, ao aceitar sua posição subalterna, recebe favores e compensações afetivas. No modelo concorrencial, ao contrário, o negro, ao perceber os impedimentos em ascender social e economicamente, insurge-se contra essa situação. O autor observa que mesmo na América Latina, onde há o predomínio do modelo paternalista, a tendência é que, com a intensificação da industrialização, o modelo concorrencial se instale. Seria nesse modelo, o concorrencial, que poderemos identificar mais claramente a incorporação dos valores e padrões nacionais em detrimento das características africanas. Paradoxalmente, no mesmo processo de abandono da África concreta busca-se uma África mítica.

Diferenciando os distintos modelos, Bastide reconhece em Garvey, nos EUA, a primeira tentativa verdadeira da “negritude”. O movimento liderado por Garvey caracterizava-se, sobretudo, pela busca de união dos negros e de autonomia econômica, política e religiosa, era contrário à miscigenação e defendia a criação de uma grande nação negra. Se em Garvey negritude seria, essencialmente, o orgulho racial, em Césaire,

²²⁰ Idem pg. 243.

²²¹ Idem pg. 248.

por exemplo, já se configuraria muito mais como uma expressão da vontade de pertencer à África. Sua negritude seria mais uma atitude política.

Embora Bastide aponte Garvey como a primeira expressão e tentativa de estímulo à negritude, é preciso esclarecer que o movimento chamado “Negritude” nasceu na França, no decorrer da década de 1930. O senegalês Léopold Sedar Senghor, ao lado de Aimée Césaire, Léon Damas, Sainville e Maugée fundaram, em 1934, a revista “*L’Etudiant Noir*”, onde pela primeira vez Césaire fez uso da palavra negritude com um sentido político. O “movimento da Negritude” seria um ato político pela afirmação e por reconhecimento, reunindo estudantes negros de origens diversas pelo fim de um sistema clânico que, segundo eles, estaria em vigor no *Quartier Latin*. Defendiam a união em prol do combate à discriminação e por uma maior reflexão sobre a condição do negro.

No ano de 1933, Senghor, ao lado de Birago Diop, já havia fundado a “*Association des Etudiants Ouest-Africains*”. Nos anos seguintes, estudantes e intelectuais negros oriundos de diversas colônias e ex-colônias francesas, da África e do Caribe, criaram revistas como “*La Legitime Défense*”, “*La Revue Du Monde Noir*” e “*Précense Africaine*” que, ao lado da “*L’Etudiant Noir*”, refletiam sobre as condições dos negros, buscando também uma revalorização cultural e política.

Identificado por alguns como um movimento excessivamente elitista e essencialista, continuou conquistando espaço e ampliando sua área de influência nas décadas seguintes. Nas páginas do Quilombo, por exemplo, há uma propaganda da revista *Présence Africaine*. Na primeira edição, uma pequena matéria sobre a revista valoriza a iniciativa dos intelectuais franceses, especialmente Alioune Diop, diretor do periódico. De acordo com a matéria, a revista significaria “*o primeiro passo numa distância nova, uma etapa histórica na influência do pensamento negro na evolução do mundo*”.²²²

No entanto, apesar disso e do termo negritude aparecer em alguns artigos do Quilombo, escritos por Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, não se pode dizer que havia uma significativa influência do movimento da negritude francês no Teatro Experimental do Negro. Embora reconhecendo o diálogo realizado por um longo período, o próprio Abdias Nascimento, anos depois, esclareceria:

²²² Quilombo. No 1, p. 3.

*“Nossas correspondências com Alioune Diop, desde os anos 30, ele que criou também um teatro negro em Paris e fundou a revista *Présence Africaine*, eram, antes de tudo, informativas. A influência dele não vinha transformar o que eu estivesse fazendo. Mas ele me considerava como um dos diretores importantes do teatro e estimava importante o nosso contato, e eu também, porque achávamos que era uma maneira de divulgar o fato de que o negro, apesar das diferenças de línguas, e das dificuldades que isso criava, sabia o que se passava no mundo”.*²²³

A negritude brasileira proposta por Guerreiro Ramos e presente no TEN estaria, para Bastide, muito distante de Garvey e de Césaire. A negritude de Ramos seria a libertação do negro brasileiro dos males decorrentes da ideologia do branqueamento. Aceita a miscigenação e reconhece que *“todo o brasileiro digno desse nome tem uma gota ao menos de sangue negro nas veias, que o Brasil deve ser considerado não como um país branco, mas como um país negro, e que disto deve ufanar-se...”*.²²⁴ Não seria, portanto, um retorno à África, e nem uma apologia da cultura africana (considerada inferior frente à cultura ocidental). Seria apenas a valorização da cor ou da raça. Uma resposta, segundo Bastide, para as ideologias racistas inventadas pelos brancos após a supressão do trabalho servil.

3.2 – A Grupoterapia

O Teatro Experimental do Negro, desde o início de sua atividade, em 1944, e como o próprio nome indica, possuía na dramatização uma de suas principais estratégias de atuação. Não foi, portanto, Guerreiro Ramos o responsável por isso, na medida em que, de acordo com Marcos Chor Maio, a aproximação de Guerreiro com o movimento negro ocorreu apenas no final da década de 1940, por volta do ano de 1949. Todavia, a partir

²²³ Entrevista concedida em 31/07/1998. Douxami, Christine. Teatro Negro: a realidade de um sonho sem sono. Afro-Ásia, número 25-26, UFBA, 2001. p.322.

²²⁴ Bastide, Roger. As Américas Negras. São Paulo: Difel, 1973. p. 203 e 204.

desse momento, cada vez mais os laços entre ele e Abdias Nascimento se estreitariam, o que desencadearia, na mesma proporção, a sua ativa participação no TEN. Se, por um lado, não foi Guerreiro o introdutor da estratégia dramática no movimento negro brasileiro, por outro, ninguém mais do que ele buscou teorizar e justificar cientificamente a utilidade da dramatização na superação dos problemas raciais brasileiros ou, em suas próprias palavras, da patologia social brasileira.

No TEN Guerreiro assumiu um papel de destaque (na edição número nove do Quilombo, em de maio de 1950, há a publicação de um memorial sobre o sociólogo, ocupando toda a página e com uma grande fotografia). Ainda em 1948, foi convidado pelo grupo a apresentar uma conferência sobre o problema dos contatos raciais no Brasil, em solenidade realizada no Ministério da Educação, em homenagem a George S. Schuyler (representante do Pittsburgh Courier, um dos mais importantes periódicos da imprensa negra norte-americana). O primeiro exemplar do Quilombo, publicado em dezembro de 1948, reproduz as principais conclusões apresentadas durante a conferência. Segundo o conferencista: I- O problema do negro não se apresenta de forma uniforme em todo o território nacional, assumindo em cada classe social, traços específicos; II- No caso brasileiro, a utilização de expressões como “preconceito de cor” e/ou “discriminação de cor” apresentam-se como mais adequadas do que preconceito e/ou discriminação racial; III- Não há linha de castas no Brasil, sendo assim, ao assumir os padrões econômicos e culturais da classe dominante, o negro é tratado de maneira frontal, embora algumas resistências ainda persistam; IV- O negro de classe inferior apresenta ressentimento contra o negro de elevada categoria social; V- O negro brasileiro adere à cultura da classe dominante; VI- O mestiço brasileiro se vê como branco e tende a camuflar os seus traços raciais; VII - Os resquícios da cultura negra estão passando para a categoria de curiosidades históricas e pitorescas; VIII - O mestiço brasileiro é ansioso e ambicioso, quer sempre ser mais e valer mais; IX – O padrão estético do brasileiro é o branco, inclusive para os próprios negros e mestiços, que preferem se casar com pessoas de pele mais clara.

Em maio de 1949, o segundo exemplar do jornal anuncia a realização da Conferência Nacional do Negro, organizada por Abdias Nascimento, Édison Carneiro, Guerreiro Ramos e instalada na A.B.I. Identificamos, portanto, que, já no início de 1949,

Ramos fazia parte da liderança e organização das ações realizadas pelo TEN. No mesmo número, o Quilombo ainda publica uma nota (com a foto de Guerreiro) ressaltando a participação do sociólogo, como representante do DASP (departamento no qual trabalhava), na I Conferência Nacional de Imigração e Colonização. A nota, além de exaltar os atributos profissionais e acadêmicos, ressalta também a sua condição de colaborador assumida na organização da Conferência e do Congresso do Negro Brasileiro.

O terceiro exemplar, além de publicar o temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro, definido na Conferência e sistematizado pelos organizadores citados acima, também anunciava a criação do Instituto Nacional do Negro (INN). O novo departamento do TEN, dirigido por Guerreiro Ramos, tinha como objetivo ser o departamento de pesquisas e estudos do TEN, reunindo estudiosos, pesquisadores e especialistas no tema das relações raciais, nos âmbitos lingüístico, cultural, antropológico, sociológico, histórico, folclórico etc. Foi justamente nesse espaço que Guerreiro desenvolveu seu projeto de sociodrama.

Os números quatro, cinco, seis, sete e oito do Quilombo vão reservar espaço substancial para a descrição da prática de grupoterapia (ou sociodrama, ou psicodrama) de Guerreiro Ramos. Em sua primeira referência a prática do sociodrama, Ramos reconhece o pioneirismo de Abdias Nascimento em utilizar o teatro para *“adestrar os homens de cor nos estilos de comportamento da classe média e superior”*. Segundo o autor, o TEN representa um “experimento psico-sociológico”. A técnica de grupoterapia, similar ao psicodrama e ao sociodrama desenvolvido pelo austríaco J. L. Moreno, busca antes eliminar os recalques e as tensões e não lutar agressivamente contra o preconceito de cor.

Na aula inaugural de fundação do Seminário de Grupoterapia, em janeiro de 1950, Guerreiro vai identificar em Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen os anunciadores da corrente de pensamento que, posteriormente, se configuraria na sociatria ou sociometria de J. L. Moreno. Enquanto Saint Simon pensava em uma “fisio-política”, ou seja, uma direção científica e planificada da sociedade, Fourier e Owen focalizaram os aspectos psicológicos da mudança social. Os dois últimos, especialmente, são considerados “faróis” iluminadores. Foram capazes de identificar que o caráter do

homem é “pré-fabricado”, não é inato e está preso a idéias, hábitos, crenças e tradições. Partindo desse princípio, *“através da manipulação das circunstâncias é possível governar e dirigir a conduta humana”*. Todavia, se, por um lado, foram capazes de formular diagnósticos corretos, por outro não encontraram a terapêutica acertada. Guerreiro vai identificar na psicanálise o início da fase científica da psiquiatria. Contudo, enquanto a psicanálise se limita ao campo das idéias e das palavras, a grupoterapia proporcionaria uma vivência concreta sem as perigosas (con)fusões entre o biológico e o social.

A prática tem como intuito ajustar os homens aos padrões “normais” da sociedade. Ser “normal” representa agir e pensar como os outros membros do grupo. Nesse sentido, toda “normalidade” carece, em certo grau, de originalidade. A grupoterapia buscaria o equilíbrio, a integração dos padrões “normais” da sociedade com a espontaneidade individual, intencionando também eliminar os pré-conceitos que impedem a harmonia social.

Considerando o palco a miniatura da sociedade, o psicodrama seria um processo terapêutico no qual o indivíduo apreende um novo papel social, uma nova conduta, eliminando seus recalques através da representação de situações reais. Shakespeare, sobretudo em Hamlet, é identificado como um autêntico representante do psicodrama. Ao induzir seus personagens ao confronto com seus próprios pensamentos, o dramaturgo não apenas revoluciona o teatro como também comprova a eficácia da técnica psicodramática. Ao pensar na estratégia de obrigar seu tio (suposto assassino) a assistir à representação da morte de seu pai, Hamlet acaba por desvelar a culpa dos assassinos. A diferença entre o drama clássico, encenado nos palcos, e o psicodrama é exatamente a espontaneidade. Como uma prática terapêutica não é pré-determinado, não há um roteiro a ser seguido.

A estratégia da teatralização no TEN tinha, portanto, duas vias. Uma explicitamente terapêutica dirigida por Guerreiro Ramos e a sua prática de psicodrama. Outra buscava a via mais clássica, com a encenação de peças de temática negra e com atores negros. Grande parte das atividades do TEN, assim como grande parte do Quilombo, estava destinada às atividades culturais relacionadas à dramatização. Muitas foram as peças

encenadas, parte delas teve fragmentos transcritos no jornal, assim como muitos artistas foram homenageados e retratados.²²⁵

As peças, como indicado em nota, tinham autores nacionais e estrangeiros. Todavia, a temática estava sempre relacionada ao negro, às relações raciais e/ou ao preconceito. Nas palavras de Abdias Nascimento:

“Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros. (...)

O que então se valorizava e divulgava em termos de cultura afro-brasileira, batizado de reminiscências, eram o mero folclore e rituais de candomblé, servidos como elemento exótico (...)

*(as peças) traziam a oportunidade de reflexão e debate em torno de temas fundamentais aos propósitos do TEN”.*²²⁶

Os principais atores do TEN eram Aguinaldo Camargo, Ilena Teixeira, Ruth de Souza, Marina Gonçalves, José de Medeiros, Antônio Barbosa, Natalino Dionísio, José da Silva, Sady Cabral, José Monteiro, Haroldo Costa, Roney da Silva, Ana Maria, Mercedes Batista, Luís Soares e Claudiano Filho, além, é claro, do próprio Abdias Nascimento.

A primeira peça encenada – *O Imperador Jones* – tratava da experiência de um ex-escravo no mundo “branco” racista da sociedade norte-americana. *O Filho Pródigo*, de Lúcio Cardoso, foi o primeiro texto brasileiro escrito especialmente para o grupo. Em

²²⁵ De acordo com informações obtidas no Quilombo, as peças encenadas até 1950 foram: 1- “Imperador Jones”, de Eugene Ó Neill, em 1945, no Municipal (segundo artigo do jornal, a estréia do TEN teve público reduzido); 2- “Todos os filhos de Deus tem asas”, também de Ó Neill, em 1946 no teatro Fênix; 3- “O moleque sonhador”, Ó Neill, ainda em 1946, no teatro Regina; 4- “O filho pródigo”, de Lúcio Cardoso, em 1947; 5- “Aruanda”, de Joaquim Ribeiro; 6- “Amores de Don Perlimplin com Belisa em seu jardim”, de Garcia Lorca (as duas últimas encenadas em 1948 no teatro Ginástico); 7- “O caminho da Cruz”, de Henri Gheón, durante a semana santa de 1948; 8- Em 1949, “Mulato”, de Hangston Hughes; 9- “Filhos de Santo”, de José de Moraes Pinho (1949); 10- “A família e a festa na Raça”, no teatro Ginástico, por ocasião do centenário da morte de Martins Pena, em um evento que reuniu importantes nomes do teatro carioca e, por fim; 11- “Calígula, em 1950, contando, inclusive, com a presença do autor – Albert Camus- nos ensaios.

²²⁶ Nascimento, Abdias. *Teatro Experimental do Negro. Trajetória e Reflexões*. Revista Estudos Avançados, 2004. USP

Aruanda, de Joaquim Ribeiro, também escrito especialmente para o TEN, trabalhava-se elementos folclóricos da Bahia e a religiosidade afro-brasileira. Praticamente não havia texto, sendo a encenação marcada, basicamente, por música, dança e canto.²²⁷ *Filhos de Santo*, de José de Moraes, além de tratar da paixão de um branco por uma operária negra, também explorava o candomblé de Xangô. A peça *Além do Rio*, escrita em 1957 por Agostinho Olavo, contava a história de uma rainha africana trazida para o Brasil como escrava e que se tornou amante de seu senhor. Assim como em outros espetáculos, havia a presença de cantos e danças folclóricas, como, por exemplo, o maracatu e também o candomblé.

Nascimento também foi dramaturgo. Em 1951, escreveu *Sortilégio*, mas, segundo ele, a encenação foi censurada, acusada de imoralidade. Apenas em 1957 o texto é encenado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e de São Paulo. Versava sobre o choque entre a cultura e a identidade de origem africana com uma sociedade predominantemente eurocentrista. Também vai apresentar danças de orixás e cantigas de filhas-de-santo.

Interessante salientar que, de acordo com Abdias Nascimento, Rosário Fusco, um escritor, em suas próprias palavras, afro-brasileiro, escreveu para o TEN – em 1946- uma paródia crítica da “*perversa ideologia da democracia racial brasileira*”. O texto – *Auto da Noiva, farsa em um ato* - embora tenha sido lido e ensaiado várias vezes no TEN, nunca chegou a ser encenado no Brasil. Apenas em 1974, em uma cidade da Indiana, nos EUA, a peça foi apresentada pelos alunos do Departamento de Línguas e Letras Românticas.²²⁸

O jornal, como também já foi citado, transcrevia parte de textos. “Os Negros”, de Lima Barreto, “Zé Capetinha”, de Abdias Nascimento e “Orpheu Negro”, de Sarte, foram parcialmente transcritos nas páginas do Quilombo.

Além do teatro, o Quilombo buscava sempre prestigiar os negros que se destacavam no cinema nacional e internacional. Ruth de Souza e Grande Otelo foram elogiados por suas participações nas produções de sucesso da Atlântida. Heloísa de Oliveira, também artista do TEN, obteve destaque na edição de número três, por sua participação em uma

²²⁷ Segundo Abdias Nascimento, os artistas de *Aruanda* organizaram outro grupo para atuar especificamente nesse campo. O “*Brasiliana*”, segundo ele, teria se apresentado na Europa por cerca de dez anos. Ver: Nascimento, Abdias. *Teatro Experimental do Negro. Trajetória e Reflexões*. Revista Estudos Avançados, 2004. USP

²²⁸ Idem.

produção cinematográfica francesa filmada no Rio de Janeiro. Ezeza Macumbi, uma artista de Uganda, por sua brilhante atuação em uma produção inglesa. Além dessas matérias individuais, os exemplares sete e oito reproduzem uma extensa matéria homenageando os artistas negros no cinema nacional e internacional.

4 - Outras estratégias culturais e a valorização da auto-estima.

A estratégia cultural não se restringia à dramatização. Na verdade, um dos principais objetivos do TEN era consolidar uma *intelligentsia* negra, capaz de servir de exemplo e estímulo, mas, sobretudo, de conduzir a “massa negra” no processo de reeducação e elevação moral e material. Para isso, não se cansavam de valorizar àqueles que se destacavam na área acadêmico-cultural. Guerreiro Ramos, como já demonstrado, possuía papel de relevo. Em quase todas as edições sua capacidade intelectual, suas produções e suas atividades profissionais eram valorizadas. Ao lado dele, e do próprio Abdias Nascimento, na organização e planejamento dos principais eventos e estratégias do TEN estava Édison Carneiro.

A trajetória de Carneiro pode ser em vários momentos comparada com a de Guerreiro Ramos. Baiano, nascido em 1915, filho de Joaquim de Souza Carneiro - professor e também estudioso das culturas africanas no Brasil - graduou-se na Faculdade de Direito da Bahia em 1935. Fez parte da “Academia dos Rebeldes”, grupo de jovens baianos (Jorge Amado, Aydano do Couto Ferraz, Pinheiro Viegas, João Cordeiro, Clóvis Amorim etc.) que, ao lado da revista “*Arco e Flexa*”, dinamizou o debate intelectual baiano. Publicaram a revista “*O Momento*” e, influenciados pelas idéias modernistas, discutiam alternativas ao modelo sócio-cultural demasiadamente marcado pelos padrões europeus.

Como o seu conterrâneo, escreveu artigos para jornais e revistas do estado. No jornal O Estado da Bahia, entre 1936 e 1939, publicou os primeiros artigos sobre capoeira, samba e candomblé, temas mais freqüentes nas páginas policiais.²²⁹ Publicou

²²⁹ Édison Carneiro foi redator também do Bahia Jornal (1937), O Jornal (1939, RJ), British News Service (1941), Associated Press (1941-1949), Última Hora (1953) e do Jornal do Brasil (1956-1958).

livros, participou da organização do 2º Congresso Afro-Brasileiro e é identificado, nas páginas do próprio Quilombo, como “*o vulto mais destacado e autorizado do que se pode chamar de Escola Baiana*”, que teve em Nina Rodrigues e Arthur Ramos os principais nomes.²³⁰ Apesar de sua formação, o foco de sua vida profissional foi a cultura negra, sendo condecorado, em 1969, com o prêmio Machado de Assis pela Academia Brasileira de Letras.

Ainda em Salvador, nos anos 1930, recebe e dialoga com pesquisadores internacionais, como Donald Pierson e Ruth Landes. Em 1939, assim como vários outros intelectuais baianos, migra para o Rio de Janeiro. Sua aproximação com a temática folclórica sempre foi permanente e crescente. Em 1947, participa da criação da Comissão Nacional do Folclore. Após 11 anos, foi diretor da Campanha Nacional de Defesa do Folclore, ligada ao Ministério da Educação e Cultura, que viabilizaria a organização do Museu do Folclore.

Nos anos 1960, chefiou a delegação brasileira que representou o Brasil no Festival de Artes Negras de Dacar, no Senegal. Ao mesmo tempo em que convivia com intelectuais (participou da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, ao lado de Roquette Pinto, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro, Roger Bastide, entre outros), relacionava-se com capoeiristas, sambistas e líderes de candomblé. Foi, inclusive, homenageado como presidente de honra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro e do grupo Afoxé Filhos de Gandhi.²³¹

Segundo Abdias Nascimento, o TEN pretendia se apresentar no respectivo festival de Dacar com a peça *Além do Rio*. Para ele, o grupo representava a única voz a defender a postura política da *negritude* no país, mote principal da organização do evento. O Festival das Artes Negras era patrocinado pela UNESCO e a participação das delegações era intermediada por canais oficiais do governo. Em sua opinião, o governo brasileiro desmereceu o trabalho do TEN, excluindo o grupo da delegação patrocinada que iria ao Senegal. Abdias Nascimento, em nome do TEN, escreve uma carta de protesto enviada à

²³⁰ Entre os livros publicados por Édison Carneiro temos: *Religiões Negras* (1936); *Negros Bantus* (1937); *Castro Alves* (1937); *Trajetória de Castro Alves* (1947); *O Quilombo dos Palmares* (1947); *Candomblés da Bahia* (1948), entre outros.

²³¹ Informações obtidas em Doce Rebelde. Correio da Bahia, 12/09/2004.

UNESCO, ao governo do Senegal e à organização do evento. A carta foi publicada nas revistas *Presença Africana* (Paris/Dacar) e *Tempo Brasileiro*.²³²

A não participação do TEN no Festival de Artes Negras de Dacar, sendo Édison Carneiro um dos representantes da delegação brasileira, a princípio causa certo estranhamento. No entanto, como veremos adiante, desde a realização do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950, já se pode notar um distanciamento ideológico entre Abdias Nascimento e Édison Carneiro. Os elementos responsáveis por esse distanciamento, assim como seus respectivos significados, serão analisados num outro momento. No entanto, cabe adiantar que Édison Carneiro estava ciente e atento para essa tensão entre o nacional e o racial, característica do período e, especialmente, do movimento negro brasileiro.

A dedicação de Carneiro ao estudo do folclore tinha como objetivo maior a compreensão e valorização da cultura popular brasileira. Em artigo publicado em 1953, o autor anunciava ser “*necessário encarar o negro como um brasileiro de pele preta*”.²³³ Denunciava o equívoco em estudar as reminiscências africanas com saudosismo, capaz de transformar o negro num estrangeiro dentro do seu próprio país. A busca por uma “personalidade cultural do negro” seria uma americanização forçada do problema.²³⁴ Enfim, nos deparamos novamente com o dilema: brasileiros negros ou negros brasileiros? Com o desafio em acomodar o fortalecimento de uma identidade racial e a luta contra o racismo em tempo de consolidação da ideologia nacionalista da democracia racial. Entre o nacionalismo e a negritude, quais seriam os limites e as fronteiras adequadas e adotadas?

Waldir Freitas de Oliveira, amigo de Carneiro e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Bahia durante a década de 1960, participou ao seu lado - em 1965 - da comissão encarregada de organizar a participação brasileira no Festival de Artes Negras

²³² Ver: Nascimento, Abdias. Teatro Experimental do Negro. Trajetória e Reflexões. Revista Estudos Avançados, 2004.

²³³ Carneiro, Édson. Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

²³⁴ Ver: Abreu, Martha e Santos, Edmilson Pereira. Eduardo das Neves e Edson Carneiro (verbetes Encyclopedia of African-American Culture and History: The Black Experience). In: Colin Palmer. (Org.). Encyclopedia of African-American Culture and History: The Black Experience in Americas. Farmington Hills, MI: Senior Project Editors, Macmillan Reference USA, 2005.

de Dacar. De acordo com Oliveira, ambos lutaram contra a “*negritude atávica*” do embaixador do Senegal no Brasil, que pretendia impedir a participação de brancos na delegação brasileira. Em suas próprias palavras:

*“Não admitíamos se pudesse aceitar o Brasil como um país negro. Nem a existência de culturas distintas, uma negra e outra branca, convivendo, independentes, em terras brasileiras. Saímos vencedores do combate e nos congratulamos”.*²³⁵

Com a morte de Arthur Ramos, Carneiro candidata-se à cadeira de Antropologia da FNF. O seu “notório saber”, reconhecido pela banca, tornou possível a sua participação no concurso, na medida em que essa não era a sua área de formação acadêmica. Em 1959 foi professor da disciplina Bibliografia do Folclore no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Foi também professor visitante em várias universidades brasileiras.

Na opinião de Waldir Freitas Oliveira, a sua produção intelectual é coerente. Sempre focado no brasileiro negro, preocupou-se com a ancestralidade (reminiscências religiosas) e com a luta contra a escravidão (Castro Alves e Quilombo dos Palmares). A preocupação maior de Édison Carneiro era pesquisar as manifestações folclóricas através de um trabalho de campo, por meio do contato direto com o povo brasileiro. Desta forma buscava registrar os autênticos elementos culturais da nação.

Nas páginas do Quilombo escreveu quatro artigos: “A pernada carioca”, “A teogonia negra”, “Como se desenrola uma festa de candomblé” e “Liberdade de culto”, além de uma breve biografia sua nas edições sete e oito. A ação de Carneiro no TEN voltará a ser recuperada em outros momentos.

Outro nome freqüente e com participação ativa no jornal foi Ironides Rodrigues. Identificado nas páginas do Quilombo ora como estudante, ora como professor, em quatro das sete edições foi responsável pela coluna “Livros”. Escreveu uma biografia sobre o palhaço Benjamim de Oliveira, analisou a pesquisa de Paul Morand sobre as

²³⁵ Oliveira, Waldir Freitas. Édison Carneiro. Afro-Ásia, nº13, UFBA.

superstições negras, anunciou o projeto de escrever uma biografia sobre Cruz e Souza e discorreu sobre a trajetória de Josephine Backer, importante bailarina negra norte-americana radicada na França.

No período inicial, antes do início da publicação do Quilombo, chefiou cursos de alfabetização mantidos pelo TEN, realizado em salas cedidas pela UNE. De acordo com o jornal, cerca de seiscentos alunos freqüentaram o curso, interrompido por falta de local para funcionar, quando a UNE necessitou das salas. Se João Conceição (jornalista) parece ter sido o responsável pela tradução de artigos de jornais nortes americanos - como, por exemplo, o texto escrito por George S. Schuyler, no “Pittsburgh Courier”, sobre as atividades desenvolvidas pelo TEN e um artigo publicado no “Negro Year Book”, denunciando as atividades da Ku-Klux-Klan - Ironides Rodrigues parece ter sido o responsável pela tradução dos textos em francês reproduzidos no jornal – como, por exemplo, o fragmento de Orpheu Negro, de Sartre, o artigo sobre Blaise Cendrars, escrito por Nestor Ortiz Oderigo e de extensa matéria sobre o cinema e artistas negros, redigida por Bataille e publicada no “Presence Africaine”.

Na seção “Livros”, além de Ironides Ribeiro, Francisco Assis Barbosa discorreu sobre Lima Barreto e Péricles Leal sobre a literatura negra norte-americana e sobre o texto da peça “Filhos de Santo”, encenada pelo grupo. A propósito, Péricles Leal foi outro grande colaborador e participante do TEN e, especificamente, do Quilombo. Fundador do Teatro Independente, em 1950, escreveu uma série, composta por quatro artigos, analisando a atuação do grupo teatral do TEN.

Péricles Leal criticava uma suposta limitação da dramaturgia brasileira, restrita sempre às mesmas peças e autores, e a ausência de atores e temas negros. Reconhecendo que esse fato não era característico do Brasil, ou seja, também se configurava como um problema recorrente nos outros países, exaltava a criação do TEN como um divisor de águas. Para Leal, o grupo revolucionava a dramaturgia brasileira. Por um lado, encenando textos inéditos, valorizando a produção nacional, focando em temas verdadeiramente dramáticos e incluindo atores negros. Por outro (corroborando o próprio discurso da liderança do TEN), contribuindo na luta pela ascensão econômica e social do negro brasileiro e contra o preconceito de cor.

No que se refere especificamente à atuação dramática, Leal teve algumas críticas, como por exemplo, à qualidade do texto de “Aruanda”. Se o texto, escrito por Joaquim Ribeiro, é classificado como “descuidado e mal feito”, a direção e as soluções cênicas, colocadas em prática por Abdias Nascimento, são intensamente - não apenas em “Aruanda” - elogiadas.²³⁶ A interpretação de atores, como Aguinaldo Camargo (protagonista da peça de estréia – “O Imperador Jones”-), e os cenários de Santa Rosa também são elogiados. Pode-se mencionar também a apreciação de Leal em relação aos textos de Eugene Ó Neill, encenados algumas vezes pelo TEN, em decorrência da sua qualidade e valor dramático ao retratar conflitos raciais norte-americanos.

Contudo, no que se remete à luta dos negros, a estratégia e atuação do TEN é alvo de inmensuráveis elogios. Segundo Péricles Leal, no caso brasileiro a melhor forma de luta é a indireta, aos moldes da realizada pelo grupo. Em suas próprias palavras:

“Essa luta direta, de que fala Abdias Nascimento, sempre foi o passo mais errado e mais repetido de todos os grupos humanos que aspiram corrigir erros e solucionar problemas; no caso presente, a luta direta foi – como ficou dito – e será sempre infrutífera. O problema do negro, no Brasil, é um dos mais complexos que já se teve notícia. Simplesmente porque, de saída, nos encontramos diante de um paradoxo: existe e não existe o problema de gente de cor entre nós! Existe porque ele tem mostrado sua cara obscena em diversos lugares (...) E não existe porque não há lei nenhuma que o discrimine (...) Vê-se, pois, que a luta direta seria pouco recomendável,

²³⁶ Joaquim Ribeiro era filho de João Ribeiro. Este, nascido em 1860, em Sergipe, foi membro do IHGB. Publicou vários livros e, além de folclorista, realizou um trabalho de referência para a nacionalização dos currículos, desenvolvendo manuais de História e de Língua Portuguesa. Afastando-se da denominada “história política tradicional”, esforçou-se em compreender a formação do povo brasileiro e as características da nossa coletividade. Na língua portuguesa, buscou desenvolver a gramática como um instrumento lingüístico de afirmação da nossa identidade.

Joaquim Ribeiro nasceu em 1907, na cidade do Rio de Janeiro. Também folclorista, publicou vários livros (*Tradições e Lendas* – 1929; *Introdução ao Estudo do Folclore Brasileiro* - 1929; *Folclore Brasileiro* -1944; *Folclore dos Bandeirantes* -1946, entre outros) foi membro da Academia Brasileira de Filologia e do IHGB Fluminense. Recebeu, além de outros prêmios, a Menção Honrosa da Academia Brasileira de Letras. Em suas páginas, Quilombo informa que Joaquim Ribeiro seria o diretor do Museu do Negro, em processo de organização pelo Instituto Nacional do Negro, órgão ligado ao TEN e dirigido por Guerreiro Ramos. Também foi parceiro de Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Estanislau Fischlowitz no livro *“Relações de Raça do Brasil”*, publicado em 1950. Ver: Rocha Jr, Roosevelt Araújo. *João Ribeiro. Entre História, Gramática e Filologia*. Revista de Filologia; Dicionário dos Folcloristas Brasileiros e Gomes, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

*mesmo condenável, uma vez que os ataques poderiam ser usados contra o atacante...”*²³⁷

O autor e produtor Péricles Leal, na passagem acima, também reflete sobre a tensão entre raça e nação vivida pelo movimento negro da época, identificando claramente a complexidade das relações raciais brasileiras.²³⁸ Seguindo a mesma linha de Abdias Nascimento, Leal reconhece que o Teatro Experimental do Negro não é apenas uma entidade com objetivos artísticos (embora, em sua opinião, nesse campo também tenha sido de extrema relevância). A questão primordial é a organização e elevação individual e sócio-cultural da “gente de cor”. Agora, nas palavras do próprio Abdias: “(...) não é nem uma sociedade política nem simplesmente uma associação artística, mas um experimento psico-sociológico, tendo em vista adestrar a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior brasileira”.²³⁹

Identificamos, neste momento, um elo com o puritanismo da FNB. O Teatro Experimental do Negro também assumiu uma estratégia semelhante à adotada pela entidade dos anos 1930, defendendo o adestramento comportamental dos negros aos moldes das “classes médias e superiores”. Paralelamente, podemos perceber nesta última citação um perfeito entrosamento entre Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Péricles Leal, no que se refere às estratégias e objetivos do Teatro Experimental do Negro. O problema no Brasil é mais complexo. Não temos leis racistas, mas ainda há espaços não alcançados e/ou “reservados” para a população de cor. A melhor estratégia de luta é, primeiramente, o foco no próprio negro, com a educação, adaptação e elevação sócio-cultural e moral. O teatro se apresenta como a via mais eficiente para a superação dos recalques e o “adestramento” do grupo nos padrões esperados. A busca pelo respeito às leis brasileiras, que garantem igualdade, assim como o amparo aos que ainda necessitam,

²³⁷ Quilombo. Número 7/8. p.11.

²³⁸ Nascido na Paraíba e filho do jurista Simião Leal, trabalhou com teatro, rádio e televisão. Ganhou uma bolsa de Assis Chateaubriand para estudar TV nos EUA. Escreveu e produziu peças, novelas e programas para a rádio e para a televisão.

²³⁹ Quilombo. Número 7/8. p.11.

devem ocorrer simultaneamente. Com essas ações sendo colocadas em prática e com a sua conseqüente expansão, o Brasil poderá confirmar a igualdade garantida pela lei.

Identificamos, ao longo da análise do jornal, a enorme preocupação em exaltar negros de destaque, no âmbito nacional e internacional, seguindo a estratégia de valorização da auto-estima. Além do teatro, cinema e literatura, citados acima, três edições abriram espaço para a música, destacando: a Orquestra Afro Brasileira, fundada em 1942 e dirigida por Abigail Moura; o talento de Marian Anderson, cantora norte americana; e o pioneirismo do padre José Maurício (mulato, nascido em 1767) na construção da música nacional como instrumentista de cravo e viola. Dois exemplares destacaram ainda a figura de Luiz Gama (líder abolicionista) e Antônio Maceo (líder negro da independência cubana) como “Negros da História”.

Assim como nos anos 1930, as personalidades exaltadas assumem um caráter mais erudito, afastando-se do popular e de características relacionadas a uma suposta herança africana. A semelhança pode ser corroborada com os nomes homenageados através da láureas instituídas pelo Teatro Experimental do Negro.

Para a comemoração do quinto aniversário da entidade, em outubro de 1949, o TEN anunciou, em julho do mesmo ano, a iniciativa de *“instituir quatro láureas anuais para premiar pessoas – de qualquer raça ou cor – que por suas atividades cívicas, culturais, religiosas ou humanas, tenham contribuído para a valorização do homem negro e para a harmonia entre as raças”*.²⁴⁰ A escolha ficaria a critério da direção da entidade. As quatro medalhas (ouro, prata, bronze e ferro), de autoria do escultor Bruno Giorgi, fariam referências e homenageariam quatro brasileiros que obtiveram destaque na luta pela emancipação plena do negro no país, denominados no periódico como “nossos grandes negros”. A medalha de ouro – Láurea Luiz Gama – destinava-se àquele (brasileiro ou estrangeiro) que tivesse se destacado no cenário internacional; a medalha de prata – Láurea Zumbi dos Palmares – era conferida ao brasileiro que mais tivesse realizado em prol do negro no âmbito nacional; a medalha de bronze – Láurea Cruz e Souza - era oferecida ao escritor brasileiro que mais tivesse se esforçado em dignificar o negro; e, finalmente, a medalha de ferro – Láurea Dragão do Mar –, destinado àquele (brasileiro ou

²⁴⁰ Quilombo. Número 4, pg.7.

estrangeiro) que tivesse prestado importante serviço ao desenvolvimento do teatro negro no Brasil.²⁴¹

No entanto, a quinta edição, publicada em janeiro de 1950, ao noticiar a cerimônia de premiação, faz referência a cinco e não quatro Láureas. As Láureas e seus respectivos premiados foram: Luiz Gama – Dr. Ralph Bunch (funcionário da ONU); Zumbi dos Palmares – Senador Hamilton Nogueira; Cruz e Souza – Arthur Ramos; Dragão do Mar – Ruth de Souza; e a quinta, Láurea Mãe Preta, destinada à mulher negra que mais destaque obteve, foi conferida a Mary Mac Leod Bethune, educadora e presidente do Conselho Nacional das Mulheres Negras dos EUA. A nota ainda informa que os prêmios serão entregues em cerimônia pública, por ocasião do I Congresso do Negro Brasileiro.

Vale ressaltar outra importante estratégia utilizada pelo Teatro Experimental do Negro para a valorização da auto-estima: os concursos de beleza. Em seu livro, Guerreiro Ramos vai afirmar: *“... na liquidação dessa forma larvar de preconceito, é legítimo utilizar o clássico procedimento da ironia. Foi o caminho que seguiram, entre nós, alguns intelectuais negros e mulatos. (referência ao TEN) É deles a iniciativa de eleger ‘misses’, rainhas de beleza de cabelo duro. (...) Os preconceituosos viram nisso ódio. Não era. Era apenas sorriso inteligente, processo branco, cordial de ‘desencantamento’ da brancura e de reeducação dos nossos brancos”*²⁴²

O segundo exemplar do Quilombo, publicado em maio de 1949, divulgou uma foto do primeiro concurso, realizado em 13 de maio de 1947. A candidata vitoriosa em 1948 teve a sua foto divulgada na quinta edição, que circulou em janeiro de 1950. Embora as edições de números três (junho de 1949) e quatro (julho de 1949) tenham feito referência ao concurso, incentivando inscrições, neste ano a disputa não se realiza (de acordo com o jornal, por “motivo de força maior”).

Embora as fotos e as citações relacionem-se com maior frequência à disputa da “Boneca de Piche”, o concurso, na realidade, subdividia-se em dois pleitos

²⁴¹ “Dragão do Mar” é uma referência a Francisco José do Nascimento, jangadeiro do Ceará, identificado pelo escritor Edmar Morel, como “figura marcante do movimento abolicionista no Ceará, que culminou com a libertação total dos cativos em 25 de março de 1884, quatro anos antes da chamada ‘Lei Áurea’”. In: Quilombo. Número 4, p. 5. A propósito, na quarta edição do jornal, há uma entrevista com Edmar Morel, biógrafo do “Dragão do Mar”, na qual o autor relata brevemente a trajetória do, por ele denominado, “herói da ralé”.

²⁴² Ramos, Guerreiro. Op. Cit. Pg. 182.

independentes: a eleição da “Boneca de Piche” e da “Rainha das Mulatas”. Interessante notar a determinação do TEN em distinguir as negras das mulatas. Inclusive, o termo “mulata” aparece com muita frequência, não havendo uma junção automática dos afro-descendentes em uma mesmo adjetivo. Talvez Guerreiro Ramos possa, mais uma vez, nos auxiliar a compreender:

*“Há, decerto, nos refulhos dessa ideologia, verdadeiramente nacional, um preconceito em forma velada. Para liquidá-lo, evidentemente, não se deverão inverter os termos da ideologia, proclamando-se, por exemplo, que fosse desejável a ‘negritização’ da população nacional. Seria esta atitude uma espécie de racismo contra racismo.”*²⁴³

Para Ramos, o Brasil deveria ser reconhecido como um país negro. No entanto, isso não significaria a “*negritização*” da população. A estratégia defendida pelo autor representa o reconhecimento do elemento negro na formação do povo brasileiro. Nacionalista, pensando o Brasil como uma unidade, assumir a negritude seria uma reação àqueles que repudiam um dos principais elementos formadores do corpo nacional. Enfim, essa passagem mais uma vez aproxima o TEN da postura orgânica adotada pela FNB. O Brasil deve se reconhecer como negro, mas não só como negro.

Reconhecendo a tradição mestiça da sociedade brasileira, o TEN legitima a figura e a singularidade da mulata. Por um lado, ao realizar essa disputa, reconhece que as mestiças também sofrem restrições decorrentes da estética não-branca, por outro, identifica a especificidade de negras e mulatas de forma diferenciada.

A disputa de 1950 contou com o patrocínio de Jael de Oliveira Lima, candidato a Deputado pelo Distrito Federal e proprietário de importante empresa de engenharia. O político e empresário oferecia Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), pagos em dinheiro, a jovem negra eleita “Boneca de Piche de 1950”. Segundo matéria publicada na sexta edição, na qual o prêmio era divulgado, o concurso visava “*adestrar a mulher de cor para a vida social das classes mais elevadas da nossa sociedade, procurando ainda*

²⁴³ Ramos, Guerreiro. Op. Cit. Pg.182

*despertar entre elas o gosto pela eugenia, bem como premiar seus dotes de graça, elegância, educação e cultura”.*²⁴⁴

Novamente notamos a reiteração do adestramento comportamental nos padrões das classes mais elevadas. Ao mesmo tempo, há o incentivo a eugenia, ao aprimoramento racial, também estimulado pela Frente Negra Brasileira.

A capa da nona edição traz a foto de Catty Silva, eleita “Boneca de Piche” de 1950. A edição traz reportagem de duas páginas com fotos e relato detalhado da cerimônia. Realizado nos salões da Casa do Contabilista, contou com a presença de Guerreiro Ramos, Édison Carneiro, Solano Trindade, Abigail Moura, Mercedes Batista, Ruth de Souza, Marina Gonçalves, Guiomar Ferreira de Matos, João Conceição, Jael de Oliveira, Grande Otelo, entre outras figuras ilustres. O evento também contou com a presença do embaixador e do cônsul do Haiti, Pierre Rigaud e Sampaio, respectivamente, que, acompanhados se suas esposas receberam singela homenagem.

A valorização da estética negra, sobretudo feminina, também pode ser percebida nas fotos de capa do jornal. Os dois primeiros exemplares não trazem uma fotografia que ocupe toda a página, reproduzindo de imediato os artigos, com destaque para uma entrevista com Nelson Rodrigues e uma homenagem a Luiz Gama. A partir do terceiro, todos trazem, sem a associação com nenhum artigo, uma fotografia feminina de destaque. A série começa com Eseza Makumbi, atriz de Uganda já citada anteriormente. A exaltação da beleza feminina negra segue com Ruth de Souza, a “mulata” Phillipa Schuyler (pianista norte americana e filha de George S. Schuyler - correspondente do Pittsburgh Courier - e de Josephine Schuyler, escritora e pintora branca), a bailarina norte americana radicada na França Josephine Backer, Mercedes Batista (atriz do TEN, primeira bailarina “de cor” a ingressar no Corpo de Baile do Municipal e eleita “Rainha das Mulatas” em 1948), a “Boneca de Piche” 1950, Catty Silva e por último, quem acredito ser Katherine Dunham (antropóloga e bailarina norte-americana).

O movimento negro da década de 1950, assim como a Frente Negra Brasileira, criticava a valorização dos padrões estéticos caucasianos e buscava desenvolver a auto-estima na população afro-descendente. Especificamente para o TEN, essa “patologia

²⁴⁴ Quilombo. Número 6, pg. 12.

social” (a valorização da brancura) deve ser eliminada no próprio meio negro, também vítima desse mal. Assim como alertou J. Barbosa, na nona edição, torna-se imperativo não apenas valorizar a estética negra, mas, sobretudo, demonstrar que os exemplos concretos dessa beleza, revelados através dos concursos, por exemplo, não se tratam de exceções, ou seja, de indivíduos privilegiados. É preciso eliminar situações como: - “Que belo negro!” De acordo com o autor, o elogio a um homem branco nunca vem ao lado de sua condição racial. Por que isso acontece com o negro? Segundo Barbosa, essas cenas comprovam que a sociedade tende a ver a beleza negra como algo raro e não natural. E é isso que deveria ser eliminado.

5 – Anti-Racismo e Política

Ao lado da valorização da auto-estima e da “*descomplexificação*” da população negra e mestiça, objetivos buscados, principalmente, por meio das ações anteriormente citadas (exaltação de personalidades afro-descendentes, terapêutica da grupoterapia ou psicodrama, encenação de textos com temas dramáticos focados nas relações raciais, concursos de beleza...), o TEN visava realizar também uma estratégia de intervenção mais direta e objetiva através da política. Uma das principais justificativas da valorização de uma *intelligentsia* negra, ou seja, de uma elite capaz de conduzir a “massa negra”, era exatamente a sua tarefa em planejar e liderar ações dentro do próprio TEN, mas, sobretudo, nas instituições públicas capazes de direcionar uma mudança mais significativa do seio de toda a sociedade brasileira.

Desde o primeiro exemplar o Quilombo já demonstrava o contato que os dirigentes do Teatro Experimental do Negro mantinham com alguns políticos do Distrito Federal. A sobrevivência do TEN, assim como de suas atividades (a montagem das peças e a publicação do jornal, por exemplo) dependiam, obviamente, de recursos materiais. Assim como a maioria das organizações sociais não-governamentais da primeira metade

do século XX, a arrecadação de recursos e a manutenção das atividades eram uns dos maiores obstáculos.²⁴⁵ De acordo com matéria publicada:

*“A existência material do Teatro Experimental do Negro é um verdadeiro milagre (...). Os motivos dessa situação estão aí bem vivos e nítidos: o TEN não tem empresários, não conta com auxílios de qualquer espécie, e desde a sua fundação tem se recusado sistematicamente quebrar a linha que se impôs de não apresentar ‘chanchadas’ de fácil vitória de bilheteria”.*²⁴⁶

Em decorrência dessa situação, o vereador Tito Lívio apresentou, em 1947, um requerimento à Câmara tentando obter da prefeitura financiamento para as atividades do TEN. Embora aprovado na Assembléia, foi vetado pelo Prefeito. Todavia, no ano seguinte o mesmo vereador insiste e apresenta um projeto de lei, desta vez sancionado pelo prefeito, segundo o qual a prefeitura subvencionava o TEN com uma verba de Cr\$50.000,00, com o grupo oferecendo em contrapartida uma temporada com preços populares. Embora o projeto tenha sido aprovado, a entidade não recebeu a verba, gerando a apresentação de uma nova emenda, agora na Câmara Federal, do deputado Café Filho, solicitando aprovação de reserva de Cr\$30.000,00 no orçamento do ano de 1949, para ser destinado ao TEN. Não há informações no periódico sobre o recebimento ou não da verba proposta por Café Filho, mas podemos identificar porta-vozes do grupo tanto no legislativo municipal como federal.

No que se refere ao legislativo, mais do que solicitações de auxílio financeiro, o tema que mais esteve em pauta foi mesmo a questão da denúncia e combate ao racismo. Um dos casos debatidos nas Câmaras municipal e federal, e que ganhou espaço nas

²⁴⁵ Além dos recursos obtidos com a venda do jornal (o primeiro exemplar custava Cr\$1,00, depois passou para Cr\$ 1,50 e, por fim, Cr\$ 3,00. A assinatura anual Cr\$ 80,00 e semestral Cr\$ 40,00 remetida à Rua São José, 110 – 1 andar), o financiamento, provavelmente, também era proveniente dos anúncios publicados em quase todas as edições. Os anunciantes eram: Filtro de água SENUN, Eletrônica Santa Terezinha (Tijuca), Tinturaria Santa Rita (Maracanã), SESC, CEF, Bar e Restaurante Moreira (Olaria), Sears, Roebuck S.A. (Botafogo), Presence Africaine, Pasta Janax (alisante para cabelos), Água Sanitária Clarinha, escritório de Advocacia Ventura Bezerra da Silva (centro), Mitigal (pomada para micoses da Bayer), Óleo para móveis Cedro, Oliveira Lima Engenharia, Cafiaspirina (analgésico da Bayer) e Rudá (loção e brilhantina). Apenas as edições de números um e seis não trazem nenhum anúncio.

²⁴⁶ Quilombo. Número 1, pg.3.

páginas do jornal, foi a restrição imposta por algumas instituições de caridade em receber órfãos negros. Ao relatar a denúncia do vereador Cid Franco, o texto afirma que “*não (nos) tem faltado apoio no combate para a extirpação do preconceito*”.²⁴⁷ O vereador, vice-presidente da Comissão de Assistência Social, acusa a “Fundação Nossa Senhora Auxiliadora de Ipiranga” de não aceitar crianças de cor preta. Ao fim de seu discurso, afirma que não votará a favor de qualquer auxílio à instituição dessa natureza e, inclusive, sugere que os poderes públicos deveriam proibir o funcionamento dessas entidades.

Na Câmara Federal foi o deputado Jonas Correia o responsável pela denúncia e pela solicitação de investigação em torno das instituições assistenciais que, embora recebendo auxílio público, não respeitavam a Constituição. Correia solicita ao Ministério da Educação verificar se as instituições Dispensário São José, Colégio Santa Marcolina, Orfanato do Colégio Imaculada Conceição, Recolhimento Santa Tereza e Asilo Bom Pastor recebem subsídios do governo, visto que não aceitavam pessoas não-brancas. E, independentemente de serem subsidiadas ou não, se havia qualquer providência do Ministério da Educação no sentido de aplicar sanção punitiva, na medida em que feriram o artigo 141, parágrafo 5º da nossa Constituição.

O caso, contudo, de maior repercussão ocorreu em fevereiro de 1949 e envolveu diretamente Abdias Nascimento e o TEN. Anualmente o Hotel Glória sediava o “Baile dos Artistas”, evento organizado pela revista “Rio” e “Associação dos Artistas Brasileiros”. No ano citado, Abdias Nascimento, Ruth de Souza, Marina Golçalves e Claudiano Filho, todos integrantes do TEN, foram convidados para a festa. Embora portando seus convites pessoais, todos os quatro foram impedidos de entrar. O veto não ocorreu por algum funcionário do Hotel ou algum membro da equipe de organização do evento, mas pelo comissário de polícia Aguinaldo Amado que, não satisfeito, ainda proferiu a frase: “- *Aqui não é lugar de negro*”. Quilombo divulga que, embora Abdias Nascimento tenha enviado uma carta informando ao Chefe de Polícia – General Lima Câmara – o ocorrido, não houve nenhum tipo de punição, apuração ou mesmo desagravo como resposta, o que poderia representar uma espécie de endosso e consentimento a uma atitude como essa.

²⁴⁷ Quilombo. Número 10, pg. 8.

Na mesma edição em que o lamentável caso é denunciado há uma matéria com o título: “O Senado condena a discriminação de cor”. O artigo, além de reproduzir parte do discurso do senador Hamilton Nogueira na sessão de 21 de fevereiro, realiza um breve histórico de sua atuação. De acordo com o texto, desde a Assembléia Constituinte Nogueira luta pela aprovação de leis que garantam os direitos dos negros. O próprio senador lembra que, ao tentar aprovar leis específicas garantindo os direitos dos “homens de cor”, teve a sua proposta rejeitada com a justificativa de que se tratava de uma redundância, na medida em que a própria Constituição declarava a igualdade de todos perante a lei. Em seu discurso no senado relembra a sua luta na Constituinte e denuncia o caso ocorrido no Hotel Glória como prova do desrespeito e ineficácia, neste caso, do texto Constitucional.

Na Câmara dos Deputados, em sessão realizada no mesmo dia 21 de fevereiro, o deputado Barreto Pinto também denunciou o caso. Com a autorização do deputado Benício Fontenele, Barreto Pinto discursa em nome do PTB e critica veementemente a ação da Polícia do Distrito Federal.

Vale ressaltar que a repercussão do caso foi significativa, haja vista a enorme quantidade de manifestações de solidariedade recebida por Abdias Nascimento, seja na forma de artigos publicados em outros periódicos, no envio de cartas e telegramas, em pronunciamentos no legislativo, enfim, de todas as formas possíveis. Todos demonstrando repulsa à ação do policial.

Um ano depois do acontecido, na edição de fevereiro de 1950, as páginas do Quilombo trazem o desfecho do caso com uma matéria intitulada: “Dutra contra o racismo”.²⁴⁸ Ao lembrar o evento e registrar que “*todas as vozes que se levantaram foram para lamentar e condenar a triste ocorrência*”, o texto informa que o médico Edgard T. Sant’Ana, residente em São Paulo, escreveu carta ao Presidente Dutra solicitando providências, com o intuito de impedir o alastramento dessa “onda de

²⁴⁸ Na terceira edição, Quilombo publica uma pequena nota com o título: “O Presidente não tem preconceito?”. Nela o Presidente aparece entre baianas negras e vestidas a caráter. No texto o jornal afirma que a foto “prova que S. Excia não alimenta qualquer preconceito de cor. É o testemunho mais evidente que as restrições ao negro, que se nota em algumas repartições públicas, - como, por exemplo, o Itamaraty e a Escola Naval, - são feitas à revelia de S. Excia, certamente com a sua desaprovação”. Todavia, ao final, cobra iniciativa em resguardar constitucionalmente os direitos dos negros, aos moldes dos EUA.

discriminação”. Citando não apenas o caso do Hotel Glória, Sant’Ana revela ainda a proibição de uma cientista negra norte-americana em se hospedar no Hotel Serrador, em São Paulo. O médico alerta o Presidente do perigo da mentalidade do “anti” (anti-preto, anti-judeu, anti mistura de raças) se propagar e conclui:

*“... e a intolerância crescendo, chegaremos um dia em que qualquer porteiro estrangeiro virá impedir a entrada do General em qualquer lugar, só porque V. Excia. Não tem as linhas físicas descritas para o ‘arianismo de Hitler’”.*²⁴⁹

O secretário particular do Presidente respondeu a carta informando que a denúncia tinha sido enviada ao Ministério da Justiça e protocolada sob o número 10.615, podendo ter o seu andamento acompanhado. Dias mais tarde um novo telegrama lhe é enviado, agora por Eduardo Pereira da Costa, delegado de Costumes e Diversões. O texto era o seguinte:

“Em resposta assunto carta endereçada Exmo. Presidente República tenho prazer comunicar-vos de ordem General Chefe de Polícia em face medida tomadas ocorrências idênticas não mais se repetirão.

Funcionário impediu entrada atores pretos baile artistas foi transferido início minha gestão.

*Reiterei seu atual substituto assegurasse integral cumprimento dispositivo previsto parágrafo 5º art. 141 nossa Carta Magna.”*²⁵⁰

O artigo se encerra chamando atenção da validade do protesto na busca por mudanças, assim como afirma, por conta desse desfecho, que “nossas altas autoridades são anti-racistas, mas é preciso que os próprios prejudicados levem até elas suas queixas...”.

²⁴⁹ Quilombo. Número 6, pg. 4.

²⁵⁰ Idem.

Para o Baile dos Artistas de 1950, novamente os integrantes do TEN foram convidados por Edgard da Rocha Miranda, o que para o jornal Quilombo comprovava que:

“(...)no Brasil não há ódios de raças nem intransponíveis barreiras de classe, pois como vemos um branco e milionário considera que a presença de artistas negros pode abrilhantar uma festa que promove.”²⁵¹

A situação revela, como a própria liderança do TEN afirmava, a complexidade das relações raciais no Brasil. Os artistas negros são convidados para importante evento da classe artística brasileira, mas chegando, não conseguem participar porque são impedidos por um indivíduo racista que ocupava um cargo na polícia. Há uma série de manifestações contrárias à ação do policial, inclusive no Senado e na Câmara de Deputados, mas a carta escrita por Abdias Nascimento ao Chefe de Polícia não obtém resposta e o caso fica sem ser apurado. Posteriormente, uma nova carta endereçada ao Presidente da República por um médico recebe resposta. Aquele mesmo Chefe de Polícia que não respondeu a Abdias Nascimento informa, através do Delegado, que o funcionário foi transferido e que o substituto foi advertido quanto aos direitos constitucionais dos cidadãos “de cor”. O policial racista, ao desrespeitar a Constituição, foi apenas transferido e os atores negros são novamente convidados para o evento, cientes não apenas na solidariedade e comprometimento do Presidente da República, como também na tradição democrática e ausência de “ódios de raças e de intransponíveis barreiras de classe” no Brasil.

²⁵¹ Ibidem.

5.1 - Eleições

A partir de janeiro de 1950 o Quilombo passa a publicar matérias voltadas para o processo eleitoral que iria acontecer em outubro do mesmo ano. A seção “Tópicos” e a nova “Fórum Político” vão ser espaços destinados à conscientização do eleitorado e a apresentação de candidatos comprometidos com a causa defendida pelo TEN.

Sob o título de “O Negro e as eleições”, Quilombo busca despertar os negros e mulatos para a importância do processo eleitoral e, especificamente, do próprio voto. Referindo-se a um passado em que os eleitores negros iam às urnas como “cordeiros”, sem consciência política, lembra a enorme força do sufrágio na realização de mudanças. Todavia, identifica que esse é um novo momento no qual o negro, integrado no conjunto de eleitores, consciente e vigilante, deve buscar candidatos comprometidos com as suas causas.

Importante ressaltar que “candidatos comprometidos” não significam, necessariamente, candidatos negros. Na quinta edição, na introdução de uma entrevista com o candidato Jael de Oliveira Lima, o jornal alerta:

*“Os candidatos da gente de cor serão aqueles, - negros ou brancos – que além do seu manifesto sentimento democrático, estejam vinculados realmente aos problemas das massas, às questões que preocupam as grandes zonas humanas dos trabalhadores.”*²⁵²

Podemos perceber ao longo de todo o jornal a preocupação dos dirigentes em não passar a imagem de um movimento racista e segregacionista. O reconhecimento da tradição democrática brasileira no que se refere às relações raciais e do auxílio de políticos e de grande parte da elite “branca” na luta contra os casos de preconceito, o reconhecimento da diferença e a valorização da realidade brasileira quando comparada com a norte-americana, assim como a realidade mestiça do Brasil, são exemplos

²⁵² Quilombo. Número 5, pg. 5.

encontrados que demonstram esse cuidado. Tentavam eliminar, de acordo com seus próprios termos, o “preconceito” de que todas as associações de homens de cor são segregativas (sic) e agressivas. Na sexta edição, O Quilombo publica:

“De fato, quase todas as associações e uniões de homens de cor que existem no Brasil têm sido verdadeiras culturas de recalques, e estribaram-se num errôneo diagnóstico do nosso problema racial.

Desse modo, aquele preconceito tem sua história natural. (...)

Nosso movimento não é um protesto: é uma afirmação

Não se inspira na luta de classes; inspira-se na idéia de cooperação.

Não tem por lema, segregar: mas unir.

Para nós, o aspecto racial do problema do homem de cor brasileiro é secundário. O nosso objetivo é libertar o negro brasileiro de seus próprios equívocos e adestrá-lo para o jogo democrático.”²⁵³

Não sabemos quais seriam essas associações segregacionistas e agressivas citadas no texto, mesmo porque todas as outras associações negras mencionadas nas páginas do jornal vêm sempre acompanhadas de um texto elogioso, inclusive nesse aspecto especificamente, ou seja, no caráter integrador, democrático e não racista.²⁵⁴

A preocupação com a imagem amistosa era tanta que a própria candidatura de Abdias Nascimento foi anunciada no jornal sob o título “Abdias do Nascimento, candidato de pretos e brancos, de pobres e ricos”. A matéria informa o lançamento oficial da candidatura do diretor do TEN ao cargo de vereador pelo PSD.²⁵⁵ A cerimônia

²⁵³ Quilombo. Número 6, pg.3. (grifos meus)

²⁵⁴ Entre as associações elogiosamente apresentadas nas páginas do Quilombo temos: UAGACÊ, Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros e Sociedade Recreativa Floresta Aurora (RGS), Associação dos Negros Brasileiros e Frente Negra Trabalhista (SP), Turma Alvi-Verde e Grêmio Literário Cruz e Souza (MG), UAGACÊ e Centro Espírita Jesus do Himalaya (RJ).

²⁵⁵ Tudo indica que, por um erro no momento do registro da candidatura, Abdias Nascimento sai como candidato a deputado e não a vereador. A maior concorrência nas eleições para a Câmara Federal, segundo consta, parece ter inviabilizado a vitória do candidato. Segundo Costa Pinto: “Durante os preparativos e a propaganda eleitoral toda a publicidade em torno de Abdias preparava sua eleição para vereador municipal; para isso um industrial branco candidato a deputado, principal financiador das atividades do TEN, neste período, montou, juntamente com Abdias, um escritório eleitoral. Ao se divulgarem, porém, nas vésperas das eleições, as listas dos candidatos do partido a deputados e vereadores, Abdias fora incluído entre os candidatos a deputado, que exige quociente eleitoral maior, inteiramente fora de suas perspectivas. Isto significaria que a votação de Abdias beneficiaria a legenda do partido, mas não teria a menor possibilidade real de elegê-lo. Em face disso, Abdias desinteressou-se de sua propaganda já nas vésperas do pleito e nem sequer foi ao Tribunal Eleitoral fazer a regularização final de sua inscrição.”

aconteceu no dia dezenove de abril, em um dos espaços utilizados pelo TEN (Rua São José,110) e contou com a presença de toda a liderança do grupo, além de líderes comunitários, industriais, intelectuais, operários etc.²⁵⁶ De acordo com o texto, o candidato será “*um representante não só da gente de cor, como de todo o povo*”. Além disso, a sua candidatura “*não implica(ria) em discriminação de cor*”, e teria como propósito “*valorizar o elemento humano, seja ele de que cor for*”, pois dessa forma estaria valorizando o próprio país”²⁵⁷.

Embora os trechos citados acima demonstrem a tentativa de desracializar a postura política dos negros, há uma matéria assinada pelo próprio Abdias Nascimento informando ter, ele próprio, enviado cartas a todos os partidos políticos. Nas cartas Nascimento solicita que os partidos informem os nomes e endereços dos candidatos negros e mulatos, no intuito do jornal realizar, gratuitamente, propaganda em suas próximas edições.

Na mesma página Quilombo parabeniza e comemora a criação da “Comissão Democrata de Levantamento do Nível Moral e Material do Negro e do Combate aos Preconceitos Contra os Homens de Cor no Estado do Rio” e publica um “Manifesto aos Partidos Políticos” redigido pela nova associação. No manifesto a Comissão informa que seus filiados “*jamais votarão, no próximo pleito, em candidatos cujas legendas não incluam pelo menos três nomes de brasileiros de cor, de reconhecida competência*”.²⁵⁸ Paralelamente, afirmam que o intuito não é estabelecer separação de raças ou criar discórdia, mas apenas garantir os mesmos direitos constitucionais a todos os brasileiros.

Enfim, mesmo Abdias Nascimento não assumindo uma postura de candidato dos negros, e do Teatro Experimental do Negro não ter incentivado o voto exclusivamente em candidatos negros, há a valorização desses candidatos, seja no elogio do Manifesto publicado, seja na oferta de propaganda gratuita. Por um lado ratifica o discurso

PINTO, Luiz Aguiar da Costa. O Negro no Rio de Janeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. pg. 267 (1ª edição, 1953).

²⁵⁶ Discursaram na cerimônia: Guerreiro Ramos, Péricles Leal, Ody Fraga, Romão da Silva (negro membro da Sociedade Brasileira de Geografia), Ironides Rodrigues, Dr. Esperança, Dra. Guiomar Ferreira de Matos (advogada e uma das diretoras do TEN), Rodrigues Alves, Dr. Gomes Pereira, João Conceição, Isnard Thomaz de Aquino (líder do Salgueiro), Sta. Antonina de Barros, Oswaldo Conceição e, por fim, o empresário Jael de Oliveira Lima, identificado como “*patrono do movimento que elegerá Abdias Nascimento representante do povo no parlamento da cidade*”. Quilombo. Número 7/8, pg.10.

²⁵⁷ Quilombo. Número 7/8, pg.10.

²⁵⁸ Idem. Pg. 5

democrático, integracionista, não belicoso e não bipolar, por outro incentiva e investe na formação de uma “elite”, de uma “intelligentsia” negra, capaz de representar e conduzir a “massa” negra de forma mais eficiente.

Apesar de todo esse cuidado e “cerimônia”, a nona edição, publicada em maio de 1950, vai divulgar uma polêmica envolvendo o jornal “o Globo”. Quilombo reproduz integralmente o editorial, publicado na primeira página do Globo em treze de abril de 1950, sob o título: “Racismo, no Brasil!!!”. O editorial traz a foto do então candidato Abdias Nascimento sob a legenda: “Abdias do Nascimento, o festejado ator patricio, quer ser o candidato dos pretos”.

A reportagem do Globo recupera a nossa suposta tradição democrática e acusa alguns grupos de estarem criando problemas, até então inexistentes, ao incentivarem um cenário à parte para os negros. Citam os jornais, o Teatro, os clubes e, agora, os candidatos negros às eleições como um mal a ser combatido, na medida em que criam divisões e estimulam um sistema no qual *“os indivíduos passariam a ser isto ou aquilo, a ocupar determinados cargos, não pelo valor pessoal que os recomendasse, mas por serem pretos ou não serem pretos. A pigmentação cutânea entraria a valer como prova de títulos...”*²⁵⁹

Ao lado da reprodução do editorial do Globo, Quilombo reproduz também matéria publicada no jornal “Folha do Rio”, em seis de maio de 1950, de autoria de Abdias Nascimento.²⁶⁰ O candidato inicia o texto ressaltando o “preconceito” das classes dirigentes e dos homens da cultura em identificar, em todas as organizações de gente de cor, um princípio segregativo (sic). Nascimento afirma que os “brasileiros de cor” não são “ressentidos e vingativos”, assim como não possuem nenhum interesse em *“perturbar a marcha natural dessa mestiçagem de sangue, cultura, religião, arte, civilização”*.

Todavia, embora reconhecendo que no Brasil não há ódios de raça, seria, para ele, um equívoco insistir na inexistência de preconceitos de raças no país, citando como

²⁵⁹ Quilombo. Número 9.

²⁶⁰ A mesma página traz também transcrição de matéria escrita por João Conceição (ex-diretor do TEN e, naquele momento, correspondendo brasileiro do Pittsburgh Courier) para o Pittsburgh Courier sobre a polêmica em questão. O texto de Conceição segue o mesmo tom do texto de Abdias Nascimento.

exemplo a forma como o próprio Roberto Marinho seria tratado no Jockey Club (pejorativamente chamado de o “mulato Roberto”). Respondendo ao editorial do Globo e defendendo a sua candidatura, Nascimento conclui o artigo dizendo que:

*“Aqui o problema é muito mais fácil, não se confunde com o norte-americano. Trata-se apenas de medidas complementares, mas não é justo e nem honesto que o equilibrado movimento de afirmação do negro, inspirado na idéia de cooperação, da união, da integração cada vez mais perfeita de pretos e brancos, seja difamado, desrespeitado e violentado pelos poderosos que deveriam ser os primeiros a vir apoiar, moral e materialmente uma causa de finalidades tão elevadas e patrióticas”.*²⁶¹

Além de Abdias Nascimento, outros candidatos receberam espaço no Quilombo. Um dos que mais repercussão obteve foi o engenheiro e empresário Jael de Oliveira Lima, candidato a deputado pelo PSD que, posteriormente, manteria estreitas relações com o TEN.²⁶² Na seção “Fórum Político” da quinta edição o periódico publica uma entrevista dada pelo empresário a Abdias Nascimento. O texto afirma que este foi o primeiro contato do grupo com o candidato, sendo esta primeira impressão extremamente positiva. Segundo o texto:

*“Com dois dedos de prosa ficamos convencidos de que estávamos diante de um homem diferente (...) Não é dos tipos que desejam usar a Câmara para arranjar a vida própria e a dos parentes e amigos. (...) Porque ele mesmo já tem a sua fortuna e tudo que o dinheiro pode dar de felicidade aqui na terra.”*²⁶³

²⁶¹ Quilombo. Número 9.

²⁶² Jael de Oliveira Lima patrocinou o prêmio da “Boneca de Piche” e a criação da Escola Profissional para Brasileiros de Cor, ligado ao Instituto Nacional do Negro, departamento do TEN dirigido por Guerreiro Ramos. Reforçando a estratégia de promover “mecanismos integrativos que acelerem a elevação do nível econômico e cultural dos brasileiros de cor”, ofereceria oficinas de marcenaria, tipografia, eletricidade, sapataria e alfaiataria.

²⁶³ Quilombo. Número 5, pg. 5.

Na entrevista, publicada parcialmente no artigo citado, Jael de Oliveira Lima afirma de forma peremptória não existir problema racial no Brasil. O que, segundo ele, denominam preconceito racial são casos isolados de ignorância que não chegam a constituir um problema. Contudo, reconhece que ações recuperadoras devem ser destinadas aos homens de cor, que entraram em um novo mundo sem preparo educacional e profissional. Como engenheiro, aventava a possibilidade de reestruturação das favelas como uma das medidas benéficas a essa parcela da população.

Vale ressaltar a completa ausência de um discurso anticapitalista nas páginas do Quilombo. As qualidades de industrial e empreendedor, elogiadas no candidato acima citado, também pôde ser identificada em uma nota em homenagem ao primeiro aniversário da morte de Roberto Simonsen. O ex-senador é qualificado como um “líder das forças produtoras”. Um dos principais expoentes da corrente desenvolvimentista nacionalista do setor privado²⁶⁴, o empresário sempre representou os interesses do empresariado nacional. Na nota, Simonsen seria aquele que deu o grito da “guerra ao pauperismo”, transcendendo os interesses do grupo e orientando a sua ação num sentido nacional, com a clara visão dos problemas nacionais.

Jael de Oliveira Lima - grande empresário da construção civil – e, Roberto Simonsen – industrial - são exaustivamente elogiados, inclusive pelos seus espíritos empreendedores. Enfim, não há nenhuma menção a um discurso socialista. No contexto da Guerra Fria, atitudes como essa não podem ser ignoradas.

Já notamos, em momento anterior, a postura oficialista do TEN. Seus elogios ao Presidente Dutra (o mesmo que cassou a licença do PCB e, posteriormente, dos candidatos eleitos por essa legenda, assim como rompeu relações diplomáticas com a URSS e alinhou-se com os EUA) e a ação de alguns deputados e vereadores, assim como a ausência de qualquer crítica ou acusação direta ao governo.²⁶⁵ Em matéria já citada, afirma mesmo não se inspirar na luta de classes. Estaria mesmo o TEN posicionado na disputa em defesa da lógica capitalista ou apenas alheio ao discurso socialista e buscando o não enfrentamento com o *establishment* em busca de aceitação e reconhecimento?

²⁶⁴ Sobre as correntes do pensamento econômico ver: Bielshowsky, Riicardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1998.

²⁶⁵ O Quilombo, inclusive, elogia a coragem do Presidente Trumam no combate a discriminação racial nos EUA, com a aprovação de leis específicas para garantir os direitos dos cidadãos de cor. Medidas que o TEN defendia para o Brasil.

Estariam convencidos pelo discurso desenvolvimentista tão característico e dominante no período em questão? Não há indícios que nos permitam responder a pergunta com certeza e exatidão, mas, de fato, a postura assumida é de cordialidade e não de protesto explícito. De diálogo, integração e enquadramento, e não de uma ação radical e/ou revolucionária.

O que podemos considerar é que Guerreiro Ramos, um dos principais orientadores das ações e da postura adotada pelo TEN, teve a sua trajetória marcada pela adesão aos princípios desenvolvimentistas. Funcionário do DASP, professor da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública), membro da Comissão Nacional de Bem-estar Social e co-fundador do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), participou também do denominado “Grupo de Itatiaia”. Helio Jaguaribe, Roberto Campos e Guerreiro Ramos seriam os intelectuais de maior destaque do Grupo de Itatiaia, formado majoritariamente por funcionários e assessores do governo Vargas. Empenhados no estudo, pesquisa e planejamento da realidade nacional, fundam, em 1956, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Embora nem todos os membros do ISEB tenham adotado a orientação desenvolvimentista nacionalista, a adesão de Guerreiro Ramos ao estruturalismo cepalino foi total, passando pela defesa de um Estado forte e de um capitalismo nacional e planificado. Segundo Joel Rufino dos Santos, *“O marxismo não passou para ele, sobretudo nos últimos anos de vida, de uma idéia ‘fora do lugar’. Para usar uma expressão da moda, ele foi um pensador seminal da democracia populista”*.²⁶⁶

Entre os outros candidatos apoiados pelo TEN, temos mais um representante (branco) da elite econômica. Eurico Oliveira, também candidato a deputado, embora de origem humilde (nascido no Morro do Pinto e na infância entregador de marmitas) ascendeu socialmente. Na época das eleições residia em luxuoso hotel e teria sido fundador do “Diário Trabalhista” e da “Revista Trabalhista”. Assim como no caso de Jael Oliveira Lima, Eurico Oliveira, na publicação de sua entrevista, é apresentado como um

²⁶⁶ Santos, Joel Rufino. *O Negro como lugar*. In: Guerreiro Ramos. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. pg. 24. (A propósito, como já foi indicado, Abdias Nascimento fez pós-graduação no ISEB).

dos “brancos que mais se tem batido pelas causas dos homens de cor no Brasil”. A sua revista, assim como o extinto Diário Trabalhista, segundo informação da reportagem, mantinha uma seção especializada em discutir os problemas e aspirações do negro brasileiro. Como um “intérprete das massas”, Eurico Oliveira estaria credenciado a representar o povo brasileiro sem restrições.

Os candidatos negros apresentados pelo jornal foram José Bernardo (líder do Centro Espírita Jesus do Himalaya), ao cargo de deputado pelo PTB; Isaltino Veiga dos Santos (ex-dirigente da Frente Negra Brasileira e ativo participante dos eventos do TEN), ao cargo de vereador pelo Partido Democrata Cristão; e José Alcides, também para vereador, pelo PSD. Duas observações merecem ser destacadas. Primeiramente, percebemos que, com exceção do candidato Abdias Nascimento, os candidatos “brancos” receberam maior espaço no jornal quando comparados aos candidatos “negros”, que obtiveram pequenas notas. Segundo, embora possamos notar uma maior quantidade de candidatos filiados ao PSD, não há uma preferência partidária na postura política adotada pelo TEN.

5.2 - Lei Afonso Arinos

Tema de grande relevância e destaque no cenário político nesse momento foi a apresentação do projeto de lei número 562, a denominada Lei Afonso Arinos. Durante a Convenção Nacional do Negro - realizada em São Paulo, no ano de 1945 - o presidente do evento, Abdias Nascimento, teria proposto uma legislação penal específica contra a discriminação racial. Embora a proposta tenha sido apresentada pelo deputado Benício Fontenelle à Constituinte, a proposta não foi aprovada. Agora, em 1950, o deputado Afonso Arinos, da UDN, apresentava novo projeto, propondo que a discriminação racial fosse considerada contravenção penal. O Quilombo reserva duas páginas inteiras da sua edição de julho de 1950 para reproduzir o projeto de lei. No texto do projeto, oito justificativas são apresentadas para a aprovação do projeto. Em resumo:

- 1- O preconceito de raça ou de cor é uma das manifestações mais chocantes de desrespeito ao homem;
- 2- As teses de superioridade física ou intelectual de uma raça sobre outra estão definitivamente superadas;
- 3- No Brasil, país em grande parte mestiço, intelectuais têm contribuído para esclarecer os erros e injustiças cometidas em decorrência do preconceito de raça;
- 4- O legislativo precisa respaldar as conclusões científicas, criando leis ordinárias capazes de conferir força de regra obrigatória de direito, caso contrário os acordos ficarão como simples declarações platônicas.
- 5- Por mais que se proclame o contrário, o preconceito de raça existe entre nós, inclusive em repartições públicas, embora a Constituição o proíba.
- 6- Se o próprio Estado discrimina, como impedir a mesma ação por parte dos estabelecimentos comerciais?
- 7- Torna-se necessário uma medida urgente que interrompa essa dinâmica ou teremos uma verdadeira luta de raças;
- 8- A lei, mais do que expressão da vontade coletiva e fixação jurídica da evolução histórica, é hoje um instrumento eficaz de antecipação e orientação. Neste caso, a aprovação do projeto seria um “instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura”.

Entre as justificativas apresentadas há, por um lado, o reconhecimento da superação das teses racistas, por outro, a indicação da necessidade da lei para coibir práticas racistas ainda presentes no país.

Com aceitação unânime no Senado e na Câmara, da apresentação do projeto à aprovação do Decreto Lei (n 1.390, de julho de 1951) não se passou mais de um ano. O contexto pós Segunda Guerra (com os seus horrores fundamentados em uma lógica racial), a luta dos negros norte-americanos pela aprovação dos Direitos Civis, as disputas políticas deflagradas na África, assim como a consolidação de uma nova ordem

democrática no plano interno e de reorganização do movimento negro brasileiro, fizeram da denúncia do racismo e do combate ao preconceito uma questão imperativa, um ponto de pauta amplamente discutido.

O objetivo da lei não era criar uma ação pública diferenciada para o grupo, mas fazer com que a afirmação da igualdade de todos contida na Constituição deixasse de ser uma simples declaração de princípios, tornando-a uma lei que, se não respeitada, estaria passível de punição. Portanto, o primeiro diploma legal a tratar o preconceito de raça ou de cor como infração penal foi a **Lei 1.390, de 03.07.1951**, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Como nos informa o item oito, a lei seria uma espécie de estratégia pedagógica, alertando, intimidando e constringendo o comportamento racista. Na opinião de Mônica Grin:

*“A genialidade da lei Afonso Arinos, justo nessa conjuntura, é que ela cumpre duas finalidades: 1) retira do Executivo, ou seja, do colo de Getúlio Vargas, recém-eleito presidente em 1950, o tema da discriminação racial que se insinua como tema potencialmente político; e 2) ‘cala’ as vozes mais exaltadas dos ‘novos negros’ ou do associativismo de novo tipo. O Legislativo, com grande poder de pauta nessa conjuntura, será capaz de reabilitar o lugar moral do tema, esvaziando amplamente o seu candente significado político. (...) através dela se instauraria uma blindagem legal e moral imune às apropriações políticas do tema ou a possíveis tentativas de gestão da questão racial pelo executivo”.*²⁶⁷

Florestan Fernandes nos informa sobre as repercussões da aprovação da lei Afonso Arinos, tanto na imprensa, como no próprio meio negro. No capítulo “*A luta contra o preconceito de cor*”, do livro escrito em co-autoria com Roger Bastide, o autor reserva algumas laudas para descrever as impressões após a aprovação da lei. Se, para alguns negros, a lei representaria um novo 13 de maio, para outros havia problemas. Fernandes identifica cinco críticas à lei, realizadas por personalidades negras:

- a) o governo deveria complementar a ação através da assistência econômica;

²⁶⁷ Grin, Mônica. A Invenção (Racial) da República Brasileira. Revista Insight Inteligência, número 34, setembro de 2006.

- b) a lei poderá agravar a situação, atirando sobre o negro a atenção ou a desaprovação dos brancos;
- c) a lei produzirá resultados em escala reduzida, pois poderá ser burlada de várias formas;
- d) a lei não será aplicada, afinal o branco não irá contra o branco;
- e) apenas os negros que subiram socialmente serão beneficiados.

Além das críticas negativas, foram identificadas opiniões positivas acerca da aprovação da lei. Para alguns, ela será determinante na extinção do preconceito, na medida em que proíbe e pune. Para outros, sua eficácia está no fato de descortinar o preconceito de cor (se há a lei é porque há preconceito). A intervenção do Estado na tentativa de resolver os problemas dos negros também era bem vista. No entanto, algumas ressalvas também foram feitas. O governo, por exemplo, era criticado por “*não ter levado aos negros os ensinamentos necessários para que pudessem eles aproveitar a lei e utilizá-la em benefício próprio*”.²⁶⁸ A preocupação com o cumprimento da lei também era significativa, afinal, a proibição do preconceito já existia na Constituição, o que não garantia a ausência de práticas discriminatórias.

Florestan Fernandes ressalta o fato de que a lei foi apresentada após o escândalo que envolveu a bailarina norte-americana. O texto da lei, segundo o autor, limita-se a proibir manifestações de preconceito que atingem os negros e mulatos da classe média, deixando de atacar os problemas estruturais da grande maioria da população negra. No entanto, reconhece que a aprovação da lei representa um apoio a mais na luta contra a discriminação, além de constituir o reconhecimento da existência do preconceito no Brasil. Para o autor, as diferentes opiniões apresentadas pelos negros revelam a heterogeneidade desse grupo e suas diferentes demandas.

A aprovação da lei Afonso Arinos foi uma luta encampada pela liderança do TEN. Sabemos, no entanto, que, embora tenha satisfeito as demandas naquele momento, o tema voltaria a ser debatido intensamente em um contexto muito semelhante. Após o fim da

²⁶⁸ Ver Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1958. pg.312.

ditadura militar, com a formação da Assembléia Constituinte de 1988, o movimento negro, já em outra fase, reivindica a alteração da lei de 1951, que definia a discriminação racial como contravenção e não como crime. A reivindicação, também neste caso, será contemplada com a Lei Caó, apresentada pelo deputado Carlos Alberto de Oliveira (**Lei 7.716, de 05.01.1989**).²⁶⁹

²⁶⁹ “Não há diferença qualitativa ou substancial entre **crime** e **contravenção** (ou “crime anão”, segundo a doutrina). A diferença é meramente quantitativa, está na sanção. Segundo Magalhães Noronha, “a contravenção é um crime menor, menos grave que o delito”. A decisão de qual infração é crime ou contravenção cabe ao legislador, analisando o grau de significância dos interesses jurídicos violados na prática de tal infração.

Aos **crimes** são cominadas as penas de reclusão ou de detenção e multa. Para as **contravenções** são cominadas as penas de prisão simples e/ou multa, conforme previsto no art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914, de 09/12/1941), in verbis:

“Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.”

O art. 32 do Código Penal dispõe que as penas aplicáveis aos **crimes** são: privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Há duas espécies de penas privativas de liberdade no CP: reclusão e detenção. A Lei de Contravenções Penais (Decr. Lei 3.688/1941), por sua vez, dá à pena privativa de liberdade aplicável às **contravenções** o nome de prisão simples.

Passamos agora a distinguir as conseqüências da prática de crime ou contravenção:

- a) Se o agente praticar um **crime**, em que pena for de reclusão, o regime de cumprimento da pena será fechado, semi-aberto ou aberto. Se a pena for de detenção, será semi-aberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado (art. 33, caput, do CP). Aquele que praticar uma **contravenção**, em havendo pena de prisão simples, o regime de cumprimento da pena será realizado sem o rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semi-aberto ou aberto (art. 6º da LCP).
- b) Tratando-se de **crime**, se doloso e sujeito a pena de reclusão, cometido contra filho, tutelado ou curatelado, poderá ensejar a incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela (art. 92, II, do CP). Essa conseqüência não ocorre para a prática de **contravenção**.
- c) Ocorrendo a prática de **crime**, poderá haver limitação para a concessão da fiança, em dois casos: no primeiro, a Autoridade Policial (Delegado) somente poderá conceder fiança nos casos de detenção (art. 322, do CPP); no segundo, não será concedida fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 anos (art. 323, I, do CPP). A prática de **contravenção**, nos casos em que for punida com prisão simples e/ou multa, sempre admitirá a concessão de fiança pela a Autoridade Policial (art. 322, do CPP). Nos demais casos, em que for punida tão somente com pena de multa, não ensejará a possibilidade de prisão, por se tratar da denominada “liberdade provisória sem fiança e sem vinculação” (art. 321, I, do CPP).
- d) Por fim, impende mencionar que somente será possível a decretação da prisão preventiva (modalidade de prisão) nos **crimes** dolosos punidos com reclusão; nos punidos com detenção somente quando o indiciado for vadio ou houver dúvida sobre a sua identidade (art. 313, I e II, do CPP). Todavia, essas conseqüências não ocorrerão para aqueles que praticarem uma **contravenção**.”

In: Brito, Paulo Henrique Ferreira. A evolução do tratamento dispensado pelo legislador a questão racial no Brasil. Paper Inédito, 2008.

5.3 - As mulheres e a regulamentação da profissão de doméstica.

Outra questão que ganhou destaque nas páginas do Quilombo e também esteve presente nos debates do legislativo foi a tentativa de regulamentação da profissão de doméstica. Na edição de fevereiro de 1950, o jornal divulga matéria sob o título “Precisam-se de Escravas”, na qual trata da condição dessa classe de trabalhadoras. Reconhecendo a situação precária em que se encontram (péssimos salários, longas jornadas, nenhuma garantia trabalhista etc) elogiam a ação do deputado Café Filho em apresentar à Câmara um projeto de lei regulamentando a profissão. O projeto, inclusive, sugeria a criação de escolas capazes de transformar esse grupo em verdadeiras profissionais especializadas. O deputado Benício Fontenelle, mais uma vez, obteve o reconhecimento nas páginas do Quilombo de sua luta.²⁷⁰

As propostas sugeridas no projeto apresentado por Café Filho já eram anunciadas no TEN, onde o debate em torno dessa questão esteve permanentemente presente, sendo conduzido, principalmente, pelo Conselho Nacional das Mulheres Negras, organizado pelo Departamento Feminino da entidade e instalado em maio de 1950.

Antes disso, no entanto, o tema já era discutido na seção “Fala Mulher”, que somente não esteve presente nas duas últimas edições, de números nove e dez. Assim como o editorial, e contrastando com as outras colunas, possuía um autor - no caso, autora, fixa. Maria Nascimento, prima de Abdias Nascimento, ao escrever para a coluna, dirigia-se especificamente às mulheres, discutindo seus problemas específicos, principalmente no que diz respeito ao trabalho de empregada doméstica e a educação dos filhos. Como assistente social, reconhecia a difícil posição da mulher brasileira, principalmente a negra. Em sua coluna, buscava motivar essas mulheres a se responsabilizarem pela transformação da situação em que viviam, incentivando-as a procurarem informações sobre seus direitos, sobre o cuidado com os filhos e, principalmente, sobre os seus direitos e deveres políticos.

²⁷⁰ A profissão de Empregado Doméstico foi regulamentada pela Lei n 5.859 de 1972, sancionada pelo governo Médici.

Na edição de número quatro, divulgava a realização do Congresso Nacional de Mulheres, no qual a regulamentação do trabalho doméstico foi tema central, inclusive fazendo-se ouvir no Congresso, que decidiu incluir em suas resoluções a “conquista de normas jurídicas que fixem as obrigações e vantagens dessa enorme classe”. Em suas próprias palavras:

“É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadores como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair do serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e post-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão.” ²⁷¹

Maria Nascimento denunciava a ausência de registro profissional, muitas vezes substituído por um registro de identificação policial, assim como a inexistência de creches específicas para algumas profissões que, obviamente, incluía o trabalho doméstico. Também identificava na educação a principal forma de libertar e emancipar a gente negra, inclusive por conferir a base essencial para a concretização do dever cívico, que tem na política o melhor caminho para a obtenção de um melhor padrão de vida.

Em sua última coluna, a autora anunciava a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, órgão ligado ao departamento feminino do Teatro Experimental do Negro. Maria Nascimento convocava as mulheres e divulgava os objetivos do novo departamento nas edições sete e oito do jornal. Dentre os principais objetivos estavam: a) criação de uma Escola de Artes Domésticas; b) a fundação de uma Associação Profissional das Empregadas Domésticas; c) a proteção à infância, com a criação do Abrigo do Negrinho Abandonado e a valorização da educação infantil, com a organização de Jardim de Infância, Teatro Infantil (dança, música e canto) e Teatro de Bonecos.

²⁷¹ Quilombo. Número 4.

A nona edição apresenta uma matéria de página inteira anunciando a instalação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, tendo como diretora a própria Maria Nascimento.²⁷² Na matéria há uma entrevista com a diretora, que apresenta os principais objetivos e as principais atividades que serão realizadas pelo Conselho, que além de sua parte educativa, também se dedicaria a atividades recreativas. As atividades que imediatamente entraram em funcionamento foram ballet infantil, cursos de alfabetização e ginásio, curso de orientação às mães, teatro infantil, assistência jurídica, orientação sociológica, corte e costura, tricô, bordado, natação, educação física e datilografia. A maioria dessas atividades também era desenvolvida pela Frente Negra.

A solenidade foi aberta por Guerreiro Ramos que, em seu discurso, mais uma vez, reiterou a especificidade positiva das relações raciais brasileiras quando comparada com a norte-americana. Em maio de 1950, Ramos afirmava:

*“O problema racial aqui é secundário, sendo urgente uma ação educativa e de preparação profissional da gente de cor a fim de que ela esteja em condições de acompanhar os estilos de comportamento social das classes superiores”.*²⁷³

Além de Guerreiro Ramos, discursaram Guiomar Ferreira de Matos (advogada), Mercedes Batista (bailarina), Isnard Tomás de Aquino (líder comunitário do morro do Salgueiro), Alberto Cordovil da Silva (secretário da Escola de Samba Azul e Branco do Salgueiro), Wilson da Silva Gomes, Joviano Severino de Melo, além, é claro, da própria Maria Nascimento.

Em seu discurso, Maria Nascimento reflete sobre as desvantagens sociais da mulher negra, decorrentes, segundo ela, do despreparo cultural e profissional, da pobreza e do também presente preconceito de cor. Todos os serviços eram prestados por voluntários, não existindo patrocínio ou remuneração.

²⁷² A sede do Conselho Nacional das Mulheres Negras localizava-se na Rua Mayrink Veiga, 13 – 2 andar, sendo cedida por Jael de Oliveira Lima, empresário já citado anteriormente.

²⁷³ Quilombo. Número 9, p. 4.

6 – Democracia Racial

A coluna “**democracia racial**” esteve presente nas dez edições e, na maioria das vezes, possuiu como tema principal a valorização da singularidade das relações étnicas no Brasil, marcada pela exaltação da mestiçagem e da mistura, aos moldes da democracia social defendida por Gilberto Freyre.

Não devemos tratar como irrelevante, ou como uma mera coincidência, o fato de ser o próprio Gilberto Freyre a inaugurar esta coluna, com um artigo escrito especialmente para o Quilombo, sob o título “**A atitude brasileira**”. Nele, o autor resume em aproximadamente duas laudas as idéias centrais de seu livro **Casa Grande e Senzala**. Logo no primeiro parágrafo, afirma de forma contundente que no Brasil “*vem se definindo uma democracia étnica ...*” e, embora reconheça a existência de preconceitos de cor no país, estes “*estão longe de constituir o ódio sistemático, organizado, arregimentado, de branco contra preto (...), que se encontra em outros países de formação étnica e social semelhante à nossa*”.²⁷⁴

O texto continua com outra idéia bastante forte nos anos 1930 e também na Frente Negra Brasileira: o nacionalismo e a defesa de uma identidade não étnica, mas nacional. Freyre, convidado a escrever no número inaugural de Quilombo, afirmava:

*“Entre nós, os indivíduos de evidente origem africana não se sentem “africanos” ou “negros”, mas brasileiros: tão brasileiros quanto os mais puros descendentes de índios; tão brasileiros quanto os filhos de portugueses”.*²⁷⁵

A questão central é a fusão, a acomodação perfeita de três tipos distintos, criando um tipo novo, ideal para os trópicos por ter herdado as melhores características de cada um. O tipo nacional, tão valorizado pelos fretenegrinos, a raça mestiça tão valorizada por Vargas.

²⁷⁴ Quilombo. Número 1, pg. 8.

²⁷⁵ Idem.

No terceiro parágrafo, Freyre continua na linha de Casa Grande e Senzala, valorizando a democratização das relações entre os diversos grupos desde o período colonial, seja por necessidade física, por conta da escassez de mulheres, seja pela própria figura do colonizador português, um povo já miscigenado e em contato com africanos desde períodos remotos. E conclui:

*“Devemos estar vigilantes, os brasileiros de qualquer origem, sangue ou cor, contra qualquer tentativa que hoje se esboce no sentido de separar, no Brasil, “brancos” de “africanos”; ou “europeus” de “vermelhos”, de “pardos” ou de “amarelos”, como se o descendente de africano devesse se comportar aqui como um neo-africano diante de inimigos, e o descendente europeu como um neo-europeu civilizado diante de bárbaros. De modo algum. O comportamento dos brasileiros deve ser o de brasileiros, embora cada um possa e até deva conservar de sua cultura ou “raça” materna valores que possam ser úteis ao todo: à cultura mestiça, plural e complexa do Brasil. Inclusive os valores africanos”.*²⁷⁶

Primeiramente é preciso notar que há, conforme escrito na última linha, uma exaltação explícita dos valores africanos. Interessante perceber também o cuidado com que Freyre se refere a diferentes grupos étnicos e ao termo “raça”, citando todos entre aspas, e, portanto, levantando dúvidas sobre definições exatas e absolutas. Além disso, segundo o autor, todos devem manter e valorizar as suas próprias culturas, pois, de acordo com suas próprias palavras, a cultura brasileira é complexa e **plural**, na medida em que não exclui, mas acomoda as diferenças. Por fim, vale ressaltar o alerta que, embora recentemente tenha ganhado novo fôlego, já estava presente em meados do século passado: a luta contra qualquer tentativa de segregar diferentes grupos sociais.

Freyre, no número inaugural do jornal O Quilombo, um dos principais veículos de comunicação da militância negra do período, toca em pontos nevrálgicos, analisando pelo menos três questões centrais no debate sobre relações raciais no Brasil contemporâneo. O primeiro ponto levantado por Freyre diz respeito à especificidade brasileira no que se refere às relações raciais. A ausência de ódios de origens raciais revelados explicitamente

²⁷⁶ Idem.

e institucionalmente por parte da população brasileira, assim como o alto grau de miscigenação são, segundo Freyre, características positivas, que, embora devam ser aperfeiçoadas, necessitam, sobretudo, serem preservadas.

O outro ponto, também de crucial importância, se refere à sobreposição da identidade nacional à identidade étnica-racial. Para Freyre, o fato de descendentes de africanos se identificarem mais com uma cultura nacional-brasileira do que com sua origem étnica-racial era um fator positivo, pois fortalecia uma unidade nacional e criava uma certa homogeneidade entre os diversos grupos sociais, fortalecendo laços de identificação.

A terceira e última questão central abordada diz respeito à não segregação de grupos sociais. Além disso, retoma a idéia de uma identificação não baseada em critérios étnicos-raciais, embora incentive a valorização de culturas “próprias”. A argumentação por traz da tese de Freyre reside em identificar na figura do mestiço não a anulação das diferenças. Ao contrário, representaria a própria garantia da diversidade, visto que reflete essencialmente a própria acomodação das diferenças.

Na segunda edição, publicada em maio de 1949, a coluna “democracia racial” publicou um texto de Arthur Ramos intitulado **“A mestiçagem no Brasil”**, que reproduzia o prefácio do livro homônimo a ser publicado em Paris. Nela, o autor apresenta, didaticamente, as informações básicas sobre a mestiçagem no Brasil, descrevendo os principais grupos formadores dessa fusão e as peculiaridades regionais que diferenciam esse processo. Diz Ramos:

*“O Brasil já foi chamado de laboratório da civilização. No bojo dos seus 8.511.183 quilômetros quadrados, está uma população constituída de elementos étnicos das mais diversas procedências”.*²⁷⁷

Após apresentar informações básicas, inicia sua argumentação em defesa da mestiçagem e da prática brasileira, valorizando o fruto dessa união. Aproxima-se, inclusive, do próprio Freyre, exaltando as características físicas do mestiço.

²⁷⁷ Quilombo. Número 2, p. 8.

*“A experiência da “mistura de raças” nos trópicos veio revelar que não havia nenhum inconveniente no resultado destas misturas. Inferioridades do produto mestiço, quando surgem, estão ligadas não ao fenômeno da mistura, mas a outros fatores deficitários do meio, como desigualdade de oportunidades de educação, miséria econômica, vícios ou falhas alimentares, etc.”*²⁷⁸

Arthur Ramos reconhece a realização de um intenso processo de mestiçagem no Brasil. Não apenas identifica como valoriza o produto, exaltando o “*vigor híbrido*” desses elementos e detectando em elementos conjunturais e transitórios as possíveis limitações de um desenvolvimento pleno de certos grupos humanos.

Para que se possa avaliar o significado da presença de Ramos no segundo número do Quilombo, convém lembrar o seu papel nos debates da época. Nascido em Alagoas, em 1903 e formado em medicina, trabalhou como médico-legista do Instituto Nina Rodrigues. A propósito, ele tinha em Nina Rodrigues uma grande inspiração intelectual. Reconhecia as virtudes científicas de sua obra, embora não compartilhasse de suas conclusões, principalmente no que diz respeito à inferioridade biológica da “raça” negra e à condenação da mestiçagem.

Arthur Ramos, na introdução do primeiro volume de “O Negro Brasileiro”, sobre etnografia religiosa, publicado em 1934, deixa claro as suas conclusões sobre a inferioridade cultural dos “negros”.²⁷⁹ Apesar de atribuir veracidade ao conceito de raça, utilizando-o sem aspas e sem quaisquer questionamentos, como fazia Freyre com a sua interpretação neolamarckiana de adaptação, Ramos não identificava os negros como biologicamente inferiores, mas, sim, como culturalmente atrasados. As contribuições - na ocasião ainda recentes e inovadoras- do relativismo cultural de Franz Boas e Dilthey, e do historicismo alemão, claramente presentes em Casa Grande e Senzala (inclusive por ter sido o próprio Boas o orientador de Freyre), embora citadas e reconhecidas na introdução do livro de Ramos, não foram incorporadas à sua pesquisa. Talvez por sua

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Ramos, Arthur. O Negro Brasileiro. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

formação voltada para a medicina neuro-psiquiátrica, Arthur Ramos pesquisava as religiões de origem africana a partir de conceitos psicanalíticos baseados nos estudos de Lévy-Bruhl. Identificava como primitiva, arcaica e atrasada as práticas culturais “negras”, carentes de um processo evolutivo. Em suas próprias palavras:

*“Estudando, neste ensaio, “as representações coletivas” das classes atrasadas da população brasileira, no setor religioso, não endosso absolutamente, como várias vezes tenho repetido, os postulados de inferioridade do negro e da sua capacidade de civilização. Essas representações existem em qualquer tipo social atrasado de cultura. É uma consequência do pensamento mágico e pré-lógico, independentes da questão antropológico-racial, porque podem surgir em outras condições e em qualquer grupo étnico – nas aglomerações atrasadas em cultura, classes pobres das sociedades, crianças, adultos nevrosados, no sonho, na arte, determinadas condições de regressão psíquica... Esses conceitos de “primitivo”, de “arcaico”, são puramente psicológicos e nada tem que ver com a questão da inferioridade racial. Assim, para a obra da educação e da cultura, é preciso conhecer essas modalidades do pensamento “primitivo”, para corrigi-lo, elevando-o a etapas mais adiantadas, o que só será conseguido por uma revolução educacional que aja em profundidade, uma revolução “vertical” e “intersticial” que desça aos degraus remotos do inconsciente coletivo e solte as amarras pré-lógicas a que se acha acorrentado”.*²⁸⁰

Se Nina Rodrigues falava em mentalidade infantil e tratamento diferenciado, por reconhecer uma inferioridade irreversível, Arthur Ramos referia-se a uma mentalidade pré-lógica e primitivismo, propondo uma “revolução vertical” que propiciasse a evolução e libertação da atrasada cultura negra.

No livro “As Culturas Negras no Novo Mundo”, publicado em 1937, Arthur Ramos se aproxima novamente de Nina Rodrigues ao valorizar a realidade norte-americana em comparação com a brasileira.²⁸¹ Utilizando como base teórica a definição de aculturação de Melville Herskovits, o autor identifica três resultados possíveis do processo de aculturação, ou seja, “dos fenômenos resultantes do contato, direto e contínuo, dos grupos de indivíduos de culturas diferentes, com as mudanças

²⁸⁰ Ramos, Arthur. Op. Cit. Pg. 27.

²⁸¹ Ramos, Arthur Ramos. As culturas negras no novo mundo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

conseqüentes nos padrões originais culturais de um ou ambos os grupos”²⁸². De acordo com essa definição, ocorreria *aceitação* quando a nova cultura é aceita com perda ou esquecimento da herança cultural mais velha, como resultado da assimilação dos padrões culturais e dos valores interiores da nova cultura; *adaptação*, quando ambas as culturas, a original e a estranha, combinam-se num mosaico cultural harmônico; e, por fim, ocorreria *reação* quando as culturas originais mantêm sua força psicológica e lutam contra o processo de aculturação.

Embora reconhecesse que no Brasil o resultado predominante tenha sido a adaptação, aproximando-se inclusive de Gilberto Freyre, na medida em que a definição muito se aproximava da fusão híbrida do Freyre (embora no hibridismo freyreano o mais relevante seja o surgimento de algo novo, produto da fusão, e não apenas a adaptação), Ramos identificava nos EUA o melhor exemplo de *aceitação* dos negros pelas culturas mais adiantadas. E ia além, afirmando que:

*“todas as vezes que se opera o distanciamento dos indivíduos negros dos seus padrões de cultura, vão se acentuando progressivamente as oportunidades do processo de aceitação. É o que, no Brasil, já se vai observando em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas grandes capitais civilizadas. Não há necessidade de **apelarmos**, na solução de nossos problemas de contatos de culturas, para nenhum processo biológico de branqueamento arianizante, como advogam ainda certos biossociólogos. (...)*

A aceitação será o resultado final, todas as vezes que duas culturas diversas se põem em contato. E para esta solução é que se encaminharão os grupos negros, no Brasil e nas outras partes do Novo Mundo”.²⁸³

Ele acreditava que não precisaríamos apelar para nenhum tipo de branqueamento biológico, pois a aceitação de uma cultura superior por parte de outra, inferior, nos moldes norte-americanos, era um processo inevitável e que já estava em curso no Brasil, nas capitais **“civilizadas”**. A defesa da diluição e eliminação de heranças culturais de origem africana, consideradas inferior por Arthur Ramos, representa um dos principais temas na agenda da militância “negra” atual, que, ao contrário, luta contra o

²⁸² Idem. Pg. 244.

²⁸³ Idem. Pg. 246.

eurocentrismo e a super valorização dos padrões estético-culturais representantes do Ocidente.

Vale ressaltar que Gilberto Freyre, em seu artigo para “**democracia racial**”, defende justamente uma idéia oposta à de Ramos, na qual a cultura africana pode e deve contribuir para o desenvolvimento de uma cultura nacional, não devendo, portanto, ser excluída ou preterida em detrimento de uma cultura “branca” e “superior”. Se Arthur Ramos fala de superação de uma cultura primitiva, de um pensamento pré-lógico e da aceitação de uma cultura superior, Freyre fala de resistência, permanência e contribuição. E, inclusive, em outra edição, publicada em junho de 1950, intitulada “**A propósito da negritude**”, Freyre afirma:

“Conquistadores não devem ser considerados apenas os romanos, os hespanhóis (sic), os portugueses, os holandeses, os franceses, os ingleses. Também os africanos. Grande parte do mundo moderno está colorido por sua presença. A presença de uma cultura que nunca desapareceu sob qualquer forma de pressão imperial. A presença do seu sangue que vem contribuindo pela mistura com outras raças para novas combinações de forma e de cor entre os homens. Novas expressões de beleza e de vigor humano.

*A dança de Katherine Dunham e dos seus companheiros nos dá em sínteses admiráveis idéias da expressão e da profundidade deste fato: o fato da presença do africano no mundo moderno como uma grande força criadora”.*²⁸⁴

Tudo leva a crer que na época da publicação do Quilombo os militantes do movimento negro não identificavam indícios discriminatórios nas teses defendidas por Arthur Ramos. O que importava e era exaltado restringia-se à sua dedicação ao estudo do “negro” e a sua luta anti-racista no Brasil. Embora mantendo a tese de mentalidade pré-logica, Ramos sempre foi contrário à tese de inferioridade biológica e inata, assumindo

²⁸⁴ Quilombo. Número 10. pg. 11.

uma postura ativa na luta contra o racismo, inclusive no contexto da Segunda Guerra Mundial.²⁸⁵

Antes mesmo, em outubro de 1935, ao lado de outros intelectuais, participou do Movimento Brasileiro Contra o Preconceito Racial.²⁸⁶ Na seção inaugural do M.B.C.P.R., na qual foi orador, assinou um Manifesto contra o preconceito racial, o que, segundo Júlio Cláudio da Silva, “*é um emblema de como o estudo das populações e cultura de origem africana no Brasil, os estudos Afro-Brasileiros, e seus especialistas estavam vinculados ao anti-racismo*”.²⁸⁷

O foco do Manifesto, publicado por Arthur Ramos, em 1943, como anexo no livro “*Guerra e Relações de Raça*”, combatia as ideologias racistas e as perversões de idéias científicas utilizadas para interesses de dominação política. Alertava para o fato de que, sobretudo em uma sociedade com tamanho grau de miscigenação e formação étnica heterogênea como o Brasil, a importação de ideologias racistas se configuraria um grande perigo e ameaça à harmonia social.

O Movimento visava não apenas combater o preconceito e as influências estranhas, mas também “*contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na nossa própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e a mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira*”²⁸⁸

Não havia uma ligação próxima entre os intelectuais voltados para o que se denominou estudos afro-brasileiros e as associações de negros da década de 1930. No entanto, como já demonstrado, as lideranças da FNB estavam cientes dessa produção, assim como esses intelectuais também conheciam as atividades realizadas e organizadas por essas lideranças. Com o TEN, esses intelectuais participam diretamente da elaboração e da realização das atividades desenvolvidas, embora, assim como nos anos 1930,

²⁸⁵ Sobre Arthur Ramos ver: Silva, Júlio Cláudio. O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-Racismo em Arthur Ramos (1934-1949). Dissertação de Mestrado. PPGH – UFF, 2005.

²⁸⁶ Ao lado de Arthur Ramos estavam: Inácio do Amaral, Roquette Pinto, Castro Rebello, Victor Vianna, Azevedo Amaral, Queiroz Lima, Joaquim Pimenta, Hermes Lima, Porto Carrero, Leônidas Rezende, Mauricio de Medeiros e Gilberto Freyre. Todos estes assinaram o Manifesto dos Intelectuais Brasileiros Contra o Preconceito Racial, produzido na seção inaugural do Movimento. Ver, Silva, Júlio Cláudio, op. Cit. Pg.28,29 e 30.

²⁸⁷ Silva, Júlio Cláudio. Op. Cit. Pg.29.

²⁸⁸ Idem. P. 33.

possamos notar a ausência de uma série de debates que eram realizados estritamente no campo acadêmico, não penetrando no círculo das associações. As reminiscências africanas, as religiões (sobretudo o candomblé), as manifestações folclóricas, as danças típicas, a alimentação, a capoeira, o samba... Enfim, havia uma infinidade de temas relacionados à população negra, exaustivamente pesquisados pelos intelectuais, e que raramente eram contemplados nas discussões realizadas pelas lideranças das associações. Seriam esses silêncios explicados pelo puritanismo e *emburguesamento* citados por Roger Bastide? Estariam eles mais preocupados em reeducar e estimular comportamentos moldados pelas classes “superiores”? O sentimento nacionalista seria preponderante à identidade racial? Ou apenas tinham temas mais urgentes e imperativos, voltados para conquistas de benefícios imediatos e necessários para uma melhor qualidade de vida?

Vale ressaltar que, embora não houvesse um diálogo sistemático entre as pesquisas desenvolvidas e as ações dessas associações, essa produção está presente no TEN. Édison Carneiro publicou artigos sobre o candomblé e a capoeira, assim como algumas peças encenadas, conforme já foi demonstrado, também faziam uso desses temas folclóricos.

No terceiro, quarto e quinto exemplares, a coluna democracia racial não traz uma defesa explícita da mestiçagem brasileira, o que será retomado nas próximas edições.

O número três reproduz o discurso de Paul Vanorden Shaw, representante da ONU no Brasil, pronunciado na sessão inaugural da Conferência Nacional do Negro.²⁸⁹ Em seu discurso, além de valorizar a iniciativa de realização da Conferência, reafirma os compromissos da ONU em auxiliar na garantia da igualdade entre os povos. Exalta a participação das “populações de cor” no progresso mundial e descreve a exemplar atuação de Ralph Bunche, “distinto negro norte-americano”, que atuou como mediador substituto de um sueco no conflito da Palestina.

No número quatro, um artigo de Orestes Barbosa, intitulado **Uma carta esquecida**, aborda alguns momentos importantes do processo abolicionista e divulga uma

²⁸⁹ Evento realizado em maio de 1949 e responsável pela organização do 1º Congresso do Negro Brasileiro será analisado mais adiante.

carta de Deodoro da Fonseca, na qual o representante do Exército brasileiro solicitava da Princesa Isabel o fim da perseguição de escravos por soldados.²⁹⁰ Tanto a figura de Deodoro como a da Princesa Isabel são exaltadas como ícones na luta contra a escravidão. Nas palavras de Deodoro:

*“... eles, que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrifícios, esperam que o governo Imperial não consista que nos seus destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim , sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio da luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma”.*²⁹¹

O número cinco publica um artigo, especial para O Quilombo, do Senador Hamilton Nogueira em homenagem a Joaquim Nabuco. No texto, além de valorizar a atuação de Nabuco nas questões sociais, principalmente na luta contra a escravidão, a figura da princesa Isabel novamente é apresentada como redentora. Nas palavras do senador:

*“E com que carinho, com que admiração, ele se refere constantemente ao seu grande amigo negro (André Rebouças) e à Princesa Isabel, que preferiu a queda de sua dinastia, à sua consolidação com o sangue dos escravos”.*²⁹²

Novamente percebemos uma permanência do período anterior: a exaltação da atuação da Princesa Isabel em assinar a Lei Áurea. Se, atualmente, a assinatura da lei pela

²⁹⁰ Orestes Barbosa nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. De família humilde, fez carreira como jornalista e compositor, formando parcerias com Silvio Caldas, Francisco Laves, Ataulfo Alves, Noel Rosa, entre outros.

²⁹¹ Quilombo. Número 4. pg. 6.

²⁹² Quilombo. Número 5. pg. 6.

princesa é reavaliada, em meados do século XX, assim como no tempo da Frente Negra Brasileira, a figura da Princesa ainda era glorificada.

No sexto exemplar de Quilombo, a especificidade das relações raciais brasileiras volta a ser o tema central da coluna democracia racial. No maior texto publicado na coluna, escrito por Estanislau Fischlowitz, um caso de âmbito internacional é relatado, corroborando a imagem externa do Brasil no assunto em questão.

Primeiramente o autor, parceiro de Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Joaquim Ribeiro no livro “Relações de raça no Brasil”, publicado em 1950, identifica o período entre 1950 e 2050 como o “**século da questão racial**”, sendo este o próprio título do artigo. Fischlowitz narra as principais mudanças no mundo contemporâneo que promoveram uma “*revisão radical do equilíbrio interracial dos tempos passados*”.²⁹³ Segundo o autor, o declínio da Europa dividida, a falência do imperialismo europeu, o processo de emancipação política da Ásia e da África e o fortalecimento da URSS como grande potência, “*são sintomas (...) do fim da predominância da raça branca e do seu berço: o continente europeu*”.²⁹⁴ Há, portanto, em sua análise a idéia de uma “*revolução das relações internacionais e interraciais*”, sendo a própria luta dos “*países proletários*” contra os “*países burgueses*” um sinal dessa revolução, na medida em que esses países “burgueses” são, em sua maioria, países da “*raça caucasiana e da cor da pele branca*”.

A questão central, entretanto, é o relato de um fato ocorrido no verão de 1933, alguns meses após a ascensão de Hitler, na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Fischlowitz estava presente e pôde assistir a primeira participação internacional do governo nazista, através do discurso do Ministro Ley, chefe da Frente de Trabalho alemã.

“É inacreditável – gritou, gesticulando, com fúria, o bêbado ministro do Terceiro Reich – que eu, representante da Alemanha, não tenha senão o mesmo voto que compete aos países semi-selvagens de negros da América do Sul, como o Brasil”.²⁹⁵

²⁹³ Quilombo. Número 6. pg. 3.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

Fischolowitz afirma que o espanto foi generalizado, com a surpresa total dos representantes dos 48 países. A reunião foi interrompida e o incidente silenciado na imprensa, sendo revelado apenas por um jornal socialista de Dantzig. Após o ocorrido, Fischolowitz se dirigiu a Ley e questionou-o sobre o seu discurso, perguntando se a Alemanha não tinha maiores inimigos no mundo. A resposta foi reveladora:

*“- É preciso tornar as coisas bem claras e patentes: apesar das aparências contrárias, o inimigo nº 1 da nossa corrente nacional-socialista é, justamente, o Brasil. É esse país, e alguns outros da América Latina, que constituem a própria anti-tese da nossa ideologia racista com sua mesclagem programática, com suas idéias malucas de democracia racial. Temos que acabar com esse maior perigo para o nosso conceito de supremacia da raça branca, raça pura, raça líder”.*²⁹⁶

Fischolowitz, embora faça algumas considerações sobre a idéia de missão de uma nação, conclui, corroborando a linha da coluna:

*“ ... é de se indagar se realmente o Brasil não reúne vários elementos objetivos graças aos quais poderia assumir a missão de liderar, com êxito de antemão assegurado, o movimento de emancipação racial perante o qual se abrem no momento, nos primórdios do século da questão racial, perspectivas das mais interessantes e promissoras”.*²⁹⁷

Intelectual ligado ao movimento negro dos anos 1950, co-autor de um livro com Abdias Nascimento, reconhece a peculiaridade das relações raciais brasileiras, identifica características positivas e sugere a liderança no processo de “emancipação racial”, que segundo ele, já teria êxito de antemão assegurado. Além do reconhecimento por parte da própria militância “negra”, o artigo confirma o *status*, presente desde séculos anteriores,

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

do Brasil no cenário internacional. Nada é mais revelador e, a meu ver, mais reconfortante, do que ouvir de um integrante do governo nazista que o Brasil representava a antítese da sua ideologia. Ser identificado como o maior perigo para o sucesso da ideologia da supremacia da “raça branca”, assim como o inimigo número um da maior e mais sangrenta demonstração racista da história do século XX, são elementos que reforçam a imagem do Brasil como o país que melhor administrou as relações inter-étnicas. Foi também por esse motivo que a UNESCO selecionou o Brasil para realizar sua pesquisa sobre relações raciais, identificando no país o modelo de convívio harmonioso em oposição ao desastre do nazismo.²⁹⁸

A próxima edição, publicada em março de 1950, reuniu os números sete e oito em uma mesma publicação. O autor da coluna foi Ralph Bunche, negro norte-americano, representante da ONU, já citado no artigo anterior. O texto não foi escrito especialmente para O Quilombo, tratando-se da transcrição de um discurso pronunciado na Pensilvânia em outubro de 1949, por ocasião do aniversário da localidade. Assim como o outro discurso transcrito, trata-se de uma apresentação formal dos pontos fundamentais defendidos pela ONU como a valorização do homem e a luta por direitos iguais para todos.

O número nove, publicado em maio de 1950, retoma a valorização da mestiçagem em um artigo de Roger Bastide, especial para Quilombo, intitulado **O movimento negro francês**. Apresentando o contexto francês que, de acordo com o autor, possuía na época cerca de 2000 negros estudantes de liceus e universidades, Bastide cita o Brasil ao analisar o comportamento deste grupo no cotidiano da França.

“(...) muitos são filhos de chefes ou de reis e vivem em Paris com o dinheiro enviado por seus pais. Ao lado deles há bolsistas que saem do povo, mas que subiram pela inteligência e pelo trabalho (...)

*Possuem seus Centros, onde se reúnem; mas em geral preferem se misturar aos seus camaradas brancos, numa fraternidade análoga à do Brasil e, muitos se casam com jovens francesas, colegas de curso”.*²⁹⁹

²⁹⁸ O projeto UNESCO será brevemente analisado mais adiante.

²⁹⁹ Quilombo. Número 9. pg. 3.

Bastide reconhecia que havia um movimento de união entre franceses negros e brancos e que esse relacionamento muito se aproximava da **fraternidade** existente no Brasil. Identificava no grupo **Presença Africana**, dirigido por Alioune Diop e freqüentemente citado nas páginas do Quilombo, a principal força no processo de fusão de duas idéias aparentemente antagônicas: “a tomada de consciência dos valores puramente africanos e a assimilação do negro à civilização ocidental”.³⁰⁰ Bastide cita uma passagem de Sedar Senghor, que segundo ele, melhor exprimiu essa síntese:

*“A virtude da mestiçagem. Há dez anos que, da minha parte não deixo de clamar esta verdade contra todos os nacionalismos ou racismos. De fato, todas as grandes civilizações foram civilizações mestiças. Foi o caso de Sumer, do Egito, da Índia, da China, da Grécia. A missão da França será criar outra civilização mestiça, à qual a África traria, com seus dons de emoção e sua espiritualidade profunda, seus ritmos, suas cores, principalmente seu sentido de mito e o seu poder de fabulação; e a França, a razão, o espírito crítico, o método e também o gosto pela ação, sem o que os valores espirituais não passam de sonhos, a caridade, sem a qual a fé é impotente.”*³⁰¹

Nas palavras do próprio Bastide, pesquisador das relações raciais no Brasil:

*“Possa esta missão se cumprir ao mesmo tempo na França, pela introdução dos valores africanos, e na África, pela introdução dos valores europeus, como ela já se cumpriu no Brasil”.*³⁰²

Duas questões apresentam-se como centrais no artigo de Bastide. A primeira confirma, mais uma vez, o *status* brasileiro no cenário internacional. Assim como para a Alemanha nazista o Brasil representava a antítese de sua ideologia racista, para um intelectual francês, especialista em relações raciais, mais do que a própria tese, o Brasil

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem. (os grifos são meus).

representava a síntese concreta da mestiçagem, ainda em processo embrionário na França, mas já materializada no Brasil.

A outra questão se refere ao papel da cultura de origem africana, tal qual apresentada no artigo. A idéia de que a Europa contribuía com razão, método, espírito crítico, ação e caridade, enquanto a África com fé, emoção, espiritualidade, ritmos, cores, sentido de mito e poder de fabulação, ainda era aceita na época, embora apresentasse o negro relacionado ao folclórico e exótico, exclusivamente.

Segundo Bastide, podemos falar em sociedades “africanas” no Novo Mundo na medida em que podemos identificar “*pedaços inteiros das civilizações nativas desmoronando no novo meio de vida*”.³⁰³ Esta sobrevivência se inscreve muito mais no gestual, ou seja, em uma memória motora, do que em uma memória intelectualizada.

É claro que o contato com outras sociedades desencadeia um movimento em mão dupla. Por um lado, a busca do passado deixado e, por outro, a busca pela imperativa adaptação ao novo meio. A adaptação passa, sobretudo, pela busca de soluções e respostas a problemas e situações completamente inéditos, o que conduz, também, a elaboração de mecanismos originais. A segregação de casta ou de classe das “pessoas de cor” conduz a formação de sociedades “negras” que diferem tanto dos modelos brancos como dos africanos. A linha de cor, seja ela institucionalizada ou não, faz com que os negros vivam em um mundo à parte.

Bastide reconhece que na América Latina, diferente da América Anglo-Saxônica, há a substituição de uma sociedade de castas separadas e endógamas para uma sociedade de classes multirraciais. Todavia, a herança da escravidão faz com que os negros permaneçam ocupando as camadas mais inferiores da população. Embora, segundo o autor, a segregação não seja desejada, sendo, inclusive, repudiada pelo Estado, os negros permanecem vivendo à parte. Vale ressaltar, contudo, que a não segregação formal, somada às relações afetivas, não anula a linha hierárquica. Ao contrário, a reafirma, na medida em que recria uma situação de subordinação e de prestação de favores.

Assim como Florestan Fernandes, Bastide acredita que a emancipação criou um grave problema para os negros, visto que não estavam preparados para as novas ocupações urbanas. A mendicância, o alcoolismo e a vagabundagem foram os reflexos

³⁰³ Bastide, Roger. As Américas Negras. São Paulo: Difel, 1974. p. 178.

desse desajustamento. A ascensão irá acontecer pela incorporação e interiorização dos modelos de comportamento dos brancos. Mais do que a riqueza, são os valores e o comportamento que define essa classe média. Esse movimento de branqueamento será realizado pelas “elites”. As comunidades “negras” subsistem nos grupos populares.

As associações tradicionais, características das classes baixas, representam um importante papel no que se refere à sobrevivência e à solidariedade racial (Maracatus, reisados, Congos e, atualmente, as Escolas de Samba). As associações Modernas, características das classes médias, podem ser de dois tipos: associações recreativas (que marcam fronteiras de classes no interior da mesma cor) ou associações de defesa dos seus interesses econômicos e sociais, luta contra a segregação e protesto contra o preconceito. Em suas próprias palavras:

*“Em resumo, contra o processo de desagregação, contra a anarquia moral e sociológica, que sucedeu a supressão da escravidão, o negro reagiu, sob formas, sem dúvida, diversas segundo as regiões, mas sempre em uma mesma direção: a da constituição de uma comunidade homogênea e coerente.”*³⁰⁴

O fato dessas duas referências internacionais presentes no Quilombo serem a França e a Alemanha nos permite uma reflexão um pouco mais profunda, na medida em que os paradigmas formadores da identidade nacional e do próprio conceito de nação entre esses países são opostos, e nos auxiliam a entender suas diferentes opções.

O modelo da fusão, melhor definido, no caso brasileiro, a partir da argumentação freyreana de democracia social e ética, está presente na sociedade francesa através do modelo universalista de nação. De acordo com essa argumentação, os critérios formadores de uma nação estão voltados mais para princípios políticos do que para princípios naturais. Enquanto os princípios políticos pressupõem escolha, negociação, os princípios naturais revelam determinação. No cosmopolitismo iluminista, as nações não se constituem a partir de critérios naturais. Ocupações territoriais, grupos étnicos e

³⁰⁴ Idem. Pg. 192.

línguas são inconstantes, sofrem mutações freqüentemente, o que faria das escolhas políticas o elemento estruturador de uma nação. Parafraseando E. Renan, a nação seria “*um plebiscito de todos os dias*”.

No paradigma alemão, ao contrário, a nação não é uma negociação política. Os elementos formadores são dados naturalmente e devem ser preservados. O modelo da fusão é substituído pela fissão, no qual, ao contrário da unidade, buscam-se espaços preservadores das diferenças. Cosmopolitismo, universalismo e mestiçagem diluem as diferenças e, portanto, representam perigo ao modelo alemão de nação, que se sustenta na afirmação de uma peculiaridade genuína. Casa Grande e Senzala, publicado em 1933, mesmo ano da ascensão de Hitler, representa a contra-teoria do radicalismo racial da Alemanha. E o Ministro Ley estava ciente disso, mesmo que não o tivesse lido (o que é quase certo), ou que estivesse efetivamente embriagado.

Enquanto a Alemanha valorizava sua origem racial “pura”, ariana, a França, ao contrário, reconhece o povo francês como fruto da fusão de dois grupos: os francos (descendentes de germanos) e os gauleses (descendentes de romanos). Brasil e França possuem um mito fundador semelhante, poligênico e fusional, que se sustenta no ideário universalista e iluminista.

Mais adiante trataremos com mais vagar este assunto; no momento, vale ressaltar que a crítica a esse modelo é que esse suposto universalismo não passa de um particularismo que almeja impor um determinado padrão sócio-cultural particular como se fosse universal, anulando os demais. Para além das realidades históricas, é preciso analisar as diferentes escolhas, os diferentes modelos. Segundo Benedict Andersen, toda nação representa uma escolha, é sempre imaginada e se fundamenta em um mito fundador, que, muitas vezes, é construído contra a memória individual de seus cidadãos.³⁰⁵ Sendo o mito fundador uma escolha, uma criação, uma imaginação, está, a princípio, em contra-posição com o real. Nesse sentido, todo mito fundador é meio farsa, meio verdade. Farsa porque construído no âmbito simbólico e cultural, não se refletindo plenamente no âmbito real, no cotidiano daquela nação. Verdade porque faz parte da identidade daquela nação, refletindo os desejos e as estruturas sócio-culturais que fundamentam os laços e as identificações necessárias para a construção da nação. O mito

³⁰⁵ Anderson, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, .

da democracia racial brasileira não é mais farsa do que a democracia e liberdade norte-americana. Muito menos do que a invenção da superioridade dos germanos-arianos como raça. Tudo é farsa/verdade e revelam escolhas.

Em seu último exemplar, Quilombo traz na coluna um texto de Murilo Mendes que, embora tenha como eixo central o elogio a Katherine Dunham (antropóloga, coreógrafa e dançarina norte-americana que, na época, estava em turnê com sua companhia de dança), não escapa da defesa do modelo fusional. No artigo, Mendes, além de descrever momentos e informações técnicas sobre o espetáculo, chama a atenção dos leitores para o momento especial em que vivem. Momento no qual o fenômeno da negritude avança no mundo, inclusive no Brasil, onde *“os negros começam a tomar consciência viva da sua posição na comunidade brasileira – e o fazem por meio dessa grande via de acesso que é a cultura”*.³⁰⁶

Todavia, no último exemplar de Quilombo, a coluna democracia racial traz um alerta: *“desmanchemos também a separação entre arte negra e arte branca. Ameaça-nos uma forma de racismo às avessas. E não nos iludamos com os preconceitos existentes – mesmo no Brasil”*.³⁰⁷

O receio do racismo às avessas apresentado por Mendes sempre esteve presente na intelectualidade nacional. Nos anos 1950, contudo, o próprio Quilombo, porta-voz da militância negra, fazia esta advertência. Além disso, mais uma vez, notamos a preocupação com a segregação, com supostas arte negra e arte branca.

Para além do artigo, a presença de Katherine Dunham no Brasil foi conturbada por dois episódios relevantes, que foram detalhadamente discutidos no Quilombo e dizem respeito ao tema em questão. O primeiro refere-se à recusa de um hotel de luxo paulista em hospedar a atriz, por se tratar de uma “pessoa de cor”. O caso repercutiu nas páginas do Quilombo através da reprodução de um discurso do deputado Gilberto Freyre na Câmara dos Deputados. De acordo com a matéria:

“(...)coube ao deputado Gilberto Freyre, ilustre sociólogo e uma das figuras mais brilhantes da geração de pensadores brasileiros, tomar palavra,

³⁰⁶ Quilombo. Número 10. pg. 3.

³⁰⁷ Idem.

*na Câmara, e reclamar enérgicas providências contra tal agressão. Em vibrante discurso, teve a oportunidade de historiar a nossa luta e os resultados obtidos pelos homens de cor na sua batalha de recuperação culminando com a denúncia desses traidores dos seus irmãos brasileiros...*³⁰⁸

Nas palavras do próprio Freyre:

“(...) E este é o momento – o do ultraje à artista admirável cuja presença honra o Brasil – em que o silêncio cômodo seria uma traição aos nossos deveres de representantes de uma nação que fez do ideal senão sempre da prática da democracia social, inclusive a étnica, um dos motivos de vida uma das suas condições de desenvolvimento.

País incaracterístico na verdade de gente sem vontade própria, sem tradição própria, sem espírito seria o Brasil (...) se levasse a imitação de Chicago que de Chicago se assimilasse não só os grandes exemplos de trabalho e eficiência como os maus e mesquinhos de preconceito de cor e rivalidade entre raças (...)

E a base do que é paulista, brasileiro e cristão está na repulsa a quanto arianismo carnavalesco se queira desenvolver nesta parte da América. Foi o bandeirante mestiço que lançou as bases da grandeza de São Paulo e da expansão continental do Brasil. Foi o vigor do híbrido na América que continuou ampliou alargou a obra do colonizador português (...)

*No dia em que o Brasil para se mascarar de branco de neve como nas histórias da carochinha para se fantasiar de nórdico para se cair de ariano, renegasse suas origens mestiças ou a composição mestiça do grosso, do forte do substancial da sua população de sua cultura, o Brasil deixaria de ser nação para amesquinhar-se em sub-nação”.*³⁰⁹

Além do ato de racismo do hotel paulista e da conseqüente repulsa de Freyre na Câmara, outro acontecimento movimentou a passagem de Dunham no Brasil. A publicação de uma entrevista concedida ao Correio da Manhã com declarações polêmicas, gerando até mesmo uma nota explicativa de Dunham, publicada no Quilombo. O Correio da Manhã publicou a seguinte declaração de artista:

³⁰⁸ Quilombo. Número 10. pgs. 8 e 9.

³⁰⁹ Idem.

*“No Brasil, onde o problema não deveria existir, tive uma impressão desagradável ao ver um jornal feito por negros e para negros chamado “Quilombo”. Não é um título que me pareça adaptado segundo li nos seus livros – disse para Gilberto Freyre – e parece-me que aqui, onde o problema não é igual ao dos Estados Unidos, os negros devem ler a imprensa de todos, não se segregarem voluntariamente, o que pode dar resultados nefastos. Quando discuti esses problemas com o leader de um movimento negro disse-lhe: Você me faz lembrar Marcus Garvey”.*³¹⁰

A atriz, assim como Freyre no seu discurso, fez questão de ressaltar a diferença entre a realidade brasileira e a norte-americana no que dizia respeito à questão racial. Mesmo tendo sido, ela própria, vítima de discriminação racial no Brasil, Dunham alertou para o risco de uma possível segregação voluntária, que poderia trazer *“resultados nefastos”*, fortalecendo, ao invés de enfraquecer, o preconceito de cor no Brasil..

O mal estar entre a militância negra da época foi inevitável, principalmente devido à associação ao nome de Marcus Garvey, que segundo a própria Katherine Dunham, em conferência (com a participação de Freyre, que presidiu a mesa) que apresentou os resultados de sua pesquisa sobre **“O estado dos cultos entre os povos deserddados”** (publicada integralmente na mesma edição do Quilombo), era líder de um movimento radicalmente segregacionista. Garvey, jamaicano que emigrou para os EUA, fundou um movimento “sionista negro”, no qual defendia o retorno do grupo negro à terra africana. Garvey não aceitava a inclusão de mulatos no seu movimento.

A matéria do Quilombo, no entanto, defendia a atriz e responsabilizava a jornalista francesa do Correio da Manhã por ter mal interpretado as declarações de Dunham. Além disso, publicou integralmente a carta enviada pela atriz à referida jornalista, Yvonne Jean. Na carta, embora explicasse as suas declarações, justificando algumas frases que, segundo ela, foram retiradas do contexto, não desmentiu o que foi publicado. Após agradecer à publicação do artigo no Correio, relembrou o fato ocorrido no hotel em São Paulo, alegando que a sua objeção a que os negros do Brasil se segregassem do resto da comunidade estava calcada *“em bases puramente científicas”*. Todavia, considerava este fato *“um necessário e inevitável desenvolvimento da presente*

³¹⁰ Quilombo. Número 10. pg. 11.

situação de cor no Brasil. Em outras palavras, eu senti que em circunstâncias normais, um órgão para proclamar os sentimentos da população negra à parte do resto do Brasil, não seria necessário".³¹¹ A preocupação principal da atriz, neste momento, conforme sua declaração, era de não magoar os integrantes do movimento negro brasileiro e, particularmente, Abdias Nascimento, a quem muito admirava.

Guerreiro Ramos, que, ao lado de Gilberto Freyre, representava um dos maiores colaboradores do jornal, em um artigo especial para o Quilombo, com o título **Apresentação da Negritude**, encerra a análise da coluna democracia racial, confirmando a forte presença do ideal nacionalista e do projeto de unidade e homogeneidade característicos dos anos 1930.

*"O Brasil deve assumir no mundo a liderança da política de democracia racial. Porque é o único país do orbe que oferece uma solução satisfatória do problema racial. Com respeito aos homens de cor, oferecelhes a sociedade brasileira praticamente todas as franquias. E se há um problema dos homens de cor em nosso país, ele consiste eminentemente em exercitá-los, pela cultura e pela educação, para usar aquelas franquias."*³¹²

Guerreiro Ramos, assim como fez Fischlowitz, reconhecia o papel da liderança brasileira no processo de luta contra o racismo, na medida em que, em sua opinião, foi o Brasil o país que melhor enfrentou a questão racial. Além disso, do mesmo modo que a Frente Negra Brasileira, não reconhecia a sociedade brasileira como essencialmente racista. Havia sim casos isolados, que deveriam ser combatidos. Mas se os negros não estavam em todos os segmentos da sociedade é porque faltava exercitá-los, pela cultura e pela educação. Ramos continua:

"Entre nós, qualquer movimento de negros de caráter agressivo e isolacionista vem ferir de cheio a tradição e, conseqüentemente, torna-se mero caso de polícia. (...)"

³¹¹ Idem.

³¹² Quilombo. Número 10. pg. 11.(grifos meus)

*A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. Um elemento passional que se acha inserido nas categorias clássicas da sociedade humana. Humana, demasiadamente humana é a cultura brasileira, por isto que, sem desintegrar-se, absorve as idiossincrasias espirituais, as mais variadas. E até compõe com elas a sua vocação ecumênica a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é, assim, essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho”.*³¹³

Como Gilberto Freyre escreveu na edição inaugural do Quilombo, a cultura negra, de origem africana, deve ser preservada, desde que faça parte de um todo maior, nacional. Que a negritude não sirva para segregar e criar neo-africanos, mas que tenha como objetivo principal enriquecer a cultura brasileira.

Tradição brasileira humana, que absorve, que compõe. Compreensiva, tolerante, ecumênica, católica. Nada mais próximo da argumentação freyreana de democracia social, de sociedade harmônica, que ainda estava presente na militância negra dos anos 1950, seja pelo próprio Freyre, seja por outros intelectuais e/ou militantes. Já se vê que não é possível responsabilizar apenas Freyre e/ou a elite “branca” pelo “mito da democracia racial”, na medida em que os próprios militantes ajudaram a consolidar esta idéia. Do mesmo modo, concluir que a maioria dos brasileiros, incluindo o próprio movimento negro, agia desse modo por desinformação, inocência ou por mera assimilação de uma ideologia dominante criada para aquietá-los e camuflar os conflitos, seria, a meu ver, subestimá-los sobremaneira.

Até mesmo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, sociólogo crítico do mito da democracia racial, e simpático ao processo de identificação racial dos negros como estratégia de luta contra o preconceito, reconhece a “injustiça” sofrida por Freyre. Segundo ele, a expressão democracia racial foi utilizada pela primeira vez por Arthur Ramos em 1941, durante um seminário que discutia a democracia no mundo pós-fascista. Posteriormente, Roger Bastide publicou um artigo no Diário de São Paulo, em março de 1944, no qual também utiliza a expressão. Freyre, desde a década de 1930 utiliza a expressão democracia social e, a partir de 1943, também faz uso de democracia étnica, ambas, no entanto, com um sentido muito próximo, senão idêntico, ao da democracia

³¹³ Idem.

racial. Na literatura acadêmica a expressão somente começou a aparecer a partir dos anos 1950, com os trabalhos resultantes do projeto UNESCO. Já é fato bastante conhecido na historiografia que desde séculos anteriores o Brasil já transmitia a idéia de um país sem rígidas linhas de cor e/ou barreiras intransponíveis.

No contexto de ausência de democracia política, tanto no Brasil, com Vargas, como em Portugal, com Salazar, Freyre reforça a idéia de democracia social. Em suas palavras: “(...) *E sem democracia social, sem democracia étnica, sem democracia econômica, sem democracia sócio-psicológica que pode ser senão um artifício a simples democracia política?*”. O termo democracia racial, em Freyre, somente surgiu em 1962, no contexto das lutas pela descolonização das colônias portuguesas na África.

A Frente Negra Brasileira, na década de 1930, e o Teatro Experimental do Negro, já na década de 1950, não romperam com o ideal de democracia racial. Ambos reconheciam a peculiaridade das relações raciais brasileiras, o caráter mais harmônico e miscigenado da população. Não só não refutaram como reforçaram. Nas palavras de Abdias Nascimento, em sua fala inaugural do I Congresso do Negro Brasileiro:

*“Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para os outros povos de formação étnica complexa conforme é o nosso caso”.*³¹⁴

Se, por um lado, a democracia racial brasileira não deve ser compreendida como uma característica imanente e perene da sociedade brasileira, tampouco deve ser entendida como um logro forjado pelas classes dominantes brancas. Embora não represente plenamente a realidade histórica brasileira, elementos significativos desta mesma história foram utilizados como justificadores. Se a expressão pode ser facilmente datada, o seu caráter histórico não se limita à primeira metade do século XX. O seu sentido sócio-cultural foi construído e reconstruído em vários momentos da história do

³¹⁴ Quilombo. Número 10. pg. 1. (Transcrição do discurso pronunciado na ABI em 26/08/1950).

Brasil, desde o período da escravidão até os dias atuais. Enfim, mais que uma realidade histórica representa uma realidade sociológica e nos auxilia na compreensão das relações sociais brasileiras. O denominado “mito da democracia racial brasileira” deve ser analisado não como farsa e/ou mentira, mas, sobretudo, como uma escolha política e cultural baseada em um conjunto de práticas e tradições.

No entanto, nem todos compartilham dessa interpretação. Florestan Fernandes, por exemplo, identifica o mito da democracia racial brasileira como uma falsa consciência, fomentada por uma forte propaganda, envolvendo órgãos do governo e personalidades que deveriam, ao contrário, assumir uma postura crítica em relação ao nosso dilema racial. Segundo suas próprias palavras, “*os mitos existem para esconder a realidade*”³¹⁵ e, especificamente a idéia de democracia racial no Brasil serve como “*um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis.*”³¹⁶

O principal efeito do mito seria, para Fernandes, o de retardar as mudanças necessárias, na medida em que “*permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil*”.³¹⁷ Seria justamente neste ponto que o protesto negro assumiria uma função essencial, contestando e desmistificando a democracia racial brasileira.

No entanto, como podemos perceber, não houve um ataque direto à imagem de convivência democrática das “raças” brasileiras pela militância da primeira metade do século XX. No momento pós-república e pós-abolição o debate sobre identidade nacional, igualdade e brasilidade era inevitável. Não há República sem povo e, no caso brasileiro, não seria possível construir povo sem enfrentar a mestiçagem. Em busca de consolidar uma nação, o Brasil fundou o seu povo em bases concretas e empíricas, no mestiço. Não apenas parte significativa do Brasil aceitava, reconhecia e valorizava a peculiaridade de suas relações raciais. Outros países, principalmente após os horrores da Segunda Guerra, passam a identificar no país um verdadeiro “laboratório racial” que deveria ser pesquisado e utilizado como exemplo para todo o mundo.

³¹⁵ Fernandes, Florestan. Significado do Protesto Negro. São Paulo: Cortez, 1989. p. 13.

³¹⁶ Idem. p. 14.

³¹⁷ Idem. p. 15

7- O Congresso do Negro Brasileiro

Já no primeiro exemplar, Quilombo anuncia a realização da Conferência do Negro Brasileiro, ocorrida em maio de 1949, na sede da A.B.I.. O objetivo desse encontro seria realizar um trabalho preparatório para o Congresso do Negro, previsto para 1950, centenário do fim do tráfico de escravos.

Identificando o desconhecimento que os “pretos” têm de si próprios, assim como a influência desse fato na condição de atraso em que se encontram, o TEN propôs com a Conferência e, posteriormente, com o Congresso, incentivar o estudo dos problemas relativos ao “negro”. Mais uma vez os organizadores chamaram a atenção para o desprovimento do caráter político-partidário do evento. A intenção era não apenas contar com os renomados pesquisadores e estudiosos do tema, como ocorreu com os Congressos Afro-Brasileiros da década de 1930, mas, sobretudo, ouvir também os líderes, as associações de “gente de cor”, enfim, o próprio povo. Este seria o grande diferencial em relação aos congressos que ocorreram anteriormente.

Os organizadores no I Congresso do Negro Brasileiro faziam questão de demarcar na história o lugar do evento. Seria algo inédito, na medida em que, conforme dito acima, os Congressos Afro-Brasileiros, realizados nos anos 1930, seriam, segundo eles, exclusivamente acadêmicos.

O 1º Congresso Afro-Brasileiro foi organizado por Gilberto Freyre e realizado em Recife, no ano de 1934.³¹⁸ Segundo o próprio Freyre, foi um evento independente, não recebendo nenhum apoio do governo ou de qualquer instituição política ou religiosa.³¹⁹

Segundo Júlio Cláudio da Silva, podemos identificar, nos anos 1930 e 1940, um período no qual há uma ampliação e sistematização dos estudos acadêmicos voltados para a análise e compreensão do papel das populações e culturas de origem africana. Os intelectuais debruçam-se sobre os estudos afro-brasileiros. Os temas privilegiados, conforme podemos perceber ao analisar os títulos dos principais trabalhos apresentados,

³¹⁸ Ver: *Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

³¹⁹ Ver: Silva, Júlio Cláudio da. *O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-Racismo em Arthur Ramos (1934-1949)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2005. p. 14.

referiam-se ao folclore, literatura, língua, religião, história, saúde, condição social, arte, culinária e educação.³²⁰

Esta seria a principal crítica feita pela liderança do TEN aos Congressos da década de 1930. Privilegiavam temas culturais e não se preocupavam com a discussão dos problemas e as respectivas soluções para a vida do negro. Os intelectuais que participaram do conclave - entre eles Mario de Andrade, Arthur Ramos, Melville Herskovits, Edson Carneiro, Luis da Câmara Cascudo, Jorge Amado, A. Austregésilo, Ulisses Pernambuco e o próprio Freyre - focaram suas contribuições no aspecto religioso e folclórico.

No entanto, Donald Pierson nos sugere outra interpretação. O autor reconhece que o interesse dos congressistas limitava-se, quase inteiramente, no tráfico de escravos, na escravidão, nas sobrevivências culturais africanas e nas variações antropométricas, revelando uma ausência de preocupação com os conflitos raciais. Todavia, nos chama atenção para a diversidade dos participantes. O caráter informal do evento teria reunido não apenas intelectuais, mas também líderes religiosos, cozinheiras, negros de engenho... Paralelamente, o interesse nas práticas culturais de origem africana não seria classificado pelo autor como um mero tratamento exótico ou pitoresco às “coisas de negro”. O interesse refletiria a valorização e a busca de “*parte grande e viva da verdadeira cultura brasileira*”.³²¹

Além da não exclusividade da participação de intelectuais e do interesse pela cultura afro-brasileira como um processo investigativo da cultura nacional, Pierson identifica três trabalhos como reflexos diretos da preocupação pelas relações raciais. “A mestiçagem no Brasil como fator eugênico” – apresentado por A. Austregésilo -; “Os mestiços e o problema da degenerescência” e “A causa social da degenerescência em oposição à causa racial” indicariam uma sincera preocupação com o problema das relações raciais no país.³²² Mais do que isso, esses trabalhos teriam atacado as teses de inferioridade do africano e da degenerescência como resultado inevitável da mestiçagem.

³²⁰ Ver, Silva, Júlio Cláudio. Op. Cit.

³²¹ Pierson, Donald. Branços e Pretos na Bahia (Estudo de Contato Racial). _ São Paulo: Companhia editora Nacional, ... p. 252.

³²² Na descrição dos trabalhos do Congresso, realizada por Júlio da Silva, não estão listados os dois últimos trabalhos citados por Donald Pierson.

Valorizaram a mestiçagem como a principal responsável pelas características positivas do brasileiro.

No trabalho apresentado por Édson Carneiro – “A situação do negro no Brasil” – por exemplo, o autor concluía que as diferenças entre negros e brancos seriam reflexos do grau de instrução e educação, e não de diferenças biológicas.

O 2º Congresso Afro-Brasileiro realizou-se na Bahia, em 1937. Organizado por Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz, também assumiria um caráter mais “científico” e voltado para a valorização positiva das populações e culturas de origem africana. Contribuíram com o evento, entre outros, Melville Herskovits, Clóvis Moura, Arthur Ramos, Donald Pierson, Jorge Amado, além, é claro, dos próprios organizadores, Édson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz.

Reunindo intelectuais ligados à chamada Escola Baiana, podemos identificar dois trabalhos em homenagem a Nina Rodrigues, além de vários outros dedicados as manifestações religiosas. Segundo Júlio Cláudio da Silva, o Congresso obteve apoio de “terreiros” da Bahia, assim como do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo (sob a direção de Mario de Andrade), do Instituto Histórico da Bahia e do Instituto Nina Rodrigues.

Assim como ocorreu no primeiro certame, embora o foco tenha sido o debate de caráter acadêmico, podemos perceber o desenvolvimento de uma importante discussão que refletia uma demanda dos negros brasileiros: a liberdade dos cultos de origem africana. Segundo Arthur Ramos, a União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia teria sido resultado do 2º Congresso. Reunindo cerca de setenta candomblés, lutaria pela liberdade religiosa dos negros.³²³

Enfim, o que podemos concluir é que, embora a maioria dos trabalhos apresentados nos dois Congressos Afro-Brasileiros realizados na década de 1930 tenha versado sobre manifestações folclóricas e religiosas, também houve um debate envolvendo os principais temas da época que faziam parte das demandas dos negros. O 1º Congresso combateu a tese de inferioridade do negro e do mestiço, assim como faziam os fretenegrinos. O 2º Congresso debateu a questão da liberdade de culto, uma das principais demandas dos negros da Bahia, local do evento. Não havia, portanto, apenas um tratamento pitoresco e

³²³ Ver, Silva, Júlio Cláudio. Op. Cit. P.46.

exótico dos assuntos relativos aos negros. Segundo Arthur Ramos, havia sim a participação de afro-descendentes nesses eventos, interessados nos estudos dos seus problemas, assim como de suas respectivas soluções.³²⁴

De todo modo, assim como os organizadores dos Congressos da década de 1930 demarcavam a importância dos seus eventos, a liderança do TEN também buscava valorizar e exaltar o ineditismo do I Congresso do Negro Brasileiro. Entre os trabalhos apresentados no Congresso de 1950, podemos perceber a permanência de vários temas relacionados ao aspecto cultural, folclórico e religioso. No entanto, o direcionamento e a valorização eram mesmo para os debates acerca do “problema do negro” no Brasil.

A Conferencia do Negro Brasileiro, evento preparatório do Congresso de 1950, realizou-se entre os dias nove e treze de maio de 1949.³²⁵ Além das lideranças ligadas aos TEN, prestigiaram também representantes da Sociedade Recreativa Floresta Aurora (Porto Alegre), da Turma Alvi-Verde e do Grêmio Cruz e Souza (Juiz de Fora), da União dos Homens de Cor (Distrito Federal), e do Pittsburgh Courier (EUA).³²⁶ Além dos representantes das associações, Quilombo utiliza quase uma página inteira informando alguns nomes que estiveram presentes na Conferência.³²⁷

A abertura do evento foi realizada por uma mesa composta por Castro Barreto (ex-presidente do SESI), Carlos Sampaio (representante do Dep. Nacional de Educação), Lourenço Filho, Paul Vanorden Shaw (representante da ONU no Brasil), Maria Manhães

³²⁴ Ídem

³²⁵ Informações obtidas no jornal Quilombo.

³²⁶ De acordo com pesquisa desenvolvida por Júlio Cláudio da Silva, a presença de George Schuyller - representante do Pittsburgh Courier - à Conferência esteve condicionada a um parecer positivo de Arthur Ramos. A análise das correspondências de Ramos demonstrou que o jornalista negro norte-americano identificava no intelectual brasileiro uma referência, conferindo às suas opiniões confiança e autoridade. A participação na Conferência seria o início de uma estreita relação entre Schuyller e Abdias Nascimento, assim como entre o Pittsburgh Courier e o Quilombo. Silva, Júlio Cláudio. O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-Racismo em Arthur Ramos (1934-1949). Dissertação de Mestrado. PPGH – UFF, 2005.

³²⁷ Entre os nomes citados temos: Castro Barreto, Paul Vanorden Shaw, Romão da Silva, Solano Trindade, Joviano Severino de Melo, João Conceição, Ironides Rodrigues, Péricles Leal, Sebastião Rodrigues Alves, Isaltino Veiga dos Santos, José Pompílio da Hora e muitos outros.

(médica do Dep. Nacional da Criança) e, por fim, Guerreiro Ramos. Abdias Nascimento e Édison Carneiro também discursaram na solenidade de abertura.

Entre os dias dez, onze e doze foram apresentadas e discutidas as teses inscritas. Guerreiro Ramos foi o responsável pela leitura da tese de Roger Bastide que, embora tenha enviado um trabalho versando sobre “Ilhas Culturais, Consciência de Cor e Enquistamento Étnico”, não compareceu ao evento. Os outros trabalhos apresentados foram: 1) Contribuição do Stock Negro à Formação da População Brasileira; 2) Gente Negra em face da Assistência Social; 3) Preconceito nas escolas; 4) Alfabetização nos morros; 5) Machado de Assis e Lima Barreto; 6) Preconceito de cor nos contratos de trabalho; 7) Problemas femininos; 8) Situação do estudante secundário de cor; 9) Organização do trabalho doméstico; 10) União de brancos e pretos para a conquista da educação; 11) Preconceito do negro contra o negro; 12) Educação da jovem negra em face da prostituição; e, por fim, 13) O problema do trabalho para o negro.

Podemos notar um grande foco na questão educacional, uma grande preocupação com o cotidiano dos estudantes negros. Por um lado, há o interesse em desenvolver atividades que acelerem o desenvolvimento do grupo. Por outro, há a preocupação com o preconceito sofrido por esses estudantes. Além da educação, o preconceito e as atividades profissionais foram os temas mais debatidos. Os trabalhos apresentados na Conferencia pareciam atender as expectativas dos organizadores, direcionando as discussões para o entendimento e a resolução dos problemas atuais dos brasileiros negros. As teses discutidas na Conferencia preparatória do Congresso confirmavam o diferencial proposto pelas lideranças do TEN. Todavia, como veremos, o temário definido no mesmo evento será marcado pela permanência de temas relacionados à cultura, folclore, religião e línguas, característicos dos Congressos da década de 1930.

A mesa da cerimônia de encerramento, realizada em treze de maio, contou com a presença de Paul Vanorden Shaw, Mercedes Batista (Rainha das Mulatas de 1948) e a comissão organizadora (Édison Carneiro, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento). Após a leitura do Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro (baseado, segundo os organizadores, pelos trabalhos, teses, indicações e sugestões da Conferência), George Schuyller proferiu um breve discurso (traduzido por João Conceição) e Abdias Nascimento, acompanhado de Ruth de Souza, declamaram poemas de Castro Alves

(“Vozes d’África” e “Navio Negreiro”). O discurso de encerramento coube a Arthur Ramos que, além de enaltecer os responsáveis pela organização, traçando seus perfis, consagrou os *“esforços da gente negra em busca da melhoria de seu nível educacional, cultural, econômico e social”*.³²⁸

O Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro - publicado integralmente na terceira edição do Quilombo - foi dividido em seis partes, a saber: História, Vida Social, Sobrevivências Religiosas, Sobrevivências Folclóricas, Línguas e Estética. Cada um desses temas era organizados em sub-temas conforme a indicação abaixo:

1) História: tráfico de escravos e migração interna; castigos e o trabalho escravo nas lavouras, nas minas e o trabalho doméstico; os quilombos e as revoltas; a campanha abolicionista e a contribuição do negro; a comercialização, o valor e o mercado de escravos; a participação do negro na expulsão dos holandeses, nas Bandeiras, na Guerra do Paraguai, na Inconfidência Baiana, na Independência e na Revolta da Armada; e, por fim, figuras eminentes de negros.

2) Vida Social: condições gerais de vida da população de cor; aspectos demográficos e estatísticas; hábitos, educação, profissão, associações; aspectos patológicos, criminalidade, prostituição, vadiagem, alcoolismo e doenças; status social e padrão de vida; assimilação e aculturação, o contato de raças e a importância histórica e social do mulato; organização e desenvolvimento do espírito associativo.

3) Sobrevivências Religiosas: nagôs, gêges, candomblé, umbanda, tambor de mina, pajelança, feitiçaria e sincretismo religioso; organização e funcionamento das casas de culto; curandeirismo; música, dança e canto rituais.

4) Sobrevivências Folclóricas: folguedos, bumba-meu-boi, maracatus, afoxés, rodas de samba, makulêlê, frevo, batucadas, congos, cordões carnavalescos e escolas de samba; disputas dialogadas e o Pai João; formas de luta, capoeira, batuqueiros e pernada; o negro e o mulato no folclore nacional; contos populares de procedência africana.

³²⁸ O trabalho anteriormente citado localizou um manuscrito de Arthur Ramos intitulado: “Estudos sobre o Negro”, com anotações sobre Guerreiro Ramos, Édson Carneiro e Abdias Nascimento e sugestões para o Congresso. Provavelmente tenha sido a preparação para o discurso de encerramento da Conferência em questão. Ver; Silva, Júlio Cláudio. Op. Cit. Pg.103

5) Línguas: As línguas faladas nos anos da escravidão e atualmente, modificações do português devido às línguas africanas; importância do nagô, do gegê e do quimbumdo; sobrevivências lingüísticas.

6) Estética: o negro e a escravidão como temas de literatura, teatro, artes plásticas; participação do negro e do homem de cor na evolução geral das artes no Brasil; as artes a serviço da causa abolicionista; as artes como meio de valorização social do negro e do homem de cor.

Como indicado anteriormente, notamos uma enorme semelhança entre este temário e os temas desenvolvidos nos Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937, criticados pelos organizadores do I Congresso do Negro Brasileiro. Dos seis itens, apenas um apresenta um caráter diferencial. O item dois, ao discutir a vida social e os problemas atuais dos negros, atenderia o objetivo proposto pelos organizadores, incorporando os resultados de pesquisas acadêmicas em ações práticas, em prol da resolução dos principais problemas enfrentados pela população de cor.

Durante a Conferência também ficou definido a comissão organizadora do Congresso. Caberia à Comissão de Preparação tomar todas as providências relativas à propaganda, inscrição de congressistas, recebimento de teses etc.³²⁹

A edição de fevereiro de 1950 já anuncia a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro, a se realizar entre 26 de agosto e 4 de setembro, na sede da A.B.I., no Distrito Federal. A matéria destaca que a ligação deste Congresso com os realizados anteriormente no Recife (1934) e na Bahia (1937) é remota. Isto porque aqueles foram exclusivamente acadêmicos, enquanto este contaria com a cooperação e participação popular. De acordo com nota publicada no Quilombo, em 1950:

³²⁹ A Comissão Organizadora Central era formada por Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Édison Carneiro. A Comissão de Preparação do Distrito Federal, sede do evento, foi composta por: Guiomar Ferreira de Matos (advogada); Elza Soares Ribeiro (Chefe do Departamento Trabalhista da rádio Maúá e da seção de empregos do SESI); José Pompílio da Hora (advogado e professor); Irônides Rodrigues (acadêmico de Direito e professor); Reinaldo dos Santos (médico); Haroldo Costa (estudante secundário); Isaltino Veiga dos Santos (Inspetor do Ministério do Trabalho); Artur Cezar Ferreira Reis (historiador e alto funcionário do Ministério do Trabalho) e Joaquim Ribeiro (escritor e diretor do Museu do Negro – departamento ligado ao Instituto Nacional do Negro).

*“Aliás, é essa participação das massas de cor nos trabalhos do Congresso que fixará a diferença de objetivos existentes entre este e os anteriores Congressos Afro-Brasileiros do Recife e da Bahia, em que predominou unicamente o interesse pela pesquisa e não o interesse do próprio homem de cor em traçar normas para o seu futuro”.*³³⁰

Ciente da existência de uma população de cor consciente, o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950, buscou, segundo seus organizadores, “*encontrar modos e maneiras de prover o bem estar social de treze milhões de negros e mulatos do Brasil*”.³³¹ A supressão das deficiências de estudo da gente negra seria alcançada com a parte técnica e acadêmica, também presente; todavia, seria o caráter “ativo”, “popular” e “prático” o responsável pelo avanço em comparação com os realizados anteriormente.

Além da Comissão do Distrito Federal, os organizadores buscam a criação de Comissões Regionais. Para isso, emitiram convites, entre outros, para Roger Bastide, José Correia Leite e Florestan Fernandes (São Paulo); Thales de Azevedo (Bahia); Pinto Ferreira (Pernambuco); Câmara Cascudo (Rio Grande do Norte) etc.

Embora tenha sido inaugurado em 26 de agosto, a apresentação dos trabalhos teve início em 28 de agosto e ficou assim organizada:

- Dia 28 de agosto de 1950 –

1- A influência do bantu no idioma do Brasil (**extraviada**)

Tese de Paranhos Antunes – Relator: Padre Pedro Schoonakker

2- O Quilombo da Carlota (**extraviada**)

Tese de Édson Carneiro – Relator: Roger Bastide

3- Os Palmares (**Não aprovada** pela Assembléia de Congressistas)

Tese de José da Silva Oliveira – Relatos: Édson Carneiro

4- Escravidão e Abolicionismo em São Paulo (**extraviada**)

Tese de Oracy Nogueira – Relator: Roger Bastide

5- Origem de um jogo popular (reservada para a **próxima publicação**)

³³⁰ Quilombo. Número 9 ,pg. 3.

³³¹ Quilombo. Número 9. pg. 3.

Tese de Veríssimo de Melo – Relator: Egberto Ferreira de Almeida

- Dia 29 de agosto de 1950 –

6- Apreciação da raça negra pelo positivismo (**extraviada**)

Tese de Venâncio F. Veiga – Relator: Orlando Aragão

7- **A posse útil da terra entre os quilombolas**

Tese de Duvitiliano Ramos – Relator: Édson Carneiro

8- **Há um problema do negro no Brasil?**

Debate em mesa redonda

- Dia 30 de agosto de 1950 –

9- Iemanjá e a mãe d'água (**extraviada**)

Tese de Édson Carneiro – Relator: Sebastião Rodrigues Alves

10- Fundamentos filosóficos do Direito africano (**extraviada**)

Tese de Aníbla Souza – Relator; Padre Pedro Schoonakker

11- Nível geral do preto no Brasil (**não aprovada** pela assembléia de congressistas)

Tese de Edgar Theotonio Santana – Relator: Walfrido Moraes

12- **O negro – o preconceito – meios de sua extinção**

Tese de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo–Relator: Abdias Nascimento

13- Inutilidade dos Congressos (**não aprovada** pela assembléia dos congressistas)

Tese de José Bernardo da Silva – Relator: Aguinaldo Camargo

14- Escravidão e Abolição em Areias (**extraviada**)

Tese de Luiz Pinto – Relator: Guiomar Ferreira de Matos

15- O problema do Negro (**não aprovada** pela assembléia dos congressistas)

Tese de Onofre Francisco Eva – Relator: Abdias Nascimento

- Dia 31 de agosto de 1950 –

16- História do Nagô – Pátria dos Cambindos (**extraviado**)

Tese de Aníbal Souza – Relator: Édson Carneiro

17- Negros Deformados (**extraviado**)

Tese de Domingos Vieira Filho – Relator: Carlos Galvão Krebs

18- **O Negro na Ilha de Marajó**

Tese de Nunes Pereira – Relator: Édson Carneiro

19- Influência da língua negra na língua portuguesa (**próxima publicação**)

Tese de Celso Alves Rosa – Relator: João Nepomuceno

20 – Axé de varas (**próxima publicação**)

Comunicação Oral de Carlos Galvão Krebs

21- Escultura de origem negra no Brasil (**próxima publicação**)

Contribuição de Mário Barata.

22- Música folclórica (**próxima publicação**)

Comunicação oral de Darci Ribeiro

23 – Beleza racial do negro (**próxima publicação**)

Contribuição oral e exposição fotográfica de Luís Alípio de Barros

24- Substituição na “Feitura do Santo” (**próxima publicação**)

Comunicação oral de Carlos Galvão Krebs

25- **O negro e a campanha de alfabetização**

Indicação de Roberto J. Tevês – Relator: Guerreiro Ramos

26- Discriminação Racial em São Paulo (**extraviada**)

Tese de Franklin Golden e Albertino Rodrigues – Relator: Guerreiro Ramos

- Dia 1º de setembro de 1950 –

27- **Sobre o trabalho doméstico**

Contribuição oral de Guiomar Ferreira Matos

28- **Fórmula étnica da população da cidade de Salvador**

Tese de Thales de Azevedo – Relator: Darci Ribeiro

29- **A criminalidade negra no estado de São Paulo**

Tese de Roger Bastide – Relator: Charles Wagley

30- **UNESCO e relações de raça**

Tese de Guerreiro Ramos – Relator: Darci Ribeiro

31- Estética da negritude (**próxima publicação**)

Tese de Irônides Rodrigues – Relator: Abdias Nascimento

32 – Sonho de Negros (**próxima publicação**)

Tese de Roger Bastide – Relator: Aguinaldo Camargo

- Dia 2 de setembro de 1950 –

33- Música negra (**próxima publicação**)

Tese de Rosa Gomes de Souza – Relator: Aníbal Souza

34- Posição do escravo na sociedade brasileira (**extraviado**)

Tese de Amauri Porto

35- Instituto Nacional do Negro e relações com a África

Indicação de Aldemário Sanziel (**retirada pelo próprio autor**)

Dos 35 trabalhos apresentados (26 teses, 3 comunicações orais, 3 contribuições orais, 2 indicações e 1 mesa redonda), 11 foram extraviados, 10 não foram publicados, 4 não foram aprovados e 1 foi retirado pelo próprio autor. Enfim, o que realmente foi publicado como os Anais do Iº Congresso do Negro estão reduzidos a apenas 9 trabalhos. São eles: 6 teses, 1 contribuição oral, 1 indicação e a mesa redonda, assim como, as solenidades de abertura e encerramento do Congresso. Além disso, há a reprodução de alguns debates e pareceres de trabalhos que, ou foram extraviados ou foram reprovados.

Logo de início podemos perceber que a orientação proposta pelo Temário, definido na Conferência, foi quase que completamente alcançada.

O Congresso organizado pelo TEN, como já foi explicitado, possuía como objetivo central inaugurar uma nova fase de estudos sobre o negro no Brasil, aproximando a face acadêmica à militância política, sendo capaz, portanto, de conduzir a resultados práticos. Em sua fala inaugural, Abdias Nascimento reiterava o espírito ainda vivenciado pela militância negra de meados do século XX:

“Porque os brasileiros de cor (...) estão praticamente liderando a elaboração de um pensamento, precipitando e forçando a cristalização de uma política racial cujo conteúdo ideológico se encontra em nossa tradição, em nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram a supremacia de um grupo étnico sobre os representantes de outras raças. Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa, conforme é o nosso caso”.³³²

Nascimento indicava os próprios “brasileiros de cor” como os responsáveis pela cristalização de uma política racial que se baseia em nossa tradição histórica, segundo a qual não há supremacia de um grupo étnico sobre outro. Além disso, reconhecia a idéia da democracia racial como benéfica, inclusive para servir de modelo para outros povos. No mesmo discurso, não negou ou diminuiu os aspectos negativos do cotidiano dos negros, todavia, diagnosticou o problema não no preconceito ou no racismo, mas na falta de oportunidades de ascensão econômica e educacional.

Na inauguração do evento também foi feita uma Moção de Homenagem, voltada para brasileiros que, segundo os organizadores, fizeram justiça ao negro e ao homem de cor. Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Manuel Querino e, em especial, Arthur Ramos, foram homenageados pelo Congresso como aqueles que fizeram justiça ao negro brasileiro.³³³ A Moção é finalizada ressaltando que o Congresso obedece aos mesmos princípios de justiça e de fraternidade pelos quais Arthur Ramos se bateu.

³³² Anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro. In: Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: GRD, 1968. (grifos meus).

³³³ Na ocasião da morte de Arthur Ramos, em 1949, O Quilombo publicou uma matéria sob o título: **“A morte de um grande amigo”**. De acordo com o texto: *“Com a morte de Arthur Ramos, o negro brasileiro perde um dos seus melhores amigos e um dos seus mais lúcidos advogados. (...)O que caracteriza os seus trabalhos sobre o negro é a seriedade científica com que tratou o problema, sem se deixar levar pela falsa piedade cristã, nem pelo lirismo dos saudosistas, nem pelos ares paternais que tomam certos escritores e nem, muito menos, pela demagogia. (...)Pode-se dizer que Arthur Ramos, tratando o negro como homem, lhe fez a justiça que há tanto estava tardando. (...)Tivemos a honra de vê-lo como um dos colaboradores de Quilombo. (...)Muito teremos ainda de aprender com os seus volumes sobre o negro (...), e, enfim, com a grande lição de tolerância e de inteligência, de amor ao estudo e ao seu povo, que foi a sua vida.”* Quilombo. No 5, pg 3.

De acordo com o Regimento Interno do certame, os membros do Congresso com direito a voto eram: a) representantes de instituições culturais; b) pessoas especialmente convidadas; e c) autores de teses, memórias, indicações etc. A mesa de cada plenária será constituída por um presidente (escolhido por aclamação), dois secretários e vogal, sendo um dos secretários, obrigatoriamente, um dos membros da Comissão de Organização.

Também de acordo com o mesmo Regimento, as teses e demais contribuições não seriam apresentadas diretamente ao Congresso. As análises, discussões e aprovações por parte dos congressistas seriam fundamentadas em um parecer, desenvolvido por um relator previamente indicado. Já no primeiro dia de desenvolvimento dos trabalhos, essa questão viria à tona e seria elemento de polêmica.

- 1º Dia -

A primeira mesa teve como presidente Luis Aguiar da Costa Pinto. Como já informado na relação acima, das cinco teses apresentadas neste dia, três foram extraviadas, uma foi rejeitada e a última foi reservada para uma segunda publicação. Portanto, nenhuma foi publicada nos Anais. Todavia, três delas tiveram os seus respectivos pareceres publicados, acompanhados, inclusive, da transcrição das discussões que ocorreram na plenária. Os pareceres de todas as teses tinham em média uma ou duas laudas, onde constavam as principais informações da tese em questão, assim como a indicação de aprovação ou veto para a inclusão nos Anais do Congresso.

A tese “Os Palmares”, de José da Silva Oliveira não recebeu aprovação de Édson Carneiro, o relator designado. Segundo Carneiro, “o trabalho do Sr. José da Silva (que não estava presente) não merece o nome de tese; o autor, em duas tiras de papel almaço, escritas à máquina, pretende estudar quilombos, revoltas de escravos e Palmares. A sua informação é nenhuma”.³³⁴ O parecer foi rapidamente aprovado pela plenária.

As teses – “O Quilombo da Carlota”, de Édson Carneiro e “Escravidão e Abolicionismo em São Paulo”, de Oracy Nogueira - tiveram seus pareceres

³³⁴ Anais. Pg 275 In; Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro; Ed. RGD, 1968

desenvolvidos por Roger Bastide e publicados nos Anais. A transcrição das discussões ocorridas após a leitura do pareceres também foi publicada, constituindo-se, em média, de quatro laudas cada uma. De acordo com as transcrições, a polêmica que ganhou espaço no primeiro dia de trabalho foi exatamente o não acesso dos congressistas as teses originais.

Joviano Severino de Melo, presidente da Associação dos Homens de Cor do Distrito Federal questiona:

*“Estamos aqui para tomar conhecimento dos ensinamentos que este Congresso vai trazer para nós. As teses são já recebidas dentro de envelopes. Não está direito. Precisamos de liberdade e conhecimento; se não, para que estamos nós aqui?”*³³⁵

Joviano de Melo sugere que a leitura e discussão da tese sejam feitas por comissões, formada por grupos de congressistas, e não apenas pelo relator. Um representante da Bahia, outro congressista não identificado, Dionísio Alves, Rubem da Silva Gordo e Jorge Prado Teixeira concordaram com a sugestão de Joviano de Melo, acreditando que o melhor procedimento seria que as teses fossem analisadas por comissões e não apenas pelo relator.

Édson Carneiro, autor da tese, em seu discurso afirma que a tese trata “apenas de narração história do Quilombo da Carlota, em Mato Grosso; a destruição dos quilombos e a marcha pelo sertão em busca de ouro”. Ao defender a estratégia adotada pelo Congresso, ressalta que a Comissão de organização não tinha recursos para reproduzir as teses e conclui:

*“Acho que nesse ponto, ou somos práticos, ou não sairemos daqui, porque infelizmente, não sabemos fabricar dinheiro, e não somos donos de papelaria ou tipografia”.*³³⁶

³³⁵ Anais pg. 187

³³⁶ Anais pg 189

Antes de Costa Pinto, presidente da mesa, encaminhar a proposta, designar a tal comissão (formada inicialmente por Jorge Teixeira e o representante da Bahia) e encerrar o debate, Jorge Teixeira manifesta-se:

*“Acho que essa medida (a formação da comissão por congressistas para analisarem as teses) possa ser plenamente exeqüível, porquanto aqui estamos de todo os estados do Brasil, única e exclusivamente para esse fim, e, por conseguinte, o tempo durante o dia, que é gasto em passeios, seria gasto em trabalho”.*³³⁷

Ainda no primeiro dia de trabalho podemos constatar a presença de Darci Ribeiro. Durante a discussão da tese de Oracy Nogueira, Darci Ribeiro elogia o trabalho, especialmente pelo fato deste questionar, segundo ele, a tendência entre nós de *“colocar a escravidão como uma quadra de boas relações, como uma quadra de nossa história em que brancos e negros viviam muito bem, em que os brancos tratavam os negros com grande respeito.”*³³⁸

Mais uma vez, Joviano de Melo se manifesta, acreditando, ao contrário do exposto por Darci Ribeiro, que o melhor é esquecer os tempos da escravidão, o tratamento selvagem e brutal. Este seria um caminho para afastar ódios e ressentimentos. A questão que deveria ser elemento de análise é o porquê da lei de igualdade ainda não ser aplicada plenamente.

Rodrigues Alves e Dionísio de Souza, desta vez, discordam de Joviano de Melo, comparando-o, inclusive, com o “Águia de Haia” (Rui Barbosa). Ambos acreditavam que o conhecimento e o estudo do passado apresentavam-se como essenciais e, ao contrário da justificativa utilizada por Joviano de Melo, defenderam a tese de que o estudo da história contribuiria para a harmonia. Por um lado, permitia que o branco reconhecesse seu erro e a enorme colaboração realizada pelos negros. Por outro, ao comparar o tratamento conferido ao negro no período escravocrata e o tratamento recebido naquele

³³⁷ Anais pg. 190

³³⁸ Anais pg. 201

momento, “*só teríamos motivos de prazer*”. Tornava-se necessário reconhecer e glorificar as lutas do passado, valorizando a igualdade conquistada.

Costa Pinto encerra o primeiro dia de trabalho elogiando o espírito participativo e contestador dos congressistas, agradecendo a “honra” de ter presidido os trabalhos da primeira sessão e conclui: “o I Congresso do Negro Brasileiro será mais uma vitória, será mais uma contribuição efetiva do Negro para o progresso do Brasil”.³³⁹

- 2º Dia –

O segundo dia de trabalho foi presidido por Walfrido Moraes. O primeiro trabalho apresentado já foi motivo de intenso debate e de uma situação inusitada. A tese de Venâncio da Veiga: “Apreciação da raça negra pelo positivismo”, embora extraviada, teve a discussão, realizada após a leitura do parecer, publicada (aproximadamente sete laudas). A questão é que, exclusivamente neste caso, o parecer negativo do relator foi rejeitado pela plenária.

Embora o parecer não tenha sido publicado, o relator – Orlando Aragão -, durante o debate, defende-o, argumentando que a tese não possuía um caráter científico, mas apenas histórico. O autor do trabalho inicia a defesa de sua tese realizando um breve resumo para a plenária. Citando nomes como Baldwin, Comte e, sobretudo, José Bonifácio, Venâncio da Veiga fundamenta o seu discurso, defende a sua tese e convence o público presente.

O primeiro a pedir a palavra é Édson Carneiro que, concordando com o que tinha sido apresentado pelo autor, afirma ter sido o relator infeliz em seu parecer. Posteriormente, Celso Alves Rosa questiona o argumento adotado por Aragão ao distinguir História de Ciência, na medida em que “História é Ciência”. O mesmo congressista sugere que o parecer seja revisto pelo próprio relator, agora acompanhado de outro congressista, e indica o nome de Costa Pinto, também presente no segundo dia, para a função.

³³⁹ Anais pg. 204

Embora Costa Pinto tenha aceitado fazer parte da comissão revisora, o presidente da mesa propõe que, levando em conta a proposição de Édson Carneiro (da relevância do trabalho), a tese seja digna de publicação nos Anais do Congresso. A comissão, composta por Costa Pinto, o próprio Édson Carneiro e o relator, seria responsável apenas pela elaboração de um novo parecer.

Ao final do debate Aguinaldo Camargo propôs que todos os trabalhos apresentados fossem aceitos e publicados, que não houvesse censura. De acordo com o congressista, na medida em que os trabalhos possuíam autorias, não deveriam estar submetidos à aprovação. A responsabilidade seria de quem escreveu e assinou. O assunto, contudo, não prosseguiu.

O segundo trabalho do dia foi: “A posse útil da terra entre os quilombolas”, de Duvitiliano Ramos. Ao contrário dos trabalhos anteriores, teve o texto e o parecer publicado, mas sem a transcrição da discussão. A tese de aproximadamente seis laudas foi aprovada e elogiada pelo relator Édson Carneiro. Bem documentada, citando inclusive fontes primárias, Duvitiliano Ramos discorre sobre a economia de pequena propriedade e policultura realizada nos quilombos. O autor defende a idéia de que esta seria uma forma superior de organização, capaz de sustentar não apenas os habitantes do próprio quilombo, como de produzir um excedente destinado ao comércio. Seria justamente no momento de escassez de alimentos no litoral, o período no qual os quilombos eram sistematicamente atacados.

Ainda no mesmo dia, a sessão é finalizada com uma mesa- redonda sobre o tema: “Há um Problema do Negro no Brasil? Embora o presidente do dia fosse Walfrido Moraes, logo após os discursos introdutórios de Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, ele pede licença para transferir a presidência para Édson Carneiro, que aceita a incumbência. Todavia, com a intervenção de Romão da Silva houve manifestações e tumulto, o que teria levado Édson Carneiro, segundo suas próprias palavras, a buscar o retorno da ordem com muita “veemência”. Após o destempero tanto da plenária como do presidente, Rodrigues Alves sugere que a presidência seja assumida por Costa Pinto, que imediatamente aceita e acalma a assembléia. Costa Pinto, portanto, presidiu não apenas o

primeiro dia de trabalho, como também o momento mais relevante e delicado de todo o Congresso, a mesa-redonda.

O debate começou com a palavra de Joviano Severino de Melo, presidente da União dos Homens de Cor do Distrito Federal, que exortou Guerreiro Ramos a esclarecer declarações feitas em jornais nas quais acusava algumas instituições de estarem criando tensão racial no Brasil. Na opinião de Joviano de Melo, como funcionário do DASP, Guerreiro Ramos teria por obrigação denunciar claramente estas instituições, na medida em que ao falar genericamente estaria difamando as que não agiam dessa forma. Ramos não respondeu à acusação, mas Romão da Silva entrou no debate³⁴⁰:

*“Não existe preconceito de cor no Brasil! A prova é, que nos morros, existem negros e brancos misturados. Estamos aqui para estudar **desajustamentos sociais, desajustamentos que tem causas, que tem raízes num passado remoto** e que precisam ser analisados. Sou contra! Já que vamos entrando por um terreno pessoal. Sou contra todas essas organizações, que não tem nenhuma utilidade e são contraproducentes.”*³⁴¹

Não podemos deixar de notar que, no mínimo, Romão da Silva foi corajoso ao expor em um debate organizado pelo Teatro Experimental do Negro a opinião de que as organizações de homens de cor eram inúteis e equivocadas. Obviamente, os protestos foram gerais, como indicam os Anais. Todavia, o debatedor não se intimidou e continuou defendendo o seu argumento:

³⁴⁰ J. Romão da Silva era sócio titular da Sociedade Brasileira de Geografia. Nascido no Piauí foi escritor e fez parte do Cenáculo Piauiense de Letras (composto pelas figuras mais expressivas do pensamento literário do Piauí). Ao migrar para o Rio de Janeiro, ingressou no Conselho Nacional de Geografia. Na época do Congresso, preparava um livro sobre Teodoro Sampaio. (Teodoro Sampaio, 1855-1937, era baiano, filho de uma escrava com um padre. Engenheiro e geógrafo renomado fez parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Bahia).

³⁴¹ Anais. Pg. 219.

*“Quando dizemos que não há preconceito de cor no Brasil, queremos dizer, que, em nosso país, não existe distinção de casta (...) posso provar que o português era assimilável a nós (...) reconhecia os seus filhos espúrios, seus bastardos, e os criava como seus próprios filhos. Deles faziam doutores. (...) Pode-se dizer que há hotéis que não aceitam negros, mas isso é um caso, dentro de uma cidade imensa. Para impedir esse atentado contra a democracia, é necessário apelarmos para as leis (...) É preciso ver a questão social. Porque, num hotel de luxo, não é negro que deixa de entrar, também o branco pobre não entra.”*³⁴²

Após o término de sua fala, tomou a palavra Rubens da Silva Gordo, aquele que apresentou a primeira tese do Congresso. Relatando uma experiência pessoal, sofrida quando criança, afirmou que não foi criado no Distrito Federal, mas em São Paulo, “*onde há preconceito*”. O próximo a falar deslocou a questão para o problema da favelização, mas logo em seguida assumiu a palavra Abdias Nascimento, retomando a discussão. Segundo ele, a própria organização do Congresso demonstra o reconhecimento da existência de um *problema do negro no Brasil*. Contudo, chamava a atenção para as disparidades regionais e, mais uma vez, São Paulo foi indicado como o local onde o problema se apresentava com mais intensidade. Paralelamente, concluiu que 60 anos é pouco tempo para um povo se integrar e são esses desequilíbrios que constituem o problema.

Após Nascimento, Jorge Prado, parceiro de Rubens da Silva na tese sobre Ribeirão Preto, iniciou sua explanação reconhecendo que não existia no Brasil, como nos EUA, o preconceito social e o ódio entre raças, mas, se não existisse preconceito a carreira diplomática e aeronáutica não estariam vedadas a esse grupo social. Para Jorge Prado o preconceito era fruto de uma incompatibilidade entre brancos e negros, decorrente de um sentimento de superioridade dos primeiros sobre os segundos. Esse sentimento de superioridade seria uma consequência dos 300 anos de escravidão e permanecia por conta da falta de um estágio preparatório que possibilitasse aos negros se adequarem à nova condição de cidadãos. Em sua opinião, essa situação deveria ser resolvida pelos próprios negros, na medida em que as leis de amparo, proteção e igualdade já existiam. Apenas através de uma unificação liderada por uma “*elite negra*”

³⁴² Idem.

poderiam alcançar o desenvolvimento coletivo e natural, escapando do estado de “*quase semi-primitivismo*”.

Embora sua argumentação tenha sido bem recebida, enquadrando-se nas idéias dominantes e no senso comum dos congressistas, a idéia da elite negra foi rechaçada por Rodrigues Alves:

*“Sou contrário! Isso seria transferir a condição de senhor branco para o senhor negro. Penso que devem existir homens à altura de cumprirem os seus deveres.”*³⁴³

Joviano Severino de Melo, aquele primeiro a falar e que solicitou esclarecimentos de Guerreiro Ramos, retomou a palavra. Reclamou por não ter obtido a resposta solicitada e recuperou a questão anteriormente abordada. Ao apresentar mais detalhadamente a instituição que preside - a União dos Homens de Cor – (que, segundo ele, reunia pretos, pardos e brancos, sem preconceito de cor), indicava outras que, segundo ele, impulsionavam segregações e preconceitos. Em suas próprias palavras:

*“Todos sabem que precisamos de uma Congregação de toda a família brasileira, para termos a unidade nacional e essa unidade não poderá aparecer, se temos ‘Teatro Experimental do Negro’, se temos ‘Terapêutica do Negro’, criada por um só indivíduo. Nós queremos fazer é a família humana, a família brasileira, sem esses **preconceitos de cor**.”*³⁴⁴

Tudo indica que, embora tenha sido alvo de protestos, o Sr. Romão da Silva não estava sozinho, no que diz respeito a suas interpretações sobre as instituições negras. Embora a instituição presidida por Joviano de Melo tivesse o nome de União dos Homens de Cor, o seu comentário anterior nos leva a crer que o sentido de “homens de cor”, neste caso, não possuía o significado corrente, sinônimo de pretos e pardos. Parece que a

³⁴³ Anais. Pg. 227.

³⁴⁴ Anais. Pg. 228.

instituição entendia homens de cor em seu sentido mais literal, representando todas as cores.

Outras intervenções, como as de Guimar Ferreira de Mattos, Aguinaldo Camargo, José Pompílio da Hora (presidente da União Cultural dos Homens de Cor) e, novamente, Romão da Silva, encerraram a mesa redonda reafirmando a mesma idéia central. Em todos os casos, mais do que o racismo, é a inferior situação econômica, social e cultural do negro, reflexo de séculos de escravidão, a responsável por ações preconceituosas e/ou impedimentos no acesso a determinadas franquias. Para resolver esse “problema do negro brasileiro”, na medida em que as leis que garantem igualdade já existiam, o melhor caminho seria o investimento em educação, capaz de proporcionar uma *“recuperação psicológica, cultural, intelectual e moral do negro, enfim, uma recuperação social.”*³⁴⁵ Nas palavras de Romão da Silva:

*“O problema do negro no Brasil tem raízes profundas, tem tradições e razões de ordem psicológica, política, social e econômica. Não podemos, absolutamente, acusar nossos irmãos, que não são pretos, de preconceito contra nós, primeiro porque é muito difícil, no Brasil, saber-se quem é branco e quem é preto. Isto é um país de mulatos”.*³⁴⁶

- 3º Dia –

O terceiro dia teve a mesa presidida por Jorge Prado Teixeira, com exceção do momento em que o próprio Jorge Prado estava tendo a sua tese analisada. Neste momento a presidência ficou a cargo de Édson Carneiro. Das sete teses apresentadas, apenas uma teve o texto, o parecer e a discussão publicados nos Anais. Outras três tiveram os pareceres e as discussões, enquanto que as três restantes não tiveram nenhuma parte reproduzida.

³⁴⁵ Anais. Pg. 230. (texto de Guimar Ferreira Matos).

³⁴⁶ Anais. Pg. 233.

A tese publicada de forma completa (sete laudas do texto principal e seis laudas de transcrição do debate) foi apresentada pelo próprio Jorge Prado Teixeira em co-autoria com Rubens da Silva Gordo, sob o título: “O Negro – o preconceito – meios de sua extinção”. Os autores, representantes da cidade de Ribeirão Preto, ao buscarem meios para a extinção do preconceito identificavam, primeiramente, as suas principais causas. Toda a argumentação dos autores girava em torno do mesmo eixo central que a tese de Florestan Fernandes, posteriormente apresentada no seu livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”. Reconheciam a existência de preconceitos de cor (não racial como nos EUA) e identificavam no comportamento social dos negros e na sua conseqüente falta de adaptação ao novo modo de vida os principais elementos facilitadores de atitudes discriminatórias. Inércia, corrupção sexual, subnutrição, “incultura agressiva”(sic), sífilis, prostituição, crime, latrocínio, inadaptação social, baixo nível econômico etc, seriam reflexos não de características raciais, mas, sobretudo, de séculos de escravidão (que, segundo os autores, atrofiava as faculdades intelectuais) e do abandono pós abolição.

Ao identificar na escravidão um regime degradante que reduzia o escravo à condição de “coisa”, os autores condenam os negros recém-libertos à “triste condição de pária”. Ao condenarem o comportamento, as atitudes e a situação sócio-econômica dos negros, os autores não os estavam responsabilizando. Ao contrário. Assim como fez Florestan Fernandes, culpavam a situação transplantada do cativo e apontavam como saída o fortalecimento de uma “elite negra” capaz de instruir, elevar e direcionar ao caminho que levasse à superação. Sozinhos não conseguiriam, precisavam ser instruídos e direcionados. Educados e preparados para o novo modo de vida.

A polêmica que surge durante a discussão do parecer refere-se a uma sugestão proposta pelos autores. Buscando a unidade e o fortalecimento dos negros, sugeriam a fundação de uma entidade de âmbito nacional. Após algumas intervenções, Abdias Nascimento ponderou que não deveriam fundar uma nova entidade, mas sim uma Confederação que reunisse e fortalecesse as entidades já existentes, preservando, inclusive, as orientações específicas de cada uma. Ao final do debate, após o deferimento da sugestão de Nascimento, foram indicados os nomes para iniciarem a organização da Confederação: Édson Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Guiomar de

Mattos, Oldemário Santos, Elói Freitas, Joviano Severino, José Bernardo, Pompílio da Hora, Teodorico Santos Araújo, Rubens da Silva Gordo, José Oliveira, Ironides Rodrigues, Romão da Silva, Rodrigues Alves e Aguinaldo Camargo.

As teses “Nível geral do preto no Brasil” e “Inutilidade dos Congressos” foram rejeitadas, mas tiveram os seus pareceres e discussões publicadas. A primeira, escrita por um médico que se considerava “preto retinto”, foi recusada pelo relator Walfrido Moraes, segundo ele, por *“não ter substância (...) mais de imaginação e de devaneio do que de pesquisas. (...) Fala quase sempre de si mesmo”*.³⁴⁷ A rejeição da tese foi endossada por José Bernardo da Silva e Sebastião Rodrigues Alves.

A outra, apresentada por José Bernardo, líder de importante associação (Centro Espírita Himalaya), foi rejeitada por Aguinaldo Camargo. De acordo com o relator o tema abordado pelo autor é exatamente a “força motriz” do Congresso. Abdias Nascimento elogia o parecer negativo e acrescenta:

*“Antes de mais nada, quando o autor se colocou contra os objetivos do Congresso, infringiu, evidentemente, um dos artigos do Regimento Interno. Também fez o mesmo quando aborda questão pessoal. Só por isso, a tese já estaria, automaticamente, rejeitada.”*³⁴⁸

José Bernardo foi incisivo na defesa:

*“Continuo a lançar o meu protesto, quanto à questão de raça existente nesse Congresso. Não há raças, há homens. Se este Congresso está sendo realizado com as finalidades que tem, não precisamos estar constantemente falando em raça negra, raça branca, ou em qualquer raça. (...) É por isso que digo que devemos deixar a questão de raça, e que devemos encarar a questão do homem na sociedade. Se um grupo é o mais sacrificado, vamos trabalhar por ele, no sentido de integrá-lo na vida social, na vida humana.”*³⁴⁹

³⁴⁷ Anais pg. 195

³⁴⁸ Anais. Pg. 242

³⁴⁹ Anais. Pg. 240

Após receber críticas de Rodrigues Alves, Jorge Teixeira e Carlos Krebs, o autor da polêmica tese foi parcialmente defendido por Alvarino Castro. Segundo ele, José Bernardo *“é um homem que se apaixonou pelos problemas dos negros. É um homem mundialmente conhecido e foi há pouco honrado com diploma da Grã-Bretanha, devido a 3 teses que defendeu. (...) Devemos considerar que é um homem de sessenta anos, que tem uma obra de assistência social no Estado do Rio de Janeiro enorme. Há poucos dias o governador do Estado do Rio mandou procurar o Sr. José Bernardo em sua casa e ele respondeu: Estou no Himalaya à disposição do Sr. Governador. E não foi ao Palácio.”*³⁵⁰

Após a releitura do parecer e da confirmação deste por Abdias Nascimento, o texto de Aguinaldo Camargo não foi alterado e, tampouco, rejeitado pela plenária. A tese continuou rejeitada.

A tese de Édson Carneiro sobre Yemanjá foi aprovada, mas teve apenas a breve discussão (1 lauda) publicada.

- 4º Dia –

De todos os dias, este foi o de maior acúmulo de atividades, sendo a mesa presidida por Rubens da Silva Gordo. Foram cinco teses, três comunicações orais, duas contribuições e uma indicação.

A tese: “O Negro na Ilha de Marajó”, de todos os trabalhos publicados, talvez seja o único que pode, com propriedade, ser denominado “tese”. A pesquisa de Nunes Pereira é um verdadeiro trabalho monográfico.³⁵¹ Ao longo de mais de quarenta laudas o autor, utilizando fontes primárias como códices e inventários, contribui para *“o estudo do homem negro num ponto ainda a bem dizer virgem da exploração dos etnólogos – o*

³⁵⁰ Anais . pg. 243 e 244

³⁵¹ De acordo com o parecer, Nunes Pereira também é autor do livro “A casa das Minas”- um estudo da religião dos gêges no Maranhão, assim como tem realizado excelentes trabalhos sobre as tribos indígenas da bacia do Amazonas.

extremo norte.”³⁵² O texto divide-se em três partes, a saber: 1) Um esboço histórico – fisiográfico; 2) Dentre a poeira dos códices; e, 3) Através dos inventários. Não há a publicação da transcrição da discussão.

A tese: “Racismo no Interior de São Paulo” de Albertino Rodrigues e Franklin Golden foi extraviada, e o parecer de Guerreiro Ramos também não foi publicado. Na transcrição da breve discussão realizada, podemos supor que o parecer do relator foi elogioso, sendo o trabalho aprovado.

A indicação de Roberto Taves: “O Negro Brasileiro e a Campanha de Alfabetização”, tratou brevemente (duas laudas) da necessidade da implantação de campanhas de alfabetização de adultos, a fim de integrar e eliminar a ignorância dos negros brasileiros.

Os demais trabalhos apresentados neste dia não foram, nem mesmo parcialmente, publicados nos Anais do Congresso.

- 5º Dia –

O quinto dia foi presidido pela advogada Guiomar Ferreira de Matos. Ela mesma apresentou um trabalho. A contribuição oral apresentada pela advogada versava sobre o trabalho doméstico. Através de dados sobre o cotidiano das empregadas domésticas e das leis trabalhistas já existentes, defendia medidas legais para a melhoria das condições de trabalho.

A tese apresentada por Thales de Azevedo (três laudas) analisou a formação étnica da cidade de Salvador. Através dos dados obtidos nos censos, o autor concluiu que a cidade distinguiu-se das demais por dois fatores essenciais, a saber: a preponderância numérica de elementos de cor e o contínuo e gradual crescimento da mestiçagem que, na

³⁵² Anais. Pg. 100.

opinião de Azevedo, foram elementos que contribuíram para atenuar as tensões inter-raciais. A discussão da tese não foi publicada e o parecer foi de Darci Ribeiro.

O trabalho apresentado por Guerreiro Ramos também obteve parecer de Darci Ribeiro, mas, na verdade, não se tratava de uma tese, mas de uma sugestão (uma lauda). O autor propôs que a UNESCO estudasse e pesquisasse diversas experiências, relativas à questão racial, em curso em alguns países, e indicava o Brasil, especificamente as ações do Teatro Experimental do Negro, como realidades dignas de exame. Como já foi indicado, esse projeto já estava sendo discutido e realizado pela UNESCO, inclusive, este ponto vai ser devidamente esclarecido por Luiz de Aguiar da Costa Pinto na própria discussão da tese.

A tese de Roger Bastide tinha como tema a criminalidade negra no estado de São Paulo (catorze laudas) e teve como relator Charles Wagley. Através de dados estatísticos o autor comprovava o maior índice de crimes cometidos por negros em comparação com os cometidos pelos brancos. Todavia, defendia a idéia de que esse fato era, na verdade, resultado do baixo nível educacional, social e econômico do negro, não tendo, portanto, nenhuma relação com a sua condição étnica. Bastide, embora não falasse abertamente de preconceito e discriminação, admitia que havia uma frustração resultante da existência de linha de cor, que criava um certo grau de agressividade. Paralelamente, reconhecia que a justiça tendia a ser muito mais severa para os negros do que para os brancos, fato que também ajudaria a explicar os números.

Ao identificar como causa da denominada “nova criminalidade” (furtos, alcoolismo, vagabundagem, prostituição...) as condições sociais dos negros (segundo ele, abandonados na grande cidade e em concorrência desigual com os imigrantes), Bastide se aproximava da tese apresentada por Jorge Prado e Rubens Silva e, obviamente, do próprio Florestan Fernandes. Nas palavras do próprio Bastide:

*“Só a educação poderá liquidar definitivamente a herança da escravidão, permitindo a cooperação harmoniosa das três cores do Brasil de amanhã”.*³⁵³

³⁵³ Anais. Pg. 177.

Para Bastide, embora houvesse a linha de cor, o problema central mais uma vez se concentrava na falta de preparo e adaptação à nova ordem. A discussão não foi transcrita.

Os demais trabalhos desse dia, de acordo com os Anais, foram reservados para uma futura publicação.

- 6º Dia –

Nenhum dos trabalhos realizados no sexto dia foi, mesmo que parcialmente, transcritos nos Anais do Congresso. Dos três, um foi retirado pelo próprio autor, outro foi extraviado e outro reservado para a próxima publicação.

Se, por um lado, as teses, a abertura e, como veremos a seguir, o encerramento do Congresso revelavam mais permanências que rupturas, na medida em que não concentravam a argumentação no preconceito, na discriminação ou no racismo, a mesa redonda apresentou vários momentos de tensões e discordâncias.

O primeiro momento de tensão iniciou-se com as críticas feitas por Joviano Severino de Melo. Inicialmente, o presidente da Associação dos Homens de Cor critica o não acesso dos congressistas as teses apresentadas. A apreciação, realizada apenas pelo relator, descaracterizaria o próprio sentido do Congresso, na medida em que os participantes não compartilhariam os trabalhos realizados. Neste momento, como indicado, Édson Carneiro parece ter rebatido de forma, no mínimo, enérgica, a crítica de Joviano Melo.

José Bernardo, líder do Centro Espírita Himalaya, ao criticar a inutilidade dos congressos, teve o seu trabalho rejeitado pelo relator. Decisão apoiada pela maioria dos congressistas, inclusive com intervenção direta de Abdias Nascimento. Foi na tentativa de defender a sua opinião que José Bernardo protagonizou, ao lado de Joviano Severino de Melo e Romão Santana, outro importante momento de tensão.

José Bernardo criticava o que, segundo ele, seria um excessivo foco na questão racial. Para ele, *“devemos deixar de lado a questão de raça, e devemos encarar a questão do homem na sociedade”*. Joviano Severino de Melo também tratou desse mesmo tema e

discursou emitindo opinião contrária às ações marcadas e definidas pelo critério racial. O Teatro Experimental **do Negro** e a Terapêutica **do Negro** seriam exemplos dessa estratégia, para ele equivocada, pois desestimulava a unidade. Romão da Silva, ao identificar não o preconceito, mas os desníveis econômicos, sociais e psicológicos como os responsáveis pelos problemas enfrentados pelos negros brasileiros também se aproxima das críticas realizadas. Afirmando que não há preconceito racial no Brasil, alerta para a própria dificuldade em identificar grupos raciais no país, concluindo ser este “*um país de mulatos*”.

Paradoxalmente, embora participando de um Congresso do Negro e, no caso de Joviano Melo e José Bernardo, dirigindo instituições voltadas para atender os negros, os três congressistas alertavam para o perigo de reafirmar critérios raciais e direcionar as estratégias de acordo com essa orientação. Estes impasses irão retornar na sessão de encerramento.

- Seção de encerramento e Declaração Final

Não temos como precisar o dia da Sessão de Encerramento. Não podemos afirmar se foi realizada no último dia da agenda de trabalhos – dois de setembro de 1950 -, ou se aconteceu no último dia do Congresso – quatro de setembro de 1950.

Na seção de encerramento houve um desentendimento que não pôde ser plenamente esclarecido, visto que vários trechos, declarações e momentos não foram transcritos integralmente para os Anais. A seção foi presidida pelo senador Hamilton Nogueira e estavam na mesa Abdias Nascimento, Ruth de Souza e Guerreiro Ramos. A este último coube a leitura das conclusões finais do Congresso e da declaração de princípios. Após esse momento, Edison Carneiro, Jorge Prado Teixeira, Aguinaldo Camargo e Guerreiro Ramos proferiram seus discursos (que não foram transcritos). Em seguida, Carlos Galvão Krebs pede permissão para ler uma declaração (também não

publicada), que foi imediatamente aceita e assinada por Hamilton Nogueira, Aguinaldo Camargo e Darci Ribeiro.³⁵⁴ A partir daí, inicia o problema.

Abdias Nascimento acusa os responsáveis pela declaração de quererem dividir o Congresso:

*“Na nossa declaração de princípios já se frisou muito bem que não somos racistas. Quero deixar bem claro que esta declaração me causa profunda estranheza e que fique consignado em ata o meu pensamento. Quero prestar a minha homenagem aos negros que foram trazidos à força da África para o Brasil, sendo aqui tão espezinhados, e martirizados na exploração e na violência”.*³⁵⁵

Logo em seguida, o presidente da mesa, senador Hamilton Nogueira proferiu um discurso contra o racismo e a idéia de superioridade racial, corroborando a tese de ser a educação o caminho para resolver o problema do negro no Brasil.

*“Então sim, é que teremos resolvido o problema da educação do negro, porque, embora existam outros aspectos, esse é o principal. Se o negro no Brasil ainda não tem a posição que devia ter na nossa sociedade, isto resulta do abandono, resulta de fatores sociais, de fatores econômicos que são problemas gerais (...)”*³⁵⁶

Após a fala do presidente, Rodrigues Alves retoma a discussão anterior, afirmando existir um movimento subterrâneo dentro do Congresso, em suas palavras:

“Os remanescentes africanos já estão muito longe. Constituímos seres fundamentalmente à parte, pois somos essencialmente brasileiros.

³⁵⁴ Em trecho do discurso de Aguinaldo Camargo, há a indicação de que esta declaração foi levada por Édson Carneiro, Costa Pinto e outros.

³⁵⁵ Anais. Pg. 286.

³⁵⁶ Anais. Pg. 289.

*Quem quer voltar à África? Quem quer fazer racismo? Meus amigos! Há qualquer coisa de subterrâneo nisso”.*³⁵⁷

Embora a citada declaração não tenha sido publicada, a partir deste trecho e do anterior, de autoria de Abdias Nascimento, podemos supor sobre o que se tratava. Tudo indica que havia uma preocupação com o que tradicionalmente se denomina racismo às avessas, e com um deslocamento da questão nacional e do brasileiro para uma discussão transnacional, ou, para usarmos um termo mais contemporâneo, pan-africana. Na opinião de alguns, tratava-se de algo despropositado, desnecessário e até mesmo ofensivo, visto que, para eles, em nenhum momento o Congresso indicou esse caminho.

Após as manifestações de insatisfações, os que imediatamente tinham assinado explicam-se. Aguinaldo Camargo, assim como Darci Ribeiro e Hamilton Nogueira esclarecem que, primeiramente, não estavam cientes que fosse algo à parte do que já tinha sido discutido e aprovado, além do fato de concordarem inteiramente com o seu conteúdo, na medida em que não eram racistas. Camargo, contudo, depois de esclarecido, condenou a atitude, afirmando ser uma tentativa de *“destruir o que se pretende fazer”*. Darci Ribeiro, por sua vez, tenta fazer com que a declaração seja transformada em moção de todo Congresso, por representar o pensamento de todos. A proposta foi negada. Antes de o presidente encerrar a seção, Abdias Nascimento afirmou que *“somente o espírito de divisão, da confusão, explica(va) o aparecimento dessa declaração de última hora.”*³⁵⁸

Por fim, Hamilton Nogueira, então presidente da mesa, decidiu que a moção seria um documento particular, que não seria publicado como decisão oficial do Congresso, o que foi aceito e definido. Ao que parece, esta foi a origem do desentendimento entre Costa Pinto e Abdias Nascimento, desencadeando, inclusive, o desvio de parte da

³⁵⁷ Anais. Pg. 290.

³⁵⁸ Em texto escrito anos depois, Abdias Nascimento afirmava que: *“Duas correntes mais significativas sobressaíram: a maioria, constituída do povo negro, pessoas destituídas de títulos acadêmicos ou honoríficos; e do outro lado, os que se auto-intitulavam ‘homens de ciência’. A camada popular e o grupo dos ‘cientistas’, ao final do Congresso, se chocaram violentamente. Foi quando esses últimos tentaram, após a assembléia haver aprovado a Declaração Final do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, fazer aprovar uma outra ‘Declaração’, esta somente assinada pelos ‘cientistas’. Ocorria que não se deixando manipular pelos que se julgavam autoridades no assunto, a camada popular impediu aos ‘cientistas’, naquele ato de recusa à sua ‘Declaração’, que os resultados do Congresso fossem por eles domesticados e desvirtuados. O povo negro venceu a sutileza daquele tipo de intelligentzia, alienada de seus problemas.”* Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: edições GRD, 1968. pg.15 e 16.

documentação e dos trabalhos apresentado no I Congresso do Negro Brasileiro.³⁵⁹ Se de fato era um texto que não contradizia em nada os princípios do Congresso, por que a leitura da declaração causou tanto desconforto? Simplesmente porque não tinha sido elaborada e discutida conjuntamente? Algumas hipóteses podem ser levantadas. Ou o texto continha um tom acusatório, sugerindo que parte do movimento negro tinha uma postura racista, como inclusive foi levantado em outros momentos do próprio Congresso, e alguns se sentiram acusados; ou algum tipo de discordância e divisão de outra natureza já estava ocorrendo e o fato apenas foi utilizado para exacerbar o conflito.

De todo o modo, prevaleceu apenas a declaração já existente e, na Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro, os seus participantes **recomendavam**:

- Estudo das reminiscências africanas, dos **meios de remoção das dificuldades dos brasileiros** e a formação de Institutos de Pesquisa com esses objetivos;
- **Defesa vigilante da sadia tradição nacional de igualdade entre grupos que constituem a nossa população**;
- Utilização de meios indiretos de reeducação, como teatro, artes e concursos de beleza...;
- Realização periódica de Congressos culturais e científicos;
- Inclusão de homens de cor nas listas de candidatos de agremiações partidárias;
- Cooperação do governo **contra os restos de discriminação de cor** ainda existente em algumas repartições oficiais;
- O estudo, pela UNESCO, das tentativas bem sucedidas de solução efetiva dos problemas das relações de raça, com o objetivo de prestigia-las e recomenda-las aos países em que tais problemas existem;
- A realização pela UNESCO de um Congresso Internacional de Relações de Raça.

³⁵⁹ No mesmo texto citado acima, Nascimento comenta o desvio do material. Em suas próprias palavras: *“Infelizmente o comportamento dos ‘cientistas’ impediu que se concretizasse o ‘bom exemplo’ preconizado por Roger Bastide e Arthur Ramos. E tal foi o abismo que se abriu entre as duas correntes que se viram irremediavelmente afetados os resultados do Congresso. Sobretudo prejudicou a divulgação dos Anais na ocasião oportuna, assim como o cumprimento das recomendações da Assembléia. Várias teses, pareceres, discursos e atas, por exemplo, foram, em confiança, emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto que, na época, realizava um trabalho para a UNESCO sobre o negro no Rio de Janeiro. A maior parte do material emprestado jamais me voltou às mãos.”* Idem. Pg. 16

“Além disso, o Congresso condena, veementemente, considerando ameaças à tranquilidade da família brasileira:

- ***A exploração política da discriminação de cor;***
- ***As associações de cidadãos brancos ou negros organizados sobre o critério do exclusivismo racial;***
- ***O messianismo racial e a proclamação da raça como critério de ação ou como fator de superioridade ou inferioridade física, intelectual ou moral entre os homens;***
- ***Os processos violentos de tratamento dos problemas suscitados pelas relações inter-étnicas.***

“Para a boa execução dessas medidas, torna-se necessária a vigência das liberdades públicas asseguradas pela Constituição. E, para vencer o despreparo com que as massas negras foram introduzidas na vida republicana depois da Abolição e dar-lhes os estilos de comportamento do cidadão numa democracia, recomenda este Congresso o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades que visem adestrar os brasileiros de cor para a maior, mais rica, e mais ativa participação na vida nacional”.³⁶⁰

Enfim, o termo racismo não aparece em nenhum momento e “discriminação de cor” apenas como atitudes residuais em alguns locais. A “sadia tradição nacional de igualdade entre grupos” é confirmada e a racialização é veementemente condenada. A raça não deve ser utilizada como critério de ação social e a questão central gira em torno dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros (econômicas, sociais e educacionais). Estimula-se o estudo e a pesquisa para auxiliar na superação das dificuldades dos brasileiros, assim como se assume a tarefa de “reeducar”. Finalmente, busca-se registrar as soluções positivas dos problemas das relações de raça, oferecendo-as como exemplo para outras realidades.

³⁶⁰ Anais. Pg. 294.

8 – O Projeto UNESCO e a polêmica com Costa Pinto

Em junho de 1950, a 5ª Conferência Geral da UNESCO aprovou a realização de uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil. No contexto pós Segunda Guerra e, principalmente, em um momento em que os horrores do nazismo, cometidos a partir do argumento principal de superioridade racial, eram cada vez mais conhecidos, a UNESCO propôs um estudo sistemático que visava não apenas redefinir o conceito de raça calcado em bases biológicas, mas, sobretudo, *“uma pesquisa piloto sobre contatos raciais num país da América Latina com o objetivo de determinar os fatores que contribuíram para a existência de relações raciais harmoniosas.”*³⁶¹

A escolha do Brasil, realizada pela cúpula da UNESCO, parecia corroborar a análise feita pelo membro do governo nazista na Conferência Internacional anteriormente citada. O intenso processo de miscigenação servia ao propósito inicial de desqualificar o sentido biológico-determinista na noção de raça. Segundo os idealizadores do projeto, o país apresentava uma convivência racial harmônica, com baixas taxas de tensões sociais, ratificada pelo próprio processo de miscigenação. O Brasil passa, portanto, a ser identificado como um verdadeiro “laboratório racial” que deve ser pesquisado e analisado com vistas a promover uma reeducação das relações raciais no mundo, evitando episódios semelhantes ao nazi-fascismo. Enfim, seja para os próprios nazistas (como vimos no episódio relatado anteriormente), seja para os seus opositores, o Brasil realmente representava a melhor antítese da ideologia racista.

Segundo Marcos Chor Maio, o projeto UNESCO promoveu mudanças significativas no que se refere aos estudos sobre relações raciais no Brasil. Embora reconheça uma tradição de estudos neste assunto, segundo o autor as pesquisas realizadas entre 1951 e 1953 desencadearam: a superação de uma visão determinista biológica; o deslocamento do aspecto cultural/religioso para as investigações de caráter sociológicos,

³⁶¹ Programa da UNESCO. In: Maio, Marcos Chor. A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil. Tese de Doutorado: IUPERJ, 1997.

que privilegiam as relações entre brancos e negros; e a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.³⁶²

Se, inicialmente, a pesquisa limitar-se-ia apenas ao estado da Bahia, após algumas discussões, acabou-se por reconhecer a necessidade de ampliar a análise para outras regiões, principalmente a Sudeste, por apresentar maior grau de urbanização e industrialização. Por esse alargamento do campo de pesquisa, o projeto apresentou resultados, a primeira vista, frustrantes. Afinal, foi justamente em decorrência do projeto UNESCO que os limites da ‘democracia racial’ brasileira foram sistematicamente evidenciados. No entanto, mesmo entre os pesquisadores que se dedicaram à região Sudeste e, conseqüentemente, desnudaram a suposta harmonia e ausência de preconceitos, havia, permanentemente, o reconhecimento de uma peculiaridade que podia e devia ser utilizada para se alcançar resultados positivos.

Até mesmo Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, que se dedicaram a pesquisar São Paulo, identificada como a região na qual o preconceito racial era mais acentuado, principalmente pela concorrência com o imigrante branco no momento de modernização, alertam-nos para o efeito duplo da denominada ‘tradição da ideologia racial brasileira’. Se por um lado encobria o preconceito e dificultava a criação de mecanismos de superação, por outro podia ser freqüentemente utilizada como argumento contra atitudes discriminatórias. O ‘preconceito de ter preconceito’ fazia com que não houvesse uma pressão maciça de um grupo sobre outro, nem mesmo uma solidariedade automática em momentos de conflito. A identidade coletiva criada a partir da democracia racial muitas vezes impedia demonstrações racistas.

Seja a partir de uma ‘democracia étnica’ (Gilberto Freyre) influenciada pela herança lusitana, seja pelo ‘preconceito de ter preconceito’ (Roger Bastide), seja pela ‘tolerância convencionalizada nas relações raciais’ (Florestan Fernandes), seja pelo ‘preconceito de marca’ (Oracy Nogueira), mais fácil de ser eliminado que o preconceito

³⁶² Os resultados obtidos com a pesquisa financiada pela UNESCO foram publicados em: Wagley *et alli*. Race and Class in Rural Brazil. Paris: UNESCO, 1952; Azevedo, Thales. As elites de cor: um estudo de ascensão social. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1955; Pinto, Luiz Aguiar da Costa. O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953; Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955; Oracy, Nogueira. Relações Raciais no município de Itapetininga. In: Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955; Ribeiro, René. Religião e Relações Raciais. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

de origem, ou até mesmo por ser o problema racial um reflexo da questão sócio-econômica (Donald Pierson e Costa Pinto), a sociedade brasileira, apesar de não ser idílica (principalmente por ser real e humana) apresentava, sim, melhores condições e soluções no que diz respeito ao convívio entre diferentes grupos humanos.

O projeto UNESCO axiomatizou o paradoxo brasileiro. Reconheceu a existência do preconceito, mas identificou também as duas faces do “mito da democracia racial”. Não identificou na peculiaridade brasileira o maior obstáculo para a superação do racismo. Ao contrário, deveríamos usá-lo ao nosso favor. Melhor sermos miscigenados do que mantermos grupos raciais supostamente puros. Melhor termos vergonha de sermos racistas que termos orgulho disso.

Como já foi dito, o projeto inicial restringia a pesquisa à Bahia. Não devemos, portanto, deixar de mencionar a influência do trabalho realizado, em 1945, por Donald Pierson. Como salientou Marcos Chor, tanto as pesquisas orientadas por Charles Wagley, como a realizada por Thales de Azevedo, foram fortemente influenciadas pela tese defendida por Pierson. Segundo o próprio Thales de Azevedo, o estudo de Pierson seria *“o primeiro trabalho voltado para o tema das relações raciais na Bahia, utilizando os modernos métodos sociológicos”*.³⁶³

Segundo Donald Pierson, a sociedade baiana seria uma “sociedade multiracial de classes”. A consciência de raça seria mínima, com as fronteiras entre os grupos raciais apresentando-se tênues e com múltiplas variantes. A “inferioridade” identificada nos grupos “de cor” não seria considerada como reflexo de uma característica biológica e permanente, ao contrário, seria cultural e econômica, passível, portanto, de superação.

O autor afirma que *“o brasileiro se orgulha de todos os outros brasileiros, independentemente de sua origem racial”*.³⁶⁴ Raramente, segundo ele, usam termos raciais, não havendo exaltação da identidade étnica. Paralelamente, identificava a importância das relações pessoais e da posição sócio-econômica para a definição do status do brasileiro. A ascensão de classe modificaria a categoria de cor.

³⁶³ In: Chor, Marcos. Op. Cit. Pg. 230

³⁶⁴ Pierson, Donald. Raça e “status” social. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.

A escolha do Brasil como “laboratório” não se deve apenas a sua imagem internacional. Foi, sobretudo, pela influência e atuação de Arthur Ramos, que assume a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, em agosto de 1949, que o país se torna sede da pesquisa patrocinada pela agência internacional.

Este departamento foi criado em 1948 e até 1949 teve dois diretores interinos: Arvid Brodersen e Otto Klineberg. Este último, um canadense radicado nos EUA, teve estreitos vínculos com o Brasil. Médico, com doutorado em Psicologia Social, aproximou-se de Franz Boas, desenvolveu uma série de pesquisas sobre negros nos EUA e lutou contra a teoria segundo a qual as diferenças raciais desencadeavam distintas capacidades mentais. Entre 1945 e 1947 foi professor visitante da USP e foi o encarregado de criar o Departamento de Psicologia daquela universidade. Na introdução à edição brasileira de seu livro “Introdução à Psicologia Social”, reconheceu em Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Roger Bastide, Donald Pierson etc., interlocutores com pontos de vistas semelhantes ao seu.

Contudo, embora Otto Klineberg tenha aceitado o nome de Arthur Ramos, foi Paulo Berredo Carneiro, delegado permanente do Brasil na UNESCO e membro do Conselho Executivo, que sugeriu o seu nome. Paulo Carneiro era um químico industrial com doutorado em Paris. Durante a ocupação nazista na França chega até mesmo a ser preso, após o Brasil declarar guerra ao Eixo. Foi escolhido delegado do Brasil em 1946, na primeira Assembléia das Nações Unidas, em Londres.

Obviamente, a produção intelectual de Arthur Ramos, o seu contato com o cenário acadêmico norte-americano, assim como o seu engajamento na luta anti-racista foram essenciais na aprovação da indicação.

Logo ao assumir o cargo, em agosto de 1949, Arthur Ramos iniciou a organização de uma reunião de “*experts*” em Antropologia, Psicologia Social, Sociologia e Etnologia. O encontro tinha como principal objetivo reunir especialistas voltados para a questão racial afim de, com um projeto interdisciplinar, elaborar diretrizes para as ações futuras da UNESCO. A reunião ocorre em dezembro de 1949, em Paris, dois meses depois do súbito falecimento de Ramos, em outubro daquele ano.³⁶⁵

³⁶⁵ Ver Maio, Marcors Chor. Op. Cit.

Antes de sua morte, contudo, ele reuniu-se com professores do Departamento de Ciências Sociais da FNFfi com o objetivo de recolher sugestões. Embora não podendo participar da reunião, foi o responsável pela organização do comitê de “*experts*”, formado por Franklin Frazier (EUA), Morris Ginseberg (Inglaterra), Luiz Aguiar da Costa Pinto (Brasil); Ernest Beaghole (Nova Zelândia); Juan Comas (México), Ashley Montagu (EUA), Claude Lévi-Strauss (França) e Humayan Kabir (Índia). Desses oito participantes do comitê, três possuíam experiência de ensino e pesquisa no Brasil (Lévi-Strauss, Franklin Frazier e, é claro, Costa Pinto), o que também pode ter contribuído para a escolha do Brasil como local para as pesquisas.

Foi a partir do convite de Arthur Ramos que Costa Pinto passou a direcionar seus estudos sociológicos para a questão racial, aproximando-se de outros intelectuais (como Édson Carneiro, que o auxiliou na pesquisa da UNESCO) e da própria militância (como pudemos verificar com a sua participação no Congresso de 1950). Além de suas pesquisas relacionadas à cultura afro-brasileira e da sua proximidade com Arthur Ramos, sobretudo nos Congressos Afro-Brasileiros de Recife e da Bahia, a escolha de Édson Carneiro como auxiliar da pesquisa foi influenciada também, segundo Marcos Chor Maio, “*por ser, ao mesmo tempo, um homem de cor que tinha ligações próximas com as lideranças do movimento negro*”.³⁶⁶

Todavia, como pudemos perceber, a aproximação com a militância foi efêmera. No momento da publicação dos resultados de sua pesquisa no Rio de Janeiro o afastamento já poderia ser notado, com críticas e acusações de ambos os lados.

Embora também baiano, como Guerreiro Ramos e Édson Carneiro, Costa Pinto era membro de família abastada, proprietária de engenhos no Recôncavo baiano. Seu avô foi senador, o pai médico, trabalhou com Nina Rodrigues e foi professor de Arthur Ramos. Assim como Ramos e Carneiro, migra para o Rio de Janeiro no final da década de 1930, envolvendo-se no movimento estudantil e na Juventude Comunista.

Luís Aguiar da Costa Pinto foi professor do departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e pesquisador do Projeto

³⁶⁶ Maio, Marcos Chor. Op. Cit, pg. 31.

UNESCO tendo, inclusive, dirigido a pesquisa no Rio de Janeiro. Segundo ele, o Projeto UNESCO representa o primeiro estudo sociológico do negro nas áreas metropolitanas do Brasil, na medida em que os estudos anteriormente realizados restringiram-se à coleta de material etnográfico. Assim como para Guerreiro Ramos, o resultado desses estudos seria uma apresentação exótica e espetacular do negro e da africanidade, sem se ater aos problemas e à vida real desses personagens. O denominado “surto afro-brasileiro” (mais afro do que brasileiro, de acordo com suas próprias palavras) privilegiou um africano abstrato e obscureceu o negro-homem, real e concreto que estava na frente de todos. Enfim, o seu interesse era, a partir daquele momento, privilegiar na pesquisa o brasileiro negro e o seu processo de integração na sociedade moderna. Refletir a passagem de escravo a proletário e de proletário a classe média de um ponto de vista sociológico, atentando, inclusive, para as circunstâncias não-étnicas que, aparentemente, assumiriam uma expressão étnica.

Como coordenador da pesquisa no Rio de Janeiro e, simultaneamente, autor de um trabalho no Distrito Federal, sede do TEN, assim como em decorrência de sua significativa participação no I Congresso do Negro Brasileiro, cabe recuperar as principais questões discutidas em sua pesquisa.

Embora reconheça que um dos piores estereótipos da sociedade brasileira é acreditar na ausência de preconceito racial, o autor faz pouca referência ao racismo propriamente dito. Por exemplo, ao analisar a alta proporção de brancos, revelada pelo censo de 1940, na população brasileira (63,5%) e na população do Distrito federal (71%) em particular, responsabiliza a imigração, a maior taxa de mortalidade entre os negros e a miscigenação como causas possíveis para explicar esses elevados percentuais. A inevitável arbitrariedade, decorrente da autonomia do recenseador, também é discutida. Costa Pinto utiliza-se dos números com muito cuidado e não extrai explicações onde os dados, por si só, não fornecem. Além disso, está atento para as possíveis armadilhas da estatística. Dentro de um mesmo nível educacional, por exemplo, há diferentes formações, com significados sociais e culturais distintos.

A pirâmide social brasileira é identificada como profundamente desigual, independentemente da cor. Analisando o mercado de trabalho e a relação empregados e empregadores, assim como o nível de escolaridade, Costa Pinto demonstra que mesmo

entre os brancos a parcela que não é empregada (entenda-se: os patrões) e/ou que cursa o nível superior é ínfima. A passagem de escravo a proletário teria sido a maior distância percorrida pela maior parte da população negra no Brasil. A identificação com a situação de proletário ocorria de modo muito mais direto do que com a de negro. Havia a igualdade jurídica, mas a estrutura econômica gerava e mantinha a desigualdade herdada de períodos anteriores.

A segregação espacial é reconhecida; contudo, mais uma vez, está relacionada à condição econômica. Quanto mais proletário for o bairro, maior será o percentual de negros. Há negros em todas as regiões do DF, na medida em que há favelas e proletários em todas as regiões. As favelas possuem maioria absoluta de negros (70%) e refletem a proletarianização dos grupos de cor. Se na população total do DF havia 71% de brancos, nas favelas esse percentual correspondia ao número de negros. Ou seja, havia uma inversão.

As favelas também possuíam o menor nível educacional do DF, mas, de acordo com Costa Pinto, pode refletir a situação dos outros estados, na medida em que a maior parte dos migrantes acabava por fixar residência nessas comunidades. Embora reconhecesse que, como herança da estrutura escravocrata, os negros possuíam o menor nível educacional, também verificava que educação e cor não poderiam ser diretamente relacionadas sem a participação do elemento sócio-econômico. Se nas favelas do Rio de Janeiro (maioria negra) encontramos o menor índice de alfabetização (38%) da região, por outro lado também podemos identificar que os negros do Rio de Janeiro possuíam um percentual de alfabetização maior do que os de brancos de outros estados. Enfim, o problema não era exclusivo de cor. O maior desenvolvimento urbano e econômico do DF fez com que os negros desta região obtivessem um nível de escolaridade maior do que os brancos de estados menos desenvolvidos. Embora herdassem uma situação de desvantagem, as oportunidades e ofertas das regiões mais desenvolvidas acabavam por abalar a associação direta entre cor e escolaridade. Parafraseando Costa Pinto, a pirâmide educacional reproduzia a pirâmide de classes.

O fator educacional é o elemento que nos permite, segundo o autor, entender a organização dos movimentos sociais. Por mais paradoxal que, a primeira vista, possa

parecer, foi exatamente o acesso a educação e a ascensão social de elementos de cor que possibilitou e desencadeou a luta contra as barreiras de cor.

*“Quando no plano das leis as oportunidades são iguais para todos e no plano da estrutura social e dos costumes as desigualdades são flagrantes, a insatisfação das elites negras vai resultando na medida em que elas se educam e vislumbram diante de si toda uma escala de status a ser galgada”.*³⁶⁷

A estrutura econômica seria responsável por um ciclo vicioso que dificultava a ascensão social do “grupo de cor”. O baixo nível social o levaria a um baixo nível de instrução. Uma limitação objetiva, decorrente do mau funcionamento de um sistema educacional básico.

Para Costa Pinto o movimento negro é reflexo da consolidação de uma elite negra. A origem das associações e as suas lutas refletem os problemas e as demandas dessa elite, e não da “massa negra”, mais identificada com os problemas proletários.

O autor reconhece que no Brasil os confrontos não ocorrem de forma aparente e dramática como em outros lugares, como, por exemplo, no sul dos EUA e na África do Sul. Aqui os reflexos seriam mais interiorizados e mais sutis. Para Costa Pinto, no Brasil as atitudes são mais freqüentes do que as ações e determinam o comportamento da sociedade brasileira. Atitudes, seguindo sua linha analítica, devem ser diferenciadas de ações. São tendências, predisposições e orientações potenciais de agir, mesmo que não se realize a ação correspondente. As ações, no caso brasileiro, não se efetivariam graças à uma outra ordem de valores e controles presente simultaneamente. Talvez esse seja o momento em que o autor deixe mais claro o seu posicionamento frente à questão racial brasileira e ao racismo. Em suas próprias palavras:

³⁶⁷ Pinto, Luiz Aguiar da Costa. O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. pg. 163.(1ª edição, 1953)

*“Desse modo, a atitude pode existir, engendrada por certos tipos de influências sociais, de certo grau e pressão, sem que os controles, sanções e coerções da vida social permitam que ela esteja freqüentemente se manifestando em atuações abertas, porque vão de encontro com outra ordem de valores e normas, também socialmente aprovadas, a que ela se opõe, obrigando-a a interiorizar-se cada vez mais, a mascarar-se de diversas formas. Essas racionalizações das atitudes que se chocam os valores confessadamente aceitos fazem com que elas se apresentem das formas mais diversas, e se conservem virtuais por muito tempo, através de um mecanismo que, às vezes, chega até a ser de deliberada simulação”.*³⁶⁸

Essas influências sociais - citadas no início da passagem anterior - responsáveis pelas atitudes raciais da sociedade brasileira são, para o autor, estimuladas através de quatro situações distintas: 1- **Acumulação** sucessiva de experiências do mesmo tipo, ou seja, pela freqüência e natureza estrutural de certas circunstâncias; 2-**Integração** numa única atitude de defesa, com a fusão de atitudes contrárias à ascensão social das massas trabalhadores, consecutivamente, da população negra; 3- **Trauma** com uma experiência dramática e negativa; 4- **Reprodução** de comportamento e exemplos vindos de pessoas importantes.

As atitudes raciais responsáveis pela criação de dificuldades para a ascensão social dos negros são, portanto, reconhecidas por Costa Pinto. Traduzindo em situações concretas, elas poderiam ocorrer pelo fato de, durante toda a história brasileira, a maior parte de a população negra ocupar posições subalternas, possuir menor nível educacional e se encontrar em posição de “domínio” (Acumulação); ou pelo fato da elite econômica querer proteger o seu status de poder e coerção frente à maioria da população trabalhadora (Integração); por uma atitude de suposta defesa e proteção em relação ao grupo com maiores índices de criminalidade (Trauma); ou, por fim, por uma mera imitação de comportamentos transmitidos de geração em geração que refletem o passado escravista e patriarcal da sociedade brasileira (Reprodução). Ao invés de simplificar e reduzir o debate, fazendo referência ao racismo simplesmente, procura entender os estímulos das atitudes com cunho racial, reconhecendo, inclusive, que embora essas atitudes existam – no caso brasileiro – nem sempre se transformam em ações, visto que

³⁶⁸ Idem, pg. 171

os controles, sanções e coerções, que vão de encontro a essas atitudes, obrigam cada vez mais a que essas se interiorizem.

Essa interiorização e/ou mascaramento das atitudes racistas, identificada como a principal característica do “racismo à brasileira”, resultaria, portanto, da existência “de outra ordem de valores e normas, também socialmente aprovada”. Se nas sociedades norte-americana e sul-africana as atitudes mais facilmente se transformavam em ações explícitas e diretas, seria por que essa outra ordem de valores, que se opõe a essas atitudes, é mais frágil? O racismo velado e camuflado, que não se explicita em ações mais agressivas, seria o resultado de uma maior pressão anti-racista, em comparação com as outras sociedades?

Os negros, ou pretos, ou a população de cor (assim como nas páginas do Quilombo, o autor alterna esses termos durante todo o trabalho, sem conceitualizar e diferenciar) possuem o menor índice educacional porque herdaram essa situação da escravidão e o país não possui uma rede educacional eficiente capaz de alterar significativamente essa situação. Representam a maioria dos moradores das favelas porque lá se encontra a maioria da população pobre e proletária do país. Os negros são a maioria da população pobre e proletária principalmente porque não possuem instrução para alterar esse quadro. As atitudes raciais que dificultam a ascensão dos negros são reflexos, sobretudo, de quatro elementos. Estes, por sua vez, explicam-se historicamente, forjando reflexos sociais e econômicos que reproduzem esses mesmos elementos iniciais, geradores das atitudes raciais que, embora existam, são vigiadas e contidas por uma ordem de valores aceita e difundida simultaneamente e que se opõe a essas atitudes, impedindo que essas atitudes transformem-se em ações.

Costa Pinto reconhece que o problema racial brasileiro é complexo e não deve ser reduzido a simples acusação de racismo (termo inclusive quase inexistente em seu texto). Se, por um lado, a crença na inexistência de preconceito racial seria um dos piores estereótipos que temos que eliminar, por outro: “... *todas as tentativas de impedir a propagação de atitudes ligadas a determinadas formações, ou deformações sociais sem haver a preocupação de alterar os fatores estruturais que permitem e condicionam essas acumulações de experiências formadoras das atitudes que se pretende modificar*” seria

uma utopia, responsável, inclusive, pelos “*planos puramente catequistas de combate ao preconceito racial*”, destinados, por isso, irremediavelmente ao fracasso.³⁶⁹

Para Costa Pinto, a maior competição e ameaça gera mais atitudes discriminatórias. A partir dessa afirmação talvez pudéssemos levantar a hipótese segundo a qual, no Brasil, os negros representam tão pouca ameaça que as atitudes discriminatórias seriam desnecessárias. Haveria mais uma lógica paternalista, de proteção de dependentes, do que de discriminação com concorrentes.

Os movimentos sociais de cunho racial refletem o resultado da mudança nas relações raciais. O aumento do nível educacional e a ascensão social de elementos de cor proporcionaram a “tomada” de consciência e a clarificação da existência de uma série de barreiras ainda a serem superadas. A diversidade das associações, inclusive, reflete a diversidade dentro do próprio grupo, que aumenta na mesma proporção em que as sociedades urbanas e industriais se tornam mais complexas. Portanto, aquela relativa homogeneidade exótica da senzala dá lugar a uma nova organização na qual “... o funcionamento das instituições liberais e republicanas... criaram sérias assimetrias e profundas contradições na forma e no conteúdo da estrutura social dentro da qual coexistem e convivem no Brasil pretos e brancos”.³⁷⁰ A “inferioridade social” (não faz referência direta ao racismo) seria a responsável por gerar uma série de limitações, dificultando a plena participação do elemento negro.

Esses novos movimentos sociais seriam movimentos de “cúpula”, em decorrência do reduzido número de membros atuantes. Aproximando-se das teses de Florestan Fernandes, Costa Pinto reconhece que a maioria da população negra, por conta do desamparo material, desestímulo moral, inércia mental, embrutecimento intelectual e falta de preparo para a vida associativa, possui um comportamento passivo, mesmo frente a essa liderança das próprias associações, que acabam por arrastar a grande maioria.

Aparentemente paradoxal, é justamente por conta da consolidação de uma elite negra que os movimentos reivindicatórios de cunho racial ganham força. A ascensão não seria resultado da luta, ao contrário, a luta seria resultado da ascensão. A mobilidade

³⁶⁹ Ibidem. Pg.172

³⁷⁰ Ibidem. Pg.236.

clarifica as barreiras e dificuldades a serem vencidas. Se essa elite se consolida é porque conseguiram transpor as barreiras, mas quando chegam mais adiante percebem que talvez possam não continuar a seguir em frente. Contudo, a questão central é que para o autor essas associações são formadas pela elite e para a elite, com o objetivo específico de resolver seus problemas de mobilidade social e econômica, lutando contra os obstáculos para o seu desenvolvimento. As “massas de cor”, em contrapartida, estariam mais identificadas com o proletariado e suas demandas.

A antiga elite negra buscava branquear tudo o que fosse passível de branqueamento, misturar-se com a sociedade branca e afastar-se da sociedade negra. Vigiar e controlar o comportamento.

*“A ausência de barreiras legais abria ao negro a possibilidade teórica de ascender do nível da senzala; a presença de uma hierarquia de fato levava-o a usar essa possibilidade expressa na majestade do igualitarismo jurídico no sentido de ser o menos negro e o mais branco que lhe fosse possível”.*³⁷¹

Luiz Aguiar da Costa Pinto diferencia as instituições negras tradicionais das instituições de novo tipo. As tradicionais seriam orientadas basicamente por princípios recreativos e religiosos. Embora, a partir do crescimento da sociedade industrial, as de novo tipo tenham ganhado importância, ambas coexistem.

As irmandades religiosas, macumbas, os ranchos e as escolas de samba seriam exemplos de instituições negras tradicionais. Costa Pinto afirma que tanto as irmandades católicas, como os centros de macumba, assim como as escolas de samba, cada vez mais deixam de representar exclusivamente a população negra. Se ainda são classificadas como negras é porque a maioria dos seus frequentadores continua sendo de negros. Todavia, segundo o autor, devem ser identificadas, sobretudo, como instituições populares. O popular acaba associando-se quase que diretamente com o negro. Além disso, cada vez mais essas práticas atraem a parcela “branca” da população, inclusive a

³⁷¹ Ibidem. Pg. 238.

própria elite, fascinada pela nova moda. A elite negra, ao contrário, tende a não dar importância a essas associações, fundando outras mais próximas e semelhantes à dos “brancos”, adestrando-se no estilo de comportamento da classe média e superior da sociedade.

Costa Pinto também classifica essas associações tradicionais como movimentos de cúpula, pois a condução e a manutenção são feitas por um pequeno grupo, apenas atraindo a “massa” em momentos de festa e cerimônias oficiais. Apesar da formação da música e da coreografia e do sincretismo característico dos negros, essas associações são negras porque freqüentadas pelas classes pobres, a maioria negros. Esses não a freqüentam como negros, mas pela crença religiosa e pela recreação, mas não por serem associações que os representam enquanto negros.

São efêmeras e deixaram um sulco pouco profundo, por isso devem ser analisadas em conjunto.

As instituições de novo tipo, ao contrario:

*“... é que são, neste sentido, as genuínas associações do **negro brasileiro, ou, como talvez, fosse melhor dizer, do brasileiro negro**, pois nelas, na sua estrutura, função e ideologia, o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para ele, era a nossa terra – mas a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de brasileiros, **sociais, cultural e nacionalmente brasileiros, etnicamente negros**”.*³⁷²

Representam os conflitos de situações relativamente recentes de um novo negro, não-africano, não-servil e não-ignorante.

Fim da Primeira Guerra, crise agrícola, expansão industrial, perda da hegemonia da elite agrária, crescimento dos núcleos urbanos, crescimento do proletariado, aumento da influência da burguesia no controle do país são, segundo o autor, elementos que propiciaram o surgimento das associações negras de novo tipo no Brasil. Segundo Costa

³⁷² Ibidem. Pg. 231.(grifos meus).

Pinto, começaram a nascer após a revolução de 1930, por influência dos elementos citados, mas também por conta das orientações advindas das próprias transformações decorrentes especificamente da mudança de governo.

Após o período de 1937/45 – completamente adverso a movimentos e organizações sociais – há, internamente, o restabelecimento do regime democrático e, externamente, a luta ideológica contra o racismo no pós-guerra, impulsionando a reorganização dessas associações.

Alem da preocupação com os problemas atuais do brasileiro negro, as instituições de novo tipo diferenciavam-se das tradicionais também pelo desenvolvimento e incentivo à **negritude**.

*“Enquanto as antigas elites, na medida em que ascendiam, tinham a preocupação de branquear-se, confundindo-se em tudo com o extrato branco superiormente colocado, as novas elites negras pretendem ascender como elites negras, sem deixarem de ser negras, negras mais do que nunca, declarada e orgulhosamente negras, apologéticas da negritude. Esta distinção, que é fundamental, confere à formação das elites negras contemporâneas uma significação toda especial, pois **muito dificilmente deixarão as novas gerações, para o futuro, de serem atraídas por essa ideologia da revalorização étnica**, na qual não se percebe logo no primeiro plano o que tem de falaz e o que tem de fecundo”.*³⁷³

Era preciso integrar organicamente as ações realizadas numa ideologia que guiasse o movimento, que formalizasse um valor comum capaz de unir um corpo de idéias em uma bandeira de luta. Essa elite não apenas criou essas associações como as criou para si, com o intuito de resolver seus problemas de mobilidade. Por conta disso, segundo Costa Pinto, “*não sabem falar outra linguagem que não seja do seu próprio horizonte de extrato médio*” desencadeando indiferença e desinteresse no seio das massas de cor. Talvez, por conta dessa indiferença, essa mesma elite tenha tentado assumir o compromisso de desenvolver entre as massas de cor mecanismos de “*consciência grupal*,”

³⁷³ Ibidem. Pg. 241. (grifos meus).

solidariedade específica de cor, revalorização dos valores da raça e afirmação étnica". O objetivo principal é acabar com o complexo de inferioridade, transformando a cor, fonte de muitos dissabores, em um valor supremo a ser exaltado. Aqui, cabe o alerta realizado pelo próprio autor no que se refere à possibilidade de negritude e antinegritude confraternizarem-se em torno de uma mesma visão determinista e "racista" do problema. Em suas próprias palavras:

"... a idéia de negritude pode ser, em última análise, diagnosticada como um grande e perigoso estereótipo de um grupo de intelectuais negros a respeito do negro." Buscar supostos atributos como específicos da raça seria aproximar-se da antinegritude, ou seja, dos discursos racistas.

"Para desempenhar essa função de ideologia do movimento negro, útil como mito nas horas de ascensão, necessária como consolo e como comunhão mística entre os iniciados nas horas de adversidade, é que surgiu – e continua hoje em plena elaboração – a idéia de negritude".³⁷⁴

Costa Pinto reconhece que todos que falaram sobre a negritude jamais elaboraram uma definição sistemática, encontrando-se, portanto, em fase larvária e indefinida, longe das definições conceituais fechadas.

O processo de construção da negritude como ideologia, idéia força e aglutinadora do movimento negro é o mesmo da formação de todo mito.

"Retira-se dos fatos uma abstração, considera-se essa abstração como um fato, e passa-se a enxergar, a pensar, a sentir, a agir em função dessa concepção invertida e mistificada das coisas."

"A idéia de negritude, esse grande estereótipo de alguns negros a respeito do negro, representa, assim, o subproduto mais sofisticado, mais sutil e, em certo sentido, mais elaborado, das mudanças em processo no quadro das relações raciais no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro. Seu estudo havia de ser feito ao lado, e como cristalização ideológica, do TEN, em cujo seio começou a elaboração de seu enunciado".³⁷⁵

³⁷⁴ Ibidem. Pg. 255.

³⁷⁵ Ibidem. Pg. 259

O Teatro Experimental do Negro é identificado como a associação de maior envergadura e repercussão, sendo, inclusive, encarado como um movimento - mais, portanto, do que uma associação. Originalmente criado como grupo de teatro, objetivando protestar contra a ausência de negros nos palcos brasileiros, transcendeu muito os seus propósitos iniciais, representando ideologicamente a *“pequena burguesia intelectualizada e pigmentada no Rio de Janeiro, e, sem dúvida, no País”*.³⁷⁶

Para Abdias Nascimento, líder do TEN, um dos principais objetivos do movimento é, de fato, o florescimento de uma elite negra. Ao se referir ao fracasso das associações anteriores, identifica erros nas estratégias utilizadas, voltadas para ações de fundo assistencialista e necessidades imediatas de caráter econômico. Enfim, não haveria, seguindo essa interpretação, uma ideologia transformadora, seriam *“reivindicações contumazes”* ainda presentes, inclusive, em algumas associações, como o UGACÊ.

A estratégia de Nascimento seria, ao contrário, alterar de forma significativa o comportamento, *“adestrando gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira”*.³⁷⁷ Na opinião de Costa Pinto:

*“Temos assim um movimento cujo objetivo é adestrar o negro nos estilos das camadas predominantemente brancas e socialmente dirigentes da sociedade brasileira, baseado na convicção de que as massas de cor, em consequência de seu baixo nível cultural – afirma Abdias que a mentalidade do negro é ‘pré-lógica’(sic) – não podem ser atingidas por idéias, conceitos e ‘técnicas letradas’, só sendo possível alcançá-las ‘manipulando’ o misticismo...”*³⁷⁸

Essa idéia de adestrar o comportamento dos negros aos moldes das classes superiores brasileiras também estava presente na FNB. O que a Frente se refere como os

³⁷⁶ Ibidem. Pg. 247.

³⁷⁷ Ibidem. Pg. 249.

³⁷⁸ Ídem.

“vícios da raça”, Abdias vai chamar de mentalidade “pré-lógica”. Imitar o comportamento dos brancos: Costa Pinto se refere aos clubes fundados pela elite negra que se inspiravam nos clubes da elite branca, muitos dos quais reticentes à participação dos negros.

Costa Pinto reconhecia a importância da técnica desenvolvida por Guerreiro Ramos como uma das principais estratégias do TEN. O autor identificava que esse adestramento vinha, sobretudo, através da técnica de grupoterapia.

*“Partindo da noção de que ‘a essência da sociedade é o drama’, a terapêutica catártica preconizada consiste em inverter os termos do problema, fazendo do palco uma miniatura da sociedade e nele configurando situações teatralizadas nas quais o ‘paciente’(sic) representa papéis que lhe permitam extravasar na pequena sociedade do palco as angústias, temores, as emoções, as ansiedades que lhe resultam na personalidade em consequência do papel frustrado que lhe cabe no palco da sociedade”.*³⁷⁹

Costa Pinto reconheceu a agravamento das tensões raciais no Brasil. Este fenômeno seria o reflexo de fatores históricos e estruturais diretamente ligados a situações em mudança. A transferência da condição de escravo para proletário agravou as tensões via aumento da competitividade. Antes as distâncias sociais eram tão extremas que o conflito não se apresentava de forma tão explícita.

*“O fator essencial dessa tomada de consciência é representado pela resistência dos extratos brancos superiores em aceitar essa mobilidade ascensional no negro evoluído, resistência que cresceu na medida em que a ascensão também deixou de ser estritamente individual e passou a ser social. Sendo raciais as barreiras encontradas, esse grupo teve de tomar consciência dela em termos também raciais e, assim, lutar contra elas em movimento raciais.”*³⁸⁰

³⁷⁹ Ibidem. Pg. 253

³⁸⁰ Ibidem. Pg. 286.

A supervalorização da raça e o desenvolvimento da negritude são reflexos dessa estratificação dentro do próprio grupo negro, de uma “elite” que tenta mobilizar a “massa” em busca de apoio na luta contra as barreiras de cor.

A busca da consciência racial via negritude e a legislação específica “*que atribui a estes, como negros, o direito específico de não terem praticamente negados alguns direitos mais gerais que a lei já atribuía a todos os cidadãos, independentemente da condição étnica*”, podem configurar um prelúdio de uma situação de maior segregação.³⁸¹ Para o autor, no Brasil não existe um filosofia racista consolidada capaz de apoiar a discriminação racial, mas a criação da entidade jurídica negro pode colocar em risco essa situação.

Estes seriam os principais pontos de divergência entre Abdias Nascimento, Costa Pinto e Édson Carneiro. De acordo com Nascimento, tanto Costa Pinto como Édson Carneiro se insurgiram e negaram a negritude, tentando mesmo levá-la ao ridículo. Não entendiam a papel dessa elite negra porque permaneciam fechados em sua ciência de periferia, superficial e esquemática, não alcançando a intimidade e os verdadeiros problemas do negro brasileiro. A negritude, para Nascimento, não seria um enclausuramento e a defesa da preservação e pureza de valores africanos, mas a consciência de sua condição étnica e dos desafios e obstáculos que deveriam ser enfrentados em decorrência dessa mesma condição.

Essa tensão anunciava a proposta de um novo encaminhamento para a agenda política do movimento negro brasileiro.

O TEN vai manter atividades até 1968, mas, desde 1950, a publicação do Quilombo é interrompida, em decorrência das dificuldades financeiras.

³⁸¹ Pinto, Costa. Op. Cit.

A reorganização do movimento negro brasileiro ocorre no contexto das discussões em torno da elaboração de uma nova Constituição. Assim como em 1930, o ano de 1945 representa um momento de inflexão na ordem política, estimulando a participação e, sobretudo, recuperando a esperança da possibilidade de consolidação de um verdadeiro Estado democrático.

Muitos, nesse momento, influenciados pela disseminação dos valores democráticos e pelo contexto de repúdio às ditaduras e ao totalitarismo, passam a acreditar que a justiça e a igualdade social, e também racial, derivariam da plena consolidação de um Estado de Direito. Essa crença estava disseminada em todos os segmentos da sociedade, conforme podemos perceber com a análise da coluna “Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro”, sob a responsabilidade de Abdias Nascimento e publicada no Diário Trabalhista entre 1946 e 1948.³⁸²

O jornal Diário Trabalhista circulou no período de 1946 a 1961 e possuía uma orientação claramente trabalhista, apoiando o governo Dutra e, posteriormente, o segundo governo Vargas. Ao lado de Abdias Nascimento, colaboravam com a coluna Rodrigues Alves, Ironides Rodrigues e Aguinaldo Camargo. Os redatores da coluna, conforme já demonstrado através das suas participações no TEN e comprovado com os artigos publicados no jornal, reconheciam a necessidade de uma “segunda abolição”. Identificavam a especificidade brasileira no que concerne às relações raciais, mas também diagnosticavam a falta de amparo aos negros no pós-abolição. Se por um lado identificavam na pobreza e na falta de educação a principal causa da marginalização dos negros, por outro não se eximiam de denunciar a fragilidade e ineficácia na prática das leis republicanas, supostamente capazes de garantir a igualdade de todos.

Os redatores entrevistaram quarenta pessoas entre ativistas negros, intelectuais, artistas e pessoas comuns. De maneira geral, com raras exceções, predominou entre os entrevistados a interpretação de ausência de um “problema do negro” no Brasil. Intelectuais, ativistas e o senso comum, majoritariamente, identificavam a condição sócio-econômica como o principal elemento desencadeador de atitudes preconceituosas.

³⁸² Ver: Alves, Rodrigues. A Ecologia do Grupo Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1996 e Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo e Macedo, Márcio. Diário Trabalhista e Democracia Racial Negra dos anos 1940. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008.

Seria um preconceito social travestido de racismo. Por isso mesmo, o principal remédio contra essas atitudes seria a elevação moral, material e cultural do negro, alcançada através de um amplo projeto de educação associado à prática democrática. Essa elevação do negro resultaria no fim do complexo de inferioridade, assim como reeducaria o branco, eliminando as atitudes racistas. A solução passaria, portanto, menos pelo prisma racial, na medida em que isto colocaria em risco a “tradição de tolerância” e o “caminho rumo à democracia”.

De acordo com o que foi demonstrado, o Teatro Experimental do Negro, assim como a Frente Negra, mantém a crença na especificidade brasileira no que se refere às relações raciais. Define o povo brasileiro como um povo mestiço, desvaloriza as heranças exclusivamente de origem africana, advoga a necessidade de educação dos negros e dos brancos (contra o preconceito de cor e o complexo de inferioridade) e reconhece as práticas preconceituosas como exceções e resquícios do passado, que por sua vez, devem ser combatidos. No entanto, percebemos no TEN a fusão de muitos dos ideais da FNB com as incipientes ideologias da negritude. Em ambos, no entanto, raros foram os momentos em que o protesto negro assumiu um caráter mais radical que confrontasse com a ideologia consolidada de uma sociedade mestiça.

Nos anos 1930 o ideário autoritário prevalecia. O sentido atribuído à democracia, naquele contexto, não passava pela democracia política. Predominava, nos órgãos oficiais do Estado e nas principais lideranças negras do período, o projeto de construção de uma sociedade orgânica e harmônica a partir da ação de um líder.

A partir de meados dos anos 1940, ao contrário, a construção de um verdadeiro e pleno Estado de Direito passa a ser identificado como a principal solução para a consolidação de uma sociedade democrática.

Se nos anos 1930 a Frente Negra estava inserida nesse ideário autoritário, nos anos 1940, para o TEN, o ideal de uma democracia plena, incluindo a racial, seria a via principal para a superação dos problemas dos negros brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização da Frente Negra Brasileira marca um momento de inflexão na trajetória de luta dos brasileiros negros e mestiços. Conforme demonstrado, apesar da existência de associações e jornais organizados por afro-descendentes, apenas em 1931, com a FNB, é possível identificar a reunião de diversas lideranças e a formação de um grupo político, com ações e dimensões significativas e que se automeia representante e porta-voz dos negros.

No conjunto dessas lideranças, verificamos um crescente processo de elaboração de uma consciência dos problemas vivenciados pelos negros após a abolição, e, consecutivamente, o interesse em discutir esses problemas e ampliar esse debate, buscando respostas e soluções.

A luta principal travada naquele momento era reunir o maior número possível de pessoas interessadas em criar e manter uma organização capaz de aglutinar e conscientizar os negros. Tornava-se imperativo ir além das ações beneficentes e recreativas, impulsionando uma luta política e uma mudança comportamental que visasse não apenas uma inversão valorativa da figura do negro frente à sociedade como um todo, mas, sobretudo, a valorização do negro pelo próprio negro. Com a Frente Negra verificamos a ação de um movimento social que possuía como objetivos centrais: a luta pela valorização da população negra; pelo reconhecimento da sua importância na trajetória de desenvolvimento econômico e cultural brasileiro; assim como pela emancipação e integração plena desse grupo na sociedade.

O surgimento de uma frente política voltada para defender os interesses dos negros ocorre paralelamente ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento de laços de identificação e solidariedade. Foi, portanto, nesse contexto, que se deu o início de um longo processo de busca consciente, por parte daquelas lideranças, pela afirmação e consolidação de uma identidade negra.

A consciência e identificação de uma "causa" específica dos negros, essencial à organização do movimento negro, depende e subordina-se à própria formação e

consolidação de um grupo que se identifique e se reconheça como negro. Da mesma forma, seguindo uma via de mão-dupla, o processo de afirmação desse grupo avança quanto maior for a identificação e o reconhecimento dessa "causa negra". Essa dinâmica de conscientização e reconhecimento - tanto do grupo negro em si, como de uma "causa negra" - é processada durante a Primeira República, resultando, ao efetivar-se, na criação da FNB, que reuniu lideranças das diversas associações e jornais existentes em São Paulo.

O final do século XIX e o início do XX representou um momento de significativa alteração na ordem política e social brasileira. Nesse período, imediatamente posterior à abolição, desaparece da ordem legal a figura do escravo, do não-cidadão. A partir desse momento, paralelamente à nova ordem política, vislumbramos uma nova ordem social. Escravos e libertos deixam de existir, todos são cidadãos. O desaparecimento dessa distinção acaba por fortalecer um grupo que, embora já existisse, não estava reunido sob a mesma condição social e racial. Com a república, a distinção formal entre negros escravos, negros libertos e negros nunca antes escravizados desaparece. No entanto, se no âmbito formal não há mais diferenciações, na prática essa unidade não poderia ser forjada imediatamente, sobretudo devido às diferentes trajetórias individuais e ao próprio debate que estava em curso (discussão acerca das teorias racialistas). Ser um ex-escravo ou nunca ter sido escravo, ser preto ou mulato, ser alfabetizado e trabalhar em serviços burocráticos ou sempre ter trabalhado na lavoura não são elementos que possam ser ignorados no processo de construção de identidades.

Durante o século XIX, por exemplo, os termos utilizados para identificar e classificar os escravos e seus descendentes eram distintos daqueles adotados no pós-abolição. Durante o Império, sobretudo até a década de 1870, a identificação por cor ou raça dependia menos das características fenotípicas propriamente ditas, dizendo respeito, também, à condição social. Antes da abolição, escravos e libertos eram classificados pela cor, pela nacionalidade e pela condição legal. Poderiam ser pretos/negros ou pardos (cor), africanos ou brasileiros/crioulos (nacionalidade), forros ou ingênuos/nascidos livres (condição legal).

Hebe Matos e Ivana Stolze nos advertem para os sentidos não naturalizados e estáticos dos termos utilizados. Estes assumem conteúdos hierarquizantes e diferenciados

de acordo com cada contexto.³⁸³ Segundo Larissa Viana, o termo pardo, por exemplo, assumia muitos significados no Brasil colonial. Poderia ser utilizado como referência a homens e mulheres “de cor”, mesmo que não fossem mestiços, para fugir da designação “preto” e, conseqüentemente, do estigma da escravidão. Também era utilizado por aqueles nascidos no Brasil, em contraste com os africanos.³⁸⁴

Enfim, ser preto, pardo ou branco relacionava-se, de alguma forma, ao fato de ser livre, escravo ou liberto. Com o fim do regime escravocrata e a abolição, essas fronteiras étnico-raciais, claramente marcadas pelo status social, confundem-se, aproximando aqueles antes relativamente separados. A igualdade formal, reflexo da proclamação da República e da abolição, clarificou a desigualdade real. Se todos eram iguais, como entender a realidade brasileira e a permanência de hierarquias e barreiras que insistiam em se recriar por meio de padrões étnico-raciais? Como reverter essa realidade? Foram esses os principais questionamentos que inquietaram e motivaram os negros do início do século XX a se organizarem em prol de uma ação mais sistemática.

Ao analisarem especificamente o contexto abolicionista, Lília Moritz Schwarcz e Hebe Mattos notam que, neste período de intensa disputa ideológica, o termo “negro” assumiu um significado pejorativo e ofensivo. Ao nomear um indivíduo de “preto” estaria apenas fazendo referência a sua cor, a sua aparência, quando se nomeava alguém de “negro”, ao contrário, existia uma intenção ofensiva e uma conotação pejorativa.³⁸⁵

Nas primeiras décadas do século XX, nas associações e jornais organizados pela população negra e mestiça, o termo negro, provavelmente como reflexo do caráter assumido e descrito acima, foi evitado. Os termos mais utilizados são “homens de cor”,

³⁸³ Ver, Stolze, Ivanna. Cores, Marcas e Falas: Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.; Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 e Mattos, Hebe Maria. Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³⁸⁴ Ver: Viana, Larissa. O idioma da mestiçagem: religiosidade e identidade parda na América Portuguesa. Tese de Doutorado: UFF, 2004 e Mestiçagem e Cultura Histórica: debates. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007.

³⁸⁵ Sobre as denominações raciais no século XIX ver: Cunha, Manoela Carneiro. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985; Schwarcz, Lília Moritz. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987; Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, entre outros.

“homens pretos” e “classes de cor”.³⁸⁶ No entanto, conforme nos alerta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, isso não significa que a expressão “raça negra” não aparecesse.³⁸⁷ Todavia, segundo o autor, sua utilização assumia o sentido biológico do século XIX, sendo utilizada para denunciar a inferioridade biológica atribuída aos negros e, consecutivamente, para desmistificar essa mesma acusação, colocada em prática pelos teóricos racistas. Enfim, “raça” e “negro” foram utilizados com um sentido biológico, remetendo à origem comum e às características naturais, geralmente fazendo referência a todo o grupo, ao coletivo.

O que pretendo afirmar é que o termo “negro”, nas primeiras décadas do século XX, ainda não assumia a função de elemento aglutinador de uma identidade social. Quando não havia referência ao aspecto biológico e natural, faziam uso, geralmente, de “pretos”, “homens de cor” e “classes de cor”. No entanto, é preciso salientar que, embora “negro” não fosse usado como elemento aglutinador da identidade social, e sim com um sentido estritamente biológico, inevitavelmente, contribuía para a união e normatização de um grupo que reunia os descendentes de africanos e não brancos. Por um lado, diferenciava seus integrantes dos demais grupos da sociedade, por outro, agrupava indivíduos com características fenotípicas comuns que, sobretudo naquele contexto, desencadeavam atitudes sociais específicas voltadas para aqueles portadores de tais características. Enfim, embora não houvesse intenção explícita de mobilizar uma identidade social, a utilização de “raça negra” no sentido biológico contribuiu e estimulou laços de solidariedade e identidade.

A população negra e mestiça de São Paulo sofreu o choque da quantidade extraordinária de imigrantes europeus. Os efeitos dessa disputa no mundo do trabalho proporcionaram uma maior mobilização e politização das diferenças raciais, assim como um maior esforço pela consolidação de um diálogo e solidariedade coletiva. Paralelamente, as aspirações das incipientes camadas médias negras, também estimularam essa mobilização. No entanto, a organização e sistematização dessa luta não seria um processo simples, sobretudo porque neste momento há também um intenso debate político-intelectual em torno da construção de uma nova nação. O novo projeto

³⁸⁶ Sobre a imprensa negra nas primeiras décadas do século XX ver Ferrara, Míriam. Op. Cit.

³⁸⁷ Guimarães, A. S. Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. _ Afro-Ásia, no 30, UFBA, 2003.

civilizatório e a redefinição da nacionalidade passam a ser feitos através da discussão e acomodação de diferentes projetos de nação e de brasilidade, de culturas históricas e leituras do passado-presente-futuro concorrentes.

A partir, sobretudo, dos anos 1920, podemos identificar um novo sentido para “raça negra”, com um caráter mais positivo, arregimentador, distanciando-se do exclusivismo biológico. Passa a ser atribuído a essa “raça negra” um sentido histórico, de um passado comum. A mudança, contudo, é paulatina e, nesse período, todos os termos são utilizados indistintamente – preto, negro, homens de cor, classes de cor, raça negra, gente negra -, sendo muito difícil realizar afirmações conclusivas. Esta alteração, inclusive, também pode ser identificada como um reflexo das mudanças ocorridas no paradigma das ciências sociais. O racismo, característico do século XIX, vai dando espaço ao historicismo e ao culturalismo, estimulando essa alteração.

Com a FNB, os negros brasileiros, mais do que pessoas com características físicas semelhantes são pessoas com uma história comum. O passado escravocrata passa a ser o principal elemento aglutinador que sinaliza a alteridade necessária para a consolidação de uma identidade. Paradoxalmente, não há uma identificação com um passado mais remoto, localizado no continente africano. O que realmente os aproximava não era a origem africana, muito distante para a maioria, mas sim o passado escravista, a condição do cativo e a ausência de oportunidades.

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, foi o desenvolvimento da idéia de “raça” que permitiu a organização da FNB, a união, pela primeira vez, de diversas organizações negras. No entanto, o autor reconhece que, ao contrário do que aconteceu nos EUA, aqui no Brasil a “raça” foi desenvolvida paralelamente a um intenso desenvolvimento da ideologia nacionalista. Para ele, naquele contexto, a “raça negra” perdeu força frente à “raça brasileira”.³⁸⁸

Para os próprios integrantes do movimento negro da década de 1930, a valorização da cultura negra, a criação de instituições específicas e, até mesmo, o retorno para a África seriam ações válidas, mas para os negros norte-americanos. Estes não foram

³⁸⁸ Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil. In: www.fflch.usp.br/sociologia/asg. (consultado em julho de 2008).

integrados, eram minoria e não faziam parte da nação. O caso brasileiro seria o oposto. As lideranças e os militantes da FNB aderiram completamente ao nacionalismo, adotando como principal estratégia de luta em prol da integração a recusa dos valores e práticas identificadas como de origem exclusivamente africana. Aderem à cultura nacional dominante, incorporando os valores proclamados pelos grupos hegemônicos.

Contudo, a liderança fretenegrina não abandona plenamente o racismo. Como tentei demonstrar, em vários momentos, permanece utilizando “raça negra” com um significado biológico, como um grupo com características naturais semelhantes. Paralelamente, ao absorver as críticas realizadas aos hábitos e culturas de origem africana, acabam por adotar um comportamento “puritano”, ratificando e fortalecendo, indiretamente, o argumento racista.

No entanto, as mudanças também são anunciadas. A valorização do trabalho do negro como o principal responsável pelo desenvolvimento nacional é a principal estratégia de integração. Simbolicamente, significa reconhecer que o negro é parte legítima da nação brasileira. O racismo e o preconceito, de acordo com essa interpretação, representariam um atentado à nação. Esta estratégia integracionista e nacionalista teria dificultado a consolidação de uma identidade definida exclusivamente por critérios raciais.

A construção de uma cultura mestiça, colocada em prática pelo Estado varguista e pelos intelectuais modernistas, foi incorporada e propagada pela própria liderança do movimento negro. O modernismo brasileiro, como também tentei demonstrar, através da incorporação de elementos culturais característicos dos afro-descendentes, defendeu uma cultura nacional híbrida e sincrética. A antropofagia modernista fez uso de diversos elementos, definindo-os como populares e nacionais. Há o reconhecimento de acentos africanos, mas a cultura é nacional.

Os elementos selecionados não foram arbitrários; ao contrário, foram buscados em valores e tradições previamente existentes. Como vimos, o contexto pós abolição e republicano foi de intenso debate e de posicionamento frente à questão nacional. Pensar no Brasil e no povo brasileiro sem enfrentar a diversidade racial seria impossível. Ao lado das teorias racistas, crescia cada vez mais a valorização de uma homogeneidade nacional forjada através da união dos diversos elementos formadores do país.

Carolina Vianna Dantas, ao analisar O Almanaque Brasileiro Garnier e a revista Kosmos, sofisticados periódicos que circulavam no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, comprova a atribuição de qualidades positivas, direcionadas aos africanos e seus descendentes, feita por importantes intelectuais do período. Gonzaga Duque, Manoel Bonfim, Olavo Bilac, entre tantos outros, não apenas valorizavam a presença e a contribuição dos africanos e seus descendentes, como também exaltavam as ações heróicas de alguns exemplos como Zumbi, Luiz Gama e Henrique Dias.³⁸⁹ Assim como para a FNB, a abolição deveria ser apreendida como uma verdadeira vitória nacional.

Enfim, a cultura histórica selecionada por parte significativa dos intelectuais do início do século e, paralelamente, incorporada pela liderança do movimento negro do mesmo período, valorizava a peculiaridade da formação social brasileira e atribuía qualidades positivas à miscigenação.

A Frente Negra Brasileira, portanto, não deve ser entendida isoladamente. Assim como tudo e todos, foi construída pelo momento, sendo fruto de seu tempo. Ao pensarmos no autoritarismo antidemocrático da Frente Negra, não podemos nos esquecer que o seu período de existência foi quase integralmente a primeira metade da década de 1930, momento em que a democracia liberal passava por séria crise. Quando analisamos o nacionalismo e o oficialismo da instituição, não podemos ignorar o fato de que era Getúlio Vargas o presidente do Brasil. Vargas era popular e exercia forte presença junto aos trabalhadores. Não foi um presidente qualquer e até hoje as iniciativas de seu governo são marcos discutidos e discutíveis. No entanto, não há quem discorde que sua influência – e a das diretrizes de seu governo – na formação política do Brasil, principalmente da classe trabalhadora, foi intensa.

Quando as lideranças frentenegrinas exaltavam Hitler e o fascismo, é preciso lembrar que, no início dos anos 30, as crueldades do nazismo ainda não eram amplamente conhecidas. Quando defendiam uma raça nacional, admitiam que no Brasil esse tipo racial jamais seria “puro”, ao contrário, sempre seria miscigenado, formado pela união positiva de brancos, índios e negros, assim como representavam em sua bandeira. Na

³⁸⁹ Ver: Dantas, Carolina Vianna. O Brasil Café-com-Leite: Negros e Mestiços em Periódicos (1904-1914). Tese de Doutorado, UFF, 2007 e Dantas, Carolina Vianna. Cultura Histórica, República e o lugar de descendentes de africanos na nação. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007.

verdade, a defesa desse “tipo” brasileiro, nada mais era do que uma das faces do nacionalismo, também tão exaltado nesta década.

Apesar dessas características, das posturas políticas posteriormente identificadas como equivocadas, a Frente Negra Brasileira possuía um projeto bem estruturado de auxiliar negros e mulatos a se integrarem de forma digna na nova sociedade urbana e industrial que começava a se configurar.

Entre as estratégias que mais chamam a atenção está a ausência de um certo paternalismo que vitimava o indivíduo. A Frente Negra, apesar de reconhecer que o passado escravista deixara marcas definitivas, sempre buscou incentivar os negros a olhar para frente, para o futuro. Analisavam a estrutura escravocrata, mas este não estava entre os pontos centrais de discussão ou de ação. O objetivo principal e primeiro era estimular a educação e a auto-estima, incentivando o esforço individual e responsabilizando os próprios negros no caminho de superação do estado marginal em que a maioria vivia. Lutavam e reivindicavam ações do governo, todavia acreditavam que uma mudança de postura individual era essencial e facilitaria muito na concessão das justas reclamações.

Buscavam integração e acreditavam que ela viria com uma mudança completa no cotidiano de cada um. A mudança passaria, necessariamente, pela educação, abandono do alcoolismo e da prostituição, acesso à cultura pela qual se pode pagar, e, principalmente, uma casa digna, com uma sólida estrutura familiar. Apesar de criarem toda uma estrutura de auxílio, valorizavam a auto-estima do negro, afirmando sempre que são tão capazes quanto os brancos em todas as atividades, inclusive nas intelectuais.

Para os fretenegrinos, os brasileiros eram mestiços, miscigenados e de todas as cores. A mãe não era a África e sim o Brasil. A construção do grupo negro no país não deveria se reportar a origens exógenas. Antes de serem negros, brancos ou mulatos, eram, acima de tudo, todos brasileiros e com direitos iguais. Para alguns, o Brasil deveria ser branco, para outros, mestiço. Nos anos 1930, para muitos intelectuais, assim como para a FNB, o povo brasileiro era mestiço. Essa era a verdadeira Raça Nacional.

A FNB já identificava no negro o principal elemento formador do povo brasileiro. No entanto, é a partir dos anos 1940, com Guerreiro Ramos, que o brasileiro é classificado como negro. Todavia, esse negro não se refere à raça ou a cor, seria muito mais um lugar, um topo, no qual o brasileiro deveria se colocar. Essa seria uma nova

estratégia no campo nacionalista na luta pela integração. Segundo Ramos, não deveríamos identificar e solucionar o problema do negro, mas sim o problema do povo brasileiro.

O jornal Quilombo - publicado pelo TEN -, especialmente a coluna “Democracia Racial”, como vimos, atesta a permanência da aludida aliança nacionalista. Mas nessa época (década de 1940 e 1950), já é possível identificar uma maior participação de intelectuais brancos e negros (a *intelligentzia negra*) nesse debate, o início de um diálogo pan-africano e uma incipiente valorização de uma cultura negra, paralelamente à valorização da cultura nacional.

Não havia ainda - no TEN - a consciência, a idealização de uma cultura negra separada, mas havia sim a valorização de heranças africanas. No Quilombo, o reconhecimento positivo da herança africana não era indiscriminado e as sobrevivências intocadas, identificadas como primitivas, permaneciam rejeitadas e passíveis de superação. As lideranças continuavam defendendo um processo de reeducação da população negra e o abandono de um comportamento classificado como pré-lógico. Há o reconhecimento de uma especificidade positiva nas relações raciais no Brasil, mas luta-se pela concretização de uma plena democracia racial. Mesmo com o intercâmbio com outras realidades, o nacionalismo, ainda forte, era um obstáculo à formação de uma identidade racial pan-africana.

A negritude esboçada pela liderança do TEN está subjugada à nacionalidade brasileira, na medida em que representa não uma valorização da África, mas o reconhecimento das qualidades da população negra inserida no corpo nacional.

A segunda fase do movimento negro brasileiro, como indicado na apresentação, sugere um momento de maior tensão entre a exaltação do ideal de uma Nação mestiça, característica dos anos 1930, e o enfrentamento e desvalorização deste mesmo ideal, a partir, principalmente, da década de 1970, revelando a opção pela exaltação de identidades raciais. Na análise do jornal Quilombo podemos perceber a todo o momento indícios tanto de rupturas como de continuidades. Da mesma forma, a abertura e o encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro revelam as mesmas características e tensões.

Os paradoxos, característicos desses momentos, estão permanentemente presentes. O indício mais marcante de permanência das décadas anteriores, e que será radicalmente modificada pós 1970, é o reconhecimento da peculiaridade brasileira no que se refere às relações raciais harmônicas. A identificação da democracia racial, da tolerância e da virtuosa mestiçagem como exemplo para o mundo ainda fazia parte das características nacionais exaltadas pelo movimento negro de meados do século XX. Assim como a Frente Negra Brasileira, os líderes do Teatro Experimental do Negro acreditavam que as discriminações eram residuais e decorriam, em sua maioria, do pouco tempo de “emancipação”, responsável, por sua vez, pela falta de preparo educacional e, conseqüentemente, pela falta de oportunidades.

Nos anos 1950 ainda estava longe o tempo em que Gilberto Freyre seria acusado de hipócrita, guardião dos interesses de uma elite branca e inspirador maior de um jeito muito brasileiro de ser racista - camuflado, covarde, insidioso. Na verdade, suas teses foram veiculadas na inauguração de um jornal do movimento negro empenhado na luta contra o racismo, o preconceito de cor e a desvalorização e segregação de pretos e pardos.

Se o racismo não era reconhecido como o problema principal, a superação da desigualdade passaria por um esforço dos próprios negros, que seriam os principais responsáveis pelo “adestramento em estilos superiores de comportamento”. Embora considerassem a escravidão um problema superado, identificavam a realidade histórica como a responsável pelos problemas dos negros, que somente seriam resolvidos com educação.

A FNB e o TEN possuem muitas semelhanças, revelando muito mais permanências do que rupturas. Primeiramente, ambas, embora denunciando atitudes residuais de práticas preconceituosas, reafirmavam a crença na singularidade positiva das relações raciais brasileiras. A afirmação do caráter fraternal e harmônico dos contatos raciais no país não significava ignorar que muito havia por fazer e mudar. Mas a escravidão, percebida como a origem das dificuldades no passado, não absolvía nem devia conferir privilégios a nenhum indivíduo no presente. A escolha era resolver os problemas atuais com o olhar para o futuro.

Os problemas atuais, embora reflexo de séculos de regime escravocrata, poderiam ser resolvidos com a ajuda do governo, mas, sobretudo, por uma mudança comportamental dos próprios indivíduos. Para as lideranças da FNB e do TEN, as marcas da escravidão teriam dificultado a adaptação dos negros ao novo modo de vida no pós-abolição. Caberia, portanto, a uma “elite”, a uma “*intelligentzia*” negra conduzir a “massa” rumo a um processo de reeducação e adestramento comportamental, capaz de efetivar uma verdadeira elevação moral e material do negro brasileiro.

Internamente, a estratégia para conquistar esse adestramento comportamental seria o desenvolvimento de uma série de atividades educativas (cursos de alfabetização, profissionalizantes, atividades esportivas, teatro etc) e de elevação da auto-estima. Paralelamente, e visando atingir também um público externo, desenvolvia-se um discurso de afirmação do negro como o principal elemento do corpo social brasileiro. Essa postura orgânica incorporava o projeto de Brasil mestiço e denunciava as atitudes preconceituosas e a desvalorização do negro brasileiro como uma atitude anti-nacional, de traição à Pátria.

O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil vai influir bastante no movimento negro, cujas estratégias e práticas passam a ser teorizadas e justificadas no meio acadêmico, num diálogo estreito com as lideranças do TEN. Essas lideranças, apesar de todas as semelhanças com a geração anterior, reconheciam a existência de um “problema racial” que deveria ser resolvido também pela “reeducação dos brancos”. Criticavam a estética da brancura e defendiam um amadurecimento e um maior engajamento nos assuntos políticos, principalmente naqueles que se referiam diretamente à questão racial, como, por exemplo, as políticas públicas de inclusão (estudantes pensionistas) e as leis contra crimes de discriminação. Embora ainda de forma tímida, passaram a valorizar a cultura de origem africana, a negritude e a adotar uma postura diaspórica, cultivando laços de identidade e solidariedade com lideranças negras norte-americanas.

Se, partindo da análise de seus próprios termos, qualificarmos os fretenegrinos de **brasileiros negros**, podemos dizer que os militantes de meados do século XX, envolvidos com o Teatro Experimental do Negro, se concebiam como **negros brasileiros**. A valorização nacionalista permanece, mas, a meu ver, inicia-se neste

momento um processo de supervalorização da condição étnica em detrimento da brasilidade consolidada e exaltada nos anos 1930 e ainda presente em 1950. Esse processo só irá se acentuar no decorrer da década de 1970, desencadeando, no terceiro momento, a idéia de **“100% negro”**. Apesar da força do projeto nacionalista, nos anos 1940 o TEN e os intelectuais envolvidos em seus projetos viviam mais de uma opção. Neste momento ainda podemos perceber a permanência de vários elementos característicos da década anterior, mas a partir de finais da década de 1960 em diante as rupturas e as críticas ao modelo anteriormente adotado serão claramente predominantes. Entre os diversos projetos, o que parece ter saído vitorioso foi o mais racializado. Mais uma vez, dialogando com o contexto político internacional, sobretudo o norte-americano, o movimento negro brasileiro vai passar por uma grande transformação.

O chamado mito da “democracia racial” brasileira foi endossada e ganhou abrangência com apoio da própria liderança do movimento negro até a década de 1960. Mas, de acordo com Guimarães, é preciso salientar que a democracia racial do Quilombo não possuía exclusivamente o sentido freyreano, de uma matriz biológica e cultural híbrida. O sentido atribuído pela liderança do TEN é o de um *“ideal de igualdade política e cultural entre pessoas de cores e origens diversas”*.³⁹⁰

Não se pode, portanto, afirmar que as estratégias, práticas e discursos adotados no início da década de 1930 tenham se modificado profundamente neste segundo momento. Há um frágil equilíbrio entre a exaltação nacionalista, característica do período, e a afirmação de um ethos negro. Algumas afirmações elaboradas na época podem surpreender os militantes de hoje. As passagens abaixo são ilustrativas:

“Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, esta se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa conforme é o nosso caso”.³⁹¹

³⁹⁰ Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil. In: www.fflch.usp.br/sociologia/asg. (consultado em julho de 2008).

³⁹¹ Discurso inaugural ao I Congresso do Negro Brasileiro, em agosto de 1950. Apud: Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro. Editora GRD, 1968.

*“(...) considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação”.*³⁹²

Como vimos, mesmo no interior do movimento negro, a interpretação do Brasil como um país mestiço, sem rígidas fronteiras raciais, perdurou pelas décadas de 1930 e 1940 praticamente intocada, estando presente ainda nos anos 1950. A partir de então podemos perceber alterações mais significativas. Os debates acadêmicos e intelectuais sobre relações raciais também refletem esse momento e ganham novo fôlego, a partir do projeto realizado pela UNESCO, que reunia pesquisadores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, entre outros. Eles documentaram a vida dos negros no Brasil, mensurando as desigualdades e levando ao questionamento do chamado mito da democracia racial.³⁹³

As análises de viés marxista, realizadas pelos pesquisadores do projeto UNESCO, levaram a um debate maior sobre a “democracia racial” a partir de um questionamento dos benefícios trazidos pela colonização portuguesa e pelas relações escravistas no que diz respeito à construção de uma sociedade mestiça, defendida por Gilberto Freyre. Ainda assim, estas análises, em certa medida, revelaram-se otimistas e viam no tempo o melhor remédio para a eliminação das desigualdades raciais no país.

Se para Gilberto Freyre a mestiçagem ocorrida durante o período colonial foi positiva, integrando as três “raças” e criando um povo mestiço, que não podia nem queria exaltar qualquer tipo de superioridade racial, na opinião de Florestan Fernandes o inevitável desenvolvimento do capitalismo no Brasil levaria à supremacia da identificação por classes sociais em detrimento das raças, superando os preconceitos e desigualdades estritamente raciais. Para ele, a democracia racial não viria da miscigenação, da harmonia entre as “raças” ou da ausência de regras de pertencimento

³⁹² “Declaração de Princípios”, redigida pelo Teatro Experimental do Negro, ao encerrar a “Semana de Estudos sobre Relações de Raça”, em maio de 1955. Apud: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, Classes e Democracia. São Paulo: ed. 34, 2002. p. 146.

³⁹³ Ver, por exemplo: Fernandes, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978; Azevedo, Thales. Democracia Racial. Petrópolis, 1975 e Pinto, Luiz Aguiar da Costa. O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 (1ª ed. 1953)

grupar, mas de uma nova ordem social competitiva e do pleno florescimento capitalista, que prescindiria de uma coerção extra-econômica. Para o autor, foram a não hegemonia da classe burguesa no Brasil e a persistência de uma ordem estamental as responsáveis pela permanência de um passado racialmente segregado.³⁹⁴

O movimento negro, via de regra, não compartilha idéias marxistas que identificam na existência de classes sociais a razão das desigualdades, minimizando a influência das questões raciais.³⁹⁵ Contudo, vale ressaltar que os sociólogos do projeto UNESCO, em sua maioria, identificaram uma confluência nas barreiras de classe e de cor e passaram a reconhecer a existência do preconceito racial no Brasil e a denunciar o “mito” da democracia racial como uma farsa, uma mentira estrategicamente utilizada pela elite dominante -branca.

Com o advento do golpe militar, em 1964, assim como ocorreu com o Estado Novo, houve uma paralisação dos movimentos sociais em decorrência da repressão política. Mas, já na segunda metade dos anos 1970, o movimento negro ressurgiu, agora reanimado por um contexto político mais internacionalizado. Não se pode ignorar a visibilidade do movimento por direitos civis nos Estados Unidos, representando principalmente por personalidades como Martin Luther King, Malcom X, Muhamad Ali, o grupo dos Panteras Negras e a *soul music*, liderada por James Brown. Dialogando com prática política adotada nos EUA, o movimento negro brasileiro passa a defender políticas de ações afirmativas de recorte racial. Em um processo de exaltação das diferenças, as lideranças fazem questão de afirmar a origem étnica, a *africanidade e/ou a negritude*, na busca de valorização da auto-estima e do fortalecimento do grupo. A satisfação de pertencer a uma sociedade mestiça vai sendo substituída pelo desejo de pertencer a uma sociedade multirracial.

Parece que vivemos uma terceira fase na história do movimento negro brasileiro, que dá continuidade e aprofunda as estratégias de fortalecimento da identidade “negra”. Vai se estabelecendo uma ruptura completa com aquela identidade nacional mestiça, tão cara à Frente Negra Brasileira e ainda presente nos anos 1950.

³⁹⁴ Para uma análise da não hegemonia das relações capitalistas no Brasil ver Vianna, Luís Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³⁹⁵ As tensões entre Costa Pinto e Édison Carneiro e as outras lideranças do TEN, demonstradas na pesquisa, revelam esse embate.

No final da década de 1970 surgem inúmeras organizações em todo o Brasil: Grupo Palmares (RS), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (RJ), Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (BA), Movimento Negro Unificado (SP) etc. Paralelamente a isso, a “questão da raça” recebe a legitimidade acadêmica de inúmeros centros de pesquisa, sobretudo os ligados ao estudo da desigualdade. Entre todas as organizações “negras”, inclusive associações culturais e ONGs, o Movimento Negro Unificado foi a principal entidade daquela década. Possuía uma orientação explicitamente política e, ao contrário de Florestan Fernandes, identificava no capitalismo o principal agravante das desigualdades raciais. Segundo o MNU, a competição gerada pelo sistema capitalista reforçava o preconceito racial, à medida que os “brancos” se utilizavam dele para se beneficiarem no competitivo mercado de trabalho.

As novas posições do movimento negro brasileiro, inseridas em um amplo debate acerca das relações raciais, estão conduzindo as discussões acerca da adoção de políticas compensatórias e cotas raciais no Brasil. No caminho que estamos seguindo, estamos provocando uma mudança significativa na maneira como geralmente o senso comum concebe o Brasil. Segundo a antropóloga Yvonne Maggie, estamos diante de um projeto de reengenharia social, abrupto, que afetará muito mais a população mestiça que vive nos subúrbios e periferias das nossas grandes cidades. O que esta em jogo não é pouca coisa. Nas palavras da antropóloga:

*“As cotas para negros são um dos pilares que sustenta esta reorientação do projeto de nação que parece estar em curso. São, basicamente, duas as principais idéias que estão subjacentes às propostas dos revisores da brasilidade modernista: 1- Construir uma nação dividida entre raças que se opõem - negra e branca - e passar da idéia de integração para um ideário de separação sob a bandeira da ‘diversidade’; 2- Abandonar o ideal de democracia liberal francesa, pelo liberalismo da democracia norte-americana, propondo tratar desigualmente os desiguais e tomar o ‘mito da democracia racial’ como ideologia que mascara a realidade”.*³⁹⁶

³⁹⁶ Maggie, Yvonne. O eu e os outros: o ideário modernista em questão. 2004. In: <http://www.Observa.ifcs.urfj.br> (acessado em março de 2005). P. 7

De todo modo, o discurso do movimento negro informa hoje em dia a prática do governo federal e de muitos outros governos, estaduais e municipais. Virou política de Estado.

O movimento negro brasileiro, ao defender uma sociedade multirracial, reconhece a existência de grupos “raciais”, que, apesar de possuírem algumas características geneticamente transmitidas (cor da pele, tipo de cabelo, feições faciais), definem-se muito mais por valores morais, intelectuais e culturais, que, por sua vez, são socialmente construídos. A “essência racial” seria muito mais um reflexo do contexto histórico e cultural do que do sangue propriamente dito. Parte da perspectiva adotada por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, que coincide, de um modo geral, com a dos que defendem o uso do conceito de “raça” pelas Ciências Sociais.³⁹⁷ O conceito “raça”, neste caso, seria puramente de caráter sociológico, prescindindo de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. Esses pesquisadores defendem a reconstrução do conceito de modo crítico, com o claro objetivo de identificar e clarificar as crenças discriminatórias que assumem, na prática, um caráter racial.

Michael Hanchard, por exemplo, afirma que há no Brasil um processo de hegemonia racial imposto pela elite branca, o que impede o desenvolvimento da consciência racial entre os afro-descendentes. Para o autor, a elite branca exerce um domínio nos campos político, burocrático e cultural, realizando uma espécie de revolução passiva com a universalização de seus interesses. Essa universalização passa, sobretudo, pela ideologia da democracia racial, responsável, segundo Hanchard, pela frágil identificação racial e, conseqüentemente, pela ausência de consciência racial.³⁹⁸

A luta hoje assumida por grande parte do movimento negro brasileiro está inserida no contexto mais amplo da popularização do imaginário multiculturalista. É preciso salientar que se no mundo atual dificilmente pode ser encontrada uma sociedade que não seja multicultural, o multiculturalismo não significa a diversidade em si, e sim estratégias

³⁹⁷ Ver, por exemplo: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34. 1999

³⁹⁸ Hanchard, Michael George. Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e em São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

e políticas adotadas para administrar essa diversidade. Na definição de Sérgio Costa e Denílson Luís Werle:

*“O multiculturalismo é a expressão da afirmação e da luta pelo reconhecimento dessa pluralidade de valores e diversidade cultural no arcabouço institucional do Estado democrático de direito, mediante o reconhecimento das ‘necessidades particulares’ dos indivíduos enquanto membros de grupos culturais específico”.*³⁹⁹

Também inserido neste contexto está o dilema do movimento negro e sua luta para a maior inserção dos pretos e pardos nas universidades, nos bons empregos e por uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos. Como essa luta deve ser guiada e estrategicamente pensada e organizada? Seguindo o modelo liberal, individualista e universalista, representado pelo *color-blind society*, no qual o que importa é a não discriminação e segregação, onde os direitos e princípios de justiça jamais seriam orientados por diferenças raciais; ou, seguindo o modelo comunitarista, de *color-conscious*, no qual esses direitos são determinados de acordo com o pertencimento a um grupo racial, ratificando, por sua vez, essas definições e distinções.

Qual seria o melhor caminho para superar as desigualdades sociais brasileiras e práticas racistas e discriminatórias?

A atual estratégia do movimento negro no Brasil concentra-se, principalmente, em criticar a identidade nacional homogeneizadora, construída a partir da figura do mestiço e do “mito” da democracia racial. Criticam e condenam essa suposta unidade, conclamando os “negros” a valorizarem as suas especificidades e suas diferenças, na tentativa de fazer com que os brasileiros reconheçam-se como integrantes de uma sociedade multirracial e diversa nas diretrizes. Todavia, a unidade e homogeneidade tão criticadas acabam sendo os efeitos de suas ações, na tentativa de forjar uma identidade “negra” no Brasil.

³⁹⁹ Costa, Sérgio e Werle, Denílson L. Reconhecer as diferenças, comunitaristas e as relações sociais no Brasil. In: Avritzer, L. Domingues, J. Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 207

Particularmente, acredito que estamos perdendo a preocupação com o equilíbrio essencial entre unidade e diversidade. Os excessos, seja para a unidade, seja para a diversidade, inevitavelmente, desencadeiam processos violentos, concretos ou simbólicos. A História nos ensinou. O que não sei é se apreendemos.

S. Paulo, de 1928

19 de Agosto

Progreso

ANNO 1

Proprietario: *Argentinn C. Wanderley*
Editor: *Lino Quadros*

Editor: Lino Guedes

NUM. 3

Gesto Nobre

Em suíte, "Jornal do Meio-dia", o presidente do Estado anunciou a cancelação da proibição que havia na Quarta-feira de Cinzas, de se beber álcool em bares, praças, ruas e locais públicos. "Mas, agora, não pode fazer parte dessa corporação. É uma resolução que deve ser aplicada em todo o Brasil", afirmou. A medida não se diferenciava dos outros, apenas pela pigmentation, eram de-se mancar a instalação de prestar um serviço ao cidadão. "Agora, não se pode fazer o mesmo, inclusive estrangeiros, vindos com o filão de fazer a América". A notícia, sem saber nem ao palavra de quem se tratava, foi interpretada como uma das capitais, quanto mais os costumes e as delícias, os melindres propõem a gente paulista, enxovavam na cidade. "Mas, não se pode fazer a cidade com seu voto qualificado e inteligente. Não estava certo. Era a cidade de grande importância, e a presença de uma cidade futura, não se poderia beber a bebida sem a análise de uma política de longo prazo, e a cidade de uma política diferente, diferente."

[illegible]

praças publicas, nos reprehenda, a nós brasileiros, numa algaravia de barbaros escapos de além-Rheno, appareça o prelo: gente nossa, sempre mais cavalheiro e modesto do que esses lourros brutamontes, elementos que a guerra fez chegar até nós.

Ao 5
da RUA CONCEIÇÃO, Salão Verdi,
o mais confortável para festas.
Preços Modicos - Tratar com o Gerente
PHONES { 4-1934
 2-2361

Luiz Gama

A história da campanha abolicionista ainda está desconhecida, a espera de um redutor consciencioso e esclarecido para escrevê-la. Quando se metter mão a tal obra, o vulto de Luiz Gama resurgirá nas suas devidas proporções, como um dos mais salientes nos feitos dessa batalha redemptora. Foi no dia 23 do corrente, trinta e cinco annos que morreu e tanto nos preocupamos com as nossas personalidades, que poucos se recordam e quasi ninguém mais conhece os contornos da sua aureola luminosa. Viveu largos annos entre nós, residindo em



S. Paulo, onde ao lado de Antonio Bento, lutou com raro denuedo pela libertação desses homens cuja inferioridade consistia numa epiderme de cor mais escura, de traços menos delicados. Casado com uma francesa, Luiz Gama possuía a elegância de um príncipe; trazendo habitualmente fraque ou sobre

casaca e chapéu alto tudo de côr de
cinza, muito elegante." Aí, larde de
cristais, o jornalista de esquerda ataca:
"Brasão, nessa época readim os
políticos, os jornalistas e mais homens
de distinção social, afim de *conquistar*
a confiança da população, e para isso
mais cêrvejas das boas. A sua presença
era uma alusão nas ruas, porque
nenhum homem preto o avistava sem
que ele não fosse imediatamente reco-
gna. Abracava a todos, indagando
sempre dos momentos de fugitivos,
podendo-se como escudos entre eles e
a justiça medieval." O jornalista de
direita responde: "O jornalista de
esquerda não se dá conta dos corações gene-
rosos e enleantado após tão poucos anos,
já bem rousos se recordam da sua me-
moria. É que, quando temem a justiça
medieval, os jornalistas de esquerda
são os primeiros a dar pouco na inconsis-
tência de gratidão humana. A história,
porem, não deve proceder assim. É
preciso lembrar que os jornalistas de
esquerda não pensam em se defender
com o nome deste livreto extraor-
dinarío, lutador da tempesta, em cuja
mão tudo se transformava em arma de
defesa. Os jornalistas de esquerda são
factos consignados até a despretenção
da poesia.

Mãe Negra

Volviendo um olhar às cinzas do passado, ao insolente tumulto que envolve corações talvez lavados aos moldes da verdade (poem, inconscientes de seus deveres de gratidão) deixamos passar despercebidamente a abnegação da Mãe Prega. Descortinamos cousas que passamos a espíritos despedidos da luz benéfica da instrução, e da educação materna que é o principal fator de todo o progresso humano. Não podemos deixar silenciar um dever sagrado, há muito relegado ao esquecimento. Não devemos olvidar do negro o torpor da ignorância a educação de nossas proles.

Não nos esqueçamos, porém, que para o alicerce deste monumento descommunal por todos os titulos honorificos, a base principal é a educação maternal, alfafares matutinos em flores que se vão emmurhecendo. Os individuos que procuram a estabilidade social, negando ou fugindo aos deveres domesticos, não são dignos do ar que respiram.

A base primordial de nossa reivindicação é o amor materno, ou effluvio divino emanado pelo Ser dos Seres no adylo de nossos

corações, nos refolhos de nossas
almas.

O sustentáculo de nosso progresso em todos os ramos dos conhecimentos humanos vem do berço; Não queremos que nossos filhos fiquem perdidos no deserto da dúvida, muito menos, no negro oceano da descrença.

Descendentes de pretos, que somos procuramos, a medida, de nossas forças, conservar sempre acessa a chama do amor, à mãe preta, no coração dos brancos, que são os seus verdadeiros filhos.

Podemos dizer com o testemunho da História Patria que são mais pretos, os brancos, que os nossos avoengos, e que são mais filhos das negras, os senhores brancos, que mesmo, nossos velhos. . .

Creemos que tem mais direito de ser considerados como filhos aqueles que teve ventura. As nossas avós nunca puderam amamentar, quanto mais criar seus filhos por serem obrigadas (sob pena de azorragem) negar suas roliundas tetas aos frutos de seu amor para com extremo desvelo criar filhos dos "Senhores".

O fim desta proibição era triste: Mães abandonando seus filhos, pelos dos senhores, quando grandes, pagavam essa dedicação a chicote. Desgraçadas, vítimas do deshumano servilismo!

Os seus creoulinhos o mais das vezes cresciam, sem o prazer de receber os afagos maternos, as ternuras de uma mãe; e quase sempre nem sequer chegavam a conhecê-la... porque eram vendidos com a idade de 3 para 4 anos.

As mães de nossos avoengos que amamentava os filhos dos "Senhores" quando criavam os seus era com caldo de feijão, angü e água. O coração da mãe preta não era nada mais nada menos que um Sahara de esperanças, ou uma noite interminável de descrenças. Contra a força a resistência fraca-se sempre... esses rebentos do capiteiro que foram criados, alheios aos afagos, eram mais desprezados de que os irracionais. Quadro horrível e bárbaro!

Nos históricos painéis da cena das escravidões encontramos telas de pintores de nomeada. Uma delas — uma esbelta ou mediana, na preta, de camisa, de algodão, da espécie que já não existe na praça, collo engorjado, e por vestido um burel que bem conduzia com os seus sofrimentos, sobraçando em seus braços relíquias uma média criança de branca epiderme, sugando avidamente de suas tetas rotundas,

ILUSTRAÇÃO IV- JORNAL CHIBATA E A GRÁFICA DE JOSÉ C. LEITE

1932

O nosso pasquim e o Dr. Veiga dos Santos

Um perigo que passa

AINDA não tinhamos distribuído a primeira página deste pasquim, quando o nosso espírito entrou por lá e dentro tomou de nervos e gritando:

Escapamos de uma mão... Escapamos de outros devorados pelos... Como? Interpelamos.

Não deixamos de afirmar que veriam a nossa redação dispostos a qualquer coisa e a nos trair entre as mãos das autoridades.

Não é possível, retorquiu o chefe desta entidade, "brasilista", "chito" e "baralho da rotativa" e entra e sai das correspondências. Não queriam ver e então querendo entrar lambuzando por lá costas...

Não deixamos de achar interessante, pois não seria um ingrato não-gra porque, na primeira nota, veríamos um conselho de amigos e pelo contrário, esperávamos uma coisa ou se dessem logo por exemplo, quer manifestação interpretativa sob a verdade que tivemos visto.

Os membros do Arouche devem a maior o artigo e a concepção. Agora compulsem esta redação e coisa certa, contudo já requisitamos garantias de nossas próprias forças, não só, mas também, e a "rotativa" que já passou.

Sei que já passou, e que garantias, e que garantias e que garantias, agora, se o que Deus quiser.

ISSO de dizer que nós temos letras na vida, é uma coisa de que se não pode contar, não é que se não tem nada que ver com as letras da humanidade, ou se errar e humilhar, ou se errar do que se acerta, queramos saber se um indivíduo qualquer, pode na frente de uma coletividade, praticar actos compromissados, servindo-se do prestígio adquirido para a organização, assim.

Queremos saber se praticamos tais, estão aguardando nos casos em que se pretende reunir as nossas forças e nos colaboradores a si os pais, podem ficar tranquilos, mormente conhecendo o estado civil da maioria casados, mas que a respeito disso, trançar para a boca da vergalheira e nome de uma família miséria.

Portanto, se caso um em nós, não, podemos estar tranquilos, se errar menos, todos eles poderão ser trair e a miséria, plorados... mas, que nenhum desses erros comprometer o erro e a dignidade dos negros de São Paulo, aqueles que estão

CHIBATA

Nos somos Judas da raça, quem serão os Christos?

Editor: Quando este jornal circula, Homem negro sente-se cheio de difusão...

Gerente: F. Xicocosta

No's e o Sr. Austregesilo de Ataíde

O DIÁRIO DE S. PAULO de 20 do mez findo, deu agasalho em suas columnas a um artigo que attribuiu a "Frente Negra Brasileira". Não sabemos si foi o artigo que causou espécie, ou si fora alguma especie que causou o artigo. O que sabemos é que mais em Judas da raça veio do Brasil...

CHIBATA que veio a lume para defesa do "bró de negra brasileira", não pode deixar de dar uma resposta na altura a esse rabiscador de bobagem que se atreveu em por as suas manguinhas de fora, demonstrando a sua perda inveja das exhibições do nosso tino, que por "lealdade juvenil" lançou certos manifestos subversivos mas, voltando ao assumpto.

Dizia o articulista: "se algumas portas se fecham aos pretos, não é em consideração a cor, mas pela falta de educação e pelos maus hábitos de certos individuos descendentes de Cham".

O nosso confrade "canta bem mas não entoa", pois, essa educação é justamente o ponto de vista de todos os negros do Brasil, podem por descuido dos negros de São Paulo, essa nossa organização tem escapado de sua base, para se collocar no fim com a sua politica, social, religiosa, economica, operaria, consequentemente, não conseguiu o seu primeiro numero, arrebatado a maior pasquinada amorosa, deste século de realidades, porque a mentira está em voga e anda na frente.

Nunca houve o pensamento que o nosso pasquim pudesse ter força de abalar o sagrado espirito como, sem lisonja nenhuma, attribuímos ao Dr. Arlindo Veiga dos Santos.

Em sessão do "Conselho" da Frente Negra Brasileira, esse Sr. que é o presidente dessa organização que veio para tratar do levantamento moral e material, politico e social da nossa raça—disse que seu irmão, secretario geral, não saia do cargo que ocupa. (?) porque elle não quer, em virtude deste pasquim ter dito que circulava enquanto "ELLE" permanecesse na Frente.

Ora, não é um capricho, uma maldade, uma inveja, ou uma vingança que arrastam os chamados Judas da raça de pasquim, e exigiram o afastamento imediato desse moço. Ao Dr. Arlindo Veiga, perguntamos si o acto que seu irmão praticou e que não precisamos citar, está de accordo com seus principios de moral christã, no sentido individual, e para reforçar a nossa pergunta, temos a dizer que, muito embora, elle se colloque "homem e homem com seu mano, não lhe assiste o direito de, numa associação mantida com o dinheiro da raça, entender que todos os negros de S. Paulo devam ficar debaixo dos seus tãcoes, servindo de capas à falta de hombridade moral de seu mano, que se tivesse essa compostura ja teria se demetido.

Portanto, pela ban ver dae, chibateiros sem ter os solapadores dos nossos brios.

"Quando eles começaram com certas provocações, nós deixamos claro que não íamos manchar o nome do jornal numa luta de bate-boca. Suspendemos as edições d'O Clarim d'Alvorada e fundamos um jornal com o nome de Chibata. E aí começamos a atacar frontalmente todos eles."



(Da esquerda para direita) Átila de Moraes, Manoel Antonio dos Santos, Luís Braga, Henrique Cunha, Raul (filho de José Correia Leite) e Gentil de Castro. Pequena oficina do jornal O Clarim d'Alvorada. Residência de José Correia Leite. Década de 30.

ILUSTRAÇÃO V – Arlindo Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Argentino C. Wanderlei e Lino Guedes.



Arlindo Veiga dos Santos, 1º presidente da Frente Negra Brasileira

Gervásio de Moraes, orador e poeta.



Argentino Celso Wanderlei



Lino Guedes

ILUSTRAÇÃO VI – ISALTINO VEIGA DOS SANTOS E JOSÉ C. LEITE



*José Correia
Leite com
aproximadamente
27 anos*

*"Para mim o
meio negro
foi um
mundo novo."*

ILUSTRAÇÃO VII – VICENTE FERREIRA

Vicente Ferreira (carvão de Eliseu Gomes da Silva)



"A história do Vicente Ferreira é a de um negro intransigente e amargo, um místico, um gênio, um homem que não tinha cultura acadêmica mas não ficava devendo nada pra ninguém."

ILUSTRAÇÃO VIII – MILITANTES DA LEGIÃO NEGRA



*(Da esq. p/dir.)
João Rosa, (?) e
Benedito Toledo
(do Clube Negro
de Cultura Social)
Militares da
Legião Negra
— 1932.*

ILUSTRAÇÃO IX - ROMARIA AO TÚMULO DE LUIZ GAMA /1931



À direita, na ponta, fila da frente, o grande tribuno popular Vicente Ferreira

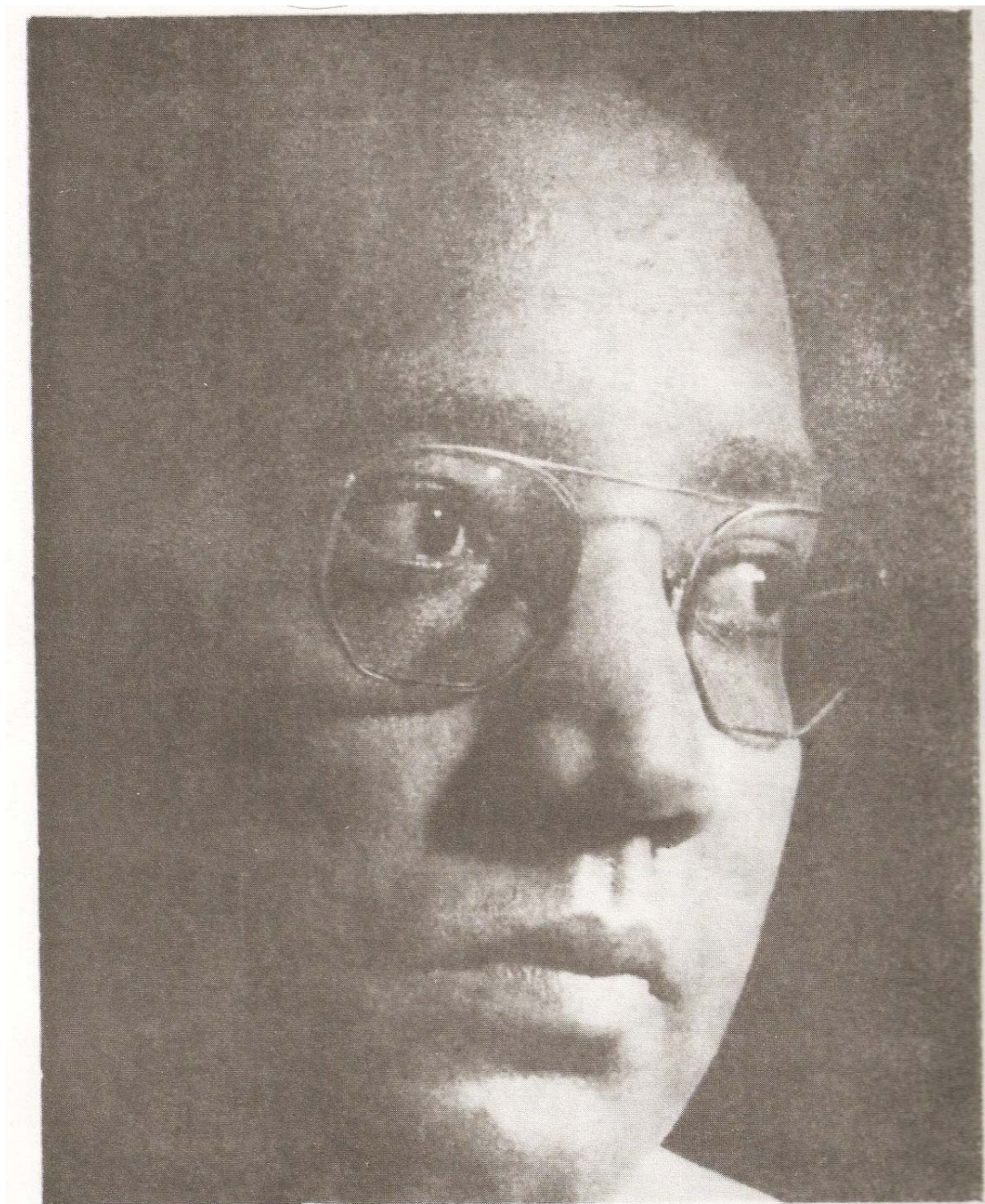
*Romaria aos túmulos dos abolicionistas Luiz Gama e Antonio Bento no Cemitério da Consolação, em São Paulo, dia 13/5/1931.
Esta atividade coletiva foi praticada até o início da década de 70, e retomada por poetas negros no final dos anos 80, com o nome de "Rhumor Negro".*

ILUSTRAÇÃO X – ABDIAS NASCIMENTO



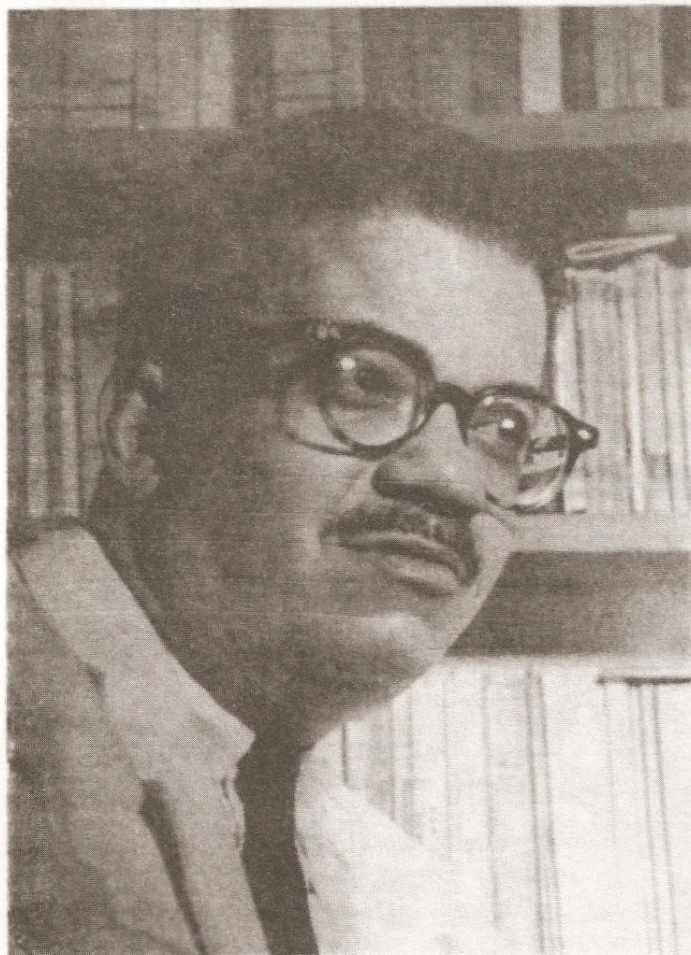
Abdias Nascimento interpretando Otelo, de Shakespeare

ILUSTRAÇÃO XI – GUERREIRO RAMOS



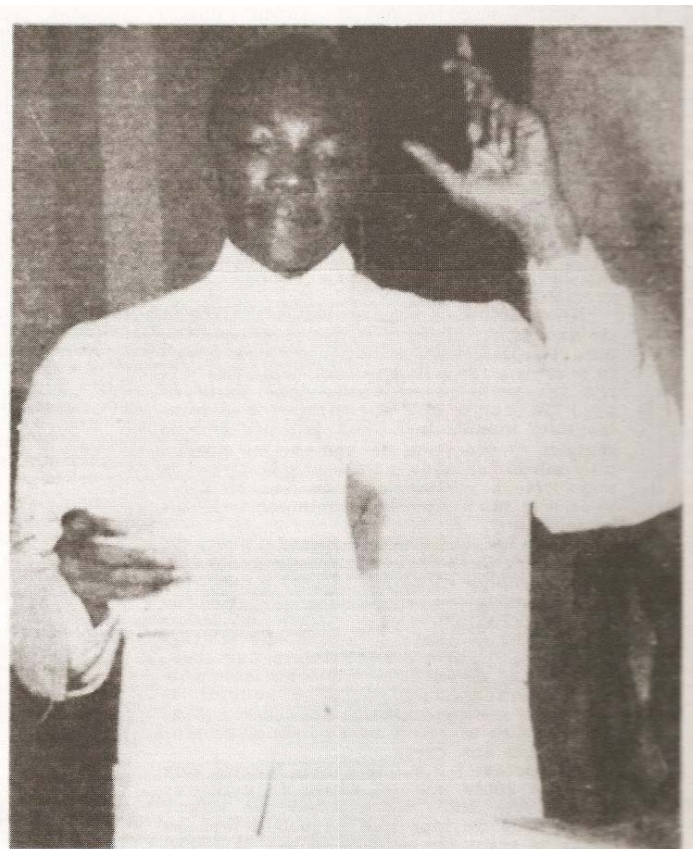
Guerreiro Ramos num "Close-up" do famoso fotógrafo J. M.

ILUSTRAÇÃO XII – ÉDISON CARNEIRO



Edison Carneiro, vendo-se ao fundo sua biblioteca especializada em assuntos negros

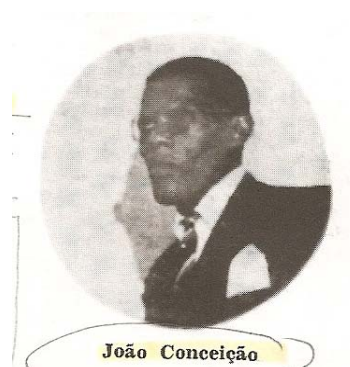
ILUSTRAÇÃO XIII – Romão da Silva, Ironides Rodrigues, João conceição



**J. Romão da Silva proferindo uma conferência sôbre
Teodoro Sampaio**



Ironides Rodrigues



João Conceição

ILUSTRAÇÃO XIV – JOSÉ POMPÍLIO E JOSÉ BERNADO.



Prof. José Pompílio da Hora, presidente da "União do Distrito Federal"

Uagacê – Distrito Federal



JOSÉ BERNARDO

Centro Espírita Jesus no Himalaya

ILUSTRAÇÃO XV – CANDIDATURA DE ABDIAS NASCIMENTO



ILUSTRAÇÃO XVI - LIDERANÇAS NEGRAS / 1940



FONTES

1- Periódicos:

Clarim d'Álvorada (30 exemplares, 1924-1932)

A Chibata (2 exemplares, junho de 1932)

O Progresso (42 exemplares, 1928-1931)

A Voz da Raça (70 exemplares, 1933-1937)

O Quilombo (10 exemplares, 1948-1950)

2- Anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro. In: Nascimento, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

3- Publicações:

BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1951.

-----, Roger e FERNANDES, Florestan. Branços e Negros em São Paulo. São Paulo: Nacional, 1959.

BONFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.(2º edição).pg.39. 1º edição, 1929.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 25a. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

LEITE, José Correia Leite. ... E disse o velho militante José Correia Leite. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. (autobiografia).

PINTO, L. A Costa. O Negro no Rio de Janeiro.: Relações de Raças numa sociedade em mudança. _ Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (1ºED. 1953)

RAMOS, Arthur. O Negro Brasileiro. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934
-----, Arthur. As culturas negras no novo mundo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979 (1 edição, 1935).

RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (1º edição 1957)

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática,
- ANDRADE, Mario de . Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Brasília: Ed. Itatiaia, 1984.
- ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo - 1888- 1988. In: Cadernos Cândido Mendes nº 21. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, dezembro de 1991.
- , George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Guerra e Paz: Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: ed. 34,1994
- ARENDT, Hannah. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- . As Origens do Totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder: Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1978.
- AZEVEDO, Thales. As elites de cor. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1955.
- , Thales de . Democracia Racial. Petrópolis, 1975.
- BARROSO, Gustavo. A palavra e o pensamento Integralista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1951.
- , Roger e FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Nacional, 1959.
- , Roger. As Américas Negras. São Paulo: Difel, 1973.
- BENTES, Nilma. Brasil-Durban-Brasil: um marco da luta contra o racismo. Revista Estudos Feministas, 10/01.2002.
- BERNARDO, Teresinha. Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC, 1998.
- BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. Pour une histoire culturelle. Paris: Seuil, 1997.
- BERTONHA, João Fábio. Fascismo, Nazismo, Integralismo. Rio de Janeiro: Ática.
- BIELSHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1998.

BICUDO, Virgínia Leone. Estudos e Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. Tese de Mestrado. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1945.

BLACKWELL, Maylei e NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da Conferência Mundial contra o racismo para as práticas feministas transnacionais. Revista Estudos Feministas, 10/01, 2002

BETHELL, Leslie (org). Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOBBIO, N. , Metteucci N. e Pasquino G. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11º edição, 1998.

BOMENY, Helena. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.(2º edição).pg.39. 1º edição, 1929.

BOURDIEU, Pierre e Wacquant, Loic. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: Catani, Afrânio e Nogueira, Maria Alice(org). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

CARDOSO, C.F.S. Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____ e BRIGNOLI, H. Os Métodos da História. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1987.

_____ e VAINFAS, R. Os Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CARNEIRO, Édson. Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. Revista Estudos Feministas, 10/01.2002

CARONE, E. A República Velha: instituições e classes sociais. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. A República Velha: evolução política. 2º ed. São Paulo: Difel, 1972.

_____. O Estado-Novo. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO FRANCO, M. S. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

CASTRO, H.M.M. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: ideologia e organização de um partido. EDUSC.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CNBB. Para uma pastoral da educação. São Paulo: Paulinas, 1986.

COSTA, Sérgio e Werle, Denílson L. Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações sociais no Brasil. In: Avritzer, L. e Domingues, J. Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CUNHA, Manoela Carneiro. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café-com-Leite: Negros e Mestiços em Periódicos (1904-1914). Tese de Doutorado, UFF, 2007.

-----, Carolina Vianna. Cultura Histórica, República e o lugar de descendentes de africanos na nação. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007.

DE DECA, Edgar S. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense. 1988.

DEGLER, Carl N. Nem Preto, nem Branco. - Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA. Rio de Janeiro: ed. Labor do Brasil, 1976.

DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

-----, Petrônio José. A Insurgência do Ébano: A História da Frente Negra Brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 2005.

-----, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). In: Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, No 36: p. 517-536, jul/dez 2006.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Processo nº23001.000215/2002-96. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Parecer nº003/2004.

- FAORO, R. Os Donos do Poder. 2º ed., São Paulo: Editora da USP, 1975.
- FAUSTO, B. A Revolução de 1930: historiografia e história. 16ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa: Ed. Presença, 1989, 3º ed.
- FELIX, Marcelino. As práticas politico-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955
- A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: ed. Ática, 1978.
- , Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.
- Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.
- FERRARA, Mirian Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1964). São Paulo: FFLCH/USP, 1981.
- FERREIRA, J. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FLORENTINO, M.G. e GÓES, J.R.P. A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Ed.Graal, 1982.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza. Jesse (org). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.
- FREITAS, Marcos Cézar de. Integralismo: Fascismo Caboclo. Ed: Ícone.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 25a. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- FRY, Peter. Política, Nacionalidade e o Significado de “Raça” no Brasil. In: Leslie Bethel (org) Brasil: Fardo do Passado, Promessa do Futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Politicamente correto num lugar, incorreto noutro. Cadernos Cândido Mendes.

FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. Revista Enfoques: UFRJ, V 1, 2002

GAHYVA, Helga da Cunha. O Inimigo do Século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). Tese de Doutorado, IUPERJ, 2006.

GENOVESE, Eugene D. A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

_____. O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: ed. 34, 2001. p. 17.

_____. The crisis of Race and Raciology e Multicultural Blackness. In: Against Race, 2000.

GOMES, Ângela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, A. M. C. A Invenção do Trabalhismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

-----, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

-----, Ângela de Casto. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007

GRIN, Mônica. O desafio multiculturalista. Tese de doutoramento no IUPERJ, 2000.

GRIN, Mônica. A Invenção (Racial) da República Brasileira. Revista Insight Inteligência, número 34, setembro de 2006.

GUIMARÃES, A S. Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: ED. 34, 1999.

_____. e HUNTLEY, Lynn. Tirando a Máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: Souza, Jessé (org). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

_____, A. S. Alfredo. Classes, Raça e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____, A. S. Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. _ Afro-Ásia, no 30, UFBA, 2003.

_____, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil. In: www.fflch.usp.br/sociologia/asg.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e em São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOUFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. Tese de Doutorado. São Paulo. FFCLH, USP, 1999.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. Era do Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNET, Axel. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. In: *Political Theory* 20(2):187-202, 1992.

INWOOD, M. A Hegel dictionary. Oxford, Cambridge, Blackwell, 1992. Verbetes: Recognition and acknowledgement.

IANNI, O. O Colapso do Populismo no Brasil. 5^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. Escravidão e Racismo. São Paulo: ed. Hucitec, 1978.

JORGENSEN, Danny. The process of defining a problem. In: *Participant Observation: a methodology for human studies*, 1989.

KIMLICKA, W. Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights. New York: Oxford University Press, 1995.

LANNES, Laiana. A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930. Dissertação de Mestrado: PPGH- UERJ, 2002.

LARA, S.H. Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto. 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. São Paulo: ed. Pioneira, 1983.

LEITE, José Correia. ... E disse o velho militante. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo, 1992.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. São Paulo: Papirus, 1986.

LIBÂNIO, J.B. As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais. Petrópolis: Vozes, 1980.

LOPES, E. M. Teixeira, VEIGA, Cynthia Greive e FILHO, Luciano M. de Faria (org) 500 Anos de Educação no Brasil Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres (org). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: UNESP, 1997.

MACHIAVELLI, N. O Príncipe. 30ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

MAGALHÃES MARTINS, F. D. G. Pioneiro e Nacionalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

MAGGIE, Yvone. A ilusão do concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil. Tese para concurso de professor titular de Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, UFRJ, 1991.

MAGGIE, Yvonne. O eu e os outros: o ideário modernista em questão. 2004. In: <http://www.Observa.ifcs.urfj.br> (acessado em março de 2005).

MAIO, Marcos Chor. A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil. Tese de Doutorado: IUPERJ, 1997.

-----, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das Relações Raciais. Revista Dados, vol. 40, Rio de Janeiro, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAÚES, Maria Angélica Motta. Da “branca senhora”ou “negro herói”: a trajetória de um discurso racial. In: Cadernos Cândido Mendes. Nº 21. Centro de estudos Afro-Asiáticos, dezembro de 1991.

MENDONÇA, S. R. de. e FONTES V. História do Brasil Recente. 3º ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal.1986.

MOORE, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, C. G. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo: Ed. Ática, 1977.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo e a mau cidadão? Rio de Janeiro, 1977.

----- . Brasil: As raízes do protesto negro. São Paulo: ed. Global, 1983.

----- . Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: ed. Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1968.

NASCIMENTO, Abdias. Discurso proferido no Senado Federal em 16/10/1997. In: Revista Thoth. Nº 3. Setembro/Outubro de 1997.

NASCIMENTO, Abdias e Nascimento, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: Guimarães, Antônio S. Alfredo. Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro. Trajetória e Reflexões. Revista Estudos Avançados, 2004. USP

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis: Vozes, 1988.

NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo(org). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

NOGUEIRA, Marilena Rosa. Negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: ed. Hucitec, 1988.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1955.

OLIVEIRA, André Cortes. Quem é a Gente Negra Nacional? Frente Negra Brasileira e a Voz da Raça (1933-1937) Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 68

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Sociologia do Guerreiro. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Édison Carneiro. Afro-Ásia, nº13, UFBA.

PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,

PENNA, Lincoln de Abreu. Uma História da República. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

PEREIRA, Amauri Mendes. Três impulsos para um salto: trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro. Monografia, Pós-graduação lato-sensu: CEAA, UCAM, 1998.

PEREIRA de QUEIROZ, M. I. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

PIERSON, Donald. Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Cia editora Nacional, 1942

PINTO, Regina Pahin. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. São Paulo, 1993. Tese (Dout.) FFLCH/USP.

PINTO, L. A Costa. O Negro no Rio de Janeiro.: Relações de Raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (1ª ED. 1953)

POUTIGNAT, Philippe e FENART, Jocelyne S. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1997.

QUEIROZ, José J. A Igreja dos pobres na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RAMOS, Arthur. O Negro Brasileiro. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934

-----, Arthur. As culturas negras no novo mundo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979 (1 edição, 1935).

RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (1ª edição 1957)

REICH, W. Psicologia de Massas do Fascismo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REIS, Fábio Wanderley. Mito e valor da democracia racial. In: Souza, Jessé (org). Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2001.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REIS, J. J. e SILVA, E. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ e GOMES, F.S. Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REMOND, R. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UERJ / Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REVEL, Jacques. Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Roosevelt Araújo. João Ribeiro. Entre História, Gramática e Filologia. Revista de Filologia; Dicionário dos Folcloristas Brasileiros.

RODRIGUES, Nina. Africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 1988 (1ªed,1933).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympo, 1949 (1ªed, 1888)

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Revista Brasileira de História. São Paulo, 1995.

ROUSSEAU, J.J. O Contrato Social. Rio de Janeiro: Publicações Europa América, 1974.

SALGADO, Plínio. Integralismo perante a Nação. Rio de Janeiro: Ed. Clássica Brasileira, 1950.

SANDRONI, Carlos. Feitiço Decente. Rio de Janeiro: UFRJ,

SANTOS, Joel Rufino. O Negro como lugar. In: Guerreiro Ramos. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987;

SCHWARCZ, Lília M. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- _____, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, José Carlos Gomes. Os sub-urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo (1900-1930): cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação de Mestrado. São Paulo, UNICAMP, 1990.
- SILVA, Júlio Cláudio. O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-Rascismo em Arthur Ramos (1934-1949). Dissertação de Mestrado. PPGH – UFF , 2005.
- SINGER, P. “A Política das Classes Dominantes” in: Política e Revolução Social no Brasil, por O . Ianni, P. Singer, G. Cohn e F. Weffort. Rio de janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. São Paulo: Difel, 1982;
- SOUZA, M. C. de. Estado e Partidos políticos no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976
- SOUZA, J. (org). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo, 1997.
- STOLZE, Ivana O Brasil mestiço: discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. Dissertação (Mestrado) – PUC- Rio, 1994
- STOLZE, Ivanna. Cores, Marcas e Falas: Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- TAYLOR e BOGDAN. Introduction to qualitative research methods. 1984.
- TAYLOR, Charles e Gutmann. A Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition. Princeton: Princeton University Press, 1992
- TRINDADE, Helgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1974.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
- VARGAS, G. As Diretrizes da Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: editora José Olympo, 1942.
- _____. A Política Trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympo, 1950.

VIANA, Larrissa. O idioma da mestiçagem: religiosidade e identidade parda na América Portuguesa. Tese de Doutorado: UFF, 2004.

-----, Larissa. Mestiçagem e Cultura Histórica: debates. In: Abreu, Marta e Gontijo, Rebeca (orgs). Cultura política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck. Prática Política e questão racial. Cadernos Cândido Mendes, nº 12, agosto de 1986.

-----, Larissa. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

VIANA, Oliveira. Populações Meridionais no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympo, 1952 (1º ed, 1918);

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: O Brasil Republicano. Vol I. Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (org). Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003.

WAGLEY *et alli*. Race and Class in Rural Brazil. Paris: UNESCO, 1952.

WEFFORT, F. “Política de massas” in: Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

APÉNDICE

Considerações sobre o multiculturalismo

O debate em torno do multiculturalismo surge, primeiramente, nas sociedades do Atlântico Norte, na Europa Ocidental e nos EUA. Muitos estudiosos buscam explicações para o vigor da emergência desse debate nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1950. Neste questionamento, algumas respostas surgem com maior frequência e possuem relativa pertinência. O primeiro fator relevante que acentuou o debate foram as lutas pela descolonização. Com o desmantelamento das “unidades” imperiais e das instituições diretamente reguladoras, emergiram disputas entre os diferentes grupos étnicos, revelando a fragilidade e artificialidade dos Estados traçados na Europa. Em um momento posterior, temos o enfraquecimento da URSS e a sua posterior desintegração junto com todo o leste europeu. Somado a isso, é preciso levar em conta o intenso movimento migratório em direção aos países mais desenvolvidos economicamente.

Alguns autores, como Stuart Hall, também responsabilizam o intenso processo de globalização e a sua tentativa de tornar hegemônico os valores do liberalismo americano, desencadeando, portanto, um processo de reação e a tentativa de resguardar certos valores não hegemônicos.⁴⁰⁰ Outros, como Charles Taylor, por exemplo, afirmam que foi o estado de bem-estar social, ou seja, o pleno atendimento das necessidades materiais básicas, que abriu espaço para outros tipos de lutas e reivindicações. As lutas por reconhecimento e por afirmação de identidades apenas se tornam possíveis quando as necessidades mais diretamente relacionadas com a sobrevivência já estão resolvidas e acabam por colocar em xeque os pressupostos individualistas e particularistas do liberalismo.⁴⁰¹ Todavia, podemos especular com o oposto, que, inclusive, poderia ser aplicado ao Brasil. Quando o Estado não é capaz de eliminar as desigualdades, quando há uma grande carência e deficiência de bens essenciais, busca-se uma alternativa ao modelo vigente. Se o liberalismo, com as suas políticas universalistas, não é capaz de resolver as demandas das populações marginalizadas, o multiculturalismo se apresenta

⁴⁰⁰ Ver: Hall, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁴⁰¹ Ver: Taylor, Charles e Gutmann. *A Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1992,

como uma alternativa de luta. E, finalmente, há os pragmáticos, como Kymlicka, que afirmam ser o multiculturalismo (liberal) nada mais do que tentativas de resolver os conflitos existentes.⁴⁰² Para ele, na maioria das vezes as demandas são legítimas e por isso estão sendo concretizadas. Na tentativa de resguardar e manter as bases do Estado liberal, algumas adaptações precisam ser feitas para garantir a estabilidade. O desenvolvimento desses direitos acabaria por fortalecer os estados liberais, que se tornariam capazes de abarcar cada vez mais diferenças.

Concluimos, portanto, que a luta por maior igualdade entre diferentes grupos sócio-culturais passa pela defesa de uma nova estratégia de ação política que critica, ao reconhecer sua ineficiência, os ideais e práticas do individualismo liberal. Parece-me consensual o reconhecimento de que as práticas liberais têm sido ineficazes em resolver as desigualdades sociais. Todavia, está longe de ser consenso se as práticas e, principalmente, se os ideais do liberalismo devem ser abandonados e substituídos por outro, que, ao contrário de defender o universalismo, baseia-se no particularismo étnico e cultural e na essencialização das diferenças. Se, inicialmente, sua luta parecia universalista (*“assegurar chances iguais, oportunidades e direitos aos diferentes grupos que compõem a sociedade e que não aceitam abrir mão de suas identidades”*)⁴⁰³, a prática multiculturalista não se limita a essas premissas e, inclusive, muitas vezes a contradiz. A chamada discriminação positiva é um bom exemplo, na medida em que ao favorecer um determinado grupo, o outro, necessariamente, estará sendo prejudicado.

Além dessa postura, que concentra suas forças na oposição ao modelo iluminista de Estado-Nação, há uma outra vertente do multiculturalismo que, embora ratifique as críticas ao liberalismo, concentra sua argumentação na luta pelo reconhecimento. A base teórica que fundamenta a luta pelo reconhecimento das necessidades de minorias historicamente oprimidas está na filosofia política de Hegel. Para o filósofo, *enerkennung* (reconhecimento) *“não envolve simplesmente a identificação intelectual da coisa ou pessoa (embora pressuponha caracteristicamente tal reconhecimento intelectual), mas a atribuição a essa coisa ou pessoa de um valor positivo, assim como*

⁴⁰² Ver: Kymlicka, W. Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights. New York: Oxford University Press, 1995.

⁴⁰³ Grin, Mônica. O Desafio Multiculturalista no Brasil: a economia política das percepções raciais. Tese de Doutorado, Ciência Política. IUPERJ, 2001.

a exposição explícita dessa atribuição”.⁴⁰⁴ De acordo com Charles Taylor, um dos principais teóricos do multiculturalismo e defensor da teoria do reconhecimento, na luta por alcance de direitos há dois estágios principais: o primeiro denominado de “política da igual dignidade”, que garante a universalização dos direitos e imunidades de forma homogênea a todos; e o segundo, denominado “política da diferença”, no qual as particularidades únicas de cada grupo, ou seja, as suas diferenças são reconhecidas e valorizadas. Para Taylor, apenas o primeiro estágio não é suficiente. Sendo as identidades construídas não em isolamento, mas em relação com os outros significantes, ou seja, moldada dialogicamente, a valorização substantiva do modo de ser do outro, não como algo exótico ou folclórico, mas como possível para todos, é condição essencial para a sedimentação das identidades e para a valorização da auto-estima do grupo. Se, para os liberais, a política das diferenças fere a igualdade de direitos, para Taylor não passa de uma extensão lógica da política da igual dignidade. Ou seja, é apenas uma forma de garantir o primeiro estágio no alcance de direitos.

Segundo Axel Honnet, outro importante teórico neo-hegeliano, há três formas básicas de respeito: usufruto dos direitos legalmente adquiridos, reconhecimento emocional por parte dos outros significantes e a aprovação coletiva dos estilos de vida pessoais.⁴⁰⁵ Seguindo a análise do autor, seja um insulto moral (que degrada o reconhecimento de si próprio), seja uma agressão física ou a negação dos direitos civis (que nega a sua capacidade de escolha), seja a desqualificação do estilo de vida e das opções realizadas (que desencadeiam a perda da auto-estima), todas seriam formas de desrespeito, na medida que negam o reconhecimento, tal como definido por Hegel. Honnet vai mais adiante, aproximando-se inclusive de Thompson.⁴⁰⁶ O importante historiador, que propôs uma releitura dos axiomas marxistas, afirmava que uma classe social, longe de ser definida apenas por critérios econômicos, representava, sobretudo, um grupo cultural. Suas lutas e reivindicações, portanto, extrapolam as necessidades estritamente econômicas, significando também uma afirmação cultural. Na mesma linha está Honnet, afirmando que a motivação para uma revolução é a indignação à negação de alguma forma de reconhecimento, uma luta contra o desrespeito, tal como exposta acima.

⁴⁰⁴ Inwood, M. *A Hegel dictionary*. Oxford, Cambridge, Blackwell, 1992. Verbete. Recognition and acknowledgement.

⁴⁰⁵ Ver: Honneth, Axel. *Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition*. In: *Political Theory* 20(2): 1807-202, 1992.

⁴⁰⁶ Ver: Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001

A intensidade e complexidade do debate multiculturalista operou, de acordo com Stuart Hall, três principais efeitos transruptivos.⁴⁰⁷ O primeiro foi “perturbar a linguagem de ‘raça’ e ‘etnia’”. Para o autor, o surgimento do multiculturalismo produziu uma “racialização” diferenciada, que cada vez mais nos obriga a pensar sobre nós mesmos e nossas relações com os outros em termos “raciais”. O segundo foi a “desestabilização da cultura”. O multiculturalismo, mesmo associado ao processo de globalização, reforça a complexidade da dinâmica das formações culturais e, segundo Hall, revela a lógica cultural de *tradução e de hibridização* dos diversos grupos culturais. Todavia, vale ressaltar que, nesse caso, as fronteiras são tênues e os efeitos podem ser perversos. A luta por reconhecimento e afirmação de identidades muitas vezes faz da cultura menos um processo de hibridização e negociação, tal como proposto por Hall, e muito mais um veredicto do destino, completamente vinculado à ascendência sem respeitar as “invenções” de cada contexto e suas historicidades. Finalmente, o terceiro efeito transruptivo, que representa a verdadeira revolução paradigmática, responsável, a meu ver, pelos dois efeitos anteriores: “a desestabilização das fundações do estado constitucional liberal”. O liberalismo deixa de ser reconhecido como de valor universal. Para os defensores do multiculturalismo, não só o liberalismo representa um particularismo que se universalizou pela força e poder de um grupo, como a cidadania universal, tão defendida, nunca foi concretizada.

O debate em defesa do multiculturalismo e das políticas de ações afirmativas baseia-se, portanto, principalmente no contexto norte-americano (nosso maior inspirador), na disputa entre liberais e comunitaristas. Na ótica liberal, a concessão de direitos deve seguir critérios universais, garantindo a inviolabilidade dos direitos do indivíduo e a manutenção da liberdade. Na ótica comunitarista, a concessão de direitos deve respeitar uma especificidade histórica e cultural, sendo, portanto, diferenciada de acordo com as necessidades de cada grupo. A questão principal é *“se a ordem social se fundamenta no indivíduo como entidade racional ou no indivíduo compreendido pelos valores de seu grupo, cultura ou comunidade histórica.”*⁴⁰⁸

De acordo com os argumentos comunitaristas, o individualismo liberal provoca desenraizamento, esvaziamento de identidades e perda de espírito comunitário na medida em que estes são moldados dialogicamente pelas práticas comuns das comunidades em que estão imersos. Todavia, para liberais como Kymlicka, os

⁴⁰⁷ Hall, Stuart. Op. Cit.

⁴⁰⁸ Grin, Mônica, Op. Cit.

comunitaristas equivocam-se.⁴⁰⁹ O liberalismo não ignora a importância do pertencimento cultural como forma de identificação primária e formador de identidades. No entanto, cada valor cultural deve estar sujeito à avaliação individual autônoma, ressaltando a importância da liberdade dos indivíduos para formar suas crenças. A questão primordial passa pelo papel do Estado, que deve moldar os seus princípios de justiça em conceitos morais imparciais, respeitando os interesses individuais, ficando a cargo de fóruns não-estatais a tarefa de incentivar o reconhecimento e as particularidades culturais. Na ótica liberal, é justamente o não comprometimento e suposta neutralidade do Estado ante grupos culturais, assegurando os interesses individuais, o caminho para a consolidação de uma sociedade pluralista. A crítica feita pelos comunitaristas já foi citada acima. A suposta neutralidade não passa de uma particularidade travestida de universal, que mantém de forma hegemônica os valores e práticas culturais liberais.

É importante ressaltar que, embora ocorra a transferência desse debate para o Brasil, encontrando bases concretas de desenvolvimento e discussão em nossos problemas internos, a natureza da questão inicialmente abordada não se adequa facilmente à realidade brasileira. Desde o seu início, e até o momento atual, o debate sobre o multiculturalismo concentra suas forças no caráter estritamente cultural. Embora, como já tenha sido citado, não se possa isolar completamente as necessidades econômicas das lutas por reconhecimento cultural, o debate sobre o multiculturalismo sedimentou suas discussões teóricas na valorização do “outro”, de uma minoria diferenciada e culturalmente marginalizada. Quando nos remetemos aos problemas, dificuldades e preconceitos sofridos por pessoas de pele mais escura no Brasil, não podemos identificá-los como minoria e, muito menos, como “outros”. Pretos e pardos no Brasil, para usar a terminologia do IBGE, representam praticamente metade da população brasileira e suas práticas e valores culturais, assim como certos traços físicos, representam a própria imagem do Brasil, não apenas nacionalmente como também internacionalmente. Não se trata aqui de ignorar a escravidão e o racismo travestido de científico, característico do século XIX e início do XX. A questão é que no Brasil pretos e pardos fazem parte do mito fundador da sociedade. Embora em vários momentos da história do Brasil práticas culturais africanas tenham sido proibidas e discriminadas, atualmente, a essência do conflito passa por desigualdades econômicas e

⁴⁰⁹ Kymlicka, W. Op. Cit.

preconceito de marca, tal como identificado por Oracy Nogueira e outros.⁴¹⁰

Nas propostas de resolução dessas desigualdades podem ser identificadas duas principais posições, diretamente relacionadas ao debate internacional. Na opinião de alguns teóricos, como Fábio Wanderley Reis, o Estado deve buscar atender a necessidade de todos, igualmente, de modo que as características “raciais” mostrem-se socialmente irrelevantes.⁴¹¹ O fato do governo não criar políticas públicas baseadas em critérios “raciais” não desobriga este Estado de promover ações pedagógicas e educativas que visem eliminar o preconceito e a discriminação.

No outro extremo temos Antônio Sérgio Alfredo Guimarães.⁴¹² Segundo o sociólogo, o mito da democracia racial foi uma estratégia das elites para criar uma falsa igualdade e homogeneidade a fim de aplacar e evitar confrontos e conflitos sociais. A idéia de uma nacionalidade brasileira formada pela mistura e união, sintetizada na figura do mestiço, impedia a conscientização das desigualdades e dificultava a afirmação de identidades “raciais”, essenciais na luta contra o preconceito e a discriminação. A solução, portanto, seria primeiramente, e primordialmente, a admissão por parte do “negros” de sua “raça”. A bipolarização entre “brancos” e “negros” traria uma série de vantagens práticas. Primeiro desnudaria o mito da democracia racial, identificando e demonstrando a diferença sócio-econômica entre os grupos acima identificados. Posteriormente, incentivaria uma política de valorização de identidades, essencial no processo de luta. E, finalmente, possibilitaria, a partir da identificação desse grupo, que o Estado criasse políticas de compensação e reparação voltadas especificamente para os “negros”.

Guimarães propõe uma identidade “racial” com um caráter marcadamente instrumental. Embora reconheça que o objetivo final, ou seja, a vitória definitiva contra o preconceito, somente ocorrerá com a superação das classificações e diferenciações alicerçadas em critérios “raciais”, advoga a total necessidade da identificação “racial” como sendo a única arma de luta contra o preconceito. O problema é que o autor não indica o caminho de volta. Ao mesmo tempo em que proclama a identidade “racial”,

⁴¹⁰ Ver: Nogueira, Oracy. Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga São Paulo: EDUSP, 1955; Pierson, Donald. Bancos e Prestos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942; Pinto, Luiz de A Costa. O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1953; Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965; Azevedo, Thales. As elites de cor: um estudo de ascensão social. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1955; etc.

⁴¹¹ Reis, Fábio Wanderley. Mito e valor da democracia racial. In: Souza, Jessé (org.) Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2001.

⁴¹² Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

reconhece que o ideal é que ela não exista. Afirmar que deve ser incentivada enquanto as diferenças e desigualdades subsistirem e, imediatamente abandonadas, quando de fato alcançamos uma democracia racial. Guimarães, acreditando nesta possibilidade, ou simplesmente se eximindo de discuti-la mais profundamente, nega todas as reflexões e conclusões da própria sociologia, assim como da história, da antropologia, filosofia ... Seria por demais inocente acreditar que todo esse processo de luta por reconstrução de identidades “raciais” possa ser abandonado sem maiores consequências. Quanto mais incentivamos a identificação racial, mais distante estaremos de superá-la definitivamente.

Esse dilema não pertence exclusivamente ao movimento negro. Está também presente nas pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre as desigualdades e as relações raciais. O primeiro problema é escolher se vale a pena validar ou não o conceito de “raça”, e, caso validando, como utilizá-lo e com qual finalidade.

Neste sentido, cabe aqui uma reflexão sobre o dilema redistribuição / reconhecimento exposto por Nancy Fraser.⁴¹³ Embora reconheça que desvantagem econômica e desrespeito cultural, geralmente, encontram-se entrelaçados e apoiando-se mutuamente, a autora chama a atenção para a necessidade de identificá-los e conceituá-los de maneira distinta. Segundo Fraser, é necessário distinguir duas concepções de injustiça. A primeira, sócio-econômica, caracteriza-se, principalmente, por exploração do trabalho, marginalização econômica e privação de bens materiais. A segunda, cultural ou simbólica, caracteriza-se por dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito. Tendo, portanto, naturezas distintas, cada uma dessas injustiças mereceria remédios também distintos, cabendo à injustiça econômica uma ação redistributiva e à injustiça cultural uma ação de reconhecimento.

Se as demandas por reconhecimento cultural desencadeiam a valorização da especificidade de um grupo e a afirmação de seus valores, as demandas redistributivas, ao contrário, reivindicam a abolição de arranjos que causam as especificidades de grupos, buscando, dessa forma, uma maior homogeneização. Aqui se localiza a razão da grande insistência da autora em manter a distinção entre reconhecimento e redistribuição, ou entre injustiças culturais e injustiças econômicas. Os diferentes remédios provocam consequências dicotômicas. Se na redistribuição o objetivo é

⁴¹³ Fraser, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jesse (org). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

eliminar a diferença, no reconhecimento é valorizar a especificidade.

Avançando na reflexão, Fraser também propõe uma distinção entre duas abordagens (afirmação e transformação) para resolver as injustiças presentes nas situações de reconhecimento e redistribuição. Em suas palavras:

*“Por remédios afirmativos para injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios transformativos, em contraste, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz.”*⁴¹⁴

Realizando um paralelo com a nossa reflexão sobre o movimento negro brasileiro, os remédios afirmativos teriam o propósito de reparar o desrespeito por meio da reavaliação de identidades desvalorizadas (no caso, os “negros”), deixando intactas as diferenciações de grupo que as embasam. Luta-se contra o racismo exaltando a “raça”, base na qual se sustenta o racismo. Por outro lado, os remédios transformativos buscariam reparar as injustiças por meio da desestabilização das identidades e diferenciações de grupos existentes. Se os remédios afirmativos valorizam a identidade “negra”, os transformativos buscam desconstruir a dicotomia branco-negro, diluindo as identidades “raciais”. É essencial salientar que não se trata de dissolver todas as diferenças, criando urna única identidade universal humana. Ao contrário, um campo composto por diferenças múltiplas, não polarizadas e adaptáveis, só é possível se sustentar através da não polarização e da não essencialização dessas diferenças.

Enfim, remédios afirmativos deixam intactas as estruturas geradoras das desigualdades, criando mecanismos que suportam e modelam as diferenças e grupos estigmatizados de pessoas vulneráveis, percebidas como beneficiárias de vantagens especiais. Ao deixar as estruturas intactas, cria-se uma dependência permanente, estigmatizando essas pessoas como deficientes e/ou beneficiários privilegiados. Como afirma Fraser: *“Nós estamos presos nos círculos viciosos de reforço mútuo da subordinação cultural e econômica”*.⁴¹⁵

⁴¹⁴ Fraser, Nancy. Op. Cit. p. 265-266

⁴¹⁵ Fraser, Nancy. Op. Cit. p. 282

Embora identificando a pluralidade cultural e étnica do povo brasileiro e reconhecendo-se como “negro”, nos anos 1930 o movimento negro brasileiro não defendia a demarcação de identidades “raciais” essencializadas e, muito menos, um tratamento diferenciado nos padrões multiculturalistas e comunitaristas. Ao contrário, buscavam integração e diluição das estruturas diferenciadoras. A luta baseava-se na concessão de direitos plenos a todos enquanto cidadãos brasileiros, e não pela condição de “negros” e descendentes de escravos. A partir dos anos 1970, a estratégia mudou radicalmente. A postura nacionalista é substituída pela postura racialista, desencadeando: a) ataque ao mito da democracia racial e a base da identidade nacional mestiça; b) bipolarização brancos X negros (pretos e pardos); c) recuperação da africanidade, definindo-a como negra; d) postura africanista diaspórica e transnacional; e) busca de legislação específica no combate à desigualdade. A possibilidade de consolidação de uma cultura negra existe apenas em uma sociedade de modelo multirracial e não mestiço. No caso brasileiro, isso apenas se tornou possível com a cisão nacionalista dos anos 1960. Nas palavras de Guimarães:

*“No caso brasileiro, o multiculturalismo tem uma releitura própria. No plano cultural, significará o direito de não ser absorvido de modo genérico, como brasileiro, mas ser respeitado como ‘africano’ ou ‘afro-descendente’, no plano político, ser tratado como sujeito de direitos e não apenas como objeto de leis”.*⁴¹⁶

Se os fretenegrinos queriam ser respeitados enquanto brasileiros, os integrantes do movimento negro contemporâneo criticam a idéia de brasileiro como mestiço e lutam para afirmar a sua “negritude”. Para o autor, o Brasil passa por um momento de crise da identidade nacional, onde a nação mestiça construída a partir dos anos 1930 é substituída pela nação multirracial. O ideário modernista está em xeque.

Nos anos 1930 o paradigma nacionalista prevalecia. Esperava-se que os cidadãos tivessem orgulho de serem brasileiros. Um dos pilares fundamentais que sustentava esse sentimento generalizado era a hibridização e a mestiçagem, em oposição à segregação

⁴¹⁶ Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: Souza, Jessé (org) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. UNB, 2001. p. 393

de outras sociedades orgulhosas de grupos étnico-raciais “puros”. Na interpretação dos intelectuais modernistas da época, a homogeneização universalista do brasileiro na figura do mestiço não representava a extinção das diferenças ou anulação das diversidades, que, por sua vez, são reconhecidamente identificadas como essenciais para o enriquecedor processo de trocas culturais. O mestiço, ao contrário, significaria a própria garantia da diversidade, na medida em que representa não a anulação, mas a acomodação das diferenças. O projeto de homogeneidade selecionado nos anos 1930 para construir a identidade nacional não se aproximava da essencialização, era uma homogeneidade indefinida, fluida e adaptável, construída por uma dinâmica contínua de contatos e trocas étnico-raciais geradora de sínteses variadas.

As estratégias, práticas e discursos adotados por grande parte do movimento negro, hoje, valorizam não a síntese e os contatos, mas as características que, supostamente, seriam específicas de cada grupo. Essa estratégia pode ser claramente verificada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada em 10/03/2004 e elaborada por lideranças “negras”.⁴¹⁷ O documento tem como base uma proposta de reparação, voltada para o passado escravista, uma preocupação com a desigualdade, característica do presente, e, por último, uma ênfase no reconhecimento cultural, defendendo um futuro com maior diversidade cultural. A questão principal, a meu ver, é que o documento, em todo momento, exalta e defende um projeto pedagógico que valoriza o orgulho racial, reforçando as supostas diferenças étnico-raciais, que, por sua vez, representam bases indispensáveis para práticas racistas e fundamentalistas. Refere-se à cultura e à identidade de forma essencializada, como se somente a ascendência fosse responsável pelas construções dessas categorias. Fortalece uma bipolarização racial tensa da sociedade brasileira quando refere-se a descendentes de escravizados e descendentes de escravizadores, além de homogeneizar pretos e pardos sob a categoria “negros”, contrariando a própria idéia do multiculturalismo e a historicidade cultural brasileira. Como bem salientou Gilroy: *“Diferenças dentro do coletivo em questão não podem ser indefinidamente reprimidas em prol de que se maximize as diferenças entre este grupo em particular e os outros.”*⁴¹⁸

⁴¹⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Processo nº 23001.000215/2002-96. relatora: Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva. Parecer nº 003/2004.

⁴¹⁸ Gilroy, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: ed. 34, 2001. p. 17.

O fortalecimento de identidades e grupos “raciais”, alicerçados no conceito de “raça” social, adquire cada vez mais legitimidade acadêmica e social. No entanto, há vozes discordantes e uma delas pertence a Paul Gilroy.⁴¹⁹ Ele argumenta que não é aconselhável pensar numa “raça negra”, que inclua populações “negras” indiscriminadamente, pois isso implica em anular diferenças e peculiaridades culturais de cada uma delas. O tiro pode acabar saindo pela culatra. Na tentativa de preservar origens e demarcar identidades, a universalização e a uniformização de conceitos, categorias e estratégias de ação podem acabar levando ao esquecimento e futuro desaparecimento da realidade / identidade construída durante séculos. Não existem “negros”, mas apenas os “negros” do Brasil, os “negros” dos EUA, os “negros” da África do Sul, os “negros” de Cuba etc. A noção de “negritude” seria uma construção frágil. Para Paul Gilroy, a origem de tudo está na história, muito diferenciada, de cada população, e não na idéia de “raça”. Na verdade, ele advoga a completa irrelevância do conceito de raça para a compreensão da dinâmica social.⁴²⁰

Os exemplos citados acima não significam que o autor confira uma propensão nacional à formação de identidades. O que deve ser levado em conta é o processo histórico e político, o constante movimento de trocas e contatos culturais, específicos de cada grupo social, na formação dessas identidades. Sob o conceito de *diáspora*, tanto Gilroy como Stuart Hall criticam o poder coercitivo e autoritário da unanimidade “racial”:

“Lidar com estes atalhos que buscam uma solidariedade mecânica nos lembra que o conceito de diáspora pode oferecer alternativas reais para a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática. A popular imagem de nações, raças ou grupos étnicos naturais, espontaneamente dotados de coleções intercambiáveis de corpos ordenados que expressam e reproduzem culturas absolutamente distintas é firmemente rejeitada. Como uma alternativa à metafísica da

⁴¹⁹ Gilroy, Paul. The crisis of Race and Raciology e Multicultural Blackness. In: Against Race, 2000.

⁴²⁰ No mesmo contexto se localiza o alerta realizado por Bourdieu e Wacquant, no que diz respeito às artimanhas da razão imperialista. Para os autores, atualmente, “*numerosos tópicos oriundos diretamente de confrontos intelectuais associados à particularidade social da sociedade e das universidades americanas impuseram-se, sob formas aparentemente desistoricizadas, ao planeta inteiro*”. O denominado imperialismo cultural busca universalizar as particularidades de uma realidade histórica, tornando-as irreconhecíveis como tais. Assim como Gilroy, afirmam que a axiomatização de conceitos e categorias leva ao desenraizamento, submergindo com o ecumenismo cultural. Ver Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loic. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: Catani, Afrânio e Nogueira, Maria Alice(org). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

'raça', da nação e de uma cultura territorialmente fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento."⁴²¹

Para Gilroy, o conceito de *diáspora* liberta o indivíduo de uma seqüência teleológica, de uma trajetória linear em direção a uma identidade prisioneira do território e/ou da origem étnico-racial. Somente nos libertando dessas amarras e lutando pela desconstrução de identidades baseadas em critérios "raciais" e "nacionais", ou seja, libertando os indivíduos para que suas identidades sejam construídas de acordo com a sua própria trajetória, escaparemos dos atalhos essencialistas forjadores de uma unidade que, na maioria das vezes, revelam concepções totalitárias.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Edgar Ferreira Neto propõe ampliar a historicidade de cada grupo, desmistificando as supostas singularidades qualitativas.⁴²² Cada sociedade possui dinâmicas próprias dos fenômenos culturais que, por sua vez, são construídas a partir de um inevitável e necessário diálogo com outras realidades. Partindo desse princípio, interessa especialmente o conselho proposto por Hobsbawn, no qual *"os historiadores, conquanto microcósmicos, devem se posicionar em favor do universalismo, não por fidelidade a um ideal ao qual muitos de nós permanecemos vinculados, mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive a qualquer fração específica da humanidade. Pois todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e mais complexo. Uma história que seja destinada apenas para os judeus (ou afro-americanos, ou gregos, ou mulheres, ou proletários, ou homossexuais) não pode ser boa história, embora pode ser uma história confortadora para aqueles que a praticam.*"⁴²³

A atual estratégia do movimento negro no Brasil concentra-se, principalmente, em criticar a identidade nacional homogeneizadora, construída a partir da figura do mestiço e do "mito" da democracia racial. As Diretrizes Curriculares anteriormente citadas, no item em que trata das ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, busca a *"construção de projeto de sociedade em que todos se sintam*

⁴²¹ Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 18.

⁴²² Ver Neto, Edgar Ferreira. *Historia e Etnia*. In: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (org). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

⁴²³ Hobsbawn, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 292.

encorajados a expor, defender sua especificidade étnico-racial”,⁴²⁴ *“valorizando os contrastes das diferenças”*.⁴²⁵ Defende uma identidade étnico-racial baseada em uma “raiz” africana, destacando *“o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações...”*.⁴²⁶ E, finalmente, o projeto orienta para o *“esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal”*.⁴²⁷ Estamos no caminho certo?

⁴²⁴ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Processo nº 23001.000215/2002-96. Relatora: Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva Parecer nº 003/2004. p.11.

⁴²⁵ Idem p. 10

⁴²⁶ Idem p. 12

⁴²⁷ Idem p. 10